



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUSTAVO DE ALMEIDA REIS

**Clóvis Moura, o movimento negro e a revolução brasileira  
(1940-2000)**

GOIÂNIA  
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

### **E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### **1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação       Tese       Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### **2. Nome completo do autor**

Gustavo de Almeida Reis

#### **3. Título do trabalho**

**Clóvis Moura, o movimento negro e a revolução brasileira (1940-2000)**

#### **4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;

- Submissão de artigo em revista científica;

- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo De Almeida Reis, Discente**, em 16/01/2024, às 22:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Alberto Da Costa Pinto, Professor do Magistério Superior**, em 17/01/2024, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4319262** e o código CRC **C9D65815**.

GUSTAVO DE ALMEIDA REIS

**Clóvis Moura, o movimento negro e a revolução brasileira  
(1940-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto

Goiânia

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Reis, Gustavo de Almeida  
Clóvis Moura, o movimento negro e a revolução brasileira (1940  
2000) [manuscrito] / Gustavo de Almeida Reis. - 2024.  
143 f.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goiânia, 2024.  
Bibliografia.

1. História Comparada. 2. Racismo. 3. Movimento Negro. 4.  
Classes sociais. 5. Escravidão. I. Pinto, João Alberto da Costa , orient.  
II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **090/2023** da sessão de Defesa de **Dissertação** de **GUSTAVO DE ALMEIDA REIS**, que confere o título de **Mestre em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Aos **vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três**, a partir das **09h30**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“Clóvis Moura, o movimento negro e a revolução brasileira (1940-2000)”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **João Alberto da Costa Pinto (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Allysson Fernandes Garcia (CEPAE/UFG)**, membro titular externo; Professor Doutor **David Maciel (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Os membros da banca recomendam que a dissertação seja publicada em livro. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **João Alberto da Costa Pinto**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Joao Alberto Da Costa Pinto, Professor do Magistério Superior**, em 21/12/2023, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Pós-Graduação**, em 21/12/2023, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allysson Fernandes Garcia, Professor do Magistério Superior**, em 15/01/2024, às 21:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Maciel, Professor do Magistério Superior**, em 16/01/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4225450** e o código CRC **906D8FF9**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.067393/2023-16

SEI nº 4225450

*Em memória de Giovanna de Almeida Reis*  
*“Eu vou cantar pra onde minha voz vá, espero um dia te encontrar por lá...”*

## **Agradecimentos**

Sou grato a todos aqueles que me acompanharam ao longo da minha trajetória acadêmica até aqui.

A todos meus familiares, sobretudo meu pai, Ricardo Reis Ferreira, e minha mãe, Irene Ferreira de Almeida Reis.

À minha companheira, Ana Paula Profiro Evangelista, que muito me ajudou e apoiou em todo o processo.

A todos meus amigos que comigo compartilharam as dificuldades da escrita, com destaque especial para Joaquim Onofre, William Alves de Souza, Gabriel Caetano, Filipe Lazzeri, Pedro Henrique Martins, Raphael Primo, Murillo Barbosa, Mirna Anaquiri, Gabriella Monteiro, Maria Eduarda Martins, Maria Eduarda Ribeiro e Amanda Canedo.

A todos meus companheiros de militância, sobretudo àqueles que me ofereceram suporte teórico para a realização deste trabalho, com destaque para Davi Perez.

A todos os pesquisadores que até aqui escreveram sobre Clóvis Moura.

Ao meu brilhante orientador e amigo Dr. João Alberto da Costa Pinto, que me acompanha desde muito cedo nos meandros da vida acadêmica.

Aos professores da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

Aos membros da banca examinadora, David Maciel, meu grande amigo, Allyson Fernandes Garcia e demais suplentes.

Aos criadores e mantenedores de sites como Z-Library e LibGen, sem os quais esta pesquisa se tornaria muito mais difícil.

À CAPES que possibilitou o fomento à presente pesquisa.

## Resumo:

O objetivo do presente trabalho é investigar a trajetória intelectual e político-institucional do intelectual Clóvis Moura. Parte-se do pressuposto de que a produção intelectual do autor em questão está imbricadamente ligada às *respostas* que teve de dar a respeito das principais questões que envolviam a sua práxis política. A complexidade de seu empreendimento teórico se dá sobretudo pelo seu envolvimento pessoal em movimentos, ora coadunantes, ora contraditórios entre si, a saber: o movimento comunista brasileiro e o movimento negro. Se num primeiro momento, nas décadas de 1940 e 1950, Moura adentra às fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB) e no interior delas, através dos dilemas internos e externos ao Partido, se interessa pela questão negra, ao longo da vida Clóvis Moura se desvencilha progressivamente, de modo teórico e prático, das fileiras comunistas ortodoxas, sem nunca abandonar elementos importantes de um marxismo praxista. O seu descolamento prático dos Partidos Comunistas do qual fez parte (PCB e PCdoB) se deu de modo simultâneo a um engajamento cada vez maior no movimento negro, desta vez diretamente, sobretudo o movimento que surgiu nas franjas da Ditadura Militar brasileira a partir da década de 1970. Pretende-se, desta maneira, analisar de que modo o engendramento de ferramentas conceituais importantes para o autor ao longo de sua obra está ligado às suas mudanças de concepções perante a complexificação de sua práxis na realidade, junto ao seu amadurecimento intelectual. Deste modo, se fez necessário fazer uma análise comparativa no *interior* da obra do autor, percebendo suas transformações essenciais ao longo dos anos perante a realidade concreta; e também de modo *exterior* à sua obra, percebendo as singularidades de Moura em relação àqueles que também tiveram de dar *respostas* às questões essenciais que dizem respeito à questão negra brasileira. Deslindar a trajetória intelectual de um autor, é também fazer, *pari passu*, a história das ideias expressas pelas instituições e atores sociais direta e indiretamente ligadas à ele, às quais também influenciaram suas *respostas* durante sua biografia intelectual.

**Palavras-Chave:** *Clóvis Moura; Marxismo; História Comparada; Racismo; Movimento Negro; Classes sociais; Escravidão; Modo de Produção.*

## **Abstract:**

The objective of this work is to investigate the intellectual and political-institutional trajectory of the intellectual Clóvis Moura. It is assumed that the author's intellectual production is intricately linked to the *responses* he had to give regarding the main issues involving his political praxis. The complexity of his theoretical endeavor is mainly due to his personal involvement in movements, sometimes convergent, sometimes contradictory, namely: the Brazilian communist movement and the Black movement. If, at first, in the 1940s and 1950s, Moura joined the ranks of the Brazilian Communist Party (PCB) and, within them, through internal and external dilemmas within the Party, became interested in the Black issue, throughout his life, Clóvis Moura progressively disengaged, both theoretically and practically, from orthodox communist ranks, never abandoning important elements of a praxis-oriented Marxism. His practical detachment from the Communist Parties to which he belonged (PCB and PCdoB) occurred simultaneously with an increasingly active involvement in the Black movement, this time directly, especially the movement that emerged on the fringes of the Brazilian Military Dictatorship from the 1970s onwards. The intention is, in this way, to analyze how the development of important conceptual tools for the author throughout his work is linked to his changing conceptions in the face of the complexification of his praxis in reality, alongside his intellectual maturity. Thus, it became necessary to make a comparative analysis within the author's work, noting his essential transformations over the years in the face of concrete reality; and also externally to his work, noting the singularities of Moura in relation to those who also had to respond to essential questions regarding the Brazilian Black issue. Unraveling the intellectual trajectory of an author is also, *pari passu*, making the history of the ideas expressed by the institutions and social actors directly and indirectly linked to him, which also influenced his responses during his intellectual biography.

**Keywords:** *Clóvis Moura; Marxism; Comparative History; Racism; Black Movement; Social Classes; Slavery; Mode of Production.*

## ÍNDICE

RESUMO.....	5
APRESENTAÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – A trajetória político-intelectual de Clóvis Moura: notas biográficas, balanço e perspectivas historiográficas.....	
historiográficas.....	12
1) Notas biográficas.....	12
2) Balanços e perspectivas historiográficas.....	32
CAPÍTULO 2 – Lutas sociais e política no movimento negro brasileiro: 1930-1970. Influxos teóricos e influências na formação intelectual de Clóvis Moura.....	
1) O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o movimento negro nas décadas de 1930-1940.....	39
1) O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o movimento negro nas décadas de 1930-1940.....	41
2) O ressurgimento do movimento negro na década de 1970: O Movimento Negro Unificado(MNU).....	56
CAPÍTULO 3 – Uma análise da obra de Clóvis Moura em perspectiva historiográfica comparada.....	
1) Concepções metodológicas e científicas de Clóvis Moura.....	81
2) O problema dos <i>valores</i> no escravismo e no capitalismo dependente: tentativas de sistematização categorial de distintos <i>modos de produção</i> .....	95
3) Problemas em torno da subjetividade revolucionária.....	123
CONCLUSÃO.....	135
BIBLIOGRAFIA .....	138

## APRESENTAÇÃO

Veio do *Grupo de Estudos: trajetórias intelectuais em perspectiva de História Comparada (GETIHC)* coordenado pelo Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto a ideia de elaborar uma análise sistemática da obra de Clóvis Moura a partir da sua trajetória institucional e intelectual. À época tínhamos a impressão de que pouca coisa, ou quase nada, havia sido escrito sobre o autor piauiense, impressão essa que se provou profundamente errônea na medida em que assumi a tarefa e me aprofundei na leitura da obra e dos comentadores. Se não pode ser comparado a outros grandes escritores e historiadores brasileiros no que diz respeito ao número de comentários e análises sistemáticas, é certo que Moura não fica muito atrás, e já passa uma centena a quantidade de artigos, dissertações, teses e livros sobre ele.

Desse grande acervo faço um breve balanço no primeiro capítulo que inicialmente era para ser apenas a introdução da dissertação. Na medida em que lia o autor e *sobre* ele, ficava mais claro a quantidade de informações biográficas já levantadas, as problemáticas já discutidas, a ligação da obra e vida, e sobretudo a atualidade e importância de Moura nos dias de hoje como um autor que oferece respostas a dilemas dramáticos do Brasil e do movimento negro brasileiro.

Se responde a questões fundamentais nos dias de hoje através do conjunto de sua obra, o autor também o fez em vida, e não apenas teórica, mas praticamente. Já é ponto pacífico que Moura pouco ou nada pode ser enquadrado como um intelectual tradicional. A obra reflete sua ligação umbilical com as lutas políticas, com os movimentos sociais e com um marxismo praxista, que nega radicalmente a erudição pura e simples e tenta engendrar a sua teoria a partir, conjuntural e estruturalmente, da realidade social.

Por serem escritos militantes, e nem por isso deixam de ser complexos, há de se destacar duas coisas. A primeira é que a linguagem clara, concisa, e de combate, mesmo em textos que refletem pesquisas profundas, não deixam margem para a dubiedade e celeumas interpretativas. A segunda, consequência da primeira, é que muitos são os pontos pacíficos ao analisar a obra de Moura, seus conceitos fundamentais, a coerência e coesão de seus escritos, suas influências políticas e teóricas.

Desses pontos decorreu uma mudança radical do percurso inicial da pesquisa. Se num primeiro momento intencionava visitar arquivos e trabalhar com fontes diretas, isso se alterou na medida em que mais informações surgiam sobre o autor, e, sobretudo, quando Teresa Malatian terminou de escrever sua grande biografia sobre o autor. Tudo

isso fez com que a intenção de escrever algo quase pioneiro se tornasse um absurdo, e a pesquisa em fontes primárias, para os objetivos da dissertação, se tornasse supérflua.

Desse modo, o que aqui foi escrito são muito mais comentários, reproduções de pontos pacíficos, *insights* e comparações sistemáticas com outros intelectuais brasileiros que passaram batido por quem escreveu sobre Moura até aqui. Nesse sentido vale a máxima clichê: “Se vi tão longe [ou se sequer vi alguma coisa] foi porque me apoiei sobre ombros de gigantes”.

O primeiro capítulo, que seria uma introdução, é uma análise sobre alguns aspectos da trajetória institucional e intelectual de Moura, os mais interessantes para nosso ponto de vista. É também um balanço do que se escreveu sobre o intelectual piauiense até aqui, além de alguns apontamentos sobre os objetivos da pesquisa. Os dados biográficos, em alguns momentos extensivamente expostos, foram intercalados com algumas parcas conclusões originais. Sobre a totalidade da obra, me limitei a dissertar sobre alguns aspectos conceituais centrais que serão aprofundados nas partes seguintes, além de esboçar as principais influências em cada momento da vida do autor.

Na segunda parte, em seu primeiro aspecto, tratamos sobre o movimento negro e sua história, seus influxos nas instituições da sociedade brasileira, sobretudo no Partido Comunista do Brasil (PCB), organização de suma importância para a compreensão da entrada de Moura no debate racial. Evidentemente que trato de tais questões na medida em que influem sobre o intelectual Clóvis Moura e em suas *respostas* às estruturas e conjunturas em que viveu, ressaltando a originalidade de tais *respostas* e tentando fazer uma análise internalista de sua obra em alguns aspectos julgados importantes e/ou pouco ressaltados até então. O segundo aspecto tratamos da análise da proposição radical e singular dada por Moura aos problemas por ele vivenciados em sua prática política, qual seja, a sua proposta de *Revolução Brasileira* ancorada no protagonismo da população negra, até então inédita nos escritos de intelectuais ligados ao campo marxista no Brasil. Estudamos, nessa segunda parte, como os movimentos negros da década de 70 foram elementos impulsionadores de uma nova fase intelectual do autor, oferecendo ao mesmo uma dinamização teórica a respeito dos dilemas sofridos pela população negra no período em que escrevia. Aqui Moura teve oportunidade de unir teoria e prática, projeto que acompanhou o autor ao longo de sua vida intelectual. A contraposição entre os elementos ideológicos dominantes nos movimentos dos anos 70, sobretudo a sua síntese no Movimento Negro Unificado (MNU), e a análise projetiva e praxista do autor é essencial para entendermos suas disparidades, e como Moura não conseguiu imprimir sua concepção de práxis à totalidade do movimento no período. O próprio autor faz,

posteriormente, um diagnóstico de tais movimentações e tenta compreender, através de uma análise estrutural e ideológica, os motivos pelos quais, na visão do mesmo, o Movimento não explorou todas as suas potencialidades transformativas. O abismo cultural, econômico e ideológico dos dois tipos sociais: o *negro letrado* e o *negro da plebe* criadas pela dinâmicas do capitalismo dependente brasileiro é o ponto fulcral de tal análise. No entanto, Moura, no ocaso do movimento, ainda postula uma possibilidade de uma união entre tais mundos a fim da alteração revolucionária e estrutural da sociabilidade brasileira, rumo ao fim do capitalismo dependente.

A terceira parte, consequência direta do segundo capítulo, trata da análise interna da obra do autor, suas principais conceituações para os fins por nós propostos. Evidentemente, a obra de Moura tem infinitos matizes e imbricações conceituais. Tratamos, nesse capítulo, de analisar o que no autor diz respeito à sua concepção praxista, e como isso influenciou na análise no movimento negro na década de 70, e em suas projeções posteriores. Nesse sentido são analisados conceitos como *axiologia dos grupos dominantes* e *axiologia dos grupos dominados*, *grupos sociais específicos* e *grupos sociais diferenciados*, as suas concepções de *classe fundamental*, *devir* histórico, suas afinidades e desafinidades explícitas e implícitas com um marxismo oficial de matriz soviética, sua originalidade ao tratar da realidade concreta brasileira etc. Longe de conceber a obra do autor como um todo homogêneo, procurou-se verificar em que medida os movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros, que surgiram ao longo da história do Brasil no século XX, junto à práxis da vida intelectual do autor, engendraram novos aspectos teóricos, problemas até então ignorados em suas concepções anteriores. Moura, ao longo de sua vida, vai criar uma *visão de mundo* sumamente original sobre a formação social brasileira e seus problemas fundamentais. É certo que existe, no autor, uma luta constante entre elementos formalistas do marxismo oficial, oriundos dos partidos comunistas e suas cartilhas, e uma tentativa epistemológica de enquadrar a teoria à realidade analisada a fim de transformá-la. A análise das valorações, a saber, das axiológicas em níveis classistas se apresenta no autor como um elemento mediador entre a infraestrutura e superestrutura, não existindo, em Moura, uma relação de causa e efeito direta entre esses dois complexos sociais. Ao longo de sua obra, Moura abandona parcialmente uma elaboração estrita de *classes sociais* conferindo aos *grupos sociais*, *diferenciados ou específicos*, elementos dinâmicos e transformadores que em escritos de juventude só poderiam vir da classe operária. Dada a realidade brasileira de modernização incompleta, Moura parece descrente em relação às potencialidades revolucionárias da classe operária integrada às dinâmicas capitalistas, e sua mudança de

foco vai no sentido de encontrar nos grupos sociais marginalizados historicamente um potencial revolucionário e transformador, ou seja, os protagonistas da Revolução Brasileira. É certo que a potencialidade revolucionária não está dada de antemão para esses grupos. Aqui entra novamente a axiologia como elemento impulsionador da práxis social alternativa, as práticas culturais dos grupos negros marginalizados como a *quimbanda* e o *carnaval* são encarados enquanto elementos humanizadores, rebeldes e antipodas à axiologia vigente. O marxismo vindo “de fora” pelos intelectuais como uma hierarquia de valores mais coerentes do ponto de vista da *intencionalidade* transformadora revolucionária. O *branqueamento* cultural e ideológico de tais grupos, se apresenta, nesse sentido, como um recuo rumo à adoção da axiologia vigente e do *status quo*, engendrado pela dinâmica social e pelas classes dominantes. O *branqueamento* transmuta tais grupos, de *ativos* e humanizantes, para *passivos* e fetichizantes, na medida em que passam a ser regulados por uma lógica heterônoma aos atores sociais que o impulsionaram inicialmente. Ademais, em suas obras tardias, Moura parece postular o significado de *revolucionário* e *dinâmico/radical* para movimentos cujos motivos se dão às *margens* da sociedade vigente, entendendo aqui as *margens*, do ponto de vista cultural, axiológico, social e econômico. Canudos, Contestado, Palmares, foram criações sociais alternativas, parcialmente descoladas das sociedades classistas globais que, por suas contradições, engendraram movimentos de tais tipos. As *Ligas Camponesas*, por sua vez, postulavam reivindicações a partir das valorações e axiológicas dominantes, portanto, se apresentavam, para o autor, como movimentos reformistas.

Essa dissertação pretende ser um grão de areia na compreensão de um autor importante que oferece respostas às contradições atuais. Apesar do pouco êxito, tentei fugir ao máximo da reprodução pura, do simples comentário ou de divagações teóricas pouco profícuas à práxis política contemporânea, além das limitações impostas a uma pesquisa de mestrado. Espero ter chegado, nesse texto parcial ainda muito embrionário, a alguns objetivos por mim propostos.

## **CAPÍTULO 1 – A trajetória político-intelectual de Clóvis Moura: notas biográficas, balanço e perspectivas historiográficas.**

### **1) Notas biográficas**

Clóvis Steiger de Assis Moura foi um importante poeta, ativista político e intelectual brasileiro fortemente ligado à historiografia e sociologia crítica sobre o negro no Brasil. Pertencente a uma família de classe média baixa, nasceu em Amarante, cidade situada no estado do Piauí, em 10 de junho de 1925 e foi o segundo filho (num total de três) de Francisco de Assis Moura e Elvira Steiger de Magalhães Moura. Nascido de pai negro e mãe branca, Clóvis foi descendente, por parte de mãe, de Ferdinand von Steiger-Münssingen, seu bisavô, um barão prussiano e cidadão suíço radicado no Brasil, importante fazendeiro de Cacau na Ilhéus (BA) de meados do século XIX. Por parte de pai foi neto de um senhor de engenho, proprietário de terras na zona da mata pernambucana, e uma escravizada. (Mesquita, 2004;2002; Oliveira 2009; Souza, 2013).

Ao longo da vida Moura produziu uma profícua obra que trata da questão do negro brasileiro, seus problemas históricos herdados por séculos de escravidão e sua marginalização econômica, social e cultural na contemporaneidade. Na historiografia, é reconhecido por ser pioneiro em destacar a agência do negro no sistema escravista vigente no Brasil até 1889.

Paralelamente, Moura também é conhecido como um poeta importante do nordeste. Relativamente estanques, as esferas de historiador e sociólogo não se interligam em absoluto com a sua vida artística, pelo menos pelo jeito consagrado de se compreender a totalidade da obra do autor. O poeta tinha aspirações e objetos diferentes do historiador e sociólogo engajado. É o que afirma a biógrafa Teresa Malatian (2022:25):

Foi portanto em suas poesias que ele mais se revelou nordestino. A identidade poética piauiense seria mantida ao longo da vida e solidificada pelas inserções em meandros intelectuais do seu Estado natal. Reconhecido como um dos seus, recebeu honrarias e (re) publicações de obras. Tais vínculos são pouquíssimo estudados tal o peso avassalador do “historiador dos quilombos” que suplantou quaisquer aberturas interpretativas de sua vida e obra em outra chave de leitura que não aquela tributária de *Rebeliões da Senzala*.

Dentre os livros publicados em vida, podemos destacar *Rebeliões da Senzala*(1959), *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* (1964), *A Sociologia Posta em Questão* (1978), *História do Negro brasileiro* (1989), *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988) e *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994). Moura também escreveu diversos livros de poemas, e, em suas atividades jornalísticas, se destacou pela crítica literária.

Com a decadência econômica de Amarante<sup>1</sup>, cidade historicamente ligada à extração de borracha, a família se mudou em 1935 para a cidade de Natal-RN, onde residiram até o ano de 1941. O pai de Clóvis, a partir dessa mudança, ocupou importantes cargos burocráticos enquanto funcionário público e na capital potiguar exerceu a função de fiscal de rendas, ofício este que lhe acompanhou durante toda a vida, mesmo que em cidades e estados distintos. Em 1941 a família se mudou para Salvador, e depois de um curto período de tempo (estima-se 1 ano) para Juazeiro, ambas as cidades localizadas no estado da Bahia. (Oliveira 2009)

Em Natal, Clóvis Moura e seu irmão Carlos Moura se matricularam no Colégio Diocesano Santo Antônio, instituição de caráter confessional católica ligadas aos irmãos Maristas, onde Clóvis exerceu suas primeiras atividades políticas e acadêmicas, colaborando ativamente para a construção do “*Grêmio Cívico Literário 12 de Outubro*” e seu respectivo jornal “*O Potiguar*”, no qual aos 14 anos de idade, escreveu seu primeiro artigo, intitulado “Libertas que sera tamen”, texto de caráter fortemente nacionalista, que exalta os acontecimentos e os “heróis” da Inconfidência Mineira. (Oliveira 2009)

A mudança da família para Salvador se dá de maneira simultânea ao falecimento de seu irmão Carlos Moura por tuberculose. Apesar do pouco tempo que morou na cidade, nosso autor participou de grupos literários que reunia, no cenário soteropolitano, jovens aspirantes a intelectuais e, a partir destes grupos, constituiu um círculo de amizades com pares que o integraram na intelectualidade baiana de então. É a partir de tais relacionamentos que Moura, já residente em Juazeiro, estabeleceu contato com autores ligados à Revista *Cadernos da Bahia* (C.B) - periódico que tinha como objetivo discutir aspectos da cultura afro-baiana e integrá-la ao modernismo da época - como Darwin Brandão e Heron de Alencar<sup>2</sup>. Na colaboração sistemática com os C.B, e outros jornais regionais soteropolitanos como o jornal *A Tarde* e o semanário dirigido pelo Comitê Regional baiano do PCB *O Momento*, Clóvis Moura, influenciado por Edison Carneiro e

---

<sup>1</sup> Teresa Malatian, uma das biografias do autor assim se refere à cidade e a Moura: “Outrora porto importante do comércio da borracha até o esgotamento dessa atividade por volta de 1910, na década de 1920 Amarante perdeu o lugar destacado de entreposto comercial da região do Parnaíba. Desprovida de indústria vivia da parca agricultura e da pecuária, sem horizontes de futuro para o menino [Clóvis Moura] que frustrou o plano do pai de colocá-lo, como foi o seu próprio percurso, em segurança no abrigo do serviço público, seja empregado como fiscal do Imposto de Renda, seja na banca de advocacia. Em lugar disso, sonhador, Clóvis preferiu ser poeta, escritor, talvez por ser considerado ‘menino fraco’, de saúde frágil e inapto para grandes esforços físicos (...)” (Malatian, 2022:23)

<sup>2</sup> “A revista literária *Caderno da Bahia* foi fundada em 1948 por Darwin Brandão, Heron de Alencar, Vasconcelos Maia, Wilson Rocha e Cláudio Tavares, todos na casa dos vinte anos de idade, e reuniu escritores locais, vários deles ligados às atividades do PCB. A revista surgiu com a finalidade de divulgar e debater literatura e artes(...). Foi publicada até 1951, com o total de apenas seis números, pois as dificuldades financeiras do grupo impossibilitaram sua continuidade.(...) Caracterizou-se por assumir um perfil claramente de esquerda, embora plural, uma vez que admitia variada gama de colaborações de escritores e artistas, sem deixar de fomentar o debate sobre o engajamento político dos escritores.” (Malatian, 2022:33)

Arthur Ramos, começa a estudar sistematicamente a cultura negra brasileira, sobretudo os aspectos ligados ao negro no sertão nordestino (Oliveira 2009; Malatian, 2022). Em Juazeiro, Moura se liga ao então Partido Comunista do Brasil (PCB), por volta aproximadamente de 1945 (Mesquita, 2004)<sup>3</sup>, e é chamado para, por influência do Partido e de Darwin Brandão, criar a seção municipal da Associação Brasileira de Escritores (ABDE)<sup>4</sup>:

Com essa dimensão de futuro, os contatos estabelecidos por Moura em Salvador com os intelectuais vinculados ou simpatizantes ao PCB abriram novos horizontes e portas para a publicação de artigos e poesias, ou seja, ele principiou a ter acesso ao mundo jornalístico e às páginas de revista de cultura em que o PCB tinha penetração. Seus vínculos com o grupo de intelectuais da capital baiana da década de 1940 podem ser percorridos ao longo da correspondência que preservou (...). (Malatian, 2022:30)

A entrada de Moura no Partido Comunista em 1945 vai se dar de forma turbulenta por diversos motivos. O primeiro é que essa inserção vai ser isolada da grande movimentação política e intelectual do Partido em Salvador, podendo contribuir somente à distância com os grandes debates repercutidos na capital baiana. O partido logo será posto na ilegalidade já em 1947, desfrutando de pouco tempo de livre movimentação ideológica e organizativa. O provincianismo de Juazeiro também dificulta as movimentações políticas de Moura na medida em que a cidade oferece pouco espaço de atuação partidária ou intelectual, prova disso são os diversos projetos fracassados do intelectual piauiense na cidade, como por exemplo a já referida criação da Associação Brasileira de Escritores em sua seção local que, apesar da pressão de seus amigos soteropolitanos, não surte efeito dada a quase ausência de escritores na região, além da desconfiança da população local sobre o seu envolvimento com o PCB. (Malatian, 2022; Oliveira, 2009)

De fato, no longo período da sua existência o Partido Comunista teve que conviver constantemente com a perseguição policial e legal, dado a quase permanente clandestinidade a qual foram submetidos as forças de esquerda em grande parte do século XX no Brasil. As táticas de atuação foram diversas em tais períodos obscuros. Não podendo agir explicitamente do ponto de vista político e ideológico, o partido atuava através das instituições já consolidadas (como a ABDE), ou através de órgãos de imprensa supostamente apertidários. A cautela para não aparecer enquanto partido era combinada com a preocupação dos militantes de se fazer ouvir e de engendrar seu

---

<sup>3</sup> “Foi nessa época que ocorreu sua aproximação do Partido Comunista do Brasil (PCB), mas quando se busca o momento dessa adesão, o máximo que se pode fazer é presumir que teria acontecido na conjuntura do pós-guerra, quando o partido conseguiu existir legalmente e alcançou grande popularidade, na qual a figura de Luís Carlos Prestes sobressaía como grande liderança.” (Malatian, 2022:30)

<sup>4</sup> No entanto, não se sabe se esse projeto realmente se concretizou.

projeto. Apesar da vida curta de militância ativa de Moura nos dois partidos ao qual fez parte (PCB e PCdoB), Moura nunca se dissociou completamente dos mesmos, estando portanto, direta ou indiretamente sob tais influxos.

Ainda em Juazeiro, segundo Érika Mesquita, Clóvis Moura cria o jornal “O Jacuba”, projeto também de vida curta, e se candidata a deputado estadual<sup>5</sup> (Mesquita, 2004). Através de trocas epistolares com seus pares baianos, sobretudo os ligados aos já referido C.B., consegue estabelecer contatos com intelectuais importantes da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, como Édison Carneiro, Arthur Ramos, Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Willems, Donald Pierson, Ralph Leon Beals<sup>6</sup> etc (Oliveira, 2009; Souza, 2013)

Em Juazeiro, Moura começa a se dedicar ao estudo da cultura e da história negra. Influenciado pelos intelectuais já amplamente referidos, o autor vai tentar, porém sem sucesso completo, empreender uma análise sistemática sobre as reminiscências da cultura negra no sertão da Bahia. A hipótese principal para referendar tais sistematiza es era que, pouco estudada, essa região, principalmente o vale do Rio São Francisco, tinha sido povoado longinquamente por quilombos rebeldes que ali tinham fixado raízes, estabelecendo uma cultura própria com forte influência dos costumes de povos africanos, notadamente dos povos bantos. Tal hipótese contrastava de certa maneira com alguns estudos que   época postulavam a predominância quase exclusiva da cultura negra no litoral brasileiro, por serem tais regiões pujantes economias no período escravista. (Malatian, 2022).

Se o ambiente baiano da década de 40, remanescência histórica da valoriza o da cultura e do protagonismo negro na década de 30, ao qual falaremos adiante, influenciou Moura indiretamente, a metodologia para o início de seu empreendimento antropológico e de seus estudos como um todo, vai vir sobretudo de cartas trocadas com Arthur Ramos e  dison Carneiro, para além da influência de Nina Rodrigues, considerado por muitos

---

<sup>5</sup> A respeito da candidatura de Moura em 1947 o debate é controverso. Oliveira, apoiado em entrevista pessoal a um amigo ótimo de Clóvis Moura, José Carlos Ruy, afirma que Moura na verdade se candidatou pelo Partido Socialista Brasileiro (Oliveira 2009). O fato é que o mandato foi cassado junto com os demais mandatos ligados ao PCB em 1948. Segundo Teresa Malatian (2022), quem se elegeu em 1947 foi Giocondo Dias, militante comunista ligado historicamente   insurrei o de 1935 e teve seu mandato cassado em 1948. O Jornal *O Momento* na ocasião clamava pelo restabelecimento da candidatura através da elei o de Clóvis Moura. Controvérsia semelhante se dá no que diz respeito   forma o acadêmica de Clóvis Moura. Enquanto Mesquita afirma que Moura se formou em Direito, Oliveira e Malatian a contradizem dizendo que a única institui o educacional que Moura fez parte foi o Colégio Diocesano ligado, à época, aos irmãos Maristas. (Oliveira 2009; Mesquita, 200; Malatian, 2022)

<sup>6</sup> Os contatos com os três últimos intelectuais citados, parte de uma tentativa de Moura de legitimar o início de sua pesquisa sobre as reminiscências da cultura negra nas margens do Rio São Francisco. Segundo Gustavo Orloson Souza esses intelectuais eram figuras   época ligadas à institucionaliza o da Antropologia e Ciências Sociais no estado de São Paulo. Eram intelectuais ligados sobretudo à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e ao quadro do curso de Antropologia da USP. (Souza, 2013)

analistas como uma inspiração para intelectuais baianos no que diz respeito aos estudos antropológicos.

Sobre tais estudos embrionários, Teresa Malatian escreve:

Clóvis Moura, embora leitor de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, não deixou esquecido o materialismo histórico desde suas primeiras reflexões sobre o tema à época em que estabeleceu também contato com a obra de Edison Carneiro que já trabalhava nessa perspectiva analítica. O elo constituído nessa sequência parece ter sido um dos suportes em suas pesquisas as quais aos poucos passaram de uma postura híbrida da Antropologia cultural com o materialismo histórico para uma predominância deste referente. Essa justaposição inicial pouco estruturada organizou seu projeto pioneiro nos anos 1940, pois já na época desses primeiros passos transitava no campo político do PCB ao mesmo tempo em que, paralelamente buscava aportes metodológicos que tornassem viável sua pesquisa antropológica. (Malatian, 2022)<sup>7</sup>

Das cartas trocadas com intelectuais de amplos espectros a partir de 1945, Moura escreve esboços iniciais posteriormente publicados, intitulados *O negro contra o branco (contribuições para o estudo do choque entre as duas culturas)*; *Notas sobre a aculturação do negro no Brasil* e *A Grande insurreição dos Escravos baianos* em que os elementos da luta de classes e dos conflitos são intercalados com referências culturalistas e conceitos típicos da antropologia, como “Aculturação”; além de temas que giram em torno da diversidade cultural e a mistura de povos no Brasil.<sup>8</sup> Lançando mão de influências teóricas das mais díspares, que passam por Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Sílvio Romero e outros intelectuais que, em suas obras de maturidade, serão duramente criticado pelo autor. (Malatian, 2022)

---

<sup>7</sup> Tal diferenciação metodológica descrita por Teresa Malatian é de suma importância para a nossa pesquisa, visto que adiante dividiremos os empreendimentos de Moura em duas etapas. A primeira é caracterizada pelos estudos culturais antropológicos com referência implícita do Materialismo Histórico, a segunda é caracterizada por uma predominância, nunca absoluta é verdade, do Materialismo Histórico em seus escritos. É de suma importância, portanto, diferenciarmos os momentos embrionários dos já desenvolvidos.

<sup>8</sup> O projeto de pesquisa de Moura em tais estudos foi esboçado e transcrito por Teresa Malatian (2022: 68) da seguinte maneira:

**“Culturas africanas:** As culturas negras no novo mundo; Introdução à Antropologia brasileira; O negro no Brasil: problemas de aculturação; O folclore negro no Brasil.

**Aculturação religiosa :** Os africanos no Brasil; O folclore negro no Brasil; O negro brasileiro; As culturas negras no Novo Mundo; Os africanos e seus costumes no Brasil; O negro na Bahia; Negros bantos.

**Aculturação folclórica:** Os Africanos no Brasil; Através dos folclores; Mitos africanos no Brasil; O negro brasileiro; A influência africana no português do Brasil; O negro e o garimpo em Minas Gerais; O folclore cristão no Brasil.

**Aculturação costumes:** O negro no Brasil; Os africanos no Brasil; Casa grande & Senzala; A aculturação negra no Brasil.

Que tinham como objetivo prático:

**1.o - Localização do Culto:** (Há algum significado mágico na localização do mesmo?)

**2.o - Instrumentos: Ferramentas** - objetos de adorno do candomblé - bebidas (presença ou ausência delas) - comidas (idem)- Instrumentos de música

**3.o - Culto:** Danças - Ritual - Sacerdotes (só há homens ou há sacerdotisas?)- Cânticos - Registrá-los - Ídolos ( descrevê-los, se houver) Suas funções- Se possível fotografá-los - Dias da semana consagrados aos deuses - Correspondentes católicos - Procurar ouvir lendas.

**4.o - Ritual:** Tomam parte no rito todos os presentes? Só os iniciados? Há ritos de iniciação? Descrevê-los.

**5.o - Curandeirismo:** Sagrado e profano - Objetos usados para - Influência sincrética da religião: espiritismo, catolicismo, protestantismo, etc..

**6.o - Época em que funciona o culto:** Há dias especificados? Quais são?” (apud Malatian, 2022:68-69)

Para além da “constelação baiana” (Malatian, 2022) destaca-se a associação com intelectuais estrangeiros que à época residiam no sudeste, então ligados à fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), dentre eles Emílio Willems e Donald Pierson. Deles, Moura recebe indicações teóricas e metodológicas importantíssimas que, inclusive no período de maturidade, se perpetuará em sua obra. Destaca-se nesse âmbito a chamada teoria do peneiramento<sup>9</sup> de Willems, além de aconselhamentos diversos de como proceder em trabalho *in loco*.

De suma importância para o desenvolvimento intelectual do autor nessa fase foram as literaturas que o alemão erradicado no Brasil Emílio Willems enviava a Moura para que esse continuasse seus empreendimentos. Interessava ao estudioso os resultados de suas pesquisas pelo sertão baiano, constituindo assim uma relação recíproca de troca de informações, mediada sempre pela generosidade do professor que ambicionava a constituição de um campo científico da antropologia no Brasil. Também antropólogo, Willems realizava à época estudos em equipe sobre a vida dos imigrantes no país, e em São Paulo teve papel seminal na formação de intelectuais importantes como Florestan Fernandes. (Malatian, 2022)

As trocas epistolares com Donald Pierson também resultaram em câmbio de informações, com peso importante para aquisição de material teórico e metodológico por parte de Moura. Sociólogo norte-americano, Pierson estava ambientado à cultura negra na Bahia, por já ter realizado pesquisa antropológica em Salvador na década de 30, a qual resultou no livro *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. (Malatian, 2022). Se interessava igualmente pelos resultados das pesquisas de Moura e se esforçou para que o aspirante a sociólogo ampliasse suas redes de contatos intelectuais, tanto no sudeste quanto no nordeste. Se pautava, à semelhança do companheiro alemão, por pesquisas quase que exclusivamente empíricas e descritivas, o que, na visão de Teresa Malatian explica o afastamento de Moura desses intelectuais no final da década de 40:

Tanto Willems quanto Pierson estavam trabalhando no sentido de irradiação de pesquisas e formação de redes de pesquisadores em Ciências Sociais no país e nesse curto período Moura integrou-as por meio da correspondência. As diretrizes adotadas pela política cultural do PCB naqueles anos podem explicar o afastamento de Moura em relação a esses autores, mas de todo modo ele começava a se fazer conhecido como jovem pesquisador da cultura sanfranciscana. A influência seria duradoura nos levantamentos antropológicos realizados posteriormente. (Malatian, 2022:92)

---

<sup>9</sup> Todo indivíduo ou todo grupo entra, durante determinadas fases da vida em contato com os valores existentes. Em virtude da diferenciação biológica de indivíduos e grupos, cada contato exige ajustamentos específicos cujo sucesso é, frequentemente, posto em dúvida. Alguns ajustam-se, outros não. Os indivíduos são, portanto, peneirados. O sistema de valores constitui o critério de peneiramento. Há indivíduos que “passam” pela “peneira” e outros que não “passam”. Estes constituem “resíduos”. (Willems, 1938: 333 apud Malatian, 2022:77).

Os resultados das pesquisas antropológicas de Moura foram publicados posteriormente por meio de artigos nas revistas para as quais escrevia. Destaca-se o mais completo, porém ainda embrionário, *Notas sobre o negro no Sertão*, publicado mais de uma década depois do início dos estudos em 1959 na *Revista Brasiliense*, além de estar presente como um capítulo na segunda edição do livro *Rebeliões da Senzala* em 1972. Evidente que a publicação tardia é sinal de que, mesmo com a mudança de foco nos estudos posteriores, os anos que se seguiram à pesquisa inicial serviram para aprofundamento e complementação do empreendimento *in loco* iniciado na Bahia. No ano de 1959, Moura publica também *O escravo negro e o Sertão* e *A grande insurreição dos escravos baianos*, ambos os artigos com focos regionais (Souza, 2013 ; Malatian, 2022). Segundo Teresa Malatian, tais estudos:

A partir de referências de diversos autores, desenvolveu a hipótese de que a principal presença negra no sertão baiano foi a de quilombolas, forma possível de resistência ao sistema escravista, uma realidade paralela à escassa presença de escravos que a economia pastoril não comportava na mesma extensão que o litoral agrícola nordestino. Dado o isolamento geográfico, o Vale do São Francisco, havia sido a região ideal para acolher os fugitivos, os quais se aliaram a índios revoltados para se aquilombarem. (Malatian, 2022:106)

A guinada em direção à elaboração de *Rebeliões da Senzala*, ou seja, para o início de uma fase cujas bases foram quase que exclusivamente marxistas, se dá progressivamente e por diversos fatores. Primeiro por influxos externos, dos embates constantes engendrados intelectual e politicamente pelo PCB e por seus adversários em diversos âmbitos, o que forçava um posicionamento firme e delimitado de seus integrantes. Segundo pela mudança teórica, metodológica e temática que seus estudos vão assumindo no final dos anos 40. Em 1949, Moura envia sua primeira carta a Caio Prado Jr. em busca de documentações, bibliografias e referenciais de pesquisa. Em tal carta já se externa seu desejo de alterar a temática local para uma história em âmbito nacional. Apesar do forte desaconselhamento de Caio Prado Jr.<sup>10</sup>, Moura não desiste do projeto que resultará no livro seminal e pelo qual o autor é reconhecido nacionalmente. (Malatian, 2022)

Se de Caio Prado Júnior surgem as principais referências de história nacional, inclusive com interpretações sobre a formação social brasileira que Moura irá aderir em grande parte da sua obra, Édison Carneiro lhe oferecerá enquadramentos metodológicos

---

<sup>10</sup> “Segundo a concepção de Caio Prado, o estudo de Moura deveria ser descritivo, narrativo, baseado em entrevistas de moradores, consulta a arquivos locais e sobretudo observação direta da região. No caso de a análise pender para a história, uma das possibilidades aventadas, forneceu orientação precisa no sentido da construção de uma narrativa que descrevesse a sociedade local em perspectiva temporal e portanto sem vãos teóricos, para aos quais avaliava estar o jovem pouco preparado. Para esta dimensão teórica, a indicação implícita era a própria obra de Prado, a ser enriquecida com a pesquisa empírica específica de âmbito regional” (Malatian, 2022:96)

da maior importância. É de Carneiro a sugestão da interligação dialética entre os fatos documentados e fontes históricas com os grandes acontecimentos gerais, além da importância dos estudos sobre as religiões negras, interligando-as sempre com o pano de fundo da *luta de classes* e com as questões econômicas tão caras aos estudos do experiente antropólogo baiano (Malatian, 2022; Oliveira, 2009).

Como se viu, até o momento da escrita de *Rebeliões da Senzala*, Clóvis Moura já tinha percorrido um grande caminho intelectual, com relacionamentos intrincados e referências que iam além, inclusive, das fronteiras nacionais. É desse universo categorial já amplamente complexificado que o autor escreverá uma obra de caráter singular na historiografia brasileira. Sua originalidade deriva, portanto, da complexidade institucional a qual estava envolvido, e da cultura autodidata que alcançou até então.

Cabe destacar inicialmente que, em contraposição aos seus estudos iniciais, aqui brevemente citados, Moura desenvolve neste livro uma interpretação antípoda a autores até então consagrados na historiografia brasileira, sobretudo em relação à tese primordial de Gilberto Freyre. Se contrapõe também às interpretações de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e inclusive de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior em seus aspectos centrais. Segundo Márcio Farias, do idílico mundo colonial brasileiro, caracterizado pelo encontro das culturas e das raças em implícita harmonia, interpretação cânone do modernismo dos três autores citados, Moura desenvolverá uma obra em que o protagonismo da população negra escravizada se interliga com a luta de classes, motor da história, através das diversas resistências, guerrilhas e formações de quilombos dos negros no Brasil (Farias, 2019).

Como veremos adiante, tal empreendimento recebe sistematização ímpar e original com a obra de Moura, apesar de já ter tido precedentes na literatura brasileira, sobretudo com intelectuais ligados PCB que a partir do início da década de 40 começa a encarar a população negra brasileira como sujeito histórico, não mais como grupo social passivo a ser conquistado pela política partidária e dirigido por ela, (Farias, 2019; Rossi, 2015; Sotero, 2019)

No que diz respeito à totalidade da obra de Moura a partir da escrita de *Rebeliões da Senzala*, seu primeiro livro, Márcio Farias (2019:60) destaca que a obra, “enquanto raiz fundante, é também a síntese dos escritos moureano”. E no que diz respeito à influência em relação à historiografia brasileira o mesmo autor ressalta:

Ainda hoje referência, o impacto desse livro de juventude do Clóvis Moura é salutar para toda a produção sobre escravidão que se seguiu nas décadas seguintes. Mais do que isso, temos nele uma importante renovação sobre a interpretação do país, ainda que, num primeiro momento, tenhamos apenas as raízes de uma árvore que floresceria e daria belos frutos para um pensamento de

Sobre a influência da primeira obra de Moura no pensamento e nos movimentos negros no Brasil, Malatian escreve que as suas cinco edições, nas quais as três primeiras receberam alterações fundamentais tanto na forma quanto no conteúdo, é um indício da sua importância e inserção como ferramenta militante politizadora. (Malatian, 2022)

Desenvolveremos ao longo do trabalho, análise da trajetória intelectual de Clóvis Moura a partir das obras de caráter sociológico e historiográfico e em diálogo com pensadores que tentaram resolver as mesmas questões que ele no cenário nacional. Desse modo as críticas literárias, os artigos jornalísticos e os poemas escritos pelo autor, são encarados como um suporte para compreendermos a inserção do personagem nos debates institucionais e políticos do período no qual viveu. Não pretendemos, entretanto, encarar a obra de Clóvis Moura como um todo homogêneo, sendo a sua *diferenciação* fundamental para compreendermos as contradições na formação intelectual de nosso autor. Só assim, conjuntamente com o desvendamento de sua trajetória política e institucional, que se concretizará o sentido e a sistematicidade da sua obra.

Dito isto, há de se empreender uma classificação epistemológica que nos permite sistematizar melhor a obra de Clóvis Moura. Dividiremos, portanto, o conjunto dos escritos em duas fases. A primeira fase diz respeito às tentativas frustradas do autor de empreender, ainda em Juazeiro, estudos antropológicos e sociológicos sobre a influência do negro na região do São Francisco através de diálogo epistolares sobretudo a intelectuais ligados à institucionalização da sociologia e antropologia de São Paulo, e os baianos Arthur Ramos e Edison Carneiro. Esta fase apresenta um caráter lateral no que diz respeito à sistematicidade da obra de Clóvis Moura, mas é de fundamental importância, porque a transição para uma perspectiva historiográfica delineada em *Rebeliões da Senzala* (que caracteriza a segunda fase) vai ficar marcada por uma ruptura radical e crítica com os pressupostos teóricos anteriores. A segunda fase, além das aproximações ao marxismo, Clóvis Moura empreende uma crítica sistemática à chamada sociologia acadêmica, integrando cada vez mais em suas obras, aspectos críticos de uma sociologia praxista com aspectos historiográficos.

Ainda sobre a transição para a segunda fase descrita acima, Segundo Gustavo Orloson Souza, a iniciativa da escrita de *Rebeliões da Senzala* simboliza uma virada no que diz respeito à visão de mundo do autor pois, diferentemente da pesquisa iniciada na Bahia sobre a cultura negra no sertão baiano, inspirada sobretudo nos pressupostos

culturalistas dos escritos de Edison Carneiro e Arthur Ramos<sup>11</sup>(Souza, 2013), Moura trabalha aqui com o aspecto “luta de classes”, não sendo o escravizado mais, na conceituação do nosso autor, alguém que só resiste culturalmente. Verificamos aqui, uma virada definitiva de Clóvis Moura em direção a uma sistematização marxista em sua concepção de mundo.<sup>12</sup> Implicitamente também encontramos em *Rebeliões da Senzala* críticas tanto aos seus companheiros de partido quanto à historiografia conservadora de Gilberto Freyre.

Para o autor, só a partir da compreensão da luta entre essas duas classes fundamentais (senhores e escravos) é que podemos compreender concretamente a história do Brasil colonial e imperial, sendo as demais classes sociais formadas tardiamente (sobretudo a partir do século XVIII) pelo processo de complexificação econômica do Brasil, encaradas na visão de Moura, como satélites das contradições fundantes. Nessa perspectiva, o negro com a sua resistência, e a formação de quilombos (aspecto, para o nosso autor, quase universal onde houve a escravidão) engendrou a dinamização da sociedade colonial brasileira ao mobilizar ideológica e tecnologicamente os aparatos sociais repressivos, e criou condições para a sua substituição em trabalho livre no final do século XIX. Essa análise é um dos fios condutores e um dos aspectos inovadores da interpretação histórica que empreende Clóvis Moura sobre a sociedade brasileira. Amplamente fundada em fontes históricas diversas, essa percepção parte de pressupostos contrários à intelectualidade da época que encarava a figura do escravizado como elemento passivo no processo histórico engendrado pela colonização. Posteriormente, esses contornos ganharão mais concreticidade na medida em que nosso autor avança nos seus estudos críticos sobre a sociologia acadêmica brasileira e interliga cada vez mais sistematicamente aspectos historiográficos com aspectos sociológicos.

---

<sup>11</sup> Segundo Gustavo Orsolon Souza: “Posteriormente a Nina Rodrigues, vieram outros que seguiram sua linha de pensamento como Arthur Ramos, com o livro ‘As Culturas Negras no Novo Mundo’, de 1937; e Edison Carneiro, com o clássico ‘O Quilombo dos Palmares’, de 1947. Esses trabalhos seguiram uma corrente interpretativa que Flávio Gomes, apropriando-se da classificação de João José Reis, chamou de ‘culturalista’. Isso significa que as interpretações que ‘desdobram-se’ a partir de Nina Rodrigues, defendiam a ideia de que a formação dos quilombos era resultado de um processo ‘contra-aculturativo’, ou seja, os refugiados se aquilombavam com o desejo de manter viva a cultura africana.”. Ainda conforme Souza, segundo Moura em introdução à quarta edição do livro “Rebeliões e Senzala” esses trabalhos “deixaram de mostrar a ‘dinâmica social’ e permitiram uma interpretação de que, superando os problemas culturais entre negros e brancos, tudo poderia ‘se ajustar’” (Souza, 2013, p.98). De Edison Carneiro, no entanto, ficaram os conselhos epistolares de interligação constante entre as revoltas locais com as nacionais. Apesar de romper com os pressupostos culturalistas deste autor, é através dele que Clóvis Moura sistematiza a formação dos quilombos como um fenômeno nacional. (Oliveira, 2009)

<sup>12</sup> Já encontrávamos elementos dessa concepção através de algumas cartas trocadas com os antropólogos “consagrados” de São Paulo. Nesse sentido, ver o debate com Emílio Willems sobre a inclusão, em suas pesquisas, do conceito de Ideologia Marxista, ainda em 47. (Oliveira, 2009, p. 50). É certo também que os aspectos culturais não vão ser completamente negados em uma elaboração marxista vulgar, mas vão estar constantemente ligados aos aspectos sociais de classe e seus conflitos.

Em consequência de seu isolamento intelectual na cidade do interior da Bahia, Clóvis se muda em 1950 para São Paulo, onde permaneceu até o seu falecimento em 2003. É logo seguido pela sua família com a transferência de seu pai para o estado. Casou-se com Iracema, sua primeira esposa, e se consolidou enquanto jornalista e militante orgânico do PCB. Nesses primeiros anos integrou a Frente Cultural do partido e colaborou nos mais variados jornais e revistas, como *Última Hora* (1952-1958), *Revista Fundamentos* (1952-1955), *Revista Brasiliense* (1955-1964) e *Revista Flama* (1952) (Souza, 2013).

A publicação de *Rebeliões da Senzala* em 1959 muitos anos após o início da pesquisa e escritura do livro revela dificuldades do autor perante o cenário intelectual paulista, apesar de já ter conexões com amplo espectro de escritores, muitos deles ligados ao Partido Comunista<sup>13</sup>.

Suas contribuições jornalísticas, nesse primeiro momento no estado do sudeste, refletem, portanto, a ligação de Moura com uma rede de intelectuais ligados direta ou indiretamente à cultura comunista. O partido, como muitas vezes em sua vida, se apresenta no novo estado como uma porta de entrada para contribuições intelectuais e trabalhos jornalísticos diversos. Jorge Amado, amizade epistolar quando ainda residia na Bahia, será o grande mediador de Moura no estabelecimento dessa rede intrincada de intelectuais e militantes. (Malatian, 2022)

O espaço de atuação intelectual de Moura em São Paulo nesse primeiro momento, como já foi ressaltado, gira em torno da chamada Frente Cultural do PCB. Teresa Malatian define o contexto da criação de tal Frente da seguinte maneira:

Conhecida como Guerra Fria Cultural, a dinâmica ensejou no PCB a política de Frente Cultural, projetada para contrapor-se aos desdobramentos da Doutrina Truman, anunciada em 1947, que visava enfrentar o avanço do socialismo em países ainda não afetos à influência soviética. A propaganda cultural desenvolvida pelo partido no Brasil reproduzia a pauta definida em nível internacional e para viabilizá-la foi decisiva a criação de jornais e revistas, sem contar a importante atividade literária de escritores engajados. (Malatian, 2022:127)

Moura dessa forma articulava a militância nesses meios com seus estudos, através de textos de combate que se fundamentavam em pesquisas sobre a formação brasileira e o papel do negro na constituição nacional. O anti-imperialismo partidário dessa época

---

<sup>13</sup> “Em um primeiro momento, o livro concluído foi de difícil aceitação pelo mundo editorial e o autor amargou recusas, como a da prestigiosa editora Brasiliense, propriedade de Caio Prado Júnior. Não valeu ao autor a inserção no grupo agregado em torno da liderança desse historiador e nem mesmo os artigos que por essa época escreveu para a *Revista Brasiliense* abriram-lhe o caminho para a editora. (...) Moura acabou publicando a obra em 1959 pela editora Zumbi, cuja trajetória nebulosa recebeu diferentes interpretações. A pequena editora foi fundada em São Paulo, em dezembro de 1957 pelos paraguaios Elvio Eligio Romero e Emiliano Daspett e pela brasileira Maria Antonieta Dias de Moraes, membros do PCB e interessados em publicar obras afinadas com a linha editorial do partido.” (Malatian, 2022: 108). Sobre as dificuldades editoriais de Moura na publicação de suas obras, ver também Gustavo Orsolon de Souza, 2013.

formatará a concepção moureana sobre o papel das ciências sociais estrangeiras e sua influência na intelectualidade brasileira, assim como sua crítica radical a elas, e engendrará, à sua maneira, uma espécie de nacionalismo teórico comum ao período. O ano de 1950 é o ano do Manifesto da Mantiqueira, no qual o PCB define uma linha de combate explícito às classes dominantes estrangeiras e ao latifúndio nacional a elas alinhados. Estabelece também ações táticas de combate direto, em alguns casos através de luta armada no campo, e define uma estratégia cujo as pautas principais giravam em torno da estatização dos monopólios estabelecidos no território nacional. (Malatian, 2022; Gorender, 1987)

Não é de todo absurdo a hipótese de que o programa definido pelo congresso de 1950 foi o que Moura mais aderiu ao longo de sua vida, inclusive com consequências teóricas importantes. Em 1962 o principal dilema dos militantes que saíram do PCB e fundaram o PCdoB foi a recusa do chamado “Manifesto da Mantiqueira” pelos programas partidários posteriores, recusa essa interpretada pela ala estalinista do partido como um recuo reformista. Não à toa que Moura aderiu a essa cisão partidária e passou a integrar, mesmo que distante e quase exclusivamente do ponto de vista intelectual, os quadros do então formado Partido Comunista do Brasil<sup>14</sup>(PCdoB). (Gorender, 1987; Oliveira,2009; Malatian, 2022)

É interessante observar aqui que tal conjuntura política nacionalista e anti-imperialista engendrada pelo PCB, assim como as influências partidárias que Moura recebe intelectual e institucionalmente, marcarão sua obra como um todo. Destaca-se nessa primeira década de Moura em São Paulo, entre muitos outros, os textos sobre Euclides da Cunha em que disserta sobre seus dilemas enquanto intelectual nacional, mas amplamente influenciado por doutrinas e teorias estrangeiras, ressaltando a sua cegueira parcial perante os problemas genuinamente brasileiros, assim como seu alcance analítico superior àqueles intelectuais que, na visão de Moura, estavam *absolutamente* alienados por concepções externas.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Moura sempre foi um entusiasta das lutas camponesas, interpretando-as às vezes como um resquício político e cultural das lutas quilombolas no período escravista.

<sup>15</sup> Em órgãos partidários que Moura atuou destaca-se a revista *Fundamentos*. Sobre *Fundamentos* e seus textos de combate no contexto da guerra fria, Malatian comenta: “Em *Fundamentos*, além de trabalhar na secretaria da redação, encontrou acolhida para sua produção e uma interlocução respeitosa que reconhecia a contribuição que ele poderia dar ao periódico na captação de artigos, expectativa sem dúvida autorizada pelos contatos que mantinha. Publicou entre 1952 e 1955 quatro artigos sobre Literatura e História, os quais traduziam não apenas uma de suas preocupações da época, o estudo sobre Euclides da Cunha e Os sertões, mas também pautas do PCB em seu programa anticapitalista, anti-imperialista e de valorização das lutas populares. Foram eles: No Cinquentenário de Os Sertões ; José Martí, herói do povo cubano ; Euclides da Cunha e a Realidade Nacional ; A Situação do Brasil como Nação Soberana. (Malatian, 2022: 128)

Outros artigos importantes que desnudam o início de concepções teóricas presentes em quase toda a obra de Moura são aqueles em que fazem críticas contundentes à intelectualidade acadêmica e seus métodos importados. Se nos excertos sobre Euclides da Cunha essa crítica está implícita na análise particularizada, nesses textos, o foco central é a sociologia em si, e seus aparatos teóricos cegos à realidade particular brasileira.

Tanto o texto sobre Euclides da Cunha, *Euclides da Cunha e a Realidade Nacional* (1954), quanto os da crítica à sociologia, *Congresso Brasileiro de Sociologia* (1962) ambos publicados em revistas sob influência direta ou indireta do PCB foram posteriormente desenvolvidos em livros, com os respectivos títulos *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* de 1964 e *A Sociologia posta em questão*, de 1978.

Moura articulará em seus escritos posteriores suas críticas iniciais à academia e aos métodos padronizados das ciências sociais à sua concepção sobre a marginalização do negro no Brasil<sup>16</sup>.

Em 1951, logo após a sua chegada no estado de São Paulo, Moura funda, juntamente com sua irmã, o jornal *Flama*, periódico no qual escreve artigos de combate em consonância com a já citada linha partidária naquela quadra histórica. Girando em torno de temas diversos como literatura, esportes, política nacional, internacional, dentre outros, seus editores e autores tinham o desafio de deixar claro sua linha política radical e anti-imperialista em um momento de ilegalidade partidária e censura:

Para os iniciados nas temáticas, não foi difícil identificar a orientação partidária de *Flama*. Resenhas de obras traziam o posicionamento político de seus editores, mas apareciam também pequenas notícias pouco chamativas por meio das quais eram veiculadas mensagens fortuitas formadoras de opinião. Havia adesão às pautas orientadas pelo nacionalismo, anti-imperialismo, defesa da democracia, da liberdade de pensamento e de expressão e denúncia da exploração entre classes sociais, especialmente identificada na configuração “feudal” dos latifúndios. O artigo *Os cassacos* assinado pelo redator-chefe José de Oliveira e Souza ilustra bem essa estratégia, pois no excerto de seu livro homônimo ambientava no arraial de Canudos, no sertão baiano, a exploração de classe a que estavam submetidos os operários que trabalhavam na construção de estradas. A leitura da história noticiava a revolução democrático-burguesa já ocorrida na Europa, bem como o aparecimento da classe operária na sociedade capitalista. (Malatian, 2022:137)

Do ponto de vista cultural a revista se pautava pela diferença fundamental entre intelectuais que refletem a realidade do povo brasileiro e aqueles considerados anti-nacionais, “a distinção entre os intelectuais legítimos e os pseudo-intelectuais (a serviço do imperialismo e das forças reacionárias) pautava o alinhamento” (Malatian, 2022:140).

---

<sup>16</sup> Sobre o caráter da chamada Sociologia Acadêmica amplamente criticada por Moura no conjunto de sua obra teremos oportunidade de voltar à questão nas páginas posteriores através de uma análise pormenorizada de algumas questões centrais.

Nesses anos Moura contribui com artigos importantes tanto à revista *Fundamentos*, quanto à *Brasiliense*.<sup>17</sup> O fato é que o pensamento de Clóvis Moura se destoava, assim como a de Caio Prado Jr, à visão hegemônica do Partido. Segundo Fábio Oliveira, essa discordância teórico-política em relação à hegemonia partidária, foi o principal fator que fez com que Moura se aproximasse sistematicamente à linha editorial da Revista *Brasiliense* (Oliveira, 2009). Na visão de Oliveira:

Fundamentos e *Brasiliense* marcam diferentes momentos do trabalho cultural do PCB em relação à intelectualidade paulistana. A revista *Fundamentos* – assim como o periódico *Notícias de Hoje* – é mais restrita à intelectualidade ligada do partido (e se apresenta como —órgão de imprensa oficial deste); já a *Brasiliense* possui maior poder de atração sobre intelectuais nacionalistas e/ou ligados ao movimento cultural paulistano e, por sua vez, sem ser órgão oficial do partido, está subordinada diretamente ao grupo de intelectuais comunistas ligados a Caio Prado Júnior e que, naquele momento histórico, encontravam-se marginalizados no interior do PCB (Montalvão, 2004; Limongi, 1987). Apesar do fato de, entre 1952 e 1955, Clóvis Moura ser secretário de redação de *Fundamentos*, isso não o impediu de colaborar com *Brasiliense*, o que sinaliza uma orientação distinta da linha hegemônica no partido (com o fracasso da orientação do Manifesto de 1950, o Partido se aproximará do nacional-desenvolvimentismo e das teses etapistas em torno da revolução brasileira) (Sales, 2000:20-25). O ápice deste processo será seu ingresso, em 1962, na dissidência que formará o Partido Comunista do Brasil (PcdoB), liderada por Pedro Pomar e João Amazonas (Maestri, 2004). (Oliveira, 2009)

Se a colaboração de Moura na *Revista Brasiliense* foi esparsa, com apenas três artigos escritos, não estando presente, em nenhum momento, no seu quadro organizativo e editorial, é certo que em *Rebeliões da Senzala*, sobretudo na segunda edição de 1972, encontramos uma explicação do quadro formativo social brasileiro calcado essencialmente na obra de Caio Prado Júnior, financiador e fundador da revista citada.

No entanto, é importante não hipostasiar a adesão de Moura às concepções pradeanas. Clóvis Moura, pelo que vimos até agora, apesar de diversas influências intelectuais até aqui parcialmente citadas, se apresenta já desde *Rebeliões da Senzala* como um intelectual singular e original. De Caio Prado Jr. tomou as interpretações sobre os *sentidos da colonização*, assim como a concepção de *capitalismo comercial* presentes em algumas de suas obras para se referir ao período colonial do Brasil, inserindo tais categorias em um universo teórico em que o conflito de classes como motor da história e o protagonismo das classes fundamentais está muito mais presente do que no pensador paulista. Se mais tarde, notadamente nas décadas de 80 e 90, Moura abandonará tais adesões com formulações originais no que diz respeito à formação histórica brasileira, o autor nunca aderiu à pauta pradeana no que diz respeito às alternativas políticas para o

---

<sup>17</sup> A primeira, órgão oficial do PCB, e a segunda ligada a intelectuais progressistas e acadêmicos que orbitavam na zona de influência de Caio Prado Jr., em geral comunistas dissidentes da linha oficial partidária. É interessante notar que ambas as revistas tinham objetivos diferentes *Fundamentos* tinha como objetivo editorial a produção de textos de combate e ligados diretamente à militância e à posição partidária, já a *Brasiliense* tinha um caráter muito mais acadêmico, filosófico e cultural.

Brasil e para as classes subalternas. Daí sua entrada no PCdoB em 1962, partido que tinha como linha programática uma estratégia de revolução por etapas através da radicalização tática, coisa inadmissível para Caio Prado Jr.

Nas décadas de 60 e 70, além de atuar como jornalista em diversos meios, tanto na capital como no interior<sup>18</sup>, Moura se notabilizou por participar de eventos internacionais que tratavam da questão negra, fundando, a partir daí, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA). A década de 70 ficou marcada em suas biografias por ser o período em que se filiou oficialmente ao Movimento Negro, tendo atuado anteriormente apenas como simpatizante (Souza, 2013).

Nos anos 60, mais especificamente a partir de 1965, Moura estabeleceu contatos com intelectuais ligados ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos, instituto situado na Bahia que tinha como um dos seus objetivos estreitar relações do Brasil, sobretudo do estado baiano, com o continente africano. Nos idos da citada década, antigos amigos do autor faziam parte da direção do instituto.<sup>19</sup> Para além dos fins diplomáticos citados, destaca-se a tentativa de trocas de conhecimentos entre ambos os lados do Atlântico sobre a cultura negra e suas contribuições tanto na América quanto em África, em um contexto de descolonização africana, ascensão de movimentos e líderes independentistas ao poder e acerto de contas com o passado colonial. Para isso se realizavam intercâmbios de intelectuais entre Brasil e África para estudo mútuo através de diversos assuntos de interesse e campos de estudo, como Sociologia, Linguística, História e Geografia (Malatian, 2022)

Das idas e vindas e das relações com seus amigos soteropolitanos do CEAO, Moura participa em 1974 de um congresso em Dacar em Senegal, cujo tema principal girava em torno da negritude na América Latina. As contribuições de Moura a esse congresso são importantes pois também desnudam posições teórico-político de relevância do autor<sup>20</sup>. A primeira a ser destacada diz respeito ao desenvolvimento de uma

---

<sup>18</sup> Segundo Ana Paula Procopio (2017), além dos órgãos já citados, ao longo da vida Moura foi redator do Jornal Última Hora, entre 1952 e 1958, dos jornais Diário Da Noite e Diário de São Paulo (1959). Foi crítico literário do Correio Paulistano (1960), e depois de 1964 diretor de redação do jornal Folha de São Carlos (1969-72). (apud Oliveira, 2009)

<sup>19</sup> “Vivaldo e Epaminondas, os irmãos Costa Lima, amigos de Clóvis desde os anos de juventude em Salvador, mantiveram com ele vínculos sólidos que resistiram ao passar do tempo e aos percalços. Muito embora separados geograficamente, conservaram ao longo da vida laços intelectuais e afetivos nucleados na capital baiana e espraiadas em diversas redes de sociabilidade. Luís Henrique Dias Tavares completa esse pequeno grupo originariamente constituído em torno do PCB e do jornalismo.” (Malatian, 2022:149)

<sup>20</sup> “Afinal tudo arranjado para a viagem, Moura enviou o texto de sua comunicação a Durand, que a considerou “trabalho notável” e adequado ao evento, cujos temas eram: Aportes das civilizações africanas à América Latina ( vida social, religiões, folclore, literatura, artes plásticas, música, artes culinárias, linguística, medicina);Negritude e indigenismo; O papel do negro na emancipação da América Latina. Dentre eles, o escolhido por Moura foi O papel do negro na emancipação da América Latina, que motivou as 26 páginas de sua comunicação assim intitulada, conforme texto datilografado existente em seu arquivo e posteriormente publicado em O Negro: de bom escravo a mau cidadão (1977).” (Malatian, 2022:159-160)

tese já presente em *Rebeliões da Senzala* de que o negro contribuiu ao longo do tempo e através de suas lutas diversas pelo definhamento do sistema escravista, e assim como no passado, cabe ao negro brasileiro o protagonismo pelas lutas do presente<sup>21</sup>(Malatian, 2022).

A segunda característica a ser considerada é que no referido congresso Moura se coloca teoricamente contrário ao conceito de *Negritude* em voga até então, assim como o movimento que tal elaboração engendrava. Postulou que, a partir da sua história e fundação, a *Negritude* representava uma revolta de intelectuais negros europeus que se viam marginalizados perante o pensamento branco do velho continente, e que enquanto tal não tinha pretensões radicais, visto que era restrito a uma elite desinteressada na emancipação real do grande contingente populacional negro em África e na América. No entanto, Moura não se restringiu só à crítica, mas propôs uma tentativa de ressignificação da categoria em termos praxistas e políticos. Uma ida do movimento restrito à elite negra às grandes massas exploradas pelo mundo. (Malatian, 2022)

Dessa maneira, através de diversas querelas e rompimentos no turbulento congresso, Moura delimitava seu campo teórico e político em relação a intelectuais importantes do pensamento negro brasileiro como Abdias do Nascimento.<sup>22</sup>

Suas ligações com instituições e intelectuais internacionais, além de uma ampla rede já constituída de colaboração mútua com pesquisadores brasileiros permitirá a entrada de Clóvis Moura no movimento negro da década de 1970 através da criação de um centro de pesquisa militante intitulado Instituto Brasileiro de estudos Africanistas (IBEIA) em 1975. Segundo Cleber Santos Vieira (2017:352), o instituto é resultado de um diálogo entre diversas instituições pelas quais o autor passou:

A partir da consulta a esta documentação [a saber, os arquivos pessoais de Moura localizados no Cedem-Unesp], desenvolvemos o argumento de que a criação do IBEIA resultou da intersecção de três campos de poder com os quais Clóvis Moura mantinha estreita e intensa relação: União Brasileira de Escritores (UBE); antigo militantes do movimento negro, particularmente os egressos da imprensa negra; e,

---

<sup>21</sup> “Inspirado pelas teses do PC do B e dos movimentos armados que se desenrolavam no Brasil na década de 1970, tal como a Guerrilha do Araguaia, Clóvis afirmou nesse texto que somente a participação da ‘massa negra’ nos processos de emancipação (movimentos projetivos) da América Latina foi transformadora, e poderia no futuro fazer sua libertação dos ‘vínculos coloniais e da dependência do capital monopolista internacional’. A conclusão era um claro apelo à sociologia da práxis em contraponto ao conhecimento acadêmico sobre o negro no Brasil, tese que desenvolveria nas obras *Sociologia da Práxis*, *Sociologia do Negro Brasileiro* e *Sociologia posta em questão*.” (Malatian, 2022:160)

<sup>22</sup> Moura, ao contextualizar as influências do movimento *Negritude* no Brasil escreve: “É nesta conjuntura que surge, em 1944, o Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento. Era, de fato, um conjunto que apresentava a negritude de forma consciente, desejando, através dessa ideologia, organizar os negros no Brasil. O movimento editou ainda o jornal Quilombo no qual o pensamento e a proposta do TEN se expressavam. Mas, o que esse grupo apresentava à grande comunidade negra marginalizada nas favelas, nas fazendas de cacau e de algodão, nas usinas de açúcar, nos alagados e nos pardieiros das grandes cidades? Nada.” (Moura, 1983:100-104)

terceiro, o político partidário, primeiro o Partido Comunista Brasileiro (PCB), até 1962, e, desde então, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Todavia, para além destas linhas de força mais influentes, em suas origens, o IBEA pretendeu constituir-se como espaço de articulação entre movimento negro e produção científica sobre a questão do negro permeada particularmente pelos propósitos de formação de uma consciência de classe e raça caracterizando-se, por isso, como se verá adiante, como uma espécie de frente abrigando quadros egressos de diferentes correntes político-partidárias e movimentos.

Organização apartidária e sem fim lucrativo, o IBEA aglutinava ativistas e intelectuais das mais diferentes vertentes ideológicas, como ex-integrantes da Frente Negra Brasileira (FNB), socialistas, comunistas, entre outros<sup>23</sup>. Tinha como fim não somente a pesquisa sobre a população negra na relação academicista sujeito-objeto, mas uma aproximação das pesquisas e de intelectuais com essa população e com seus problemas mais candentes, com o intuito de oferecer soluções aos problemas raciais no Brasil. <sup>24</sup>O instituto dessa maneira fugia da vertente chamada culturalista sobre o estudo do negro, buscando inserir as interpretações sociológicas e históricas no quadro da conflito entre classes sociais e da chamada *sociedade competitiva* fonte de desigualdades raciais e sociais diversas. Negava dessa maneira, a interpretação célebre do movimento da *negritude* no Brasil que buscava a volta, segundo o autor, a um passado mitificado de raízes africanas. Delimitava, novamente, agora de um ponto de vista institucional, o seu campo de atuação em relação aos intelectuais ligados ao Teatro Experimental do Negro (TEN).(Vieira, 2017; Malatian, 2022)

O IBEA foi uma das organizações que posteriormente integraram o Movimento Negro Unificado, fundado em 1978, além de ter sido uma organização com ligações internacionais, propiciando a seu fundador e presidente quase vitalício, a participação em diversos congressos no exterior.<sup>25</sup> A atividade da instituição chamou atenção dos órgãos

---

<sup>23</sup> “Quanto aos militantes do movimento negro, reuniu entre outros os da velha guarda, como José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral, Aristides Barbosa, jornalistas e ativistas desde a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931, além de outras lideranças como Geraldo Campos de Oliveira, Henrique L. Alves, Oswaldo de Camargo e Eduardo de Oliveira.” (Malatian, 2022:279)

<sup>24</sup> “Uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que se dedicará a realizar cursos, estudos, congressos, simpósios, mesas-redondas, edições de livros, pesquisas e debates sobre aquilo que se relacionar com o negro e a sua problemática. Procurará interessar a comunidade negra pelos seus problemas, assim como ligará e procurará aproximar as universidades dessas comunidades, fazendo com que os estudos que estão sendo feitos pelas primeiras passem a ter uma função operacional no sentido de resolver os problemas das relações inter-raciais no Brasil. Não terá vínculos com partidos ou grupos políticos, religiosos ou econômicos. Manter-se-á pelos seus próprios recursos, que serão os seguintes: a) contribuições regulares dos seus sócios; b) doações que venham a ser feitas; c) subvenções de espécies diversas.” (Minuta-Projeto de Criação do IBEA, s/d. CedeM-Unesp. Fundo Clóvis Moura. Ata da Assembleia de Fundação do IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, 17/06/1975. CedeM-Unesp. Fundo Clóvis Moura. Série 3: Diversos. apud Vieira, 2017:355)

<sup>25</sup> “Estabelecidos os marcos de referência da atuação do IBEA, na prática as atividades foram variadas. Conforme relatório apresentado por Moura, consistiram em palestras, entre elas aquelas tematizadas em Lima Barreto, com participação dos professores universitários Antônio Cândido e Paula Beiguelman. Em 1993, realizou-se a Semana Arthur Ramos. Além disso, Moura participou por intermédio do IBEA de eventos culturais e acadêmicos relacionados ao negro e ao preconceito racial. Entre eles destaca-se o 20.o Encontro Anual da Latin American Studies Association (LASA), em 1977, aonde compareceu como

de repressão da ditadura civil-militar brasileira que acompanhou de perto as relações de seus integrantes com os países recém-independentes da África, assim como seus diversos congressos e palestras, em sua maioria, compostos por intelectuais progressistas ou diretamente ligados ao campo marxista. (Vieira, 2017; Malatian, 2022)

A década de 70 foi para Moura profícua não só do ponto de vista institucional, como também do ponto de vista de produção e escrita, como atestam as diversas obras feitas no período. Destaca-se entre elas a já referida *A Sociologia Posta em Questão* de 1978 e *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* de 1977

No livro de 77, percebe-se uma inflexão da análise exclusivamente histórica de *Rebeliões da Senzala* para um foco que tenta responder os impasses sociais da população negra brasileira através de categorias sociológicas como chaves de compreensão das barreiras impostas pelo preconceito na chamada *sociedade competitiva*. O livro se apresenta muito mais como um compilado de textos e comunicações apresentadas e escritas anteriormente do que como uma obra coesa em sua totalidade.

Nele Moura lança mão de conceitos da sociologia clássica como *Grupo social diferenciado* e *Grupo social específico*, cuja analogia com as categorias marxistas de *classe em si e classe para si* são evidentes. O grupo social dos negros no Brasil por si só se constituem enquanto um *Grupo social diferenciado* com toda sua cultura e *ethos* particulares, e quando tomam consciência da sua condição de subalternidade e começa a colocar em pauta seus problemas fundamentais se constituem, por sua vez, enquanto *Grupo social diferenciado*. (Moura, 2021)

Em *Sociologia Posta em Questão* de 78, livro anteriormente publicado em espanhol em uma editora mexicana como o nome de *Sociologia de la práxis* em 1977, mas escrito em 1968, Moura desnuda sua concepção materialista da história em consonância com os grandes nomes do marxismo juntamente com alguns teóricos de matriz soviética. Se coloca enquanto antípoda do que chama de sociologia acadêmica, que, na visão do autor, em sua ultra-especialização acaba não percebendo a essencialidade do objeto estudado, assim como esconde a sua dinamicidade intrínseca. Denuncia que por trás da suposta neutralidade das ciências sociais acadêmicas se encontra uma partidarização a favor da

---

convidado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e apresentou a comunicação Contribuição do Negro às Artes no Brasil. Além do Encontro, realizado em Houston (Texas), foi convidado enquanto presidente do IBEA, a visitar outras universidades norte-americanas e a estabelecer contatos com seus alunos, docentes/ pesquisadores, entre eles o brasilianista Thomas Skidmore, autor da obra consagrada Preto no Branco. O convite oficial foi transmitido pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John H. Crimmins e garantiu-lhe transporte, estadia e manutenção durante o período da visita, que incluiu as universidades Stanford (Califórnia), Wisconsin - Madison, Howard Johnson (Washington, D.C.), além da Division of Human Rights da ONU. (Malatian, 2022:286)”

burguesia associada ao imperialismo, o que diferencia os estudos realizados na academia com os intelectuais ligados à burguesia nativa, comumente associados, no Brasil, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), neles a visão também é parcial na medida em que compreendem a sociedade enquanto um organismo em evolução e se iludem com as capacidades revolucionárias (ou evolucionárias) autóctones da fraca burguesia nacional (Moura, 1978)

Apesar de desenvolver, no conjunto de sua obra, críticas sistemáticas à dita “Sociologia Acadêmica” e aos intelectuais que a circundam, os anos de 1980 foi marcado pelo reconhecimento de Moura por essas instituições. Começou, a partir de então, a colaborar esporadicamente com participações em bancas de mestrado e doutorado. É nessa década que ele recebeu o título de Doutor Notório Saber pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

O contexto de redemocratização das décadas de 80 e 90 e o ressurgimento do movimento negro, junto com alterações fundamentais nas bases curriculares tanto no ensino básico quanto no ensino superior significou um sucesso editorial para as obras de Clóvis Moura. Em constante diálogo com as demandas do movimento negro, na qual o autor nunca se dissociou desde as décadas de 1970, Moura vai publicar mais duas obras de extrema importância. São elas: *Sociologia do Negro Brasileiro* de 1988 e *Dialética Radical do Brasil Negro* de 1994. Destaca-se nas referidas obras, para além da reafirmação das teses presentes em livros anteriores, a tentativa de sistematização de um “modo de produção escravista” em consonância com estudos de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender no mesmo período. Tal tentativa de sistematizar intelectualmente um modo de produção, chamado *escravista* com todas as suas peculiaridades significa um abandono, sempre parcial, é certo, das concepções de Caio Prado Jr. já parcialmente referidas anteriormente<sup>26</sup>, sobretudo no que diz respeito à elaboração de que o período colonial brasileiro se encaixaria na categoria de capitalismo.

Essa sistematização também se apresentava enquanto um antípoda das tendências marxistas acadêmicas da década de 80 e sua renovação a partir das lentes do marxismo inglês influenciados sobretudo por E.P. Thompson e sua história vista a “partir de baixo”. Na concepção de Moura, a ausência de uma metodologia concreta escondida sob a categoria da *Experiência*, levava a um subjetivismo na análise e uma sobrevalorização de aspectos não essenciais na análise histórica global.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Voltaremos ao assunto especificamente no capítulo 3, ao analisar interiormente alguns aspectos do conjunto da obra de Moura em comparação sistemática com alguns pares.

<sup>27</sup> A crítica a E.P. Thompson por parte de Moura se encontra indiretamente no livro *Sociologia do Negro Brasileiro* ao falar sobre a obra de Katia Mattoso

O sucesso editorial de Moura na década de 80 também se dava através da publicação de diversos livros paradigmáticos que respondiam à demanda de redemocratização do país. Conforme Malatian (2022:250)

Entre as importantes disposições do texto constitucional, destacam-se aquelas referentes a políticas de inclusão que garantiam direitos a populações minoritárias, especialmente quilombolas e indígenas, como resultado da atuação de movimentos sociais fortalecidos com a configuração política favorável aos debates. A criminalização do racismo evidenciava a atuação incisiva do movimento negro que havia empreendido revisão historiográfica por meio da recusa da interpretação da Abolição como ato de outorga proporcionado pela Lei de 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel, interpretação esta substituída por um enfoque que valorizava as lutas dos próprios escravizados no processo.

Obras como *História do Negro Brasileiro* publicada no centenário da abolição (1989), *Brasil: Raízes do Protesto Negro* (1983), *Os Quilombos e a Rebelião Negra* (1981), dentre outros foram requeridos a Moura por diversas editoras, respaldadas em sua fama como intelectual importante ligado ao IBEA e às demandas do movimento negro e referenciadas pelo seu recém requerido título universitário. (Malatian, 2022)

Ainda em 88, Moura foi chamado a, junto com intelectuais como Joel Rufino dos Santos, escrever uma História Geral do Negro no Brasil sob a chancela do ministério da cultura. Apesar de todos os esforços que resultaram no livro *As Injustiças de Clio* de 1989, o projeto não seguiu adiante. O livro que resultou da pesquisa inicial se constitui enquanto um panorama histórico dos intelectuais dominantes do sistema escravista e do capitalismo que lhe deu sequência. Através da categoria gramsciana de *Intelectual Orgânico*, Moura desvenda a partidarização que fez com que intelectuais de relevância desse pouca importância ao protagonismo histórico dos negros, enquanto na visão do autor, tal protagonismo se constituiu enquanto motor principal da História.

O último grande trabalho de fôlego que Moura empreendeu se iniciou na década de 1990 e foi o *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, projeto incabado publicado postumamente em 2013, que teve custeio inicial da fundação Ford e representa uma síntese da erudição do autor ao final de sua vida.

## 2) Balanços e perspectivas historiográficas

A primeira tentativa de analisar sistematicamente a obra de Moura se deu quando este ainda estava vivo. A dissertação de mestrado de Érika Mesquita, *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira* é de 2003<sup>28</sup>, pretendia analisar a contribuição e a importância não reconhecida desse intelectual no debate sobre a constituição da sociabilidade brasileira. Analisa, portanto, o pioneirismo de nosso autor em destacar e dar vida o protagonismo do negro na história do Brasil já em 1959, além de ressaltar o caráter de sua obra como anti-acadêmico que culminou com o isolamento em vida, tanto em instâncias partidárias quanto dentro do debate historiográfico e sociológico brasileiro (Mesquita, 2003). Ao falar sobre esse isolamento de Clóvis Moura, Mesquita afirma:

A questão que se coloca é, por que o autor foi preterido da discussão acadêmica, principalmente logo após sua “inserção”, como mais um pensador da escravidão e da história do negro no país. Talvez a resposta a este questionamento esteja na própria leitura feita por Moura da História social brasileira, que com grande acuidade e criticidade verificou que para a construção desta sociedade cobre-se um alto custo dos setores subalternos, em especial dos negros. Leitura esta incômoda para as classes dominantes.(...) O fato é que seu primeiro livro, *Rebeliões da Senzala*, foi eufemisticamente pouco acolhido pelos intelectuais brasileiros, pertencentes ou não ao Partido Comunista, que resistiram à sua tese.(...) E por, por conta de sua posição, digamos radical dentro do “Partidão”, desde logo, proveniente de suas interpretações consideradas verdadeiras aberrações por seus companheiros de partido, Moura começa a ser isolado ou “desqualificado” dentro da verdadeira e profícua luta do PCB - a luta de classes, que para os partidários do Comunismo nada tinha a ver com a questão racial. (Mesquita, 2003, p.176-7)

Apesar do pioneirismo em destacar os méritos de Moura no amplo debate sobre o Brasil em detrimento do seu isolamento em relação aos intelectuais consagrados, na nossa opinião, não há, no trabalho de Érika Mesquita, uma análise sistemática da trajetória intelectual e institucional de Clóvis Moura que consiga compreender a diferenciação de sua obra à luz dos embates com seus pares. Em Mesquita a obra de Moura, apesar de amplamente explicada no que diz respeito aos conceitos, aparece como homogênea, e sua trajetória intelectual e pessoal aparece como satélite, sendo sua dissertação muito mais um ensaio de história do Brasil sob a ótica de Moura do que uma análise sistemática sobre tal.

Tal empreendimento sistemático de interpenetração entre obra e vida, no entanto, vai ser feito por Fábio Nogueira de Oliveira em sua dissertação de mestrado feita em 2009. Oliveira integra a obra de Moura no debate intelectual mais amplo sobre o modernismo da sociedade brasileira e a tentativa sistemática desse movimento de revisar a história, dando protagonismo a setores historicamente subalternizados. O autor

---

<sup>28</sup> Dissertação que tem como orientador o sociólogo Octavio Ianni

destaca, através de ampla pesquisa em fontes, a inserção de Clóvis Moura na intelectualidade nacional, através de suas opções militantes e intelectuais ao longo da vida e obra. Oliveira chega, portanto, à conclusão de que ao longo da vida Clóvis Moura desenvolveu, em diálogo com o modernismo da época, uma sociologia praxista negra de caráter anti-acadêmica e militante

Gustavo Orsolon de Souza em sua dissertação *“Rebeliões da Senzala”: dialogos, memória e legado de um intelectual brasileiro* (2013) situa Moura no debate e contraposição aos intelectuais consagrados da geração de 20 e 30<sup>29</sup>, ao mesmo tempo em que nos oferece um panorama das institucionalizações das ciências sociais no Brasil, e do empreendimento feito pela Unesco na tentativa de desvendar o caráter da internacionalmente conhecida “Democracia Racial” no Brasil, financiando intelectuais paulistas para pesquisas de caráter sociológico e antropológicos. No entanto, no que diz respeito à obra, Souza se restringe a analisar a repercussão e inserção de *Rebeliões da Senzala* no mercado editorial, e as suas mudanças no que diz respeito às diferentes edições. (Souza, 2013)

Através de uma análise histórica da questão agrária brasileira, desde o período colonial até a contemporaneidade, Mary Vânia Nogueira Ferreira em sua dissertação de mestrado *“Raça” e classe no pensamento social brasileiro: Uma abordagem sobre a obra de Clóvis Moura* (2013), desenvolve a problemática em relação ao caráter do racismo brasileiro, e a sua fundamentação essencialmente histórica, social, política e econômica. Posteriormente a autora encaixa a totalidade da obra de Moura no debate geral que diferentes intelectuais brasileiros empreenderam na tentativa de resolver os dilemas referentes à raça e à classe no Brasil.

É do mérito de Ana Paula Procopio desenvolver, em sua tese de doutoramento: *O contrário de “casa grande não é senzala. É Quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura* (2017), uma análise sistemática da obra do autor através das categorias fundantes da teoria marxiana. A partir de categorias como modo de produção, dialética, alienação, contradição e práxis, a autora desenvolve uma análise de como Moura apreende tais conceitos para empreender uma concepção de mundo particularmente nova em relação ao marxismo vigente. Para além de abordar as relações estruturais fundantes entre racismo e capitalismo, Procópio trás Clóvis Moura para a atualidade, ressaltando a pertinência política, historiográfica e sociológica do autor nos tempos de hoje, tanto para uma alternativa radical societária quanto para a formação teórica do profissional de Serviço Social.

---

<sup>29</sup> Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda etc.

Na tese *Sem canduras nas palavras: Clóvis Moura e os dilemas intelectuais do antirracismo no Brasil (1959 - 1995)* (2019), José Maria Vieira de Andrade mobiliza Moura para pensar sobre o movimento negro e a sua inserção no quadro global da sociedade Brasileira. Através dos conceitos de “intelectual transitivo”, questiona os pressupostos dos movimentos que se pautam exclusivamente na “identidade negra positivada”. Para abarcar Moura no conceito de “intelectual transitivo”, Andrade faz uma importante análise dos dilemas pessoais de Moura expressos em suas obras literárias e em sua trajetória intelectual..

Em *Clóvis Moura e o Brasil: Um ensaio crítico*, Marcio Farias inicia um empreendimento de sistematização da vida e obra de Clóvis Moura, indicando a coerência da totalidade dos escritos do autor, desde os seus primeiros estudos. Destaca que primordialmente existe em Clóvis Moura um *leitmotiv*, uma substância que interliga seus estudos, com problemáticas similares ao longo de sua vida. Sobre tais problemas o autor se debruçou ao longo dos anos, evidentemente constituindo assim rupturas e descontinuidades, mas que na visão de longo alcance, deixa à vista uma coesão como poucos intelectuais empreenderam. Para Márcio Farias, Moura coloca a questão racial no Brasil em parâmetros originais.

Marcio Farias retorna ao século XV e chega ao século XIX, para compreender as origens da colonização, do pensamento Ocidental que a fundamenta, e os seus “antípodas” ao longo dos períodos históricos. Nesse sentido, Clóvis Moura se situa em uma tradição histórica de ruptura que passa por Joseph Anténor Frimim, José Martí, indo até intelectuais da elite que propuseram rumos distintos para a formação social brasileira, como José Bonifácio e Joaquim Nabuco. O século XIX, para Farias, é um período decisivo., de síntese dos problemas fundamentais dos três séculos anteriores<sup>30</sup>, no qual o projeto vencedor foi o projeto eugenista “que primava pela existência de raças humanas e uma subsequente hierarquia entre elas.” (Farias, 2019, p.37)

Partindo para o século XX, Farias faz um panorama das diversas interpretações de intelectuais que escreveram sobre a formação social brasileira do ponto de vista marxista. Faz um balanço das perspectivas de intelectuais como, Caio Prado Jr, Carlos Nelson Coutinho, José Chasin, dentre outros. O ponto central é que a configuração sócio-histórica brasileira tem suas peculiaridades, e que o que aqui se deu foi um

---

<sup>30</sup> Para fundamentar essa argumentação, o autor recorre a Caio Prado Júnior, para quem o interesse no século XIX “(...) decorre sobretudo de duas circunstâncias: de um lado, ele nos fornece, em balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental, eliminando do quadro ou pelo menos fazendo passar ao segundo plano, o acidental e intercorrente daqueles trezentos anos de história. É uma síntese deles. Do outro lado, constitui uma chave, e chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje.” (PRADO JR, 2000, P.1 apud Farias, 2019, p.27)

capitalismo incompleto e *suis generis* de caráter dependente, não importando o nome ao qual se designe essa idiossincrasia.

A década de 30 marca o surgimento do Modernismo e a ruptura com os parâmetros do século XIX. Parafraseando Moura, Farias coloca que entre os três autores principais do período, a saber, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior com suas obras inaugurais, existe um acordo tácito, uma narrativa implícita de coesão e harmonia racial que camuflava os processos históricos reais: “Na lenda da modernidade encantada, a ideia de harmonia entre raças e ou superação das contradições está presente quase na totalidade do pensamento social brasileiro, mesmo com as diferentes matrizes em que cada autor está ancorado.”(Farias, 2019, p.67). A partir dessa problemática a obra de Clóvis Moura, com seu livro *Rebeliões da Senzala* de 1959, se apresenta como uma ruptura:

Diante desse quadro, *Rebeliões da Senzala* se manteve incólume e dá mais respostas sobre questões contemporâneas que afligem o país do que grande parte dos intelectuais que discutimos, ao menos em alguns pontos. Essa envergadura do livro só foi possível, pois ele se alicerçou diante da singularidade da participação negra na formação nacional, da forma específica de ser capitalista no Brasil e de suas mediações (...). Em outras palavras, o livro demonstrou que é no dinamismo interno posto na oposição entre escravo e senhor que se encontra o início da formação nacional, originalmente contraditória não só em termos estruturais, mas também em termos políticos; o encontro entre senhores e escravos não se deu sem atrito. Essa leitura que Clóvis Moura possui em seus estudos iniciais sobre o tema que dará as bases para as discussões ulteriores de sua obra, portanto, não temos em *Rebeliões da Senzala* as categorias mais vigorosas de sua interpretação nacional, questão relegada aos textos da década de 1980. Por outro lado, tudo que decorreu dali em diante tem nesse livro os aspectos elementares. Isso quando discutimos a produção de Moura por dentro. (Farias, 2019, p. 75)

Para além da coesão das problemáticas na totalidade da obra, Marcio Farias sustenta que Moura foi revolucionário na historiografia por colocar a chave de análise nos parâmetros acima citados, além de antecipar, em sua obra inaugural, métodos e problemas colocados pela historiografia brasileira da década de 1980, muito inspirado pela obra de E.P. Thompson.

Em suma, Moura, para Farias, não se restringe às dimensões culturais e nem raciais, como os demais intelectuais em suas grandes obras. O problema fundamental é, para o autor piauiense, as possibilidades de agência política do negro em todo o período histórico da formação do país. As suas lutas que engendram a dinâmica histórica brasileira desde o princípio.

Partindo de pressupostos teóricos inspirados em Bourdieu, Teresa Malatian, em seu livro *Clóvis Moura uma biografia* empreende a mais detalhada descrição da trajetória de Clóvis Moura, abrindo um leque de possibilidades de pesquisa exatamente pela

complexidade e a farta documentação consultada. Na apresentação do texto, Malatian deixa claro seus pressupostos:

Foram selecionadas nesta biografia, que não se pretende exaustiva, “acontecimentos significativos”, estabelecendo-se entre eles nexos denotadores de alguma coerência ou sentido, o peso do *habitus* dos agentes envolvidos, sua identidade singular numa teia de relações estabelecidas nos diversos campos. A importância do *habitus* nas trajetórias individuais entrelaçadas em destinos cruzados, a formação e dissolução de grupos, fatores de coesão, dialética das posições e disposições constituem o enfoque principal. O foco analítico incide no percurso de uma trajetória social construída acerca da vida do autor conforme séries de posições ocupadas em diversos espaços nos quais ele atuou.” (Malatian, 2022, p.17)<sup>31</sup>

Teresa Malatian não se restringe exclusivamente à trajetória do autor, mas parte para análises das obras, destacando as influências intelectuais de cada momento específico, os conceitos-chaves de cada obra, os empecilhos institucionais; para além de destringir lateralmente seus escritos jornalísticos e literários. Malatian chega a fazer um breve esboço da personalidade de Moura, destacando seus desencontros pessoais e institucionais através, principalmente, do uso das cartas como fontes.

Polemizando com alguns comentadores da obra de Moura, Malatian defende a tese de que o autor, apesar de seu caráter combativo e crítico, evidente em sua obra, contra as instituições acadêmicas no Brasil, não ficou relegado do grande debate historiográfico no século XX e nem tampouco foi marginalizado:

A abundância e a riqueza dos testemunhos dessa trajetória invalidaram desde o início da pesquisa a tese de que teria sido um marginal em relação ao mundo acadêmico. Sociabilidades e trocas intelectuais importantes, além de contatos institucionais fizeram de sua trajetória uma peculiar modalidade, a de intelectual que mesmo sem ter feito carreira na universidade, na qual jamais se inseriu profissionalmente, alcançou inserção referendada no meio. Sua obra foi produzida fora da academia, é bem verdade, porém não marginalizada pois encontrou receptividade e o reconhecimento do seu valor, especialmente a partir da década de 1980 - e de tal modo que se tornou incontornável nas referências bibliográficas de teses, dissertações, livros e artigos. (Malatian, 2022, p.296-7)

Dessa forma, Malatian insere questionamentos a pontos pacíficos dos comentadores de Moura até aqui. Deixa hipóteses e a serem pesquisadas ulteriormente e abre uma nova perspectiva não só da compreensão da trajetória intelectual do autor, mas também do campo institucional na qual se desenvolveram obras sobre o protagonismo negro na história brasileira.

---

<sup>31</sup> As principais fontes utilizadas nesse trabalho foram as cartas pessoais de Clóvis Moura localizadas no Centro de Documentação e Memória (Cedem-Unesp). Para além disso: “Outros arquivos consultados possibilitaram a complementação da coleta de fontes para este estudo: Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro), Biblioteca Nacional, Museu Edison Carneiro (Rio de Janeiro), Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Arquivo Público do Estado de São Paulo, Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo), Biblioteca da FFLCH da Universidade de São Paulo (USP), Arquivo Público Histórico Professor Rodolpho Telarolli (Araraquara), Arquivo do Centro de Memória da Universidade - CMU e Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social - AEL (ambos da Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP), Academia de Letras da Bahia, Arquivo Público do Estado da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.”

Vemos que apesar de escasso, nos últimos anos vêm se desenvolvendo estudos de suma relevância sobre esse intelectual importante para o pensamento brasileiro, que foi relegado em vida do debate dos “intelectuais consagrados”. Tais empreendimentos nos ajudam a compreender a trajetória do personagem por meio de sua biografia, ao mesmo tempo que consegue inseri-lo no contexto em que, através de suas contribuições, participava, mesmo que de forma marginal, da tentativa de compreender a formação social Brasileira e seus conflitos essenciais no contexto em que viveu. Ao mesmo tempo em que sua trajetória institucional e o contexto mais amplo vivido pelo autor devem ser ligados orgânica e contraditoriamente com as suas opções e explicações metodológicas em um movimento que relaciona dialeticamente parte e todo. Não necessariamente, no entanto, a comparação com autores que dialogaram ou tentaram empreender análises similares ou antípodas à de Clóvis Moura deve estar subordinado a uma inter-relação desses autores em vida. Conjecturas e estruturas sociais específicas colocam problemas similares a serem resolvidos de diferentes perspectivas pelos intelectuais que pretendem respondê-las.

Esse movimento, portanto, parece-nos oportuno sobretudo porque o momento histórico em que vivemos nos impõe. Clóvis Moura se caracteriza, no cenário brasileiro e internacional, pela sua potencialidade universal de resolver questões históricas que ainda nos afligem. Nesse sentido, é interessante ressaltarmos um reavivamento do legado de Clóvis Moura, junto a outros autores que colocaram em pauta o problema histórico do negro como Frantz Fanon, Walter Roney, CLR James, William Dubois etc<sup>32</sup>. No entanto, o ressurgimento desses pensadores de obras sistemática e universal é acompanhado contraditoriamente por teorias fragmentadoras que repudiam a análise social totalizante e partem de pressupostos baseados quase que exclusivamente na identidade para tratar de questões referentes a raça, classe e gênero.

Nesse sentido, para a compreensão sistemática da potencialidade universal de Clóvis Moura, destacamos alguns intelectuais que, através da perspectiva metodológica de história comparada, pretendemos desvendar pontos essenciais da obra e trajetória do autor.

A proposta de pesquisa aqui apresentada é relevante na medida em que investiga a gênese de um pensador fundamental no século XX e o posiciona enquanto intelectual importante para pensarmos o tempo presente. Para além disso, discorre sobre diferentes visões de mundo que colocaram em pauta o problema do negro brasileiro, da formação

---

<sup>32</sup> É interessante notar o crescimento substantivo nos últimos dez anos de dissertações, teses, conferências e lives sobre o autor.

social do Brasil e do caráter da sua economia. Esse debate, longe de estar antiquado nos dias de hoje, desnuda o caráter de classe dos seus interlocutores que tentaram, de uma forma ou de outra resolver um problema estrutural da sociedade brasileira, a saber: a marginalização cultural, social, econômica e política do negro no Brasil e o caráter retrógrado de sua economia e sociabilidade

## **CAPITULO 2 – Lutas sociais e política no movimento negro brasileiro: 1930-1970. Influxos teóricos e influências na formação intelectual de Clóvis Moura.**

Para compreendermos completamente a obra de Clóvis Moura e sua principal temática, devemos fazê-lo à luz das particularidades em que historicamente se constituiu a sociedade brasileira. Evidentemente, Moura não “inventou a roda” ao tratar sobre o problema do negro no Brasil. Interpretações e propostas díspares se integraram e se integram ainda hoje no quadro geral da produção intelectual nacional. A questão racial é um problema genético brasileiro, que veio à tona com características qualitativamente distintas a partir da abolição de 1888. Moura se apresenta enquanto um dos autores que oferecem uma chave de análise à questão racial brasileira, e só podemos compreender essa resposta historicizando-a. É fundamental, portanto, ligar a obra de Moura, ao período histórico ao qual viveu, ao debate no qual estava inserido politicamente, aos influxos teóricos das diversas correntes intelectuais e políticas e finalmente aos movimentos políticos negros que se constituíram depois do fim da escravidão.

O Brasil, como formação histórica escravista por excelência nos seus três primeiros séculos, em que segundo Gorender se desenvolveram todos os traços nitidamente de tal modo de produção, é o país em que a tomada de posição intelectual frente ao problema da escravidão e dos egressos dela também se apresenta mais nitidamente. Clóvis Moura é um dos poucos autores que respondem a esse problema a partir da visão do negro, desse grupo de pessoas que, na visão do próprio autor, ao não se integrarem ao sistema, deram a condição para o desenvolvimento de um capitalismo dependente *suis generis* no Brasil. Neste capítulo apresento a conexão da obra de Clóvis Moura com as práticas políticas do movimento negro em geral, apresentando o influxo desses movimentos de forma direta ou indireta em relação à obra do autor.

O que motivou o campo de pesquisa de Clóvis Moura na década de 40, época de sua maturidade intelectual, foi sobretudo a sua entrada no Partido Comunista do Brasil (PCB).<sup>33</sup> Através dele estabeleceu contatos pelos quais recebeu influências teóricas e metodológicas, sobretudo pelas trocas epistolares com diversos intelectuais que cercavam a cultura comunista à sua época. No Partido, Moura também se inteirou de

---

<sup>33</sup> Não queremos dizer com isso que o problema racial se apresentou a Moura pela primeira vez exclusivamente através do Partido. É consenso entre os biógrafos e estudiosos da obra do autor que tal questão aparece já na mais tenra idade como uma crise identitária de cunho pessoal, e que será resolvida através da autoafirmação positiva da identidade negra, com todas as implicações políticas de tal posicionamento. Tal autoafirmação é recorrentemente afirmada pelo próprio Moura em entrevistas que ocorreram em seu período intelectualmente maduro.

resquícios do movimento modernista na Bahia, cuja vitalidade fora expressa sobretudo na década anterior à sua entrada. A influência do movimento negro brasileiro criado na década de 30, cuja expressão máxima é a Frente Negra Brasileira (FNB), também não constitui uma excessão e vai influir apenas indiretamente nas concepções do autor, ou seja, apenas na medida em que o Partido, quando da entrada de Moura, ainda trazia consigo a cultura política constituída pelas resoluções programáticas partidárias em respostas à constituição desse mesmo movimento nos anos 30. Veremos também que as resoluções da Internacional Comunista sobre a questão negra também são de suma importância para entendermos as elaborações da cultura partidária sobre esse estrato populacional.

Por outro lado, na década de 70, Moura vai estar ligado umbilicalmente ao movimento negro renascente em São Paulo. Através da criação de uma instituição, o IBEA, vai tentar influir nos rumos de tais movimentos, se ancorando em uma *visão de mundo* própria e original.

Compreendemos aqui ambos os movimentos destacados (os da década de 1930 e de 1970) como síntese de tendências históricas embrionariamente formadas ao longo do tempo. Para a História dessas sínteses é imprescindível se ter em mente que elas não seriam possíveis sem anteriores movimentações atômicas, que no caso em questão, podemos citar os movimentos regionais do protesto negro, comunidades de bairros e recreativas, imprensa negra etc que ao longo do tempo foram se ampliando e em momentos históricos específicos se constituíram enquanto grupos de amplitude nacional.

Segundo Florestan Fernandes em seu clássico *A integração do negro na sociedade de classes*, os protestos sociais que irromperam na década de 30 que tiveram como protagonista principal a população negra, se caracterizavam por uma revolução dentro da ordem. Encaravam o racismo como resquícios exclusivos da sociedade escravista pré-abolição (nomeado por Fernandes de *Antigo Regime*), incorporavam os ideais da nova sociedade competitiva teoricamente igualitária em seus princípios, e se pautavam por uma igualdade *de fato*, pela competição de igual para igual com a população branca. Eram entusiastas dos ideais liberais que, no Brasil, maculados pelo racismo que impedia uma concepção verdadeiramente igualitária, engendrou uma modernização apenas incompleta (Fernandes, 2021)

Segundo Florestan, a opressão sobre a população negra se articulava de forma dupla, primeiramente pela desorganização social a qual estavam submetidos, com toda miséria dela decorrente, e segundo, pelos mecanismos sociais que dificultavam sua ascensão nessa mesma sociedade capitalista nascente. Os negros se apresentaram,

portanto, como uma “espécie de vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva e do modelo correspondente de organização democrática das relações entre os homens.” (Fernandes, 2021:379)

Tais movimentos antes regionais de características recreativa, literárias e jornalísticas se constituíram nacionalmente em 1931 com a Frente Negra Brasileira (1931), que, segundo Edilza Correia Sotero (2015) “Herdou o legado das movimentações associativas de negros da década de 1920, e assumiu a tarefa de congregar as propostas políticas que circulavam no interior da mobilização negra”. A Frente, fundada em São Paulo, teria como objetivo se irradiar para todo o Brasil, se constituindo, portanto, o primeiro movimento com intenção de interligar politicamente em nível nacional essa população que historicamente foi marginalizada pelo sistema representativo tradicional.

### **1) O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o movimento negro nas décadas de 1920 a 1940**

A vida intelectual de Clóvis Moura começa nos anos 40, portanto, uma década depois de movimentos e organizações políticas negras se constituírem em articulações nacionais. A sua ligação com o Partido Comunista se apresenta como uma porta de entrada a essas questões do ponto de vista teórico. O PCB baiano da década de 30, amplamente influenciado pelos ideais modernistas em sua vertente das literaturas regionais, vai se voltar a essa população. Rompendo com o paradigma de Nina Rodrigues, uma espécie de autoridade intelectual no campo da antropologia média do século XIX, surgem na Bahia dessa época intelectuais como Arthur Ramos e Édison Carneiro. O PCB que buscava uma base ampla, e constrangido externamente pelo COMINTERN e internamente pela Frente Negra Brasileira, tinha de responder às questões fundamentais daquele período.

Levando em consideração que o momento central para que Moura se interessasse pela questão da população negra no Brasil foi a sua entrada no Partido Comunista na década de 1940, é necessário fazer um panorama da história da inter-relação entre o Partido Comunista e a questão racial no Brasil.

As análises que se seguem sobre o PCB têm como objetivo e recorte exclusivamente o que é essencial para a compreensão da trajetória intelectual de Clóvis Moura. São escassos os estudos acadêmicos sobre a questão negra na seção brasileira do Partido Comunista. Seguimos aqui, a periodização de Chadarevian (2012) e Edilza Sotero (2015) sobre a incorporação da questão racial pelo partido.

Segundo os autores, há uma negação no primeiro momento da existência de um problema racial no Brasil que vai de 1922 (ano da fundação do partido) a 1928. Tal período é seguido por críticas de membros da IC no sentido da seção brasileira incorporar análises sobre a questão negra (1928-1930), e finalmente os anos que transcorrem tal incorporação sistemática irá de 1930 a 1934. (Chadarevian, 2012).

É importante destacar aqui também, evidentemente enquanto aspecto lateral, o histórico de inflexões sobre as análises da Internacional Comunista sobre a questão negra<sup>34</sup>. A elaboração que se segue, portanto, pretende analisar as decisões da Internacional Comunista e ligá-las à política partidária nacional, com suas particularidades e desenlaces.

Segundo Sotero (2015) foi a partir do IV Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1922, que a questão foi colocada sistematicamente<sup>35</sup>. A mesma autora destaca que:

A atuação e negros americanos foi fundamental para a formulação das teses introduzidas nas resoluções do IV Congresso da IC, o que influenciou os diversos partidos comunistas ao redor do mundo. Nos anos seguintes, e até a extinção da IC em 1944, é possível perceber a predominância da interpretação dos negros americanos na forma como a Internacional Comunista tratou o tema. (Sotero, 2015:191)

Se no IV Congresso a estratégia fundamental era fortalecer os movimentos negros de caráter nitidamente anticapitalistas e anti-imperialistas, e as alianças de operários negros e brancos contra o “inimigo comum” em todo o mundo, no VI Congresso em 1928 a estratégia muda nitidamente. Segundo Sotero, há nesse período uma mudança nas elaborações sobre os movimentos negros, concomitante à mudança de estratégia de “Frente Ampla” para uma orientação de luta exclusivamente operária, marcada por uma inflexão estalinista.<sup>36</sup>

A grande mudança adotada pela IC em 1928 foi a introdução de políticas diferenciadas por país, atendendo ao percentual de negros na população. Assim, passou-se a compreender a população negra em alguns países não como uma minoria oprimida, como ficou determinado nas resoluções da IC de 1922 [IV Congresso], mas como uma nação oprimida. Essa mudança de perspectiva determinava que, nos países com significativo contingente populacional de negros e

---

<sup>34</sup> Se a questão racial nasce com o movimento bolchevique ancorada nas elaborações de Lenin sobre a autodeterminação nacional, ela vai sofrendo diferentes inflexões ao longo do tempo, e consequentemente diferentes formulações prático-políticas pela Internacional Comunista e as suas seções pelo mundo. (Sotero, 2015)

<sup>35</sup> É interessante notar que nessa altura o PCB não conseguiu adentrar nas fileiras do movimento comunista internacional pelas teses apresentadas e pela falta de sintonia do grupo brasileiro (remanescentes do anarquismo) com a visão de mundo da IC daquele período. (Sotero, 2015:189)

<sup>36</sup> No Brasil, segundo a autora, o país “Estava entre os países independentes, mas com situação política, econômica e social muito próxima das semi-colônias, e precisava formar um Governo Operário e Camponês. O PCB deveria ser o condutor de todas as etapas do processo, baseando sua liderança na aliança entre operários e camponeses. A nova orientação também restringia acordos com a pequena-burguesia. Essa nova resolução da IC trouxe muitas dificuldades ao PCB, culminando na substituição da quase totalidade de seu quadro dirigente nacional nos anos seguintes.” (Sotero, 2015:192)

que tivesse situações de conflito, a reinvigoração por autodeterminação deveria ser a principal bandeira comunista para tratar da “questão negra”. (Sotero, 2015: 193)<sup>37</sup>

Apesar de tais mudanças paradigmáticas, o movimento modelo continuava ser o dos negros norte-americanos, capaz de liderar os negros de todas as partes do mundo.

Junto à inflexão referida no movimento internacional que pendeu ao estalinismo, se perdeu também uma certa autonomia que a sessão brasileira desfrutava até então, e a estalinização do partido brasileiro se deu por meio de um controle político e ideológico (Sotero, 2015; Chadarevian, 2012)

No Brasil persistiu até 1928 uma interpretação de que não existia um problema racial no país e que apesar de existirem negros, não existia uma “questão negra” (Chadarevian, 2012). Se destaca nesse sentido a intervenção de Leôncio Basbaum na I Conferência Comunista da América Latina (que ocorreu entre os dias 1 e 12 de junho) (1929), em que dissertou sobre a inexistência de preconceito racial na sociedade brasileira. Exposição que foi prontamente criticada pelos demais camaradas de outros partidos latino-americanos. Basbaum lutava pela não adesão acrítica, pela seção local, das teses elaboradas pelo Partido Comunista dos Estados Unidos que propunha a auto-determinação das nacionalidades negras, mas ao fazer isso ignorou completamente um problema fundamental da formação social brasileira, subestimando inclusive o elemento negro na composição demográfica do país. (Sotero, 2012: 200)

Sotero relata, utilizando-se de diversas fontes, uma reunião realizada em Moscou do Secretariado da América Latina da IC em 27 de Outubro de 1929, na qual a questão racial foi novamente negada enquanto problema nacional por um militante da seção brasileira denominado Silva. A autora prossegue:

A argumentação de Silva colocou em descoberto a existência de dois grupos, um deles parece ter sido formado por dirigentes da IC que acreditavam existir uma “questão racial” no Brasil, representado pelo Secretariado Latino da Internacional Comunista, Jules Humbert-Droz; o outro era composto pelos dirigentes do PCB, pouco convencidos de que a relação entre trabalhadores brancos e negros seria um assunto relevante o suficiente para orientar a política do Partido no país. (Sotero, 2015:204)

Nas reuniões do Secretariado da América Latina realizadas em 1929, o que transparece é que o grupo estrangeiro que advogava pela existência de um problema racial no Brasil parece compreender mais a formação social e os problemas fundamentais brasileiros do que os próprios membros da seção. Destaca-se, nesse sentido, a intervenção de Stepanov (cujo nome verdadeiro é Stoian Minev), ancorada em relatos de

---

<sup>37</sup> Em outros momentos indiquei: “Pode-se dizer que entre Édison Carneiro e Clóvis Moura, a obra do primeiro foi a que mais se aproximou da linha etapista do PCB, e às concepções autonomistas e nacionalistas do movimento comunista internacional, sobretudo na década de 30, apesar de algumas diferenças entre o autor e a linha partidária.” (REIS, 2022: 69)

viajantes e nas próprias estatísticas da participação política no Brasil, que ressalta que a delegação brasileira via o problema exclusivamente do ponto de vista da democracia burguesa formal, visto que acreditavam ser possível um negro ser presidente, enquanto 7/8 da população brasileira não podiam participar ativamente da política por serem analfabetos. Desses a maioria negros (Sotero, 2015:205)<sup>38</sup>.

O fato é que já a partir daquele ano há uma revisão dos pressupostos da análise concreta pela seção brasileira, e como relata a mesma autora, “Na publicação de *A Classe Operária* [Jornal de maior relevância partidária daquele período], em Julho de 1930, percebe-se que a população negra foi inserida entre os grupos focalizados na mobilização do Partido.” (Sotero, 2015: 209).

Esse processo, como já reiteramos acima, foi concomitante a uma estalinização, à expulsão de membros considerados “pequeno-burgueses” e a formação de tendências internas que logo foram também expulsas do PCB. É relativamente conhecida a guinada obreirista da seção brasileira no início da década de 30, acompanhada por uma heteronomia do Partido frente à IC, que permaneceu, através do Bureau Sul-americano (antigo Secretariado Sul Americano da IC), advertindo sobre a inabilidade da seção brasileira de arregimentar os setores negros e indígenas, frente a outras organizações, como a Frente Negra Brasileira:

As organizações chauvinista dos negros se estendem cada vez mais por todo o país e o Partido não assinala seu perigo para as massas de trabalhadores negros. Em toda sua existência, o PCB não tomou nenhuma medida para penetrar nos clubes e organizações culturais dos negros a fim de conquistar a massa de trabalhadora que aflui a elas. O Partido não compreende que a aproximação das nossas tarefas entre as massas negras e indígenas é um dos aspectos do problema da conquista da maioria da população trabalhadora do Brasil. Sem a participação das massas negras e indígenas na luta, nenhuma revolução de massas é possível no Brasil (Teses do Bureau Sul-Americano Sobre a Situação do Brasil e as Tarefas do Partido Comunista, 1931 apud Sotero, 2015:212-213)

Se por um lado, tal influxo da IC no que diz respeito à política partidária nacional na orientação oposta à anteriormente propugnada, tem o fator positivo de trazer à tona análises e ações específicas em torno dos grupos negros e indígenas, interpretando esses atores enquanto constitutivos da formação social brasileira e enquanto problema fundamental a ser incorporado, por outro impôs uma heteronomia partidária frente aos desígnios internacionais e uma interpretação monolítica aos membros da seção.

---

<sup>38</sup> Grande parte da documentação original é transcrita na tese de Doutorado de Edilza Correia Sotero: *Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo (2015)*. Essa discussão específica foi extraída da *Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Lauenroth/Unicamp, Campinas, SP*.

Tal heteronomia frente à IC reverberou do ponto de vista nacional e é destacada por Chadarevian, que relaciona o VI congresso tanto à imposição da pauta da “questão negra” quanto da formulação etapista para a revolução socialista a nível mundial :

“De acordo com esta concepção etapista da evolução econômica dos países, o Brasil se encontraria em um estágio semifeudal, no qual predominavam estruturas sociais, políticas e econômicas que entravavam o pleno desenvolvimento das forças produtivas. A análise pecebista da questão racial enquadrava-se nesta visão, na medida em que o racismo era entendido como uma mera reminiscência de uma estrutura social arcaica, originária da escravidão, da “ideologia do colonialismo”, que impedia a ascensão social do negro, mantendo-os como servos no campo, e cuja solução passava pela superação do modo de produção semifeudal que criava e reproduzia a classificação racial de indivíduos. Era, ademais, improvável que autores comunistas considerassem a opressão racial como um mecanismo de exploração econômica dos trabalhadores negros pela classe dominante, já que um segmento desta classe – a burguesia nacional – era vista como um ator central das mudanças necessárias para superar a fase feudal em que se encontrava a economia do país.” (Chadarevian, 2012:277)

A estratégia etapista se viu ainda sob o influxo contraditório do *slogan* corrente da autodeterminação nacional dos povos negros, muito influenciado pela política adotada pelo PCUSA junto à IC nos anos 30. Segundo Sotero

Entretanto, no caso brasileiro, as demandas não passavam de formulações genéricas e bem superficiais. Bem diferente do que o PCUSA elaborava no mesmo período em reivindicações similares. Entre os anos de 1931 e 1932 o PCUSA, em associação com a IC, promoveu diversos encontros liderados por dirigentes negros do partido no país. Como resultado desses encontros foi divulgada uma resolução sobre o direito de autodeterminação dos negros americanos na região que ficou conhecida como *Black Belt*. (Sotero, 2015:215-16)<sup>39</sup>

O fato é que ao longo de 1930, o Partido organizou o debate racial organicamente, e são inúmeros os exemplos de resoluções e publicações na imprensa partidária em prol da luta específica dos negros e dos indígenas, da sua dupla condição de explorado e da necessidade da busca por autodeterminação. Destaca-se, no ano de 1934, a reivindicação por autodeterminação inclusive para os nordestinos. (Sotero, 2015)

Nessa altura cabe abrir um parêntesis para esclarecimentos. Lukács em sua *Carta sobre o Estalinismo*, texto de 1963, declara que é necessário para essa corrente confundir fundamentalmente dois momentos da política: Tática e Estratégia. Deformações teóricas

---

<sup>39</sup> Na Oposição de Esquerda dos Estados Unidos o debate sobre autodeterminação foi contraditório. Edilza Sotero relata que grande parte dos militantes dessa corrente eram contrários às determinações da IC e faziam críticas abertas, mas Trotsky tinha opiniões divergentes internamente, argumentando que não bastava só o reconhecimento dos direitos civis, restrito à democracia formal burguesa. (Sotero, 2015:216). No Brasil o Jornal *A Luta de Classe*, órgão de imprensa ligado à Liga Comunista, organização surgida do racha interno depois da estalinização da seção nacional em curso a partir do VI Congresso da IC escrevia: “(...) É assim que a direção stalinista pretende combater os preconceitos de raça e nacionalidade. Prega abertamente a separação das raças. O louro Astrojildo e o candidato Paulo de Lacerda sentir-se-iam envergonhados de sentar, num bonde, ao lado de um trabalhador negro ou de um índio! Os operários do Partido que verifiquem agora quem são os ‘traidores’ e ‘renegados’” (*A Luta de Classe*, 31/05/1931:4 apud Sotero, 2015:215)

e práticas se registraram ao longo da história do movimento comunista internacional por conta dessa discrepância e não-diferenciação categorial. Os exemplos que o filósofo Húngaro dá sobre tal confusão é a constante revisão programática que tiveram de se submeter diversos partidos comunistas ao redor do mundo, inclusive em seus aspectos teóricos, pelo vaivém do comando do Comintern. Na medida em que não se esclarecia o que era imediato e o que era mediato, se tomava todas as decisões como a-históricas e estratégicas. Sob a ascensão do Nazi-fascismo até o ano de 1939, se lutava, por princípio, contra o fascismo através de frente amplas e alianças com setores moderados; já sob o pacto de não-agressão germano-soviético (Ribentrop-Molotov) os Partidos Comunistas lutavam contra o Imperialismo e contra a guerra, já que a luta anti-fascista não estava na pauta do dia, como estava nos anos anteriores ao referido pacto. Tal tática, a esse período, tomou ares perenes, como se fizesse parte da própria teoria marxista. Isso chega ao paroxismo com o fim da IC e a completa heteronomia dos PC's frente ao governo soviético depois de 1944. (Lukács, 1977)

Acompanhando essa não-diferenciação de tática e estratégia, uma única visão de mundo evolucionária foi imposta aos partidos comunistas de todo o mundo. Leis eternas e perenes e à priori foram utilizadas acriticamente para explicar todo o desenvolvimento humano e as particularidades de cada país. Isso, segundo Lukács, teve consequências graves para o movimento comunista internacional. Segundo o filósofo: “A nova ‘metodologia’ de Stálin fez com que amplos círculos, nem sempre a priori hostis ao marxismo, passassem a não ver nas afirmações teóricas de Stálin senão ‘justificações’ amiúde sofisticadas e em muitos casos pseudo-teóricas, de medidas puramente táticas e de validade bastante contingente”. (Lukács, 1977:5)

Essa mesma indecisão tática, estratégica e teórica foi colocada na pauta do dia em relação à questão negra. A mesma decisão acrítica, insensível às particularidades, fez com que se importassem análises de outros países (no caso referido, os EUA é o mais importante) para a realidade brasileira. Escritores comunistas importantes se pautaram teoricamente em tais decisões momentaneamente perenes, como é o caso do já referido Édison Carneiro.

Seria cair num reducionismo esquemático, no entanto, imputar às decisões da seção nacional exclusivamente sob o critério da heteronomia à Internacional Comunista, e não compreender as particularidades locais incontornáveis. Como ressalta Sotero:

No período abordado, de 1922 a 1945, o direcionamento das linhas de ação do partido estava subordinado, em grande parte, ao que era decidido no âmbito da Internacional Comunista. Entretanto, apesar da centralização, existiam conflitos, que só podem ser melhor compreendidos se for feita uma análise do PCB como uma agremiação com poder centralizado, composta por diversas seções, que nem

sempre se posicionavam de forma consensual, o que pode ser verificado em divergências sobre a questão racial no Brasil. (Sotero, 2015:184)

Se a luta pela Frente Ampla estava na pauta do dia em 1934, dada a ameaça fascista já concretizada na Alemanha e Itália, era necessário que a seção brasileira largasse o obreirismo do curto período anterior. O ano de 1935 marca, portanto, um abandono da política sectária perpetrada desde 1929 pela seção brasileira. A criação da ANL se deu, portanto, num momento de aliança tática entre diversos setores da esquerda (inclusive com os “trotskistas”) empenhados em combater o fascismo, e deu vazão também à adesão de remanescentes do tenentismo insatisfeitos com o governo Vargas. (Sotero, 2015:220).

É interessante notar que lideranças nacionais se empenharam na mudança dessa política. Destaca-se nesse ponto, a atuação do Comitê Central do PCB junto à IC no convencimento de seus integrantes de que o Brasil passava por um momento revolucionário, e que era necessário uma política condizente a tais fins. São controversas as diversas interpretações sobre tais acontecimentos, mas o fato é que a inflexão se concretizou, como se sabe, com consequências trágicas para o Partido nacionalmente (Sotero, 2015).

A ANL, frente liderada e idealizada pelo PCB, propunha, por sua vez, uma outra política para os negros e indígenas. Não estava mais na pauta do dia, a partir de 1935 pelo menos, a autodeterminação das “nações oprimidas”, mas se fez valer, a partir de então, um discurso muito menos radical, de aliança com a burguesia nacional e inclusive, segundo Sotero (2015), uma política que abria mão da hegemonia proletária na condução política da revolução. Em relação à FNB o discurso também se transformou: já não se tratava mais de conquistar a direção da organização, mas de buscar alianças (PRIMO, 2006)<sup>40</sup>.

Depois da derrota histórica de setores ligados à ANL em 1935, o PCB foi colocado na ilegalidade já em 1936, processo que se acirrou com o autogolpe de Getúlio Vargas e o decreto do Estado Novo em 1937. A tentativa de insurreição perpetrada pelos aliancistas foi decisiva como justificativa para o fechamento do regime, e o ocaso do Partido do ponto de vista institucional.

É o Estado da Bahia que vai receber os militantes perseguidos de outros Estados:

As mesmas condições que permitiram que muitos comunistas perseguidos encontrassem esconderijo na Bahia, contribuíram para o crescimento da importância dos militantes do PCB naquele estado para o funcionamento do partido em nível nacional. Como resultado, vários militantes comunistas baianos, ou que se

---

<sup>40</sup> Jacira Cristina Santos Primo em sua dissertação de mestrado sobre a ANL intitulada *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira 1934-1937* (2006) Ressalta, entretanto, que houve pouca adesão dos frentenegristas aos ideais da ANL

fixaram na Bahia, foram alavancados para posições de destaque que os conduziu a cargos no Comitê Central (CC) do Partido, especialmente a partir de 1937, quando teve início o Estado Novo. (Sotero, 2015: 234)<sup>41</sup>

Na segunda metade da década de 30, portanto, a Bahia vai ser o *locus* da militância comunista nacional. Tal período, apesar de repressivo, foi riquíssimo em termos de elaboração intelectual da questão negra brasileira. É em tal intervalo que se realiza o II Congresso Afro-Brasileiro, sendo o primeiro elaborado e organizado pela chancela de Gilberto Freyre em 1934, e o segundo quase hegemonizado pela política pecebista.

Cabe ressaltar aqui que foi na Bahia que se formaram os principais intelectuais comunistas que elaboraram obras consistentes sobre a questão negra. O fato de que o Estado não recebeu diretamente o influxo das influências imigrantistas, tanto no século XIX quanto no século XX, fez com que tivesse a maior proporção de negros em sua população, e a questão racial fosse colocada em bases mais coerentes.

Até os movimentos modernistas baianos, em suas vertentes regionais destacam essa população como alvo e conteúdo principal de suas elaborações artísticas. A *Academia dos Rebeldes* que representava, com seus intelectuais, o regionalismo modernista, focava a questão negra como ponto temático fulcral.

Cabe aqui fazer um breve panorama da inserção do modernismo regionalista<sup>42</sup> da década de 30 no comunismo baiano, assim como a ascensão de figuras intelectuais nesse período, que colocaram em bases distintas o problema da população negra brasileira.

Édison Carneiro é considerado por muitos como um dos fundadores das ciências sociais no Brasil, e pioneiro também na metodologia antropológica de trabalhos *in loco* no interior da comunidade negra baiana, descrevendo suas manifestações culturais e suas diferentes religiosidades. Apesar disso, foi frequentemente marginalizado pela institucionalização dessas ciências no Brasil. Membro do Partido Comunista do Brasil e da *Academia dos Rebeldes*, como muitos de seus pares, a exemplo de Jorge Amado, Édison Carneiro vai ser uma das figuras centrais da intelectualidade soteropolitana de 30 (Rossi, 2011).

A *Academia dos Rebeldes* tem em comum com a verve de 1922 a adesão a uma literatura engajada e uma crítica radical dos cânones, se colocando como antípodas da

---

<sup>41</sup> São lideranças e membros desse período, segundo Sotero (2015:234) nomes como: Leôncio Basbaum, Alberto Passos Guimarães, Carlos Marighella, Milton Cayres de Brito, Diógenes de Arruda Câmara, Rui Facó, Édison Carneiro, Aristeu Nogueira, Jorge Amado, Jacob Gorender, Mário Alves, dentre outros.

<sup>42</sup> Em outro momentos destacamos “A chegada do movimento em um nordeste em decadência no final da década de 20 (época da constituição da *Academia*) coincide com a valorização da literatura regional em âmbito nacional, mesmo no âmbito do modernismo. Tal contradição pode ser expressa na recusa inicial das ideias modernistas por Gilberto Freyre no início dos anos 20, e depois a sua adesão ao movimento com o *Manifesto regionalista* em 1926.” (Reis, 2022: 7)

tradição intelectual baiana ligada à Academia de Letras da Bahia. Eram “antiacadêmicos” e tentavam criar um campo cultural diferente do até então vigente. A população negra e seus dilemas vai ser figura privilegiada para a produção literária dos *Rebeldes*, que por intermédio de seus órgãos de imprensa como *O Momento* e *Meridiano* vão veicular seus ideais políticos e estéticos (SOARES, 2005:50).

Os Congressos Afro-brasileiros, realizados respectivamente em Recife e em Salvador nos anos de 1934 e 1937, se constituíram enquanto *locus* de atuação dessa militância modernista e comunista.

O I Congresso Afro-Brasileiro foi realizado sob a liderança de Gilberto Freyre que começava a despontar enquanto grande intelectual nacional por meio de sua *opus magnum* de 1933, escrita um ano antes do Congresso, *Casa Grande & Senzala*. Foi um espaço no qual Freyre conseguiu hegemonizar através de sua nova compreensão da formação sócio-histórica brasileira, apesar da pluralidade de participantes do evento. Se por um lado, essa interpretação se constituía enquanto um avanço em relação às teorias racialistas do século XIX, no que diz respeito às medidas a serem tomadas, prevaleceu, no congresso, as diretrizes profiláticas e higienistas, no qual o Estado aparecia como tutelador das manifestações culturais e religiosas da comunidade negra. Se destaca nesse sentido a atuação de Ulysses Pernambucano <sup>43</sup> no evento, que segundo Gustavo Rossi (2011:158, ), seu interesse pela

“Face social da psiquiatria” não era aleatório, assim como não foi fortuito que suas principais inquietações recaíssem sobre o estudo dos fatores sociais e biológicos capazes de produzir os estados patológicos do transe e dos delírios rituais, “os quais, uma vez esclarecidos, trariam soluções para os prementes problemas de higiene mental”. Vinculadas à Assistência aos Psicopatas do estado e à linhagem de estudos médicos preocupada com a capacitação penal e civil dos indivíduos, as pesquisas de Ulysses Pernambucano sobre os cultos afro-brasileiros eram a contrapartida de uma prática científica fundamentalmente comprometida com a elaboração de políticas de profilaxia e controle de determinadas doenças mentais que se acreditavam potencialmente ameaçadoras às garantias da normalidade e manutenção da ordem pública e social.

A respeito da pluralidade do evento e da atuação de Édison Carneiro, cabe citar aqui a comunicação empreendida pelo autor na ocasião:

Os negros conscientes, que se adaptaram, bem ou mal, a superestrutura política da sociedade brasileira, sabem perfeitamente que os seus interesses imediatos e futuros não são em nada diversos do proletariado em geral e desejam, além da instrução da alimentação suficiente e do melhoramento de condições de trabalho, o reconhecimento dos seus direitos - como de todas as raças oprimidas do país - a colaboração no mesmo pé de igualdade com o branco, na obra de reconstrução econômico-política do Brasil (Carneiro, 1988 [1935]:240 apud Sotero, 2015:229)

---

<sup>43</sup> “ (...) então diretor da Assistência aos Psicopatas de Recife, aonde, junto à Divisão de Higiene Mental, desde os inícios de 1930, vinha orientando uma série de estudos sobre as seitas africanas e outras formas de espiritismo popular que tinham em comum as possessões e os transe religiosos.” (Rossi, 2011:158)

Situação completamente diversa foi a realização do II Congresso Afro-Brasileiro em Salvador e organizado por figuras como Édison Carneiro, Martiniano Bomfim, Aydano Couto Ferraz, Azevedo Marques, dentre outros (Sotero, 2015: 235), ligados ao PCB no Estado. A realização do Congresso se deu a contragosto de Gilberto Freyre que usou de seu capital político e intelectual para descredibilizar o evento.<sup>44</sup>

O plano de fundo da dissidência se dava em torno da concepção a respeito da tutela sobre comunidade negra já referida acima, propalada por Gilberto Freyre e a qual Édison Carneiro era radicalmente contrário.

É importante destacar que apesar dos vaivéns do partido no que diz respeito à análise da realidade concreta, Édison Carneiro desenvolveu a sua concepção de mundo a partir das diretrizes de autodeterminação da população negra brasileira imposta pela Internacional Comunista (diretrizes do VI Congresso) em meados da década de 30 e que foi praticamente posta de lado do ponto de vista tático com a diretrizes de Frente Ampla antifascistas de 1935. Construções teóricas são descompassadas com a realidade partidária e política do dia-a-dia, e esse descompasso acompanhou a obra de Édison Carneiro em grande parte de sua vida. Ora defendia, como no trecho supracitado, uma união de negros e brancos em vistas de um único proletariado brasileiro, ora defendia a separação nacional da população negra brasileira no momento da implantação do socialismo. Destaca-se, nesse sentido, as intervenções feitas por Carneiro em artigos jornalísticos do qual um exemplo citarei adiante:

A democracia operária, que vem de baixo para cima [...] das massas para o Partido e para os órgãos dirigentes da sociedade, não pode opor às aspirações populares o tabu da unidade da pátria ou qualquer coisa igualmente estúpida. A democracia operária tem que cumprir seu dever, dando às raças e às nacionalidades oprimidas a oportunidade de se governarem por si mesmas, reconhecendo-lhes [...] até mesmo o direito de se separarem e formarem Estados independentes – mesmo burgueses [...] Talvez o negro, sob o regime comunista, não deseje se separar do proletariado branco. Ele, forçado à vida civilizada, conhece, bem ou mal, os benefícios que poderão resultar de uma aplicação mais humana das conquistas materiais e intelectuais da humanidade. Por outro lado, não se deve esquecer que o proletariado negro concorrerá brilhantemente para o próprio sucesso político do proletariado brasileiro em geral. Prevendo, porém, o caso, não de todo improvável, de que o negro não se sinta totalmente satisfeito com a colaboração do branco na sociedade comunista, o proletariado terá de reconhecer-lhe, desde já, o direito de governar por si mesmo e de formar, caso queira, o seu Estado independente (Carneiro, 1934 apud Rossi, 2011:187)

Para embasar teoricamente esse seu posicionamento, contraditoriamente Édison Carneiro vai se inspirar em Nina Rodrigues, médico baiano do século XIX, teórico e

---

<sup>44</sup> “Algo que Freyre deixou bem claro em uma entrevista publicada poucos meses antes do evento, no Estado da Bahia, na qual acusaria de “demagógicos” os esforços dos organizadores baianos: “não me parece que os congressos afro-brasileiros devam resvalar para a apologia política ou demagógica da gente de cor. Seria sacrificar todo o seu interesse científico de esforço de pesquisa e de colheita e interpretação honesta de material” (Oliveira & LIMA, 1987:129 apud Rossi, 2011:169)

propagador de teorias racialistas e eugenistas em voga no período. Nina Rodrigues era contrário às práticas, também eugenistas, de *branqueamento* populacional, pois teorizava que a população negra seria inferior biológica e socialmente, e pertencia a um estágio recuado do ponto de vista civilizacional. Todos os parâmetros morais e jurídicos que deveriam ser aplicados a essa população, segundo o médico, deveriam ser específicos ao seu nível social e biológico, sendo impossível qualquer tipo de integração. (Rossi, 2011)

Invertendo a lógica, Édison Carneiro vai recusar todo e qualquer tipo de inferioridade biológica dessa população, mas vai enquadrar a população negra em um estágio anterior do ponto de vista econômico e social, se utilizando para isso de categorias caras ao marxismo, como infraestrutura, superestrutura etc. Como nos apresenta Gustavo Rossi (2011:151-2):

(...) É importante chamar a atenção para forma como Nina Rodrigues defende, ainda que pelo caminho enviesado do racismo, um respeito antropológico às práticas culturais negras, na medida em que constituem enclaves africanos no interior do território nacional, pois acredito que será neste ponto que Édison Carneiro melhor aproveitará as ideias do “mestre” para modular seu olhar sobre a situação do negro no país. Em particular, ao tentar estabelecer uma ponte entre análise cultural e materialismo histórico, Carneiro mantém uma forte tendência a tratar a evolução das raças como linhas paralelas e desiguais no tempo, tal como fizera Nina Rodrigues. Contudo, se para o médico maranhense esta evolução estava determinada por razões de ordem racial, para o jornalista baiano o ponto chave residia na “desigualdade de desenvolvimento econômico”, condicionada pelas “possibilidades técnicas da raça no momento histórico” em que ela se encontrava. (...) Em particular, Carneiro buscou redefinir os argumentos de Nina Rodrigues em favor da liberdade religiosa à luz de sua atuação como intelectual comunista. O que para Nina depunha contra a suposta “civildade” das elites governantes, para Carneiro será a expressão candente de uma opressão de classe sofrida pelos negros na sociedade burguesa e capitalista: a violência social e policial contra os candomblés.

É nesse sentido que Carneiro vai defender no II Congresso Afro-Brasileiro em 1937, uma política contrária às já referidas do mesmo Congresso de 1934, propugnando uma africanização da população negra brasileira e, dentre outras coisas, a criação de confederações autônomas das seitas africanas sem interferências estatais, através de órgãos de representação próprios, autonomia idealizada tal qual o direito dos trabalhadores que se sindicalizam<sup>45</sup>. (Rossi, 2011:192).

As concepções de Carneiro, como vimos, não propunha qualquer tipo de integração da população negra à sociedade global, o que não impediu o autor de defender a aliança tática de ambos os grupos em vistas do socialismo e da superação do capitalismo que oprimia a ambos.

---

<sup>45</sup> O empreendimento chegou a ser levado a cabo por Édison Carneiro, e surgiu efetivamente uma “União das Seitas Afro-Brasileiras” de forma simultânea à realização do II Congresso. (Rossi, 2011: 167)

Seria errado também imputar a Édison Carneiro uma formulação teórica que propusesse a separação imediata da população negra, ou seja, *antes* do socialismo, tal qual as diretrizes da IC e do PCUSA para o *Black Belt* norte-americano (Sotero, 2015). Cabe transcrever aqui trechos do mesmo artigo referido acima, intitulado *As raças oprimidas do Brasil*, aqui citado por Gustavo Rossi:

Édison Carneiro, como visto há pouco, muito embora percebesse no negro brasileiro muito de um elemento estranho, estrangeiro e mal integrado à “massa da população nacional”, não incorporou por completo tais diretrizes, a ponto de advogar, no Brasil, a secessão étnica como solução política às desigualdades raciais. Ou melhor, pelo menos não para o negro. Isto porque, no que dizia respeito ao “martírio do índio”, Carneiro tinha plenas convicções de que a “raça vermelha” se encontrava, ainda, em um estágio de evolução histórica tão “primário” que tornava impossível uma “obra em comum, em igualdade de condições” com o branco: “o desenvolvimento econômico inferior do índio, que nem chegou à fixidez ao solo, determina toda a sua religião, a sua organização de família [e] os seus hábitos comunistas [...] em tudo diferentes do branco”, de modo que, “tudo está a indicar [...] que o índio não se submetera a nenhum governo estranho” e “formará, com certeza, seu Estado aparte”. Diferente, portanto, do negro-africano, cujo “problema se apresenta[va] de uma outra forma”, uma vez que, trazido ao Brasil para “substituir” a mão de obra indígena, teria sido incorporado de maneira irreversível à estrutura social e produtiva do país, construindo “com suas próprias mãos a sociedade que o havia de explorar e de oprimir”. Deste modo, acreditava Carneiro, pelo “próprio fato da transformação dos antigos escravos nos modernos proletários, transformação esta que se processou à custa do negro, para conservar-se fiel a si mesmo e à sua raça, o grande homem negro não pode[ria] ser senão um revolucionário”

O autor, no entanto, produziu uma grande obra de caráter profícuo e de referência para os estudos antropológicos e sobre a cultura e história dos descendentes de escravizados no Brasil, destacando um elemento caro para análises posteriores que até então não tinham sido firmadas teoricamente, a saber, a agência e autonomia política da população negra brasileira (Rossi, 2011).

No período anterior ao Estado Novo, a formação da ANL impôs ao PCB organicamente elaborações e diretrizes para os negros no Brasil. A formação da Frente Negra Brasileira se apresentava como um desafio, ora a ser disputado, ora a ser integrado à chamada Frente Ampla.

Destaca-se como tais elaborações intelectuais, para além das supracitadas, as obras de Aderbal Jurema, *Insurreições negras no Brasil* e até mesmo o livro de Carlos Lacerda, *O Quilombo do Manuel Congo*. Tais elaborações permanecerão por meio de uma cultura política nos anos seguintes, o que influenciará outras diretrizes em âmbito nacional, assim como formulações intelectuais, ligadas ou não ao Partido Comunista.

Segundo Rossi nesse período anterior à implantação da ditadura estadonovista, o elemento negro se apresentava misticamente como um grupo que por natureza se constituía enquanto antípoda à ordem social vigente. Para além disso, um grupo social a

ser disputado, tanto à direita quanto à esquerda, quanto por intelectuais supostamente independentes. Resgatava-se, por isso, o legado glorioso das lutas escravas no Brasil.

No entanto, é importante não perdermos de vista as diferenças qualitativas dos programas de cada organização e de intelectuais; As posições iam desde a autonomia completa de Édison Carneiro até à tutela das manifestações religiosas prognosticadas por Gilberto Freyre em conjunto com intelectuais que deram direção ao I Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. É interessante notar também a heterogeneidade dentro do próprio Partido Comunista, assim como da FNB, que oscilava em torno também da vigilância conservadora e dos “bons costumes” sociais (ROSSI, 2011:192).

A exemplo dessa diversidade intra-partidária destaca-se a proposta de Leôncio Basbaum em 1934, que apesar de ter sido expulso no contexto de estalinização do partido, e de ter defendido posicionamentos excluindo a possibilidade de existir racismo no Brasil em 1929 na ocasião do I Conferência Comunista da América Latina, escreve um livro intitulado *A caminho da Revolução Operária e Camponesa* sob o pseudônimo de Augusto Machado (Sotero, 2015), no qual defende as principais teses da IC no que diz respeito à população negra, incluindo a possibilidade de autodeterminação *antes* da revolução socialista:

Em todo caso, porém, o ideal político primeiro das nacionalidades oprimidas é a sua autodeterminação, o direito de dispor de si mesmo, sua constituição em Estado independente, podendo livremente continuar os seus costumes, línguas, tradições, etc. A luta pela autodeterminação se realiza, pois, antes da Revolução operária e camponesa (e também durante). Pois, esta, pela própria natureza, encerra em seu programa a autodeterminação (MACHADO, 1934:174 apud Sotero, 2015:226)

É interessante perceber, conforme nos relata Edilza Sotero, que apesar dessa proposta, e nenhuma de suas variações encontrar respaldo e aplicabilidade social no Brasil, Basbaum atribuía essa rejeição à falta de compreensão, por parte dos negros brasileiros, da “única” linha correta possível para a verdadeira emancipação, a saber, a linha do PCB (Sotero, 2015).

Já no ano do Estado Novo destaca-se o surgimento da revista *Seiva* e a Revista *Flama*, periódicos ligados ao Partido Comunista, que a essa altura evitavam o caráter proselitista de suas publicações, dado a ditadura vigente no país. O caráter secreto de seus organizadores passou pelo crivo da censura estadonovista sem muitas suspeitas. Na edição nº4 da revista *Seiva* dedicada exclusivamente ao negro, recebeu colaborações dos mais diversos campos, inclusive de intelectuais não ligados ao campo comunista como o editor da imprensa negra paulista *Clarim D'alvorada*, Fernando Goes, amigo pessoal de José Correia Leite.

A intervenção de Leôncio Basbaum nessa edição, assim como em outros textos da revista, de autores diversos, deixa entrever uma guinada do Partido no que diz respeito à questão negra. Excluiu-se no período estadonovista a pauta da autodeterminação, sendo essa população interpretada agora, quase que exclusivamente, como formadora da nação brasileira. Sotero relata esse processo de renovação partidária, que para ela significa também uma renovação geracional e de quadros :

A ascensão desses jovens intelectuais a posições de destaque no Partido, depois da proletarização que marcou o início da década de 1930, foi possibilitada pelas repercussões dos levantes militares com envolvimento do PCB em 1935. A repressão daquele momento causou mais do que uma desorganização, ela permitiu a reestruturação do Partido, que já vinha migrando de uma linha política de “frente única operária” para o incentivo à criação de uma “frente única antifascista”, composta pela união do proletariado com a burguesia “progressista” (Sena jr., 2007b, p.5). Naquele período, membros do PCB com perfil intelectual e sem histórico operário voltaram a ser dominantes nos cargos de direção e determinar os rumos do Partido abertamente. Com a ascensão da “nova liderança, ascenderam também os temas priorizados por elas, bem como suas interpretações sobre o Brasil. (Sotero, 2015:241)

A linha tática do PCB referente aos negros foi se alterando progressivamente a partir de 1935 com a já referida guinada em direção a uma luta antifascista e a uma frente-ampla como meio de combater o integralismo. Esse processo findou com a consolidação do Estado Novo, apesar da quase dissolução do partido.

É interessante notar também um foco na agência do povo negro, dessa vez como atores políticos e não mais objetos de estudo como faziam a antropologia em voga, nem como grupo social a ser conquistado pelas correntes políticas majoritárias. O negro engendra, desse ponto de vista, o comunismo de matriz brasileira, não mais como objeto, mas como sujeito plenamente autônomo.

Os nossos afrologistas, que são tão bem intencionados, deviam a si mesmos impor uma tarefa mais concreta, quiça mais proveitosa, militando no sentido de reequer o negro, social e moralmente, dando-lhe a conhecer o seu próprio valor e a sua personalidade, descobrindo as forças que ele guarda dentro de si mesmo e, por fim, incorporando-o à Nação Brasileira. Porque, na verdade, se atentarmos bem para os fatos, veremos que o negro não só não absorveu a civilização branca, como até agora se tem mantido a margem da nossa nacionalidade (Luiz Bastos, *O Clarim da Alvorada*, 28/09/1940, p.1 apud Sotero,2015:240)<sup>46</sup>

Essa autonomia se difere, substancialmente, da autonomia não integracionista teorizada por Edison Carneiro ou Leôncio Basbaum em textos anteriores. Desta vez importa a agência de um grupo social constitutivo da nação brasileira, que tem em seu germe a construção do Brasil, a dupla opressão e o potencial revolucionário (Sotero, 2015).

---

<sup>46</sup> Como relata Sotero (2015) esse artigo publicado na imprensa negra paulista é de autoria de Leôncio Basbaum que na publicação usa um codinome. Tinha sido anteriormente publicado na revista Seiva, na já referida edição nº 4 o que mostra a proximidade dos intelectuais das correntes comunistas e do movimento negro

Não surpreenderia se achássemos uma correlação nessa concepção de nação brasileira unificada, legatária do modernismo, adotada agora pela seção brasileira, exatamente com o contexto de nacionalismo exacerbado propagandeado pelo Estado Novo

Como destacamos acima, Clóvis Moura vai ingressar na vida intelectual quando tais movimentos estariam findados do ponto de vista institucional, mas ainda vigentes do ponto de vista intelectual e partidário. Se na década de 30, *A Academia dos Rebeldes* era uma organização cultural pujante, receberá como herdeira os *Cadernos da Bahia*, que na década de 40 vai perpetuar as questões modernistas colocadas na década anterior. Em seu curto período em Salvador, Moura vai se situar nesse debate intelectual, e por meio de suas trocas epistolares em Juazeiro, vai contribuir com artigos e poemas do modernismo baiano remanescente.

Sobre essa influência, Teresa Malatian escreve “O II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, realizado em 1937, deixou marcas expressivas na intelectualidade baiana ao sistematizar e divulgar reflexões sobre essa cultura.” (Malatian, 2022:58).

Destacamos aqui que o interesse intelectual de Clóvis Moura pela questão negra e as consequentes trocas epistolares com intelectuais já então consagrados só pode ser compreendido nesse quadro do comunismo negro baiano instaurado em 30 e perpetuado em 1940. A Frente Negra Brasileira, nesse sentido, colabora só indiretamente nesse período para o engendramento intelectual do autor, ou seja, somente na medida em que moveu o partido a se posicionar sobre a questão. Já na década de 1970, o que se coloca na biografia de Clóvis Moura é a sua ligação direta com movimentos e organizações negras, inspirando-as intelectualmente e fazendo parte de seu quadro dirigente, em detrimento de sua atuação partidária.

O panorama esboçado até aqui nos permite chegar a conclusões teóricas importantes sobre o autor por nós aqui estudado. Clóvis Moura se nutriu do caldo cultural, político e teórico até então alcançado pelo PCB sobre a população negra, que, apesar dos altos e baixos e de todas as contradições, acompanhava o debate nacional e internacional. Disso se segue a consequência de maior importância: inexistente em Moura um projeto político separatista para a população negra brasileira. Desde o primeiro momento, Moura a encara como parte integrante da nação. No entanto, de Édison Carneiro, retira a sua relativa autonomia, que em Moura aparece enquanto uma possibilidade de engendrar um projeto de sociabilidade alternativo, a partir de um *continuum* entre a luta dos escravizados, com as suas formações de quilombos, e a luta dos relegados na sociedade capitalista atual.

Tudo isso, em terceiro lugar, possibilitará ao veterano Moura oferecer uma *visão de mundo* original para o movimento negro que surgiu na década de 70, época em que a obra do autor, como vimos, já alcançava um patamar avançado de síntese entre sociologia e historiografia, e o possibilitava se tornar um intelectual orgânico do movimento. As nuances desse processo, em sua dimensão trágica para o autor, discorreremos no próximo tópico.

## **2) O ressurgimento do movimento negro na década de 1970: O Movimento Negro Unificado (MNU).**

Seguindo a periodização de Petrônio Domingues (2006)<sup>47</sup> seria correto afirmar que houve um refluxo do movimento negro durante os anos que vão de 1964 a 1978. No entanto, a organização negra no Brasil nunca cessou completamente, e mesmo nos anos da instauração da Ditadura Militar, houve movimentos embrionários, organizações recreativas etc. que darão vazão a um crescimento qualitativo em proporções nacionais a partir do final dos anos 70 com o surgimento do MNU. Movimento similar ocorreu no período histórico anterior ao surgimento da FNB, talvez a única organização negra efetivamente de massas no Brasil.

No entanto, tais organizações, pelo seu caráter pouco reivindicativo, característica que assumiu em decorrência da intensa repressão a qualquer tipo de movimentação política no período que se inicia em 1964, pouco influem nas elaborações dos principais intelectuais que trataram sobre o problema, incluindo aí Clóvis Moura.

---

<sup>47</sup> Segundo a periodização de Petrônio Domingues, o movimento negro brasileiro se constitui em três fases. Escrevendo ainda no começo deste século, Domingues as divide da seguinte maneira: *Da primeira República ao Estado Novo (1889-1937)*, fase caracterizada sobretudo pela reação da população negra contra a marginalização econômica, política e social a qual fora submetida durante a primeira república. Tratava-se inicialmente de organizações pulverizadas no tempo e no espaço de caráter reivindicativo e recreativo em sua maioria, além dos diversos meios de imprensa criados. No entanto, nesse mesmo período se forma a Frente Negra Brasileira (FNB), um “salto qualitativo”, segundo o autor, pois se tratava de uma organização que articulava politicamente a população negra em nível nacional, além de apresentar elementos reivindicativos mais claros, de caráter integracionista, com “um programa ideológico autoritário e ultranacionalista.” A segunda fase *da Segunda República à ditadura militar (1945-1964)* se caracteriza pelo surgimento da União dos Homens de Cor (UHC) e do Teatro Experimental do Negro (TEN) organizações que também almejava articulações nacionais, mas de caráter sobretudo cultural, com alguns pontos reivindicativos. Destaca-se também, nesse período, o ressurgimento relativo da imprensa negra. O terceiro período *(1978-2000) do início do processo de redemocratização à República Nova* caracterizou-se pelo ressurgimento de um movimento nacional (O Movimento Negro Unificado - MNU) que precisava lidar com a repressão institucional da Ditadura Militar. Foi a primeira fase do movimento que não tinha um caráter integracionista. Se pautando por influências de movimentos negros no exterior, tentaram readaptá-los à realidade brasileira. O autor chega a esboçar a hipótese de *Quarta fase do Movimento Negro organizado na República (2000-?)*, que segundo ele “Trata-se de um movimento cultural inovador, o qual vem adquirindo uma crescente dimensão nacional; é um movimento popular que fala a linguagem da periferia, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais” (Domingues, 2006)

É significativo o fato de que a produção intelectual de Moura na década de 1960<sup>48</sup>, pelo menos em termos de obras sistemáticas, é particularmente esparsa. O reavivamento de seu vigor intelectual se dá pelas questões colocadas na década de 1970 pela sociedade brasileira em termos globais, e pelo movimento negro em particular.

Igualmente relevante é mencionar que obra de Clóvis Moura da década de 50 passou por um processo de amadurecimento intelectual das questões colocadas nos anos 30 e 40, logicamente sob o influxo do nacionalismo teórico do PCB, e de seu acerto de contas com o passado da *primeira fase* heterodoxo, eclético e culturalista em certo sentido, para uma resolução explicitamente marxista, com o materialismo histórico como método que subordina todos os outros, deslindado em *Rebeliões da Senzala* (1959), livro que começou a ser escrito ainda nos anos 40.

Se os anos 70 representam um novo vigor, é importante esboçarmos alguns de seus traços principais, pelo menos superficialmente.

Para diversos autores os anos 70 é o coroamento de um processo histórico que vinha ocorrendo no Brasil desde a década de 50, pós-segunda guerra mundial, a saber, a entrada maciça do capital monopolista internacional em uma sociedade já brutalmente desigual. Essa entrada de capitais, ao mesmo tempo em que resolvia problemas dos países dominantes referentes ao escoamento de capitais e mercadorias, exploração de matéria prima e hegemonia política frente à ofensiva socialista<sup>49</sup>; para os países dependentes, particularmente o Brasil, é um tempo de industrialização maciça, êxodo rural e aguçamento colossal das contradições já latentes.

A hegemonia da burguesia internacional sobre a economia brasileira, ainda esparsa nos primeiros anos do século XX, sofrendo refluxos constantes causados pelas duas guerras mundiais e a adoção do modelo de *substituição de importações*, foi algo conquistado por muitas disputas. No cenário interno, diversos atores lutaram contra tal entrada de capitais. É sintomático, nesse sentido, a ilusão da esquerda comunista brasileira referentes às possibilidades revolucionárias da burguesia nativa. Mesmo os intelectuais não ligados diretamente ao PCB e suas dissidências, a exemplo do ISEB,

---

<sup>48</sup> É sintomático, nesse período a escrita de apenas uma obra de caráter sociológico: *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha*, livro de caráter teoricamente nacionalista, cuja questão negra não é o tema principal.

<sup>49</sup> Segundo Florestan Fernandes, em seu texto “A Revolução Burguesa no Brasil” (2020:254): “O fim da segunda Guerra Mundial delimita o início de uma nova era, na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem forças socialistas ascendentes.(...) Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o ‘mundo capitalista’, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou fosse perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do “mundo socialista” e novas transições para o socialismo.”

elaboraram planos de um capitalismo autóctone brasileiro, sonho que foi findado com o golpe de 64.

No plano interno, a burguesia nativa precisava, apesar da relutância de algumas frações desse mesmo setor, do apoio do capital estrangeiro para dinamizar a economia nacional, a fim de manter seu poderio político e econômico. Florestan Fernandes estudou, ainda cedo, em 1974, em seu livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, essa mudança essencial na sociedade brasileira, qual seja: a implantação do capitalismo monopolista no Brasil, em suas consequências políticas, econômicas e sociais. Para ele:

O significado histórico-sociológico dessa transição é evidente. A burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial, nas condições em que se defrontava (com dificuldades inerentes não só a uma economia competitiva dependente e subdesenvolvida, mas às pressões desencadeadas, a partir de dentro e a partir de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais que operavam em outra escala, a do capitalismo monopolista e da forma correspondente de dominação imperialista.). Assim, a burguesia brasileira perdeu a sua “oportunidade histórica” porque, em última instância, estava fora de seu alcance neutralizar os ritmos desiguais de desenvolvimento do capitalismo: a periferia, como um todo, atrasou-se em relação às economias centrais, que a engolfaram em sua própria transformação. É claro que existiam alternativas para organizar a política econômica, tomando-se outras direções (dentro do capitalismo e fora dele). Contudo, políticas econômicas dessa natureza nunca foram consideradas seriamente pela burguesia brasileira. (Fernandes, 2020:260)

Essa incapacidade histórica da burguesia brasileira, seja em decorrência de fatores estruturais e econômicos, seja por fatores psicossociais, de dar sustentação a um capitalismo exclusivamente autóctone e dinamizá-lo em suas próprias bases, levou à instabilidade de sua dominação no país e conseqüentemente a uma automobilização agressiva com fins de sustentar seus privilégios. Automobilização que se deu através do Estado como mediador das mudanças nas estruturas produtivas fundamentais do país e na entrada do já referido capital monopolista, sob hegemonia da burguesia internacional:

Isso explica a facilidade com que, no Brasil, as classes possuidoras e privilegiadas passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado nacional foi posto a serviço de fins particularistas da iniciativa privada; e por que as várias elites das classes dominantes (econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas etc) encontraram tão depressa um foco de unificação institucional de suas atividades. O Estado aparece, portanto, como o segundo elemento, na ordem dos fatores de importância estratégica para a solução da crise do poder burguês, no amplo movimento da burguesia para se assegurar o êxito da transição para o capitalismo monopolista. (Fernandes, 2020:267)

Nesse sentido, em termos políticos o coroamento do processo que se iniciou na década de 50 foi o golpe de 1964 e a instauração, no país, de um Estado autocrático burguês como mobilizador político e propulsor econômico das novas configurações de classe.

Conseqüentemente, tal desfecho trágico levou a esquerda brasileira a reelaborar suas teorias sobre a formação social brasileira, e a persistência de um suposto feudalismo

ou semi-feudalismo no Brasil, com exceção de alguns grupos<sup>50</sup> foi deixada de lado, para elaborações teóricas que colocavam o Brasil já como um país capitalista, de caráter dependente, cujo a classe dominante é uma burguesia associada e culturalmente ligada ao estrangeiro..

Em relação ao tema que nos diz respeito, George Andrews ressalta, em um dos seus artigos sobre os movimentos negros no período referido, a mudança demográfica e econômica catastrófica que representou tal modernização brasileira e seu consequente sistema de peneiramento para a população negra. Tratando sobre o Milagre Econômico (1968-1974) o autor escreve: “O censo de 1940 registrou menos de 13 mil afro-brasileiros, de um total de 14,8 milhões de pretos e pardos, empregados como profissionais liberais e em cargos administrativos. Em 1980 este número havia crescido para 1.8 milhões, de uma população de pretos e pardos de 53.3 milhões” (Andrews, 2015:23)<sup>51</sup>

É interessante notar que existiu um crescimento absoluto nesse período do número de integrantes de classe média, tanto em termos gerais, quanto em termos da população negra. Muitos autores, incluindo Clóvis Moura, colocam essa ascensão de alguns estratos da população negra como um dos fatores impulsionadores de mobilização política nesse período. Segundo Florestan Fernandes, tal período veio acompanhado de uma reconfiguração gritante das relações entre as classes sociais, e a ascensão de alguns “candidatos” a patamares de classe média:

O patamar atual [de 1974] de seleção de candidatos à mobilidade econômica, social e política inclui uma forte massa de elementos genuinamente pobres, com frequência de origem operária e socializados previamente para viver como operários (o que significa que muitos deles estão aptos para submeter a ideologia de ascensão social a uma crítica severa, o que lhes faculta a capacidade de defenderem-se do “ópio conservantismo” que ela contém). Aí se acha, pois, um mecanismo tão importante quanto o anterior - e mais ainda, porque ambos se casam, engendrando impulsos de transformação da ordem “de baixo para cima”, que nunca existiram no passado, pelo menos com a universalidade e a intensidade que tenderão a adquirir, na medida em que se manifestarem como uma nova rotina, o que sucederá no futuro próximo. Ao aumentar as proporções de elementos de origem operária e com socialização prévia operária nas classes médias, num clima de “revolução de expectativas” que não corresponde às potencialidades reais da sociedade brasileira, é claro que emergiram, concomitantemente, novas formas de radicalismo econômico, social e político, de grande importância para “aberturas democráticas” efetivas que poderão levar quer

---

<sup>50</sup> Alguns grupos da esquerda armada, como PCdoB e ALN, ainda adotavam pós-64, a visão etapista da formação social brasileira. O pouco aprofundamento teórico e o pragmatismo tático dos militantes desse período é uma das causas dessa permanência.

<sup>51</sup> Apesar do aumento de números absolutos e relativos, dado sobretudo pela dinamização da economia e do crescimento dos postos de trabalho, grande parte da população negra brasileira permaneceu marginalizada, e pode-se dizer que o abismo cultural e econômico que separa uma parcela da população da outra aumentou em níveis catastróficos. Sobre isso, Florestan Fernandes já escrevia no referido livro (2020:277). Segundo ele a “Irrupção do capitalismo monopolista deixa claro que o novo padrão de desenvolvimento capitalista está ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes. Não só aumentou o fosso entre o “pobre” e o “rico” ou a distância socioeconômica, político-cultural e histórica entre as classes despossuídas e as classes possuidoras: o caminho para chegar à riqueza e ao poder fundado na riqueza tornou-se muito mais áspero e difícil.”

à democracia burguesa, quer ao fortalecimento do socialismo ou a revoluções socialistas. (Fernandes, 2020:283)

Tal mudança na correlação de forças entre as classes sociais, e a ascensão de alguns estratos anteriormente “operários” ou marginalizados irá, como bem antecipa Fernandes, repercutir em reivindicações “de baixo para cima”, e as movimentações negras no final da década de 70 não podem fugir a esse quadro previsto.

George Andrews fala sobre esse crescimento absoluto em termos de escolarização e ascensão para a classe média de diversos estratos da população brasileira:

Muitos desses avanços ocorreram durante o milagre econômico, entre 1968-1974, quando o crescimento da economia alcançou taxa média de 10% ao ano e o governo militar ampliou bastante o sistema de educação superior. Isso resultou num crescimento de níveis de educação e oportunidades de emprego para brasileiros de todas as raças que estavam se esforçando para entrar na classe média (2015:12)

Ao mesmo tempo em que salienta a dificuldade dobrada da população negra de entrar nos estratos médios:

Mas, apesar do inegável progresso que experimentaram nesses anos, os afro-brasileiros que ascenderam socialmente encontraram diante de si barreiras raciais, silenciosas e informais, mas extremamente eficazes, que parece terem sido mais difíceis de superar à medida que eles alcançavam posições mais altas no ranking escolar e profissional. (...) As diferenças eram relativamente pequenas nas profissões menos qualificadas, mas cresciam no alto escalão. (...)As pesquisas também mostraram que a proporção dos diferenciais de renda inexplicáveis por educação, experiência etc., quase dobraram entre 1960 e 1980, indicando um crescimento substancial da discriminação durante aqueles anos. (...)Mesmo antes de o resultado dessas pesquisas estarem disponíveis e amplamente divulgados, um crescente número de afro-brasileiros estavam se tornando cada dia mais exasperados com as barreiras raciais que os afastava de uma partilha justa dos benefícios do crescimento econômico (Andrews: 2015:12-13)

Portanto, pode-se chegar à conclusão de que, ao mesmo tempo em que existiu efetivamente uma ascensão social de amplos setores da sociedade brasileira, essa ascensão foi também brutalmente desigual, aguçando as contradições raciais já existentes no país. Pode-se dizer que grande parte da população negra piorou a suas condições de vida com todo o processo descrito (Moura, 2014). Não obstante, foi possível um número absoluto maior de pessoas negras ocupando espaços de classe média, setores esses, como ressalta Fernandes, com socialização prévia nas classes operárias e marginalizadas.

Dessa maneira, podemos compreender o verniz socialista do Movimento Negro Unificado, e suas reivindicações, que, apesar do mesmo discurso socialista, eram verdadeiramente de caráter integracionista. Tratava-se antes de tudo, de integrar uma parcela da população negra, relegada pelo preconceito e pela discriminação racial, ao mercado de trabalho, sobretudo aos postos de classe média.

As semelhanças com os objetivos da FNB saltam aos olhos quando olhamos através do afastamento histórico. Por outro lado, se a FNB tinha um caráter de direita, conservador e filofascista, pretendia à sua época a integração ao mercado de trabalho de amplos espectros da população negra brasileira. Eram o “baluarte do liberalismo radical”, da igualdade de condições de disputa entre negros e brancos no modelo instituído de sociedade competitiva a partir da abolição da escravidão, em termos gerais, e da sociedade brasileira da década de 30, em particular.

O pessimismo do MNU em relação à possibilidade de integração dos amplos setores negros marginalizados, e o seu protagonismo sobretudo por membros da classe média, fez com que o projeto socialista se apresentasse como uma espécie de “programa máximo”, quase utópico, enquanto a luta contra a discriminação racial, problema que afetava sobretudo a classe média negra em seus postos almejados, se apresentasse como reivindicação imediata (Moura, 2014).

Isto é, enquanto a FNB buscava iguais condições a todos os membros da população negra no que diz respeito às disputas sociais no capitalismo competitivo, e a integração ampla de tais setores, o MNU buscava a integração do setor de classe média, mesmo que isso não estivesse claro em seu programa. Seria injustiça, no entanto, como veremos adiante, negar a tentativa de tornar o movimento popular, por importantes elementos do MNU do período.

Tal confusão entre tática e estratégia provocará um afastamento do movimento em relação às bases populares, aos negros marginalizados da cidade e do campo. O fracasso do MNU para ampliar seu eleitorado dentro dos quadros do Estado autocrático burguês é sintomático nesse sentido<sup>52</sup>.

George R. Andrews ressalta a importância do movimento em pautar o debate público no período da redemocratização: “Em fins dos anos oitenta, apesar da falta de uma base popular forte, os ativistas negros conseguiram provocar um vigoroso debate nacional sobre a desigualdade racial e o papel da população negra na vida brasileira.” (2015:14)

No entanto, o mesmo autor pontua:

Se houve algo de destaque no resultado das eleições, foi o pobre desempenho de candidatos estreitamente ligados ao movimento negro. (...) Dados de pesquisa realizada em São Paulo mostraram que, entre os eleitores afro-brasileiros menos

---

<sup>52</sup> Um dos objetivos principais e originários do Movimento Negro Unificado foi o sucesso eleitoral de candidatos que se propunham a atender reivindicações do movimento, de preferência candidatos negros. Clóvis Moura ao relatar a primeira assembleia do MNU destaca: “Na oportunidade foi tirado o posicionamento do movimento frente ao problema eleitoral, em vista das eleições que se aproximavam. Foi adotado aquilo que ficou qualificado como ‘voto racial’ definido este como sendo o apoio por parte dos negros não só aos candidatos de pele e traços negros, mas todos aqueles que assumissem o compromisso de defender o programa do Movimento Negro Unificado.” (Moura, 1989:73)

de um quarto havia votado em candidatos negros. No entanto, esta proporção variou substancialmente por classe. Na classe média alta, 43% tinham votado em candidatos negros; entre as ocupações técnicas e administrativas, 27% votaram em candidatos negros; entre os trabalhadores manuais (que compunham a maior parte dos votantes e a esmagadora maioria do eleitorado negro), somente 19% votaram em candidatos negros.(...) Candidatos associados ao movimento negro tinham apelo mais forte entre os negros relativamente mais bem educados e socialmente melhor posicionados do que entre os eleitores da classe trabalhadora. Isso era, em parte, um reflexo das origens sociais e preocupações de muitos ativistas e candidatos negros, que tendiam a distanciá-los da massa de vontades afro-brasileira. Essa distância, por sua vez, refletia o problema maior da profunda desigualdade que caracteriza o Brasil e os obstáculos que essa desigualdade coloca às mobilizações populares.(Andrews;2015:16-17)

Cabe aqui destacar as principais características do Movimento Negro Unificado em seus traços políticos, econômicos e culturais, em relação às movimentações negras precedentes, para que se possa tirar conclusões a respeito de nossa temática principal, qual seja: de que modo Clóvis Moura foi impulsionado a dar *respostas* a tais movimentações e se tais respostas foram, em certa medida, influentes ou não na totalidade do movimento.

Se nas décadas anteriores a chamada *democracia racial* era vista, pela intelectualidade negra militante, como algo irreal no agora, mas que deveria servir como conceito impulsionador para um futuro ideal de plena igualdade social a ser alcançada; a partir dos anos 70, tal conceito foi deixado de lado pela sua associação umbilical com o regime militar que se instaurou em 64. Inclusive Clóvis Moura elaborará críticas consistentes à democracia racial apenas em obras sociológicas dos referidos anos.

É interessante notar que Gilberto Freyre, nesse período, se torna o principal porta-voz do regime empresarial-militar contra os influxos do movimento negro nascente sob outras bases. Em diversos artigos jornalísticos, Freyre mobiliza a *democracia racial*, o suposto o passado idílico de conciliação entre senhor e escravo e a suposta identidade brasileira essencialmente miscigenada, para fazer frente ao protesto negro, por ele encarados como alienígena e anti-nacional.<sup>53</sup>

Se é errôneo atribuir a Gilberto Freyre a criação ideológica da Democracia Racial, é certo que o autor mobilizou todas as forças no período aqui estudado para deslegitimar o movimento negro a partir de tal ideologia.<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Segundo Paulina L. Alberto, em seu livro *Terms of Inclusion* (2011), é necessário distinguir o conceito de Democracia Racial nos diversos períodos da história brasileira do século XX, pois: "The military officers who took power after 1964 adopted racial democracy as an official state ideology. But their vision of racial democracy, adapted to the needs of a right wing nationalist regime, was a far cry from the one that had inspired black thinkers and activists at midcentury." (p.245). "Os oficiais militares que assumiram o poder após 1964 adotaram a democracia racial como uma ideologia oficial do Estado. No entanto, sua visão de democracia racial, adaptada às necessidades de um regime nacionalista de direita, estava longe daquela que havia inspirado pensadores e ativistas negros na metade do século." (Tradução livre)

<sup>54</sup> A título de exemplo, Hanchard destaca uma passagem de um artigo intitulado "Atenção, Brasileiros", publicado no *Diário de Pernambuco* em que Freyre dissertava contra a influência da música negra norte-americana na cultura brasileira: "Será que estou enxergando mal? Ou terei realmente lido que os

Segundo o historiador e sociólogo norte-americano Michel George Hanchard que estudou o movimento negro brasileiro da década de 70, existe uma hegemonia ideológica na sociedade brasileira que impede a população negra de se dar conta da situação de

---

Estados Unidos vão chegar ao Brasil (...) norte-americanos de cor (...) por quê? (...) para convencer os brasileiros também de cor de que seus bailes e suas canções “afro-brasileira” teriam que ser de “melancolia” e de “revolta”? E não, como acontece hoje...), os sambas, que são quase todos alegres e fraternos. Se o que li é verdade, trata-se, mais uma vez, de uma tentativa de introduzir, num Brasil que cresce plena e fraternalmente moreno - o que parece provocar ciúme nas nações que também são birraciais ou trirraciais -, o mito da negritude, não do tipo do Senghor, da justa valorização dos valores negros ou africanos, mas do tipo que às vezes traz a ‘luta de classes’ como instrumento da guerra civil, não do Marx sociólogo, lúcido, mas do outro, do inspirador de um marxismo militante que é provocador de ódios (...). O que se deve destacar, nestes tempos difíceis que o mundo está vivendo, com uma crise terrível de liderança (...) [é que] o Brasil precisa estar preparado para o trabalho que é feito contra ele, não apenas do imperialismo soviético (...) mas também pelo dos Estados Unidos.” (Diário de Pernambuco, seção “opinião” A-13, 1977 apud Hanchard, 2001: 138). Na ocasião das atividades políticas do MNU, Freyre também dirigiu suas armas retóricas contra o movimento, desta vez de forma oblíqua, como ressalta o mesmo autor, em artigo na *Folha de S. Paulo* em 1979: “Tive notícia de um movimento que se diz anti-racista em São Paulo. Creio que isso é uma imitação considerável - voluntária ou organizada - das reivindicações do chamado ‘negro americano’ dos Estados Unidos. Ora, não existe no Brasil um ‘negro brasileiro’ separado da comunidade brasileira nacional. Existem, sim, brasileiros de origem africana negra, alguns dos quais sofrem uma discriminação não de caráter racial, mas de classe.” apud (Hanchard, 2001:150). Paulina L. Alberto (2011, 275), em seu livro já citado retrata a crítica do fenômeno por ambos os espectros políticos: “When, between 1976 and 1977, these dances came to the attention of a broader mainstream audience, including Rio’s secret police, they drew criticism from across the political spectrum.<sup>98</sup> Left-wing critics, concerned with the preservation of authentic national traditions and with the dangers that a race-based movement might pose to the broader class consciousness they championed, contended that soul dancers were nothing more than “alienated” victims of U.S. economic and cultural imperialism. These young dancers had sold out their authentic national cultural traditions (particularly samba) in the pursuit of a foreign fad; the soul phenomenon could therefore never represent a “true” political consciousness.<sup>99</sup> Critics on the right, including Gilberto Freyre and Rio’s own military police, initially responded quite differently. They shuddered at the “spirit of opposition,” the “bombastic” expressions of racial and socioeconomic warfare, embodied in “Black Rio” (as the phenomenon came to be known). Like conservative critics of black organizations in the 1950s, these right-wing commentators argued that the soul phenomenon represented the insidious importation of U.S.-style racism into a nation where “racism did not exist.”<sup>100</sup> One military police officer, having read a multipage exposé on Black Rio in the *Jornal do Brasil*, declared the soul phenomenon, with its U.S.-style blackness, to be a dangerous attack on Brazil’s mixed and harmonious identity. “It is fundamental,” he wrote, “to remember that in our country there was always harmony among Brazilians, independently of race or religion. The miscegenation of our people—white, negro, Indian—is, according to Gylberto [sic] Freyre in *Casa-grande e senzala*, a privilege.”. “Quando, entre 1976 e 1977, essas danças chamaram a atenção de uma audiência mais ampla, incluindo a polícia secreta do Rio, elas receberam críticas de todo o espectro político. Críticos de esquerda, preocupados com a preservação de tradições nacionais autênticas e com os perigos que um movimento baseado na raça poderia representar para a consciência de classe mais ampla que defendiam, argumentaram que os dançarinos de soul não passavam de vítimas “alienadas” do imperialismo econômico e cultural dos Estados Unidos. Esses jovens dançarinos haviam renegado suas autênticas tradições culturais nacionais (particularmente o samba) em busca de uma moda estrangeira; portanto, o fenômeno do soul nunca poderia representar uma consciência política “verdadeira”. Críticos da direita, incluindo Gilberto Freyre e a própria polícia militar do Rio, responderam inicialmente de maneira bastante diferente. Eles se horrorizaram com o “espírito de oposição”, as expressões “bombásticas” da guerra racial e socioeconômica incorporadas em “Black Rio” (como o fenômeno ficou conhecido). Assim como os críticos conservadores das organizações negras na década de 1950, esses comentaristas de direita argumentaram que o fenômeno do soul representava a insidiosa importação do racismo estilo americano para uma nação onde “o racismo não existia”. Um policial militar, ao ler uma extensa exposição sobre o Black Rio no *Jornal do Brasil*, declarou o fenômeno do soul, com sua negritude ao estilo americano, como um perigoso ataque à identidade mista e harmoniosa do Brasil. ‘É fundamental’, escreveu ele, “lembrar que em nosso país sempre houve harmonia entre os brasileiros, independentemente de raça ou religião. A miscigenação de nosso povo - branco, negro, índio - é, segundo Gylberto [sic] Freyre em *Casa-grande e senzala*, um privilégio’.” (Tradução livre)

opressão a qual é historicamente submetida. Na introdução de sua obra *Orfeu e o Poder*, o autor argumenta:

Minha resposta é que, em larga medida, um processo de hegemonia racial neutralizou efetivamente a identificação racial entre os não brancos, fazendo dela um tema improvável de mobilização de massas entre os afro-brasileiros do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa forma de hegemonia, articulada através de processos de socialização que fomentam a discriminação racial ao mesmo tempo que negam sua existência, contribui para a reprodução das desigualdades entre brancos e não brancos. Argumentei que a ausência do momento histórico para os ativistas afro-brasileiros, juntamente com a contínua despolitização das relações raciais brasileiras pelas elites brancas, evidenciam a luta permanente pela hegemonia racial na sociedade brasileira.(2001:15)

Nesse sentido, o movimento negro no período, assim como seus intelectuais, parecem ter se dado conta do quão nefasto para a conscientização negra é a mobilização da *Democracia racial*, mesmo como *horizonte de expectativa*. No entanto, conforme argumenta Hanchard, o movimento não conseguiu oferecer uma proposta contra-hegemônica que dialogasse com as massas no período, como veremos adiante. (Hanchard, 2001)

Se a democracia racial se apresenta como uma das ideologias dominantes das novas configurações econômicas, políticas e sociais da já esboçadas sociabilidade brasileira a partir de 64, tendo Freyre como principal encabeçador desse processo, é certo que a parte *coercitiva* do estado autocrático burguês não poupou o movimento negro.<sup>55</sup>

O movimento negro que se forma embrionariamente nos anos 70 e que vai ter seu corolário em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado, nasceu sob contradição marcantes. De um lado, a presença cada vez maior de uma cultura cosmopolita nas grandes capitais brasileiras fará com que população negra de classe média tenha acesso a meios culturais até então inacessíveis. A influência negra norte-americana da cultura

---

<sup>55</sup> Karin Sant'Anna Kössling, em sua dissertação de Mestrado intitulada "As Lutas Anti-racistas de Afro-descendentes sob Vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)" assim descreve a conjuntura: "No período da abertura política o foco da repressão ampliou sua atuação, tornando o 'inimigo interno' todo e qualquer grupo que desviasse do projeto político-social que os militares almejavam para o país. Tornando um período contraditório para os movimentos negros, que viam na perspectiva da abertura um contexto que possibilitasse uma atuação política, ao mesmo tempo em que a comunidade de informações e segurança voltava sua vigilância de forma mais efetiva para esses setores sociais.". É sintomático que no período, inclusive as lideranças desconfiavam da vigilância operada pelos sistemas de informação e repressão da ditadura militar. Destaca-se para o nosso interesse o relatório do SNI na ocasião de uma das palestras do IBEA: "[...] Algumas poucas obras, como as de EDISON Carneiro E CLÓVIS Moura, enaltecem a atuação e as aspirações dos negros, por isto são consideradas 'patamares para que se divulgue a própria história como elemento de consciência'. [...] Em 1975, entretanto, a UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES realizou um curso de extensão cultural, obedecendo ao tema 'Uma visão Dinâmica do Negro no Brasil'. Foi uma investida dos adeptos da esquerda, tentando atrair os elementos de cor negra para as hostes comunistas. Nesse curso, destacou-se a palestra de Florestan Fernandes, na qual o orador ao final afirmou: '... que o marxismo é a única solução para o negro e seus dependentes'. Ainda, desse ciclo de palestras, participaram Octavio Ianni ('O negro, de Escravo a Proletário') e Clóvis Moura ('O Negro, de escravo a mau cidadão', enfocando aspectos ligados à religiosidade Africana)." (relatório Especial de Informações N° 04/82 Movimento Negro Unificado— Ministério do Exército – Gabinete do Ministro. SNI- Agência Central. Protocolo: 012298. apud Wanessa Horrara Silva, 2020)

*Black Power* e *Black Music* trará a valorização dos traços fenotípicos negros e a necessidade de valorização de traços negros indiossincráticos. Se a Frente Negra na década de 30 tinha um caráter marcadamente nacionalista e integracionista, tratava-e agora de buscar diferenciações fundamentais. A valorização e busca das raízes africanas por parte desses movimentos, ou de frações dele, é sintomática nesse sentido.

Por outro lado, outra contradição insolúvel, foi a impossibilidade parcial de se conciliar as categorias fundamentais de *raça* e de *classe*. O afastamento desse grupo social historicamente marginalizado em relação à esquerda tradicional brasileira que, como vimos, pouco ou nada tratava sobre o assunto, fará com que grande parte do movimento que se formou na década de 70 tivesse antipatia às instituições tradicionais vinculadas a esse espectro político. Tratava-se de lutar contra a institucionalização burocrática e a fossilização das reivindicações vivas que surgiam no período.

A esquerda tradicional<sup>56</sup>, por sua vez, pouco ou nada tinha a oferecer a esses movimentos de novo tipo que ascenderam. Ainda presa a formulações apriorísticas de *classes sociais*, não conseguiam compreender a dinâmica de peneiramento social e marginalização da população negra no Brasil por hierarquizar a *raça* como inferior à *classe* em sua cosmologia.

O Movimento Negro Unificado, movimento que surgiu em São Paulo em junho de 1978 foi uma confluência de intensas movimentações precedentes de diversos segmentos negros em todas as regiões do Brasil. Seu caráter de frente unificada, com ramificações nacionais demonstra tal fato. Das organizações anteriores de matiz predominantemente cultural, o MNU se diferencia pelo seu caráter explícito e quase exclusivamente político. Nem todas as organizações negras aderiram ao movimento, por diferenças programáticas, ou por achar que o movimento era radical demais para seus fins.

Portanto, seria errôneo afirmar sequer a preponderância do MNU em relação às demais movimentações negras, dado que as mesmas se desenvolviam de forma muito mais fragmentada do que unitária. O MNU, por ser o mais relevante, é encarado aqui, no entanto, como exemplar. Seus dilemas podem ser retratados como dilemas do movimento negro em geral, no período aqui referido.

Clóvis Moura, em seu livro *Raízes do Protesto Negro* assim relata a ocasião de fundação do movimento:

(...) A unificação desses movimentos e entidades, grupos e pessoas deu-se a partir do dia 18 de junho de 1978 unificação essa consolidada quando da

---

<sup>56</sup> Por esquerda tradicional entendemos os grupos historicamente ligados direta ou indiretamente à matriz que se fundou em 1922 com a criação do PCB, e que foram para a clandestinidade ou luta armada a partir da instauração do Regime Militar. É certo que esses grupos já estavam, em 1978, completamente desmantelados pelo regime. Adiante veremos a influência das correntes trotskistas na década de 70 para a fundação do movimento negro.

realização do Ato Público, em São Paulo, reunindo mais de três mil negros nas escadarias do Teatro Municipal [em 7 de julho de 78]. Os fatos que contribuíram ou mesmo determinaram a sua convocação foram os seguintes: a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, no mês de maio, devido às torturas executadas por policiais em uma delegacia de Guaianases, na Capital; expulsão no mês de maio, de quatro atletas negros do time juvenil do Clube Regata Tietê e o assassinato, por um policial, no bairro da Lapa, de Nilton Lourenço, negro e operário.(...) Na data marcada realizou-se o Ato Público programado. (...) Entre outros oradores falaram Milton Barbosa, Clóvis Moura, pelo Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, Eduardo de Oliveira e Abdias do Nascimento. (Moura, 1989: 72-73)<sup>57</sup>

O movimento refletiu à sua maneira, embates que vinham sendo travados por diversos grupos singulares a respeito das centralidades de pautas desde o início dos anos 70. Tais debates, como já mencionado, giravam em torno das pautas de *cultura* que se contrapunham às pautas classistas ou explicitamente políticas, ligadas aos grupos de esquerda, qual seja, aqueles desligados da esquerda tradicional que aceitavam o debate do problema do negro no Brasil como algo programático.

As influências desse embate de *raça* e *classes* variavam conforme os diferentes grupos. Ora se apresentava em grupos que reivindicavam os processos revolucionários africanos contra aqueles que se detinham no conceito de *negritude*. Ora eram os grupos *africanistas*, esses quase sempre classistas, contra os *americanistas*, grupos que mimetizavam o dinamismo cultural dos movimentos por direitos civis norte-americanos etc. A tríade ideológica dos diversos movimentos é demasiado extensa, e não cabe detalhá-las aqui. Nosso objetivo é apresentar a diversidade e suas tendências principais.

Um dos embriões do MNU, dentre os diversos grupos que compuseram o movimento, destaca-se, para o nosso ponto de vista, o grupo Afro-latino América uma sessão do jornal *Versus* ligada à corrente trotskista *Convergência Socialista*, que intentava, à sua maneira e diferentemente da esquerda tradicional, juntar umbilicalmente os conceitos de *raça* e *classe*.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> O movimento surgiu com o nome Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), depois mudou para Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), até finalmente se tornar o Movimento Negro Unificado (MNU). As mudanças de nome se deram através de discussões de seus integrantes a respeito da integração ou não das pautas indígenas e até judias em seu arcabouço político. Como é evidente o movimento afinou suas pautas apenas ao universo negro.

<sup>58</sup> Hanchard fala sobre a influência do trotskismo e de Trotsky do período nessa conjugação categorial importantíssima para o surgimento do MNU: “Trotsky manteve discussões com James a respeito da ligação entre a luta pela igualdade racial nos Estados Unidos e as preocupações do Partido Comunista, voltadas para os trabalhadores, durante a época em que esteve exilado no México, na década de 1930. Essas discussões foram publicadas e disseminadas de outras maneiras, e acabaram chegando às mãos dos esquerdistas [sic] brasileiros exilados na França, na Grã-Bretanha e noutros países da Europa Ocidental no início dos anos 1970. A conjugação que faziam entre *raça* e *classe* foi avidamente acolhida por militantes negros, que tinham sido historicamente alienados pelo positivismo materialista da esquerda brasileira branca. Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, o falecido Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto e outros, ligaram-se à célula da *Convergência* em São Paulo. Mais tarde, emergiram dela como figuras axiais na criação do Movimento Unificado Contra a discriminação Racial, que depois se transformou no Movimento Negro Unificado (Hanchard, 2001, 146)

## Segundo Hanchard:

As posturas táticas e ideológicas assumidas pela seção “afro-latino américa” foram precursoras do MNU. Essas posturas foram decisivas para o MNU e para o movimento em geral, como também o foram as correntes ambíguas do culturalismo. Pela primeira vez no Brasil, a defesa de uma posição quanto à raça e à classe não foi marginalizada pela intelectualidade afro-brasileira e, na verdade passou a suplantar os modelos conformistas e assimilacionistas como postura dominante do movimento negro. (Hanchard, 2001:148)

No entanto, pelo que se desdobra da leitura do livro de Hanchard, a tese principal do autor é de que, no conjunto total das movimentações<sup>59</sup>, tais perspectivas pouco tiveram influência. O que preponderou em todo o processo foi um descolamento das perspectivas culturais das ações políticas. Para o autor, somente aqueles artefatos culturais que dizem respeito às ações políticas diretas devem ser mobilizados em movimentos de contestação de tais tipos. O que se verificou, a grosso modo, foi a utilização de tais artefatos culturais sem a sua mobilização prática decorrente. Desdobra-se daí um fetichismo da cultura pela cultura, o esvaziamento de seu caráter político radical vindo do exterior. (Hanchard, 2001)

Embora o movimento tenha tido espaço intelectuais para incorporar discursos sobre a negritude, o pan-africanismo ou o Poder Negro, não dispôs de espaço prático para acolher formas de ‘resistência do povo’ - os momentos históricos de rebelião e revolução dos quais provieram esses artefatos e expressões. (Hanchard, 2001:163)

Para ter sucesso, tais práticas devem sempre vir acompanhadas, segundo o autor, de “*processos sociais integrados* - ao mesmo tempo ideológicos, culturais e materiais” (Hanchard, 2001:163), pois a mobilização de artigos exclusivamente culturais esvaziados de seus sentidos radicais, podem ser facilmente apropriados pelas classes dominantes em seu intento de hegemonia social:

Nas sociedades multiétnicas e multirraciais em que os membros mais poderosos do grupo racial dominante procuram *liderar*, além de *dominar*, o processo de rearticulação é crucial para a manutenção da hegemonia racial, seja para apresentar as práticas alternativas ou rebeldes como coisas a serem acolhidas, seja, inversamente, como imagens a serem desgastadas. Em ambos os cenários, é preciso administrar e lidar com essas práticas (Hanchard, 2001:165)

Portanto, para Hanchard, não vale a resposta dada por Carlos Alberto Medeiros, membro e militante à época do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) no *Jornal do Commercio* em novembro de 1977, quando membros da esquerda tradicional criticaram a “alienação” da importação de elementos culturais norte-americanos:

Claro, dançar ao som do soul e usar certos tipos de roupas, penteados e saudações não resolve, por si só, os problemas de ninguém. Mas isso poderia

---

<sup>59</sup> Hanchard estuda os movimentos negros de 1945 a 1988, portanto, tais afirmações valem para os movimentos que precederam o MNU e a miríade de movimentos da década de 70.

fornecer a quantidade necessária de emulação para que eles se unam e, juntos, comecem a resolver seus problemas (apud Alberto, 2011. Tradução livre)<sup>60</sup>

No entanto, existem opiniões divergentes. Segundo Márcio Henrique C. L. Santos, em sua tese de doutorado *Luta por Reconhecimento ou Luta por Redistribuição: o MNU e os dilemas do antirracismo no Brasil Contemporâneo*, o deslocamento de artefatos culturais em relação às pautas políticas e econômicas supostamente engendrado pelo movimento negro da época é algo muito mais imputado pelos analistas do que ao movimento do que uma característica do próprio:

Tal distinção entraria sim eco nos conflitos internos do próprio movimento negro, nas distinções entre “classe” e “raça” operadas inclusive por seus intelectuais orgânicos, contudo, isto se deu, em grande parte, no interior da disputa histórica com as esquerdas pela autonomia da luta antirracista e contra o mito da existência de uma democracia racial e um ideário de branqueamento. (SANTOS, 2016:77)

Havia, portanto, para Santos uma necessidade histórica do movimento negro, em consequência e consonância com os novos movimentos sociais surgidos no mundo a partir da década de 60, de se criar uma autonomia frente às instituições fossilizadas da esquerda tradicional, e a inferiorização da pauta racial em relação à pauta classista. De outra forma, também, avanço reconhecido por Clóvis Moura, como veremos adiante, necessitava-se de se desvencilhar da ideologia da democracia racial

No entanto, o autor não hesita em dizer que esse *deslocamento* de pautas, fez com que as mobilizações de caráter global ficassem em segundo plano no movimento. O *reconhecimento* ficou na dianteira em relação à *redistribuição*.

Ainda que sejam notórias as tentativas do MNU de rearticular discursivamente este caráter afirmativo às demandas históricas e ao caráter do racismo à brasileira, afastando-se do essencialismo, pouco êxito se pode observar neste sentido. Mesmo representando uma reação às mazelas impostas pelo racismo, a afirmação se mostraria pouco profícua em seus objetivos primeiros, servindo de modo crescente ao distanciamento de demandas historicamente construídas e restringindo-se muitas vezes ao seu aspecto simbólico como um fim em si mesma. E, ainda que o MNU não tenha representado o maior dos exemplos deste distanciamento, guardando em sua diversidade de manifestações políticas posicionamentos bastante divergentes, o sentido geral da luta antirracista parece ter enveredado por estes caminhos a partir de determinado momento (...) (Santos, 2016:100-101)

Outro dilema que o MNU teve de enfrentar diz respeito à postura tática do movimento para se atingir a sociedade global. O embate se travava entre posições *reivindicatórias* e posições *mobilizadoras*. Tais discussões, de alguma forma, estão ligadas ao dilema descrito anteriormente de *cultura e classe*, ou *raça e classe*. A esquerda classista no interior do MNU sempre se pautou por um movimento que fosse até às bases

---

<sup>60</sup> “Of course, dancing soul and using certain kinds of clothes, hairdos, and greetings does not, in itself, solve anyone’s problem. But it could provide the necessary amount of emulation for them to come together and, together, begin to solve their problems.”

marginalizadas a fim de mobilizá-las para suas pautas específicas, posição que foi rebatida por parte das lideranças.

Em sua tese de Doutorado, Amílcar Araújo Pereira (2010) faz diversas entrevistas com integrantes do movimento negro da década de 70, e a respeito do referido conflito entre *mobilização* e *reivindicação*, a entrevista de Yedo Ferreira, integrante do Sinba (grupo “africanista”) é significativa para nós:

O estatuto foi que teve um problema sério. A comissão aceitou apresentar o estatuto na assembleia, no dia 9 de setembro. Só que o pessoal de São Paulo, com receio, novamente de que eu e Amauri quiséssemos ser hegemônicos, já que nós estávamos propondo tudo, resolveram fazer lá um outro estatuto. Quando chegou no dia da assembleia, eles vieram com o estatuto debaixo do braço. Falei: “espera aí, existia uma comissão que nós aprovamos para discutir o estatuto.” “não, mas nós aprovamos um outro.” “Tudo bem. Vamos discutir”(…)  
Tinha uma diferença fundamental entre os dois estatutos. Por quê? O nosso estatuto dizia: o MNU tem que ser mobilizador. No estatuto deles, dizia que o MNU tinha que ser reivindicativo. E essa discussão, embora pareça coisa simples, é uma questão teórica, de princípios. Se ele é reivindicativo, não propõe coisa alguma, fica apenas no âmbito de fazer reivindicações. E nós dizíamos que ele teria que ser mobilizador, na medida em que vimos que ele teria que trabalhar com a massa da população negra. Não simplesmente reivindicar os direitos de uma elite negra - que era o que a gente colocava, na época -, e sim mobilizar a massa da população negra para reivindicar, porque ela está no subemprego, está favelizada... Mas eles não tiveram essa compreensão, não quiseram, não concordaram, passaram por cima. E essa discussão foi o que realmente deu o racha. Porque nós tínhamos até como princípio: “O problema do negro brasileiro é o problema da maioria dos negros do Brasil”. Até o Carlos Hasenbalg falava: “Poxa, vocês escrevem uma tautologia”. “Não, nós queremos uma coisa que nós vamos seguir. O problema não é individual, nosso; é um problema da massa da população.”. (apud Pereira, 2010: 194)

O problema ressaltado por Yedo em sua entrevista, se liga umbilicalmente, primeiro ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, já decretada à época pelas lideranças governamentais em seus aspectos *lento*, *seguro* e *gradual*, o que fazia com .que a luta do MNU integrasse em sua pauta, a luta pela democracia, e a representatividade das minorias dentro do Estado que se transformava. Segundo, às impossibilidades relativas de engendrar um movimento popular sem a repressão a seus militantes, dado o caráter abertamente autocrático da ditadura no Brasil. E terceiro, à posição internacional do Brasil que mantinha relações diplomáticas e econômicas com os países africanos que tinham se tornado independentes recentemente. Márcio Henrique Santos (2016) atribui a relativa tolerância dada pelo regime às movimentações negras, exatamente a essa correlação de forças internacionais, na qual o Brasil se apresentava como uma *democracia racial* perante o mundo.

Hanchard fala sobre as desvantagens das estratégias reivindicatórias no contexto do Estado hegemônico brasileiro. Ao falar do caráter predominantemente reivindicativo que o movimento tomou a partir da década de 1980, o autor destaca:

As reivindicações ou concessões dos agentes de um aparelho de Estado ou da sociedade civil raramente funcionam como um cálculo de soma igual a zero. Em outras palavras, a maioria das decisões - sobre fazer ou não reivindicações e sobre ceder a algumas demandas e não a outras- não é tomada isoladamente, mas após uma relativa consideração das opções disponíveis. Essas opções, no nível do Estado, são a de ignorar as reivindicações, com o risco de aumentar a inquietação social e produzir demandas mais radicais dos agentes, ou a de levá-las em consideração, a fim de promover maior estabilidade civil e neutralizar os conflitos. Em geral, há em cada uma dessas alternativas um conjunto identificável de agentes cujas reivindicações e atividades são consideradas mais ou menos desejáveis do que outras.(...) Isso, segundo a maioria dos relatos, leva a uma pergunta ainda não respondida no movimento negro do Rio de Janeiro e de São Paulo: podem os ativistas uma vez ingressando numa organização estatal criada para negociar as reivindicações de um eleitorado específico na sociedade civil, continuar fiéis às articulações e às demandas desse eleitorado, no exercício de um cargo estatal? As primeiras respostas de São Paulo (...) mostram pelo menos um exemplo de fracasso. (Hanchard,2001:159-160)

Clóvis Moura, à semelhança de alguns grupos que desde muito tempo radicalizou a sua posição em relação à população negra marginalizada, chegando a colocá-la em textos sociológicos da década de 70 como o baluarte e protagonista da Revolução Brasileira, tentou, no interior do movimento, levá-lo ao diálogo constante com essa população.

O Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas enquanto uma instituição acadêmica que buscava levar à população negra o conhecimento histórico da sua situação, integrou desde o primeiro momento o Movimento Negro unificado. Criado em 1975, o IBEA teve Clóvis Moura como um dos fundadores e o principal idealizador (Vieira, 2017).

O Instituto refletia as ligações imbricadas de Moura com diversos intelectuais brasileiros e instituições consolidadas. Cleber Santos Vieira dá ênfase, em um artigo escrito sobre o assunto, a tais personalidades e instituições:

(...) Desenvolvemos o argumento de que a criação do IBEA resultou da intersecção de três campos de poder com os quais Clóvis Moura mantinha estreita e intensa relação: União Brasileira de Escritores (UBE); antigos militantes do movimento negro, particularmente os egressos da imprensa negra; e, terceiro, o político partidário, primeiro o Partido Comunista Brasileiro (PCB), até 1962, e, desde então, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (Vieira, 2017:352)<sup>61</sup>

O IBEA pretendia se conectar a diversos intelectuais, das mais variadas matizes, a fim de tratar sobre as questões a qual se propunha, cujo filão principal girava em torno,

---

<sup>61</sup> A UBE foi a instituição associativa de escritores que substituiu a antiga Associação Brasileira de Escritores (ABDE), já referida por nós ao falar da trajetória de Moura na juventude. Ambas faziam parte, segundo Vieira, das articulações que remetem à Frente Cultural do PCB, a qual Moura integrou em boa parte de sua trajetória intelectual: Na vastidão de espaços de atuação da Frente Cultural destacamos os órgãos representativos de literatos, poetas, romancistas, mais precisamente a UBE, entidade sucessora da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), fundada em 1943 que, por sua vez, incorporou a Sociedade Brasileira de Escritores (SBE), existente desde 1942. Após o I Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945, uma dissidência na ABDE resultou na criação de outra entidade: a Sociedade Paulista de Escritores. Dos encontros e ações comuns realizadas entre estas entidades, principalmente as desencadeadas em defesa da transformação do espaço do Parque do Ibirapuera, sede das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em Museu Cultural, surgiu a UBE. (Vieira, 2017:353)

evidentemente, dos dilemas da população negra no Brasil, e os meios para solucioná-lo., Como meio de buscar legitimidade intelectual e política para o instituto, nomes como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, José Correia Leite faziam parte do quadro de influência da instituição (Vieira, 2017)<sup>62</sup>

Destaca-se, para o nosso ponto de vista, os contatos internacionais almejados pelo IBEA, que refletem a influência, nos anos 70, das descolonizações dos países africanos sobre o embrionário movimento negro que ressurgia naquele período:

Assim, no segundo semestre de 1975, cartas de apresentação do IBEA foram enviadas para as seguintes entidades e personalidades: IFAN-Instituto Fundamental D'Afrique Noire, Dakar-Senegal; Revista *Présence Africaine*, Paris-França; Leopoldo Sédar Senghor, Presidente da República do Senegal; Professor L. Durand, da Universidade de Dakar, Senegal e secretário da *Association Internationale d'Afro-Latino Americanista*; Secretaria Geral da UNESCO, Paris-França; Sociedad Argentina de Sociologia, Córdoba; Dirigentes do Movimento pela Libertação Nacional de Angola (MPLA) e Governo da Angola Independente; Centro di Documentazione F. Fanon, na Itália; e para diversas embaixadas de países africanos: República de Senegal; República do Zaire; República de Gana; República de Costa do Marfim; República da Nigéria e República de Trinidad-E-Tobago. (Vieira, 2017:364)

É certo que Clóvis Moura, presidente do instituto desde o momento da fundação até o seu ocaso, teve que lidar com as dissidências decorrentes da variedade e do amplo espectro político que abarcava todos os seus integrantes, o que não implicou no afastamento de seu objetivo fundacional essencialmente praxista e político.

Tal característica, como bem destaca Vieira, transparece quando notamos o conteúdo das cartas direcionadas aos países de descolonização recente, ou em processo, como é o caso de Angola:

Prezados senhores, Agora que a Independência de Angola deixou de ser uma aspiração para se transformar em realidade radiosa, o IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, entidade que procura estudar e levantar os problemas do negro, vem trazer a esse governo a sua proposta de colaboração. Neste sentido é que ofereceremos os nossos préstimos na área de intercâmbio cultural e de colaboração fraternal em tudo aquilo que nos for solicitado, objetivando o

---

<sup>62</sup> “A lista de oradores do primeiro curso promovido pelo IBEA revela nuances das táticas empregadas por Clóvis Moura para reconhecimento externo e inserção nos meios intelectuais. Neste caso, o plano de ação consistiu em nomear pesquisadores e outros intelectuais na forma de sócio-fundadores no Brasil ou de representantes do IBEA no exterior. Dessa forma, aplicando-se o disposto no artigo 20 do estatuto ‘são fundadores os sócios presentes à assembleia de constituição ou aqueles efetivos para os quais seja concedida essa qualidade por dois terços dos sócios fundadores’. (IBE A, 1975). Reunida em 18/03/1976 a diretoria designou para compor a galeria de sócios-fundadores os seguintes nomes: Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Raul Joviano do Amaral e, em 24/09/1976, Jean Ziegler” (Vieira, 2017:362). O mesmo Vieira mapeia o rol de instituições e personalidades às quais foram enviadas cartas informando sobre a existência do instituto: “Entre agosto e outubro de 1975, cartas foram emitidas para os seguintes destinatários: Ilmar Alves dos Santos, da Sociedade de Estudos de Cultura Negra no Brasil, Salvador BA; Wladir Nader, Editor da Revista Escrita; João Chiarini, Presidente da Academia Piracicabana de Letras; A. Tito Filho, Presidente da Academia Piauiense de Letras; George Alakija, membro do Comitê Internacional do II Festival Mundial de Artes e Cultura Afro-Negras; Adalberto Camargo, Deputado Federal; Raimundo Menezes, escritor presidente da UBE; Antônio Ollinto, escritor; Décio Feitas, pesquisador e Luiz Luna; Biblioteca Municipal Mário de Andrade; Jornal Movimento, com cópias para O Pasquim, Opinião e Crítica; Audálio Antas, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.” (p.359)

desenvolvimento desse país e a solução de problemas mais urgentes ligados às tarefas de consolidação da sua independência naquilo que tiver de alcance em nossas possibilidades. Esta será uma forma de reconhecermos o esforço que o povo angolano faz não apenas para libertar-se do colonialismo, mas, também, pelo seu exemplo de autoafirmação democrática e de compreensão dinâmica do futuro da humanidade. (Cedem-Unesp; Fundo Clóvis Moura apud Vieira, 2017:366)

Como é comum nas instituições negras do período, percebe-se a influência dos processo revolucionários de descolonização dos países africanos no engendramento das novas movimentações políticas negras e no seu ideário, algo que já foi falado nas linhas precedentes.

Vieira destaca que existem indícios que a idealização do instituto se deu por ocasião da visita de Clóvis Moura ao Senegal para o Congresso de Dakar de 1974 a fim de expor as suas teses. Sabemos das repercussões de tal visita e de todas as suas críticas à *negritude* esboçadas em tal evento, o que lhe custou, como indica Malatian, um isolamento institucional de alguns elementos intelectuais daquele país e do Brasil.

É de suma importância compreender essa delimitação de campos empreendida por Moura no país a qual visitou, porque isso implica em concepções que o autor tentou empreender no Brasil, quando da fundação do IBEA, e na sua participação no MNU. Tratava-se sobretudo de instaurar um política institucional pautada no problema do ponto de vista *do* negro, e não *sobre* o negro. Uma sociologia praxista que buscasse resolver os problemas essenciais da miséria brasileira, que se confunde essencialmente com o problema racial (Malatian, 2022):

Há necessidade de se começar a pesquisar e interpretar a situação do negro e de seus descendentes diretos no contexto da sociedade competitiva atual fugindo-se da posição culturalista que se prende fundamentalmente à análise do mundo religioso do negro, dos seus costumes originários, indumentária, cozinha, etc. Isto que já vinha da escola histórico-cultural está, no momento, levando a que jovens negros acreditem que esses padrões são fundamentais no processo e procurem se auto afirmar individualmente dentro daquilo que é meramente exterior e não exprime mais (ou muito pouco) nenhum valor que funcione como elemento capaz de libertar o negro da situação de marginalização e proletarização em que se encontra.(Cedem-Unesp; FUNDO CLÓVIS MOURA apud Malatian, 2022:382)<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Através do levantamento de Malatian conseguimos ter acesso a diversos outros trechos documentais do IBEA que enfatizam a linha do aqui citado..Nesse sentido, a problemática essencial a ser tratada pelos estudiosos da questão negra, para o instituto, vinha: “ (...) de favelas, cortiços, mocambos, alagados, pardieiros, casas de cômodo, porões, etc., e não nos movimentos e/ou atitudes que surgem entre jovens universitários negros. A grande problemática está no nível dos negros marginalizados, proletarizados e não entre os privilegiados que frequentam as universidades.” . Era necessário, também, eliminar o “duplo perigo” “a) De continuar a ver-se o problema do negro como tema universitário e não como problema a ser resolvido, e b) Circunscrever-se esse problema ao nível de camadas privilegiadas negras que, nas universidades, criam e procuram criar ideologias elitistas e elitizantes, num plano estético e de autoafirmação individual sociopsicológica que nada mais são do que posições escapistas na projeção e na vivência do problema.” O projeto político fica ainda mais claro quando o documento propõe a união das(...) camadas proletarizadas de todas as etnias brasileiras e da intelectualidade (negra e/ou branca) que procura situar o dilema racial dentro do contexto de uma problemática mais abrangente, ou seja, da situação das camadas oprimidas da sociedade brasileira.” (apud Malatian, 2022:283)

Portanto, salta aos olhos o empreendimento do Instituto encabeçado por Moura: o conhecimento como mediador de um processo de libertação, em particular dos negros, e em geral de todas as camadas oprimidas. Para Moura, como veremos adiante, não existem diferenças e fronteiras rígidas entre o problema nacional, o racial e o de classe. A libertação racial significa, nesse sentido, um passo à soberania nacional em um contexto de revolução classista.

Ao que tudo indica, conforme descrevemos acima, a perspectiva vencedora do movimento foi outra. Contudo, seria errôneo falar sobre uma igualdade de concepções entre os escritos de Abdias do Nascimento, uma das principais lideranças do movimento, antes e depois do MNU. Existe uma diferença fundamental entre o que é conhecido como Quilombismo e o que era proposto no TEN. Não seria incorreto mencionar uma inflexão marxista no pensamento de Abdias, influenciados sobretudo pela dinâmica do movimento negro à sua época. (Guimarães, 2002)

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, em seu livro *Classes, Raças e Democracia* (2002), ressalta que, apesar do MNU ser uma frente cindida, “a presença de um dirigente histórico, como Abdias do Nascimento, com trânsito internacional, ligado ao trabalhismo de Brizola, foi também decisiva na formação ideológica do movimento.” (p.99-100). Tal influência se dá sobretudo pelo conceito de *Quilombismo* engendrado pelo autor a partir da década de 80, no bojo do movimento, através da união entre as concepções de *Afrocentrismo* e *Marxismo*. (P.100)

Segundo o autor, o *afrocentrismo*, seria a mais óbvia das influências de Nascimento:

Do Afrocentrismo vem o projeto de filiar os negros brasileiros a uma “nação” negra transnacional, de cuja matriz teria evoluído a civilização ocidental, cujas raízes mais profundas se encontram no Antigo Império egípcio e na presença africana na América pré-colombiana. Trata-se evidentemente, de um movimento de invenção de tradições e reivindicações de um processo civilizatório negro. (Guimarães, 2022:100)

Do *Marxismo*, Abdias,

Retira não apenas analogias formais e palavras de ordem, mas a idéia fundamental de que a emancipação do negro brasileiro significa a emancipação da exploração capitalista de todo o povo brasileiro. Ora, o caráter universalista da emancipação dos negros no Brasil está intimamente ligado à idéia de uma luta de maioria explorada, e não de uma minoria oprimida, como nos Estados Unidos. Para esta luta, a definição ampla de negro descendente de africanos é imprescindível.(Guimarães, 2022:100)

A partir da explicação geral oferecida por Guimarães é possível ver as possibilidades de adequação ideológicas do pensamento desenvolvido por Abdias ao movimento. Conforme mencionado anteriormente, o MNU se apresentava como um movimento de cunho socialista que, como indicam os dados, não conseguiu mobilizar sua

base almejada. Portanto, apesar de pautar debates importantes no quadro geral da sociabilidade brasileira, pela sua pouca inserção popular acabou tomando um rumo vanguardista, e com reivindicações que diziam respeito sobretudo aos integrantes da classe média negra em suas dificuldades de entrar no mercado de trabalho, o que evidencia seu caráter integracionista já mencionado.

*Vis-a-vis* ao movimento é perceptível que a ideia de quilombismo oferece uma possibilidade de desmembramento dessa concepção de mundo, e no interior da heterodoxia, é possível privilegiar uma parte em detrimento da outra. O marxismo, dessa forma, fica como pano de fundo utópico, tal qual as aspirações socialistas do movimento, enquanto se privilegia a parte do *afrocentrismo*, a criação de tradições, e a busca das raízes negras ancestrais.

Evidentemente não queremos com isso uniformizar *post-factum* um movimento tão complexo e multifacetado como foi o MNU. A diversidade de suas concepções é evidenciada sobretudo pelo caráter de frente que o movimento assumiu em seu desenvolvimento, sendo composto por diversos grupos de concepções distintas em seu interior. No entanto, é necessário destacar as tendências centrais e as principais influências ideológicas.

A essa altura, já se pode concluir que Moura pouco ou nada influenciou na condução do movimento. Em primeiro lugar porque sua concepção unitária não poderia ser desmembrada, e sua clareza sociológica não abria espaços para nenhuma outra concepção que não fosse a mobilização e politização permanente do elemento negro marginalizado, componente de grande parte da classe trabalhadora brasileira, para a partir de suas reivindicações próprias engendrar um projeto societário alternativo.

Num primeiro momento, a postura de Moura foi de otimismo em relação às potencialidades do MNU, manifesto sobretudo na sua atuação junto aos quadros de liderança e nos seus textos escritos à época.

Depois que o caldo organizativo e a vitalidade do movimento se esgotaram, Moura tratou logo de buscar suas causas fundamentais. Em um texto contido no *Dialética Radical do Brasil Negro*, de 1991, Moura traçou as características de dois grupos sociais essencialmente distintos, aos quais ele denominou de Negro da Plebe e Negro Letrado.<sup>64</sup> Sua partidarização a favor do primeiro grupo, e a clara distinção dos horizontes de ambos, fica clara logo no começo do texto:

Convém notar (...) que a agressividade de alguns grupos intelectuais negros, especialmente universitários, é bem diferente da agressividade surgida nas

---

<sup>64</sup> Antecipamos aqui parte do próximo capítulo, pelo caráter explicitamente diagnóstico do movimento negro que assumem tais escritos..

camadas marginalizadas das favelas, do pardieiros e se traduz objetivamente como um fenômeno social na criminalidade do pobre. Esses grupos intelectuais fazem questão, consciente ou inconscientemente, de negar as suas possíveis ligações ou ações comuns com as camadas negras marginalizadas ou criminalizadas que constituem a grande maioria do negro brasileiro. Por isso, criaram uma forma de violência *refinada, civilizada*, mediante formas de comportamento simbólico (o cabelo *black power* e outras manifestações exteriores), ou de rejeição, inclusive em nível de relações pessoais com brancas e brancos(...). Desta forma, a agressividade daquelas camadas proletarizadas, marginalizadas ou criminalizadas tem um conteúdo mais profundo de crítica social e étnica porque na sua base estão os problemas socioeconômicos capazes de, por si sós, justificarem atitudes divergentes, no caso a criminalidade. A agressividade de uma camada negra pequeno-burguesa nasce da tentativa de quererem os seus membros ganhar espaços sociais isoladamente (individualmente) depois de haverem assimilado uma filosofia individualista e níveis profissionais relativamente compensadores. (Moura, 2014:283-284)

No contexto da citação acima, Clóvis Moura está a falar da semelhança entre o comportamento do negro contemporâneo em relação à situação senhor-escravo do período colonial. Tal similitude, no entanto, assumem contornos distintos, de protesto e agressividade individual e inconsciente, conforme a situação apresentada, mas todas elas derivadas da sua condição de subalternidade no tempo presente.:

Não lhe sobrando muito espaço para realizar-se socialmente, ele explode momentaneamente por meio da agressividade, inclusive sexual, procurando desta forma derivar o seu traumatismo e paranoia social através de um ato que seria a negação da sua subalternidade social e étnica. Por outro lado, o problema de seu comportamento ambíguo deve ser encarado levando-se em consideração, em primeiro plano, as limitações do espaço social que ele tem para se realizar e desenvolver a sua personalidade, e a compreensão múltipla que a sociedade *branca* faz para esse espaço não ser ampliado. (Moura, 2014:283-284)

Deriva-se daí, que sua reação de *subalternidade, ambiguidade, agressividade e ansiedade*<sup>65</sup> é dada sobretudo pela dificuldade da expansão e expressão da própria personalidade em um universo que a reprime a qualquer custo.

A certa altura, no entanto, como já citado acima, Clóvis Moura vai diferenciar fundamentalmente essas reações em ambos os universos, a saber do negro da *plebe* e do negro *letrado*. “As diferenças de expectativa de vida, comportamento e conduta, racionalizações ideológicas consequentes, as aspirações socioculturais têm valores, e por

---

<sup>65</sup> “Quanto às formas de comportamento predominantes do negro metropolitano (São Paulo) podemos destacar, em seguida, aquelas mais significativas:

SUBALTERNIDADE - Concordância com os espaços que lhes são conferidos. Tendência a uma moral puritana. Reconhecimento de que no Brasil há uma democracia racial. Negação de que já foram discriminados como negros alguma vez.

AMBIGUIDADE - Excesso de etiqueta. Verbalização oposta ao pensamento. Ironia disfarçada em elogiar. *Malandragem* nas relações com o branco.

AGRESSIVIDADE - 1)Agressividade física; criminalidade; comportamento marginal; uso de drogas (maconha); 2) agressividade simbólica: exibicionismo nos trajes (muitas vezes *africanos*). Exibicionismo nas atitudes sociais e regras de etiqueta em reuniões. Exibicionismo do seu poder econômico (externo) principalmente em espaços *brancos*;3)agressividade sexual (...).

ANSIEDADE - Sentimento que se apodera dos negros todas as vezes que têm de transpor espaços sociais desconhecidos. (...).” (Moura, 2014:286)

isso, objetivos diferentes e muitas vezes antagônicos nesses dois universos negros. E essas diferenças (...) estão permeadas pelo universo branco.” (Moura,2014:291-292)<sup>66</sup>

E aqui entramos nas diferenças fundamentais que dizem respeito à elaboração de reivindicações, e do fosso entre esses dois grupos. Em suas movimentações políticas, o universo *letrado* reconhece o universo *plebeu* apenas instrumentalmente, ou seja, como objeto de estudo, e “embora reconhecido como componente do problema negro teoricamente, não é reconhecido como força social e étnica capaz de solucionar ou tentar resolver o dilema pela sua posição na estrutura social e racial no Brasil.” (Moura, 2014:292).

Desta maneira, o nível colossal de diferenciação social e ideológica causado pela diversificação e modernização da divisão do trabalho em São Paulo, cidade analisada pelo autor no estudo aqui referido, faz com que “esses dois universos do negro, um *letrado* e outro *plebeu*, quase sempre não se cruzam na práxis política, especialmente da política racial.”

A instrumentalização que o universo *letrado* faz do *plebeu* se torna explícita pelo fato de que

(...) Ao tempo em que denunciam ou simplesmente constataam a existência da pressão ideológica, social e racial sobre o universo plebeu, dele se distanciam na prática etnico-política e estabelecem linhas de barragem informais para que não se confunda o negro reivindicante intelectual classe média, especialmente universitário ou burocrata, com o negro marginal, isto é: favelado, desocupado, assaltante, *trombadinha*, malandro, estuprador, mendicante ou criminalizado.” (Moura, 2014, 292)

Desdobra-se daí que, para o universo *letrado*, em seu confronto com a sociedade branca, não é interessante ser confundido com o universo *plebeu*. Para ser integrado de igual para igual no mercado de trabalho com o branco, é necessário deixar claro, mesmo que inconsciente e implicitamente, o fosso que separa os dois mundos, e a adaptação do negro *letrado* aos valores dominantes, majoritariamente brancos, mesmo que através de elementos diferenciadores.

---

<sup>66</sup> Moura se aproxima da análise de Florestan Fernandes descrita acima, no que diz respeito às mudanças societárias, mas com o foco na população negra nas grandes regiões: “Uma reflexão teórica sobre a situação ideológica da classe média negra na cidade de São Paulo parece-nos que ainda não foi feita dentro de parâmetros dinâmicos e dos elementos de diversificação verificados à medida que, de um lado, a sociedade global fica mais complexa, e, de outro, essa camada se vulnerabiliza às modificações e diferenciações verificadas nessa dinâmica. De um lado, temos o ascenso de pequenos grupos negros nos níveis burocráticos, artístico, econômico, esportivo e universitário etc., e, de outro, o achatamento econômico, social e cultural da grande massa negra, população dominante nas favelas, na criminalidade, na marginalidade, no subemprego ou no desemprego. (Moura, 2014:290). Em outro momento, Moura nos informa: “De um modo geral, podemos dizer que os espaços sociais do negro diminuíram muito durante a ditadura militar. Mas, ao dizermos isto, não queremos generalizar porque houve, concomitantemente, um processo de diferenciação com uma dinâmica de mobilidade social perceptível na camada *letrada*, na base do chamado *milagre brasileiro*. Se essa mobilidade conseguiu elevar alguns negros ou mesmo grupos do universo *letrado*, por outro lado, penalizou ainda mais o universo *plebeu*.” (Moura, 2014:299)

O processo eleitoral, como indicamos parcialmente acima, é também o momento de explicitação das diferenças fundamentais. Segundo Moura, os negros das classes médias, ao se engajar na busca de votos, têm de mobilizar elementos do universo *plebeu*, mas ao fazer isso, e por se ligar com o universo político tradicional, eles acabam lançando mão de elementos manipuladores comuns ao universo branco, ou seja, exercícios de cooptação tradicionalmente constituídos no país. (Moura, 2014)

É verdade, por outro lado, que mesmo o negro do universo *letrado* é manipulado pelos políticos tradicionais para que se forme, em seus partidos, uma cota mínima de candidatos negros, capazes de dialogar e se identificar, ao menos “epidemicamente”, e no curto período de tempo das eleições, com a massa do universo *plebeu*. Tais partidos, Moura destaca, não oferecem em contrapartida nenhuma alteração programática fundamental que ao menos tente resolver os problemas étnicos no país.

Segue-se daí que, para a população marginalizada, não existem diferenças fundamentais entre os dois tipos político-eleitorais aqui elencados, e o *voto racial*, pauta dos movimentos do período, não encontra sentido no universo *plebeu*.

Há, em consequência, um inconformismo ou uma fronteira ideológica porque, de um lado, o negro de classe média apela para o componente *cor* nesses momentos e destaca o preconceito racial, mas de outro, essa massa negra marginal também é manipulada pelos políticos tradicionais. Muitas vezes ou quase sempre racistas, esses políticos também usam elementos de manipulação ideológica em cima da camada de negros marginalizados e desprotegidos, oferecendo-lhes vantagens econômicas e empregatícias fora do item *cor*. (Moura, 2014: 295)

Fica evidente por esses trechos exaustivamente expostos o caráter diagnóstico que Moura faz em relação aos movimentos sociais de matiz negra na década de 70, e suas causas fundamentais de fracasso. Para ele está claro que a inércia de tais políticas se dá pela falta do elemento dinâmico, ou seja, dos negros marginalizados.

Por outro lado, Moura não descarta a potencialidade revolucionária dos intelectuais de classe média que podem se radicalizar em termos raciais e serem o elemento mobilizador do universo *plebeu* dinâmico, pois “é desse segmento letrado que surgem, em contrapartida, os ideólogos raciais radicais do movimento e também os seus intelectuais orgânicos(…)”

Após uma análise, dessa vez explicitamente, de como surgiu o MNU em um contexto de ascensão social e regime repressivo <sup>67</sup>, e simultaneamente de achatamento dos horizontes de perspectivas das camadas *plebéias*, ou seja, de uma sincronia de opressões e solidariedades, Moura parece indicar que uma das causas fundamentais da

---

<sup>67</sup> Análise também esboçada por nós acima.

falta de dinamicidade do movimento foi uma heteronomia da massa marginalizada em relação ao universo letrado.

Nesse sentido, Moura não descarta que houve uma oportunidade histórica de confluência entre esses dois universos, cujo estopim foi 1978, dado sobretudo pelo aguçamento colossal das contradições classistas e raciais. Entretanto, o caráter de direção intelectual das classes médias não conseguiu ultrapassar o abismo constituído historicamente de interesses, valores e ideologias distintas:

Não queremos negar que houve tentativas de membros e/ou grupos do universo *letrado* de cruzar a sua ideologia étnica com o *plebeu* ou de grupos e elementos não *letrados*. No entanto, segundo as nossas pesquisas, elas nunca chegaram ao seu final com êxito. O que acontecia era a reprodução de uma ideologia assistencialista do mundo negro, isto é, não havia uma identidade para uma ação comum dos dois universos. (Moura, 2014:309)

Portanto:

No sentido mais particular, queremos dizer que os atos realizados pelos segmentos do universo *plebeu* foram programados e, de certo modo, direcionados pelos membros do universo *letrado*. Houve, portanto, não uma integração de universos, mas uma hierarquização, na qual o universo letrado, por intermédio de seus membros, impunha ou estabelecia, determinava ou pautava e coordenava os objetivos finais, as discussões e as conclusões do universo *plebeu* e de seus membros. Esta postura hierarquizante talvez tenha influído para que os negros do universo *não letrado* se refugiassem ou se reordenassem em organizações, grupos ou segmentos de reivindicações populares nos quais o problema racial e as consequentes posturas de reivindicação étnica não fosse colocadas em primeiro plano, mas as de salário, habitação, educação, segurança e transportes (...). ((Moura, 2014:309)

Daí a necessidade final de se diferenciar os interesses e reivindicações desses dois segmentos em termos concretos:

No letrado, há, em primeiro plano, a necessidade de se reivindicar a igualdade étnica porque, em muitos aspectos, ele já conseguiu patamares sociais de classe média; no segundo *plebeu*, pelo contrário, o interesse maior é a reivindicação social, econômica, educacional, de saúde e segurança, pois ele ainda não conseguiu se estabelecer e dinamizar-se no plano do negro classe média.(Moura, 2014:309)

Desse modo, Moura propõe uma posição dialética, que supere a heteronomia de um universo em relação ao outro. No entanto, a posição alienante do negro *letrado* a respeito dos fundamentos do racismo na sociedade brasileira, faz com que, em sua cosmologia, despreze o caráter classista do problema.

Há a elaboração de um pensamento fragmentado, que procura dicotomizar o social e o racial, o problema de classe e de raça, como se o racismo fosse epifenomênico, nascido por geração espontânea ou fruto das diferenças físicas entre a população. Ao tempo em que essa camada negra intelectualizada, classe média ou remediada, elabora a ideologia da militância negra, procura criar suportes teóricos que desligam o racismo da exploração social e econômica, cultural e sexual do negro como se uma coisa nada tivesse a ver com a outra (Moura, 2014:309)

O desvendar do processo pode ser feito de modo trivial, através do esclarecimento de premissas básicas, qual seja: a de que o racismo, na verdade, é um fundamento ideológico de barragem econômica, cultural e social de parte da população em disputa na sociedade competitiva brasileira, constituído historicamente.

Portanto, a posição dialética deve levar a questão racial como *subordinada* historicamente à questão de classe. Isso não significa absolutamente uma hierarquização de pautas, como queriam alguns marxistas tradicionais no país, pois uma pauta se integra à outra umbilicalmente. A questão se trata de, antes de tudo, do fato de que a diferenciação entre classes sociais em uma sociedade é a condição para a existência do racismo, e não que o racismo seja um sentimento inato da população branca. (Moura, 2014)

No que diz respeito ao problema da cultura e da identidade, esboçado por nós ao falar da matriz ideológica dominante do MNU, Moura destaca que, os elementos de caráter cultural, de reminiscência étnica só podem ser mobilizados por aqueles grupos que conseguem se inteirar desse processo identitário, ao menos parcialmente. Para o autor, no entanto, pelo nível de desorganização social, pelos fatores inibidores da personalidade na sociedade competitiva brasileira, grande parte dessa massa marginalizada não consegue se identificar enquanto parte de uma identidade negra, ou a negam veementemente, aderindo, inclusive, aos discursos racistas.

Moura parece coadunar com a tese desenvolvida posteriormente por Hanchard sobre a impossibilidade de se massificar popularmente características político-culturais que reivindicam uma identidade negra idiossincrática. Apesar dele ressaltar, nesse mesmo texto, que tais elementos representam um avanço na negação da ideologia dominante da democracia racial.<sup>68</sup> (Moura, 2014)

Portanto, para que haja essa confluência dialética dos dois universos negros, há de se tratar os problemas através de suas raízes, nessa interação de classe e raça que se confundem com os problemas nacionais:

O problema do negro faz parte, pois do problema nacional e dele não se desliga pelas suas particularidades e especificidades devem ser incorporadas ao processo de transformação política, social e cultural da nação brasileira. Porque o problema do negro brasileiro não é apenas o racismo existente contra ele, como pretendem alguns segmentos da comunidade negra, mas é um problema que passa pela sua integração social, econômica, cultural e psicológica ao seio da nação e à sua desmarginalização como cidadão. (Moura, 2014:310)

---

<sup>68</sup> Para Hanchard: “A política explicitamente racial, sem uma orientação para questões específicas, num país em que a identidade racial está ao alcance de quem quiser pegar, foi e continuará a ser um beco sem saída.” (Hanchard, 2001:165)

Pelo diagnóstico de Moura, são três as causas principais do fracasso do movimento negro, considerando aqui todas as suas ramificações, da década de 70 em dinamizar-se e se tornar um movimento popular. A principal e amplamente referida foi o abismo cultural, social, econômico e político entre os dois segmentos da população negra, sua falta de confluência, que, se num primeiro momento se aproximaram, pelas questões socioeconômicas e o contexto histórico referidos, logo depois se desligaram pelas diferenciações de interesses e de caráter ideológico. A segunda causa se deve à heteronomia dos segmentos marginalizados em relação às pautas dos segmentos letrados da população negra, o que levou a uma dicotomização do movimento e seu desmembramento em pequenos grupos hostis entre si, que se integraram aos partidos tradicionais na medida em que a redemocratização avançava. A terceira, e pouca analisada pelo autor, foi a dificuldade da confluência entre os dois mundos em termos organizativos dada pelo caráter repressivo do estado autocrático burguês no contexto de ditadura militar. (Moura, 2014)

### **CAPÍTULO 3 – Uma análise da obra de Clóvis Moura em perspectiva historiográfica comparada.**

O capítulo que se segue pretende explicitar as principais formas pelas quais a obra de Clóvis Moura se modificou ao longo do tempo sob os influxos das instituições sociais às quais se relacionou ao longo de sua vida. Não pretendemos aqui, entretanto, esboçar um quadro mecânico de mão única, como se as instituições sociais fossem “coisas” que modificassem unilateralmente o personagem ao longo de sua carreira. Em personalidades marcantes e combativas como a do intelectual que aqui tratamos, os elementos de resistência às forças sociais atuantes, as tentativas de dar rumo a essas tendências, e as *respostas* originais que dão a essas determinações sociais são ainda mais importantes para compreendermos a relevância da totalidade de suas obras.

Como se verá, não pretendemos seguir uma rigidez cronológica, tampouco não podemos deixar de notar, à guisa da metodologia aqui adotada, os marcos essenciais de mudança conceitual do autor, e as influências para tal.

No entanto, apesar de tudo, a obra de Moura deve ser compreendida como uma totalidade coerente, em que os elementos de dissonância, alterações conceituais e epistemológicas ao longo do tempo, só podem ser compreendidos, também, em vistas das produções anteriores. Evidentemente coerência não quer dizer, de maneira nenhuma, ausência de contradições. Veremos que o autor, em *respostas* às tendências de seu tempo, tenta resolvê-las à sua maneira.

Nesse sentido compreendemos a obra de Moura como uma totalidade nos quais os elementos institucionais impulsionam *mudanças* que apesar de seu caráter de transformação conceitual contém elementos de permanências essenciais.

#### **1) Concepções metodológicas e científicas de Clóvis Moura.**

Para se entender as considerações de Clóvis Moura deslindadas no final do capítulo anterior é necessário partir de sua específica visão de mundo, para daí compreender suas análises da realidade concreta. Raros são os autores, sobretudo marxistas, que escreveram textos de caráter abstrato os quais desnudam sua *metodologia* específica, e o modo como valorizam determinados aspectos da realidade enquanto *essenciais* e os diferenciam dos aspectos *acessórios*. Temos em Moura um autor dessa matriz, que perante a diversidade das concepções e diagnósticos partidários, comunistas ou não, se viu na necessidade de “acertar as contas” em relação às vozes dissonantes e engendrar aspectos teóricos e metodológicos originais, tendo o marxismo

como base fundamental, mas não só. *A sociologia posta em questão* (1978), obra da qual passamos a tratar, tem seu término em 1968, e é publicada originalmente em 1977 em espanhol sob o título “La sociología de la praxis”, é uma síntese própria de diversos autores que discorrem sobre as ciências sociais, que vão de Lênin e Marx à *Imaginação sociológica* do não marxista C. Wright Mills.

Nessa obra de maturidade, como já tivemos a ocasião de esboçar, Moura delimita as fronteiras entre uma *Sociologia da praxis* e as diversas sociologias burguesas, estáticas e essencialmente fragmentárias. À supostamente imparcialidade científica dos empreendimentos acadêmicos, Moura contrapõe uma análise totalizante e participativa e à realidade da formação social brasileira, brutalmente alienante e fundamentalmente racista, tanto em seu passado escravista quanto no presente, Moura responde através de uma *intencionalidade* de alterá-la radicalmente. É tal intencionalidade que faz com que o intelectual comprometido se atente aos pontos fulcrais que movem tal sociabilidade, para a partir daí alterá-la em suas raízes, pois, há aqueles que, através de uma *intencionalidade* de mudança radical, não se atentam para os pontos essenciais e os acessórios, e acabam errando em sua intervenção no real, focando atenção nos aspectos superficiais, ao invés das dinâmicas sociais infraestruturais.<sup>69</sup>

A academia, conservadora na visão de Moura, com seus padrões metodológicos pré-estabelecidos, impõe uma heteronomia ao pesquisador, que, na relação com seus pares, valoriza aspectos que não dizem respeito à essência do social, aspectos esses valorizados a partir de análises que são engendradas por *intencionalidades* que, sem que necessariamente o cientista o saiba, vêm das dinâmicas necessárias à reprodução do capital.

Falando sobre o financiamento de fundações estrangeira a pesquisas acadêmicas, Moura ressalta:

Ora, o que se deve destacar, de início, como ponto de princípio básico, não é aquilo que por ventura as fundações estrangeiras fazem financiando alguns projetos de pesquisa. O que se deve considerar é, em primeiro lugar, a seleção, o *peneiramento* que elas fazem para concedê-lo; em segundo, as restrições que são impostas para a sua concessão, e, em terceiro lugar - o que é mais importante - a autocensura castradora que esses cientistas se impõem na proposta e na execução desses projetos de pesquisa, para respeitarem “as regras do jogo” impostas pelos financiadores alienígenas. (Moura, 1978:16, grifo nosso)

---

<sup>69</sup> “Se não aceitarmos este postulado nuclear [a saber, as infra-estruturas objetivas e a extração de mais valia como essencial para a compreensão da realidade], jamais poderemos fazer sociologia da praxis. Na melhor das hipóteses poderemos realizar trabalhos parciais sobre o método dialético e as contradições suplementares, caindo-se num neo-hegelianismo que parece presente em muitos trabalhos de pretensos marxistas que, a título de combaterem o dogmatismo, elidem ou colocam em plano irrelevante este postulado fundamental da sociedade capitalista contemporânea.”(Moura, 1978: 33). Em outro momento Moura afirma: “O conceito de *formação econômico-social* permite clarificar a visão do estudioso mostrando aquilo que é determinando, os seus elementos basilares, separando-os dos elementos fortuitos ou secundários.” (Moura, 1978: 58)

Nas linhas que se seguem Moura faz um panorama do surgimento da sociologia através de sua gênese histórica e chega à conclusão de que tal ciência desempenha um papel fundamental na manutenção do *status quo* e conseqüentemente do modo de produção capitalista. Na perspectiva do autor, a sociologia acadêmica apresenta uma patologia congênita, na medida em que eterniza os padrões de reprodução sociais vigentes.

As formas com que tal *eternização* aparecem se dão de maneiras diferentes ao longo da história, indo desde a perspectiva totalizante e organicista de Émile Durkheim, até as ramificações formalistas contemporâneas. Nesse sentido, a fragmentação das ciências sociais é algo processual, tal qual o desenvolvimento da ciência, que, apesar das mudanças, apresenta um *continuum* ideológico fundamental.

Tendo que lidar com o desaparecimento dos valores tradicionais, antes aparentemente imutáveis, e a dinâmica acelerada do progresso capitalista, os sociólogos do século XIX elaboraram suas doutrinas de explicações sociais:

A primeira premissa a ser levantada era a de que a sociedade era um todo *orgânico*, isto é, cada parte tinha sua função específica dentro do todo e qualquer tentativa de modificação alteraria o conjunto. As partes constitutivas, completamente harmônicas não podiam ser modificadas. Desta forma, a burguesia ao tempo em que, através de uma verdadeira subversão de valores tradicionais, criava uma nova estrutura econômica, exigia dos seus ideólogos uma teoria que a apresentasse como o ponto final da evolução. Depois de mim o dilúvio... (Moura, 1978: 25)

Nesse sentido, a eternização, a ausência do *devoir* (categoria fundamental na sociologia da práxis de Moura) tem como atitude e *intencionalidade* e práxis subjacente a estabilização do atual estado de coisas, e a valorização do mundo como ele é. Está implícito em tal atitude uma certa hierarquia de valores, aspecto que Moura irá destacar em suas análises. (Procópio, 2017)

Ao longo de *Sociologia...*, Moura desenvolve um debate axiológico que vai acompanhar toda sua obra a partir de então. Os valores em Moura, são hierarquizados a partir da práxis sempre intencional dos atores sociais, do seu rumo, dos seus conteúdos e formas. O ato de privilegiar determinados aspectos sociais em detrimento de outros, parte do pressuposto dessa valorização, consciente ou inconsciente. Nesse sentido, a suposta neutralidade e imparcialidade científica das ciências sociais são em si mesmas valorizações hierarquizadas que coadunam com os sistemas de valores vigentes na sociedade global, como Moura deixa transparecer em alguns trechos: “Parece que as ciências sociais que se formaram dentro da própria constelação de valores que desejavam estudar e conhecer, ficaram como o peru no círculo de giz. Por outro lado, os

próprios interesses dominantes e a sua posição dentro da sociedade fê-las um conjunto de ciências do lucro e não uma ciência do salário.” (Moura, 1978:25, Procópio, 2017).<sup>70</sup>

Em outro momento, Moura indica que

Constatada ser a realidade social contraditória por essência, a sociologia acadêmica ao invés de aceitar o fato na sua configuração natural, inverteu-o e criou toda uma sistemática para explicá-lo dentro de racionalizações conservadoras. Assim, os conceitos de *organização* e *desorganização*, *normalidade* e *Patologia social* foram e continuam a ser usados para procurar explicar as mudanças que se processam objetivamente como sendo elementos negativos que devem ser sujeitos ao *controle* e não como decorrentes da antinomia básica e das contradições múltiplas inerentes às relações estabelecidas no processos de produção. Daí o fenômeno revolucionário ser enquadrado no campo da patologia social. As chamadas *mudanças provocadas* deveriam portanto - segundo a Sociologia acadêmica- ser realizadas por minorias, por elites equipadas social, metodológica e economicamente, dentro de critérios gradualistas. (Moura, 1978:31)

Fica explícito por esse trecho que a *intencionalidade* conservadora engendra uma hierarquia de valores, e que, do ponto de vista de tais pressupostos, toda mudança social estrutural é encarada como um processo *negativo*, que deve ser controlado pelas elites supostamente ilustradas.<sup>71</sup> (Procópio, 2017)

No entanto, nem sempre a burguesia enquanto classe, juntamente com os intelectuais que a representavam, tiveram esse pensamento de conservação. Houve tempos em que a burguesia não era classe dominante, e também tinha uma *intencionalidade*, através da práxis, de alterar e de revolucionar o estado de coisas.

Quando a burguesia era uma classe revolucionária e concentrava o fulcro das suas atividades - teóricas e práticas - na destruição do Estado feudal, os seus teóricos punham em dúvida a legitimidade das instituições estatais existentes, através de uma série de obras de pensadores geniais que abriam o leque cognitivo para que fosse possível a posterior revogação daquela ordem social.(...) Era a posição crítica da equipe de pensadores que nutriu a burguesia das idéias de que essa classe necessitava para fazer a sua revolução. Mas, é em Hegel que - paradoxalmente, porque a burguesia alemã não havia feito a sua revolução - essa classe encontra, de forma sistemática e genial, expresso em termos teóricos, aquilo de que necessitava como classe no poder. (Moura, 1978:105)

---

<sup>70</sup> A primeira análise sistemática do estudo da axiologia desenvolvida por Moura ao longo de sua obra foi empreendida por Ana Paula Procópio em sua já citada tese de doutorado: “O contrário da casa grande não é senzala. É quilombo!”(2017). Desenvolvemos nosso raciocínio sobre tal axiologia com base na análise de Procópio.

<sup>71</sup> Na mesma obra Moura destaca, ao falar sobre os conflitos que são admitidos pela sociologia acadêmica burguesa, que “O que acontece é que na atual Sociologia norte-americana o conflito é, em primeiro lugar circunscrito à empresa que passa a ser a unidade de análise básica; em segundo lugar apresenta os mecanismos psicossociais como determinantes do conflito, procurando deste modo neutralizá-lo através de mecanismos de defesa específicos. É portanto uma Sociologia empresarial e na qual o instrumental de análise e as medidas práticas de controle decorrentes da análise têm por objetivo, dentro do panorama global da sociedade em crise, manter a *normalidade* daquele tipo de empresa - a empresa capitalista - considerada como elemento basilar na estrutura da atual sociedade. Surge daí um fenômeno singular: forma-se toda uma técnica de análises psicológicas do operário, os psicotestes, as entrevistas, as análises de situações, os períodos de observação para se conseguir estabelecer a sua *personalidade básica*. Aqueles que têm mais noção (nem que seja apenas fragmentária) do processo objetivo que dicotomiza a empresa são considerados portadores de *personalidade agressivas* e os mais alienados, aqueles que não intuíram sequer aquela contradição são as *personalidades positivas*.” (Moura, 1978:34)

Nesse sentido, não faz parte da burguesia em si a cegueira ideológica perante a realidade, mas a sua situação política *atual* e a intencionalidade que tal situação a coloca a faz ter como parâmetro de conhecimento uma ciência apologética, empirista e fragmentadora, que mais esconde do que revela, exatamente por coadunar e ter criado os sistemas de valores vigentes.

No entanto, se as ciências sociais do século XIX, legatária dos pensadores do séc. XVIII (a sociologia, nesse século, ainda não havia surgido enquanto ciência autônoma), ainda nutriam algum otimismo em relação às suas potencialidades e podiam apresentar a sociedade como um todo orgânico e harmônico, a partir de um certo momento (cujo qual Moura não delimita historicamente), perante a crise terminal do modo de produção capitalista<sup>72</sup>, tais ciências tendem a se fragmentar. Tal fragmentação se engendra em decorrência da fragilidade interna do sistema capitalista e a necessidade de camuflar seus aspectos contraditórios e insolúveis.

Para que isto se verificasse, operou-se uma grande transformação nos balizamentos, nos objetivos e nas próprias pretensões da Sociologia. De ciência globalizadora que era, de acordo com os seus principais sistematizadores do passado (...), passou a ser simples técnica auxiliar das atividades, atitudes e interesses das classes que mantêm o poder na sociedade atual. Cada vez mais refinada nos detalhes, tem cada vez menos elementos de explicação global. A fissura no processo do conhecimento sociológico se alarga desta forma progressivamente. Dentro de uma sociedade cheia de contradições emergentes, a Sociologia acadêmica apresenta-se como ciência do estático e do detalhe. Ao mesmo tempo despiu-se de qualquer conteúdo histórico, adquirindo uma roupagem inteiramente formal. Sem perspectiva histórica, vestida de um a-historicismo completo e sem visão global do processo social, a Sociologia acadêmica passou a ser simples técnica auxiliar do sistema capitalista. Aquilo que poderia ser a ciência da autoconsciência humana passou a ser um dos filões de alienação de um tipo de sociedade historicamente determinada. (Moura, 1978:28)

As sistematizações globalizantes, que permitiam, mesmo que de modo distorcido e apologético, um certo tipo de autoconsciência aos homens, desaparecem e dão lugar a explicações de matiz irracionistas, estas de caráter global, porém mistificadoras, que vêm ocupar o lugar da racionalidade formalista e empirista da antiga sociologia. (Procópio, 2017)

De suma importância para as análises posteriores de Clóvis Moura são os excertos, presentes em *Sociologia Posta em questão*, referentes ao que o autor chama de

---

<sup>72</sup> Curioso o modo como Moura delimita o fim do capitalismo se inspirando em um autor marxista “Por crise geral do capitalismo compreendemos os seguintes traços relevantes que a caracterizam: a) existência de dois sistemas econômicos, o capitalista e o socialista, de âmbito mundial sendo o segundo superior em dinamismo interno ao primeiro; b) crise do colonialismo e do neocolonialismo como sistema de dominação mundial do capitalismo e o dilaceramento rápido e acentuado; c) estreiteza relativa dos mercados de venda de mercadoria de produção capitalista; d) utilização do potencial de produção de empresas industriais capitalista de forma incompleta e, finalmente; e) transformação do exército industrial de reserva em um exército crônico de massas trabalhadoras desempregadas total ou parcialmente (Cf. Dragulev, N., A Crise Geral do Capitalismo, São Paulo, 1961, passim. apud Moura, 1978:26)

Antropologia Cultural<sup>73</sup>. Moura não deixa de denunciar a ligação da Antropologia com os interesses imperialistas dos países centrais, e como tais estudos ofereciam elementos informativos para *racionalizar* a dominação das diferentes etnias até então desconhecidas. (Moura, 1978:48-9)

Esses cientistas foram, por isto mesmo, envolvidos pela essência do que as relações entre as metrópoles e as colônias tinham de antagônicas e espelham, na disciplina que surgia, essas contradições. Dentro de um mundo que se abria às indagações de economistas e sociólogos esses antropólogos davam aos seus trabalhos um direcionamento de classe, embora de forma sutil e acobertado por um oceano de erudição. As diversas teorias que surgiam - como o difusionismo - visavam a negar o desenvolvimento interno dessas culturas, criaram uma constelação ideológica através da qual esses povos eram analisados a partir dos padrões e *valores* das nações dominadoras (Moura, 1978:49-50, grifo nosso)

Tal “direcionamento de classe” do Antropólogo condiciona por sua vez, mesmo que de maneira camuflada, as interpretações das diversas culturas a partir do prisma cultural e dos valores dominantes das sociedades imperialistas. O objetivo e a *intencionalidade* aqui, conforme Moura nos informa, é condicionar tais culturas à não transformação, sendo qualquer tipo de mudanças, que não provocada pelo colonizador, vistas com maus olhos em relação aos valores do analista. Estabelece-se nesse relacionamento imbricado uma separação epistemológica radical entre sujeito-objeto na práxis do antropólogo cultural acadêmico. Ora, não poderia ser diferente, visto que, mesmo que não conscientemente, a função desempenhada pelo antropólogo é racionalizar a dominação colonial. (Procópio, 2017)

Nesta modelagem a Antropologia Cultural e Social tiveram como função apresentar traços irrelevantes de uma cultura como sendo determinantes de todo o comportamento de uma comunidade; determinar as formas de controle mais efetivas; usar os valores dessas culturas como elementos de utilidade para os colonizadores; delinear medidas para a conservação dos valores úteis à dominação e diluir os considerados prejudiciais, e, finalmente, estabelecer planos “científicos” para serem executados pelas metrópoles, em interesse próprio. (Moura, 1978:50-51)

A relação sujeito-objeto, que pressupõe, por sua vez, uma estagnação dos povos dominados, mesmo que somente nos esquemas teóricos dos cientistas sociais, é altamente criticado por Moura em obras posteriores, quando analisa as “lentes” dos sociólogos que destilam conceitos como “aculturação”, “acomodação”, “sincretismo” etc em elaborações teóricas sobre a população negra no Brasil. Assim como o antropólogo imperialista não pode enxergar nenhuma espécie de protagonismo dos povos dominados,

---

<sup>73</sup> “À medida que as ciências sociais abandonavam a possibilidade de apresentar uma visão globalizadora do processo social, fragmentavam-se em um número crescente de disciplinas: Sociologia, Etnografia, Etnologia, Ecologia Humana, Antropologia Cultural, Antropologia Social, Psicologia Social... Os trabalhos que se seguiram refletem esta fragmentação progressiva; os professores acadêmicos comprazem-se cada vez mais frequentemente, em simples análises interdisciplinares, em estudos sobre metodologia de pesquisa, abandonando as análises totalizadoras.” (Moura, 1978:45-6)

exatamente pela sua posição “de classe”, o sociólogo acadêmico brasileiro retira qualquer ação e *práxis* por parte do dominado de seus esquemas teóricos, os percebendo como simples *objetos* conforme sua hierarquia de valores. (Procópio, 2017)

O caráter materialista do pensamento de Moura o faz situar a burguesia na história, resalta as suas contradições e mudanças ao longo do tempo, destacando como, contraditoriamente se erige uma epistemologia, uma compreensão e *visão de mundo* de acordo com sua condição entre as diversas classes em conflitos ao longo de seu desenvolvimento, passando desde o iluminismo racionalista, com importantes pensadores como Hegel (seu ápice intelectual), até o empirismo fragmentado da fase de capitalismo tardio e em crise, no qual é, inquestionavelmente, a classe dominante.

Moura também faz uma análise original a respeito das burguesias nativas, ou melhor, das classes (ou frações de classe) dominantes oriunda dos países subdesenvolvidos em geral, que por seu caráter dependente e atrofiado política e economicamente, se encontram sempre em um impasse. Tal como as demais classes, ela também coloca sua intencionalidade na realidade, e também engendra valores de conservação. Sua posição de intermediária entre uma classe dinâmica e outra reacionária, a saber o proletariado e a burguesia internacional, faz com que ela tenha uma concepção, uma *visão de mundo*, distinta das demais, denominado por Moura de *desenvolvimentismo*.

A hierarquia de valores é clara: trata-se antes de tudo de uma concepção segundo a qual é possível fazer com que os chamados países subdesenvolvidos se tornem desenvolvidos, alçando a posição das potências centrais. O desenvolvimento econômico acelerado das forças produtivas sem passar por mudanças estruturais das relações sociais, é o mote dessas classes. Nesse sentido, ela compreende uma *visão dinâmica* da historicidade, mas com distinções fundamentais em relação ao proletariado.

Ao contrário do empirismo, essa corrente sociológica procura fazer análises globalizadoras, macromodelos do processo de formação, transformação e desenvolvimento de nações ou bloco de nações do chamado Terceiro Mundo. Além deste aspecto globalizador, outra característica do desenvolvimentismo é o seu espírito *engajado*, a sua instrumentalidade e pragmatismo, fato que gera uma constelação de implicações políticas imediatas ou remotas. Analisadas em bloco, essas correntes têm em comum o fato de serem criadas para interpretar a realidade social de cada nação ou bloco de nações a partir do seu contexto *nacional*, em outras palavras: o seu pensamento reflete geneticamente a ótica das suas burguesias. (Moura, 1978:74)

Seu caráter anti-mobilizatório e planificador é o que se estabelece em comum com as burguesias internacionais.

Desta forma, problemas sociais como a reforma agrária passam a ser estudados como sendo meramente burocráticos, com solução administrativa; devem ser - por isto mesmo - solucionados não de acordo com o grau de tensão a que chegaram

as contradições sociais, mas de acordo com os interesses do desenvolvimento capitalista. (Moura, 1978:76)

Moura identifica essa corrente, no Brasil, aos intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que em sua composição tinha “desde marxistas até adeptos de correntes filosóficas irracionistas, como a fenomenologia.” (Moura, 1978, 76)

Além do gradualismo, essas correntes, conforme Moura, encaram as sociedades como organismos (relembrando a vertente de Durkheim da burguesia internacional no século XIX.), mas diferentemente da posição ideológica de Durkheim que tratava de reformar o organismo social potencialmente “patológico”, essa vertente pretende acelerar o desenvolvimento a partir de resoluções vindas “de cima”. “Desta forma, impede a participação das massas no processo, pois tal fato poderia fazer o desenvolvimento desembocar em soluções não controláveis” (Moura, 1978, 78), além de encará-las como *objetos*, e não *sujeitos* do processo histórico encarnado, na ótica dessa classe, quase exclusivamente pelas forças que representam o capitalismo supostamente autóctone.

Coadunando com alguns *insights* dos teóricos marxistas da dependência, Moura denuncia o caráter pusilânime da burguesia brasileira.

Assim, a burguesia industrial e algumas camadas a ela aderidas procuram sair do impasse - já que não podem entrar em choque frontal com o imperialismo- através de uma terceira posição. Essas teorias desenvolvimentistas ficam assim de permeio, como dobradiças amortecedores, entre as posições completamente alienadas, reflexas da dominação imperialista (empirismo empresarial e irracionismo) e as teorias revolucionárias que se formam na medida que a contradição básica se aguça e aprofunda.(Moura, 1978:79)

Em outra passagem ressalta:

Essa perspectiva de análise permitirá mostrar como, nos últimos quarenta anos, a burguesia brasileira, com as suas diversas frações de classe, se comportou de maneira vacilante e frustra em virtude de não querer incorporar à sua luta político-social aquelas grandes camadas plebéias que são a mais numerosa reserva revolucionária, e, por isto mesmo, podem tomar, em determinado momento, o bastão de liderança das suas mãos. (...) Sua vacilação como classe, por outro lado, permitia a penetração progressiva do imperialismo em diversos setores da economia nacional ao tempo em que o seu setor mercantil tirava proveito e se ligava ao capital monopolista. (Moura, 1978:80-81)

O caráter anti-revolucionário e manipulatório dessas teorias tem uma de suas expressões, segundo Moura, nos postulados de Celso Furtado, que através de um dualismo metodológico divide a formação social brasileira em duas economias dicotômicas, o campo e a cidade, uma delas representando o arcaico, e outra a modernização. Uma *fechada* e outra *aberta*. A fechada tem maiores condições de se portar de modo revolucionário, exatamente pelas limitações sociais dos integrantes desse universo, a saber, os camponeses. O objetivo de Furtado é fazer com que as ciências

sociais auxiliem na criação de reformas para que tais perspectivas revolucionárias sejam neutralizadas, e que os entraves econômicos para o desenvolvimento sejam desenvolvidos.(Moura, 1978)

A burguesia brasileira aparece, em *Sociologia*, como que encurralada entre as duas classes já citadas, sem tomar uma posição perante nenhuma delas, ora entrando em conflito com uma, ora com outra. Ainda não existe no autor, a concepção de um René Dreifuss que descreve a capitulação completa dessa classe social perante a hegemonia das burguesias internacionais. Por isso, tal classe nega as suas contradições situacionais e aposta sempre em racionalizações, como se tais racionalizações para aceleração do desenvolvimento fossem suficientes para a retirar de seu dilema trágico. Nesse sentido, a burguesia brasileira, através de seus intelectuais, apresenta uma epistemologia de caráter utópico.<sup>74</sup>

Do exposto até aqui, cabe destacar ao menos dois aspectos importantes: Não está presente em Moura uma visão simplista da realidade que postula a existência de apenas duas classes principais, burguesia e proletariado, sendo as demais classes sociais, ou frações de classe, irrelevantes do ponto de vista sociológico, econômico e político. A matização epistemológica que Moura apresenta em relação à classe burguesa nacional apresentando-a com sua *visão de mundo* e hierarquização de valores qualitativamente distintos, mesmo sendo ela um elo fraco em relação às demais classes sociais, mostra a complexidade do pensamento do autor.

A outra questão é a concepção presente nesses escritos (a seção do livro sobre o desenvolvimentismo) do caráter fundamental da práxis, e das mudanças dela decorrentes, não das mudanças em si mesmas, mas a partir de quem as formularam e a partir de qual hierarquia de valores ela foi engendrada, se da classe dinâmico/radical, ou da gradualista/reformista/desenvolvimentista. Moura assim formula o problema

O esquema do desenvolvimentismo: economia colonial, subdesenvolvida e desenvolvida, colocado como simbolizando e representando metas a serem alcançadas sucessivamente, aponta apenas um dos aspectos teóricos do problema, porque limita-se a conceituação tipológica dos modelos de maneira formal. O conteúdo da dinâmica que efetuará essas mudanças, as forças sociais que irão realizar esta tarefa, e, finalmente, as classes e camadas que irão dirigir politicamente o processo é que irá determinar se essa transformação será radical e de acordo com as exigências de modificação das respectivas estruturas ou meramente paliativas. No primeiro caso o desencadeamento do processo terá prosseguimento dinâmico/radical, levará o país ou região a metas ulteriores, mais avançadas, de caráter não-capitalista e as transformações corresponderão ao conteúdo da revolução. No segundo caso, não passarão de reformas formais em

---

<sup>74</sup> “Acontece, porém, que atualmente este pensamento passa a ser utópico pois não leva em conta as diferenças fundamentais existentes entre o processo global que levou esses países europeus ao capitalismo industrial, na sua forma clássica, naquele tempo, e o que está se verificando no estágio atual da economia mundial, quando os países atrasados têm de fazer essas modificações estruturais sob condições inteiramente diferentes.” (Moura, 1978:89)

setores irrelevantes no sistema de estratificação social, capazes de impedir, a curto prazo, que as mudanças estruturais sejam realizadas. (Moura, 1978:90)

Nesse sentido, as mudanças têm de ser postas pela classe que carrega em si uma dinamicidade, visão de mundo e valores capazes de transformações radicais, e não paliativas, pois existe um abismo qualitativo entre esses dois tipos de transformações. Tal classe, a saber, dos trabalhadores, engendra, em seu movimento, uma sociologia de tipo novo, incomum às duas anteriormente citadas.

A sociologia da práxis, uma espécie de anti sociologia, pelo seu caráter emancipador e necessariamente militante, tende a não hierarquizar valorativamente a priori a realidade, ao entendê-la através de suas leis dinâmicas e imanentes, e portanto objetivas. Analisar objetivamente significa, em certo sentido, “suspender” os valores quando se analisa a realidade.

Porque, para que se tenha uma posição científica frente aos fatos e ao mundo exterior, segundo queriam os clássicos e o velho Bacon já preconizava, o cientista deve livrar-se de todos os *ídola*, de todas as pré-noções. Livrar-se de todas as pré-noções é tomar uma posição materialista. Em outras palavras: é ser um sociólogo da práxis. Esta posição exige do cientista um rigor muito grande na análise e na síntese dos fatos observados. Isto porque a simples constatação empírica ou a enumeração de partes justapostas não o satisfaz; pelo contrário. (Moura, 1978:29)

Em outra passagem, Moura ressalta:

Para toda *práxis* científica há necessidade de um conhecimento não apenas dos processos e problemas sociais do momento, mas da cadeia total da qual eles são um elo. Por isto, o modelo acima [o da análise da formação econômico-social], como já dissemos antes, hierarquiza os acontecimentos partido das relações que se estabelecem antes de passarem pelo cérebro dos homens. Esta posição materialista, ou seja, a análise do relacionamento social sem nenhum julgamento de valor antecipado, deve ser o princípio diretor e a metodologia permanente para qualquer estudo sociológico que não deseje apenas procurar justificar os pontos de vista do analista ou de sua classe (...). (Moura, 1978:62)

Nesse sentido, uma sociologia participativa, que tem como pressuposto a práxis radical, não pode deixar de ter conhecimento dos pontos fulcrais ao qual intenciona transformar. Para Moura, na sociedade atual se trata do mecanismo da mais-valia, a ele toda a sociedade capitalista se subordina, pois

Este mecanismo inerente ao atual modo de produção - mesmo com todas as diferenças que se verificaram na estrutura da classe operária contemporânea - é o núcleo central da contradição. As demais dicotomias são derivadas e suplementares desta que é básica. Isto é, a contradição fundamental condiciona todas as outras. É uma contradição entre as classes fundamentais da sociedade capitalista: a que detém os meios de produção e a que vende a sua força de trabalho. As modificações tecnológicas, as múltiplas diversificações e especializações na classe operária não diluíram tal realidade: a posse privada dos meios de produção pela classe capitalista. (Moura, 1978:33)

Tal contradição fundamental também é apresentada ao leitor, ainda que de forma esboçada, em *Rebeliões da Senzala*. Moura deixa claro que o conflito fulcral se dava

entre duas *classes fundamentais*, a saber, senhores e escravos. Todos os demais conflitos eram suplementares, decorrentes dessa dicotomia básica.

Mas o processo antinômico não é um simples choque de forças iguais, de fragmentos sem significados, mas esses choques espelham as contradições básicas que dão sentido ao processo de *devir*. São classes e estamentos, grupos, camadas e frações de classes que ao viverem e conviverem têm de estabelecer relações, algumas vezes estáveis e outras vezes antagônicas. Além disto, esses grupos humanos estão ligados entre si pelo processo de produção dos bens materiais. E cada classe tem uma posição definida em relação à posse dos meios de produção. Esta diferença no chamado espaço social entre as classes e camadas é que confere conteúdo antinômico ao processo social. (Moura, 1978:30)

Nunca é demais ressaltar, como já feito anteriormente, que essa dicotomização fundamental não exclui outras classes e frações de classes no processo, assim como seu protagonismo, importantes no decorrer do devir histórico. Tal qual a burguesia brasileira, lateral ao conflito fundamental entre proletariado e burguesia internacional no livro agora analisado, em *Rebeliões da Senzala* vemos o protagonismo das classes de comerciantes e mascates que, inclusive arrematavam escravizados para seus empreendimentos políticos se contrapondo à dominação unilateral da classe senhorial. Portanto, destacamos novamente: em Moura inexistente uma concepção segundo a qual as classes e frações de classes satélites são irrelevantes historicamente, e puramente passivas.

Explicar, portanto, a hierarquização de valores pelos diferentes atores sociais se tornaria inócua se não houvesse no autor uma delimitação de classe muito definida em tais tipos de atitude. Daí que as tendências anti sociológicas de compreensão do mundo só podem vir das classes que têm em si mesmo a possibilidade e necessidade de impulsionar a história adiante negando o modo de produção vigente. Importante ressaltar que esse “impulsionar adiante” nem sempre aparece de modo consciente pelos atores envolvidos no processo histórico. No entanto, quanto mais radical o impulso, a práxis e a intencionalidade da transformação, maior o nível de consciência tem que ter os homens perante tais processos. Aqui vale uma longa citação de Moura, contida no Apêndice de *Sociologia Posta em questão*, trecho em que disserta sobre a objetividade e subjetividade no ofício do historiador e da disciplina histórica, para esclarecer a questão axiológica presente nas construções teóricas do autor. (Procópio, 2017)

(...) Dizem alguns que a História lida mais com *valores* do que com o próprio desenvolvimento histórico objetivo e o homem, por ser o elemento criador desses valores, estabelece uma hierarquia na História de acordo com a sistemática valorativa estabelecida por ele, engastado em uma sociedade específica e fazendo parte de um grupo e de determinada classe social. Desta forma o fato histórico passa a ter *valor* à medida que o homem, o ser cognitivo, confere aos acontecimentos um *valor* que lhe é dado. Mas, achamos nós que os elementos valorativos da História prendem-se a outro esquema de raciocínio. É verdade que o Homem confere *valores* aos objetos, fatos e fenômenos. Isto, porém, não quer dizer que esses objetos, fatos e fenômenos só passaram a ter conteúdo, essência, após tê-la recebido de fora para dentro, injetada pelo analista que lhe conferiu

determinado *valor*. Não. O inverso é que é verdadeiro. Os objetos, fatos e fenômenos possuem propriedades que lhes são inerentes, atributos que lhes são específicos. Ao descobrir essas propriedades e esses atributos inerentes aos objetos, fatos e fenômenos é que o ser raciocinante confere *valor* aos mesmos. (...) Quando, antes do *conhecimento* desses atributos e qualidades o homem confere *valor* a um fato, objeto ou instituição inevitavelmente cai na *alienação*, afastando-se, assim, da possibilidade de conhecê-los. O mundo material, a Natureza em toda a sua múltipla complexidade é o objeto do conhecimento do Homem. Ele próprio, elemento da Natureza é, ao mesmo tempo, objeto de conhecimento e sujeito conhecedor. Os *valores*, portanto, são conceitos que se interpõem entre o mundo objetivo e o grau de conhecimento que um grupo social ou classe possui do mesmo. Dai eles não serem fixos porque o *conhecimento*, ao penetrar cada vez mais na essência de cada fenômeno específico modifica-os. Em outras palavras: os *valores* são representações objetivas de um determinado grau a que chegou o processo do conhecimento. A prática, ao influir sobre o mundo exterior e ao exigir a conceituação abstrata deste processo dialético emergente atua sobre os *valores* existentes e ao mesmo tempo os transforma. A *práxis* é, portanto, o elemento que testa os *valores* e ao mesmo tempo modifica-os reaproximando-os cada vez mais da sua essência. (...) Nesse desenvolvimento há camadas e classes interessadas em aprofundar o conhecimento da realidade porque a sua prática assim o exige. São exatamente aqueles grupos sociais que estão diretamente ligados ao processo da produção. (...) Chocam-se, então, no espaço social, com aquelas camadas e estratos que estão no cume da pirâmide, e, por isto, desejam uma estagnação do processo histórico e criam uma imagem estática do mesmo, procurando eternizar o seu perfil. (...) Certas correntes históricas querem, por isto mesmo, ver nos *valores* apenas uma racionalização que o homem faz de um mundo caótico e sem sentido. Desta forma, surge uma axiologia invertida que estabelece como consequência uma metafísica que poderá levar, paradoxalmente, ao irracionalismo absoluto. (Moura, 1978:129)

Nesse sentido, a valorização do conhecimento prático, pertence às classes dinâmico/radicais, enquanto que a mistificação desejosa da realidade, uma espécie de *wishful thinking*, pertence àqueles estratos que desejam a permanência do *status quo*.

A categoria dos valores, está ligada, quando não se tem somente uma concepção contemplativa da realidade, ao *dever-ser* e à *práxis*. Na medida em que a intencionalidade radical transforma a realidade a partir do conhecimento essencial de seus pontos fulcrais, altera esta mesma realidade, alterando consigo os valores dos objetos, fatos etc postos por ele mesmo, em um sentido de construção alternativa de *como as coisas devem funcionar*, portanto, um *dever-ser* projetado pelo sujeito em sua ação. O sujeito, nesse sentido, se desaliena constantemente e passa a se encarar como *ativo* no processo social, e não somente passivo. As classes dominantes encaram o processo de maneira estática e fragmentada por valorizar um congelamento do processo social, e por entender que as coisas deveriam permanecer como estão. Ora, os fatos, objetos e fenômenos aos quais estas classes se pautam são os que contribuem para a reprodução *normal* do tipo de sociedade nas quais elas são as principais beneficiárias.

Pegando o exemplo da análise do racismo, caro a Moura, enquanto para os estratos subalternos é interessante conhecê-lo a ele e seus fundamentos, para mudá-los, com base num *dever-ser* que é uma sociedade que não se pauta por qualquer tipo de

preconceitos de cor; para as classes sociais que com ele se beneficiam, é interessante ocultá-los (e aqui entra diversos tipos de manipulações da realidade, ou até mesmo negar que a realidade seja cognoscível) para mantê-lo.

Ao criticar o sociólogo Karl Mannheim por sua posição em relação à *subordinação do pensamento social à estrutura*,<sup>75</sup> Moura defende que

As formas de consciência social são, portanto, condicionadas pelo regime social. Isto, porém, não significa que todas essas formas de consciência se alienem pelo fato de serem reflexos dos interesses de uma classe. Pelo contrário. A diversificação que existe nas sociedades divididas em classes, especialmente na sociedade capitalista, faz com que a ideologia daquelas classes que já se esgotaram como produtoras e ao mesmo tempo detém o poder político seja caracterizada por uma visão parada, metafísica, alienada do processo social contraditório; por outro lado, aquelas classes e camadas que se encontram em processo de desenvolvimento procuram explicação em termos de transformação, de mudança, de *devir*. Como a sociedade não é parada há mais elementos de conhecimento na visão, no *ethos* das segundas que, ligadas à produção, se identificam com o problema de transformação através da práxis. (Moura, 1978:42)

Seria errado interpretar a simples condição de classe como único elemento necessário para uma compreensão correta e objetiva da realidade. Nem tampouco a *intencionalidade* de mudança do *status quo* é um fator suficiente. A relação, evidentemente, não é automática, se o fosse seria metafísica. Desse modo há em Moura uma concepção segundo a qual as classes subalternas só conseguem compreender a totalidade da realidade social e as leis que a regem quando se põe em *atividade* e renegam a *passividade* que colabora com a reprodução global. A negação do *atual estados de coisas*, se apresenta, portanto, enquanto uma dissonância em relação aos valores essenciais à reprodução social, até então, compulsória ou voluntariamente, incorporados pelos oprimidos. Tal negação do estado *atual* de coisas engendra por sua vez valores opostos, moralidades distintas, necessárias ao revolucionamento da sociedade.<sup>76</sup>

Tampouco essa consciência que induz à atividade revolucionária nasce no *interior* da classe social, pois, novamente

Para a sociologia da práxis o *conhecimento* não surge por automatismo e pela simples posição que a classe operária ocupa no processo produtivo. A sua

---

<sup>75</sup> Mannheim, na acepção de Moura, diferencia ideologia de ciência, identifica corretamente o condicionamento do conhecimento a partir das estruturas sociais e condições de classe dos homens, mas postula um “meio termo” supostamente científico, depurado das valorizações ideológicas, tendencialmente falsas. (Moura, 1978)

<sup>76</sup> “O *conhecimento sociológico* não é a simples captação empírica das impressões imediatas que, através do conhecimento sensorial dos seus membros é acumulada por um grupo social. Essas impressões que partem da realidade social imediata, podem criar condições para a compreensão fragmentária de alguns fatos secundários e/ou cotidianos; podem, também, fazer com que certos elementos da realidade sejam direcionados a curto prazo: mas a *práxis social* no seu sentido global, ou seja, a unidade entre as relações do homem (sujeito humano coletivo) com a Natureza e com os outros homens em termos de classe, na sua unidade dialética, para ser *conhecimento* deve receber o embasamento teórico que, por sua vez, se enriquece no próprio processo de procurar analisar e interpretar, mas especialmente transformar a realidade através da ação.” (Moura, 1978, 97)

posição objetiva no espaço social produz os elementos para que não haja nenhuma contradição antagônica entre a situação de classe e o conhecimento sociológico. Mas, o *conhecimento* científico, o embasamento teórico refletor da realidade através de um conjunto de conceitos, é injetado na classe operária *de fora para dentro*, através dos intelectuais que, pela sua própria condição no sistema de estratificação social conseguem dominar a ciência do seu tempo. Isso deve ser enfatizado pois os críticos da sociologia da práxis procura refutá-la alegando que, para ela, o *conhecimento* - por ser de classe- surge espontaneamente no seio da classe operária que, pelos seus próprios meios, adquire autoconsciência sociológica do processo emergente. (Moura,1978:97)

Nesse sentido, o conhecimento correto da realidade e da sua essência, provêm de fora da classe, não surge automaticamente mas “se conjuga e subordina ao domínio das categorias teóricas por parte do analista, do cientista social dinâmico/ radical.” (Moura, 1978, 98). O papel dos intelectuais no processo revolucionário, aquele que sistematiza rigorosamente uma hierarquização de valores antípodas ao vigente, tendo o marxismo como ciência, coaduna com uma concepção leninista de transformação social.

É preciso destacar que em *Sociologia posta em questão*, assim como em outras obras de Moura, está presente uma concepção de *devir* ligada à categoria de *necessidade* da sucessão de modos de produção teleologicamente imbricados. Desse ponto de vista, Moura foi muito influenciado por autores de matriz soviética, e do que se convencionou chamar de *marxismo oficial* ou *vulgar*, construídas sob a influência estalinista, que postulava a vinda inexorável do socialismo e do comunismo em todo o mundo. Nesse sentido, uma sociedade sem classes, se apresenta aqui para Moura como um destino fixo, não como uma possibilidade., pois “enquanto (...) a práxis radical dinamiza e acelera o processo emergente de transformação, a *práxis* da Sociologia acadêmica (...) procura impedir que os elementos do Devir se transformem em realidade.” (Moura, 1978:69). Tal interpretação terá consequências da máxima importância nas formulações do autor, problema que trataremos à frente.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> Moura critica aqueles que negam “a universalidade à sucessão dos modelos de acordo com o esquema estabelecido, ou seja a passagem do *regime comunal primitivo* (...) para o *escravismo* (...); a passagem deste para o *feudalismo*(...); a transformação do *feudalismo* em *capitalismo* e, finalmente, a transformação do *capitalismo* em *socialismo*.” (Moura, 1978, 60-61). Tal problema está intimamente ligado a uma “logicização”da realidade. Apesar de Moura ressaltar a todo momento que impor esquemas formais fossilizados à realidade faz parte da *sociologia acadêmica*, e que a singularidade do real analisado deve prevalecer aos esquemas, ele não nega auxílio de um formalismo “lógico dialético”. Em uma nota de rodapé do livro por nós analisado, Moura destaca: “ A compreensão da superação através do choque de contrários ou seja, a aceitação da contradição como categoria normal somente poderá ser assimilada se o estudioso abandonar os princípios da Lógica Formal na sua acepção aristotélica: lei da identidade, lei da contradição, lei do terceiro excluído e lei da razão suficiente, por uma nova Lógica que aceita a contradição implícita em cada fato ou fenômeno da Natureza, da vida social e do pensamento como normal, como conceito central.” (1978,60). Moura destaca como *Lógicos dialéticos* exemplos curiosos, pela sua diversidade, a tríade: Caio Prado Jr, Plekhanov e H. Lefebvre. Mas como tais problemas se imbricam? (A saber, a visão *necessitarista* da história e a concepção *logicizante*). Nicolas Tertulian, um estudioso da obra de Gyorgy Lukács, discorre, em um dos seus artigos sobre a *Ontologia* do autor Húngaro a negação contundente por parte deste de qualquer tipo de aplicação apriorística lógica à realidade. Segundo Tertulian “(...)o autor se lança no final de sua vida contra o *necessitarismo* e o *teleologismo* na interpretação da história. Experimentou por dentro a futilidade dos esquemas teleológicas e das visões triunfalistas, cuja

## 2) O problema dos valores no escravismo e no capitalismo dependente: tentativas de sistematização categorial de distintos *modos de produção*.

Voltando à temática da compreensão epistemológica da realidade a partir da conjunção entre classe social e *intencionalidade* revolucionária, é interessante ressaltar que desde *Rebeliões da Senzala*, livro publicado em 1959, porém produzido na década de 40 e alterado fundamentalmente nos anos 70, Moura delimita as posições dos escravos enquanto resistência ativa e resistência passiva<sup>78</sup> (tendo claro que o termo resistência já contém em si uma *atividade* contra o status quo). Ao falar sobre a Revolução de 1817, Moura destaca:

[...] Duas foram as formas fundamentais de participação dos escravos na revolução de 1817: a primeira como elemento que agia por ordens do seu senhor, sem consciência, portanto, da essência, do significado de sua participação; a segunda, como elemento consciente que se rebelava contra o status em que se encontrava e que engrossa as fileiras dos insurgentes sabendo que eles tinham como objetivo extinguir a escravidão. A primeira forma de participação mostra o escravo alienado, ainda ideologicamente estruturado nos quadros institucionais que vigoravam, isto é, participando sem se transformar em elemento de negação do sistema escravista, mas, pelo contrário, através de sua obediência às ordens senhorias, dando (paradoxalmente) substância ao regime. A outra forma de participação leva o escravo a se negar como - ao transformar-se em quilombola- e se inserir como elemento de negação da ordem escravista.<sup>79</sup>(Moura, 2020, 133)

---

característica principal é relegar os obstáculos e os desvios à insignificância, em nome da confiança em uma saída predominada: o advento fatal do socialismo é, portanto, um conjunto de experiências vividas que devem ser decifradas por trás das advertências do último Lukács contra a deturpação do marxismo em um *necessitarismo* histórico, o qual o *teleologismo* hegeliano talvez tenha sido a expressão especulativa mais acabada. Compreendemos, então, porque o retorno ao pensamento autêntico de Marx passava, para ele, por uma vasta operação de crítica das interpretações teleológicas do devir histórico, interpretações que tinham o “logicismo” como principal instrumento teórico. O rigor com o qual Lukács dissecou os diferentes teoremas de Hegel (...) a fim de mostrar como os esquemas de caráter teleológico tornam o devir real inflexível, apresentam uma dupla face: teórica e prática. Mostra que em Hegel, os diferentes níveis ontológicos perdem sua autonomia em detrimento de uma espetacular visão hierárquico-teleológica [presente também em Moura, não em termos de *valores*, mas em termos de realidade objetiva, no qual determinados aspectos são essenciais e os demais acessórios] como em que os níveis inferiores do ser não parecem ter outra função além de antecipar a emergência do nível superior(...) É preciso, sobretudo, lembrar a designação, à primeira vista surpreendente, do stalinismo como “hiperracionalismo” (...) em que o funesto monolitismo stalinista (a absolutização da via soviética como paradigma do combate pelo socialismo) é considerado como efeito de uma racionalização excessiva da história, verdadeira recusa em apreender a tessitura real da sociedade, sua complexidade e a multiplicidade de suas articulações e mediações.” (Tertulian, 2016, 115-116)

<sup>78</sup> Segundo Moura, na última conclusão de *Rebeliões da Senzala* tais formas se dão da seguinte maneira: “a) *Formas passivas*: 1) o suicídio, a depressão psicológica (banzo); 2) o assassinio dos próprios filhos ou de outros elementos escravos; 3) a gufa individual; 4) a fuga coletiva; 5) a organização de quilombos longe das cidades. b) *Formas ativas*: 1) As revoltas cidadinas pela tomada do poder político; 2) as guerrilhas nas matas e estradas; 3) a participação em movimentos não-escravos; 4) a resistência armada dos quilombos às invasões repressoras; 5) a violência pessoal ou coletiva contra senhores ou feitores (Moura, 2021, 397)

<sup>79</sup> É interessante observar como Moura, no parágrafo posterior ao trecho citado, para delimitar o caráter dessa “consciência” descreve: “Pouco depois do malogro da revolução de 1817 temos notícias de outro acontecimento interessantíssimo que se entrosa no longo e tortuoso rosário das lutas dos escravos contra o instituto da escravidão e que demonstra, também, como os escravos estavam longe de entender, como era óbvio, a essência dos acontecimentos políticos. Segundo o informe que estamos acompanhando, os negros cativos organizaram-se para impor, nada mais, nada menos, que a constituição que fora promulgada em Portugal através da chamada revolução liberal daquele país. Os escravos mineiros, dirigidos por um negro

Moura relaciona os conceitos de *alienação* e *obediência*, e portanto de subserviência à ideologia vigente à primeira forma de participação, enquanto os conceitos de *essência*, *objetivo* e *consciência* estão ligados à segunda forma participativa, explicitamente anti-sistêmica e revolucionária.<sup>80</sup>

O estudo dos valores realizado pelo autor foi apresentado por Teresa Malatian em sua biografia de Moura quando a autora destaca a influência marcante, ainda em sua formação intelectual, de Emilio Willems e sua teoria do *peneiramento*. Segundo Willems:

Todo indivíduo ou todo grupo entra, durante determinadas fases da vida em contato com os valores existentes. Em virtude da diferenciação biológica de indivíduos e grupos, cada contato exige ajustamentos específicos cujo sucesso é, frequentemente, posto em dúvida. Alguns ajustam-se, outros não. Os indivíduos são, portanto, *peneirados*. O sistema de valores constitui o critério de peneiramento. Há indivíduos que “passam” pela “peneira” e outros que não “passam”. Estes constituem “*resíduos*”. (...) Contato e peneiramento sucessivo nem sempre significam que os indivíduos possam escolher os ajustamentos que lhe exige a sociedade e que determinam a sua integração na atual organização social. Escravos, por exemplo, não podem “escolher” a sua especialização. A grande maioria deles costuma ter, invariavelmente, os mesmos contatos que lhe exigem ajustamentos a padrões rígidos de atividades. Mas alguns sucumbem, pois falta-lhes a capacidade física exigida pela espécie de trabalho. Outros “defendem-se” pela vadiagem, insolência ou rebeldia. O escravo fujão, tão comum nas escravocracias modernas representa, talvez o tipo extremo de desajustamento. Escravos vários, indolentes, rebeldes, agressivos e principalmente, os arredios e fujões constituem resíduos sociais. (Willems, 1938:333 apud Malatian, 2022:77)

Tal teoria do peneiramento se apresenta enquanto um *continuum* em toda obra de Clóvis Moura. Evidentemente que, ao contrário de Willems, há uma valorização pelo autor exatamente dos que renegam os sistemas de valores vigentes. Moura os percebe não como desajustados, incapazes fisicamente, fujões etc mas como aqueles que através da rebeldia tem a *intencionalidade* de afirmar a sua humanidade. A rebeldia, por sua vez, engendra um sistema de hierarquia de valores opostos ao da sociabilidade escravista, e essa postura crítica diante do mundo cria, através da práxis, uma *visão de mundo* que consegue enxergar mais longe.

Seria errôneo, entretanto, como já ressaltamos interpretar que Moura atribui esse desajustamento ao status quo como pura vontade dos oprimidos sociais. Tanto no modo de produção escravista, como no capitalismo dependente, eles são impelidos a tal rebeldia exatamente pela sua condição objetiva de extrema alienação, engendrada pela divisão social do trabalho em ambos os sistemas.

---

de fartas posses chamado Argoins, proclamaram a Constituição lusa em toda a zona onde atuavam.” (Moura, 2020:134, 135)

<sup>80</sup> Por se tratar das primeiras obras, podemos perceber que ainda não existe sistematizado em Moura a concepção segundo a qual os intelectuais “injetam” a consciência na classe em luta, impossível de existir no caso do escravismo brasileiro. Moura em obras posteriores irá relativizar essa “consciência” da “essência” dos escravizados no período colonial brasileiro.

Desse modo, em toda obra de Moura conseguimos, até agora, apreender dois interesses distintos. Primeiro o estudo da axiologia dominante, comum a mais ou menos a totalidade dos membros da sociedade brasileira (um dos principais objetos de estudo do autor), seus desajustamentos e margens, representados por integrantes que não passaram pelo *peneiramento* social desse mesmo sistema de valores. E segundo, a partidarização explícita a favor daqueles que não coadunam com o sistema de valores vigentes, esses potencialmente revolucionários. Existe em Moura, dessa maneira, uma valorização dos valores antípodas.<sup>81</sup>

No caso brasileiro, no sistema escravista e depois o capitalismo dependente, a população negra, pela sua condição alienante, é aquela que recebe atenção privilegiada de Moura exatamente por possuírem membros (grande parte deles, no caso do capitalismo) às margens do sistema, e portanto, potencialmente revolucionários.

Em, *Negro, de bom escravo a mau cidadão*, percebemos já no título a ironia de Moura em relação ao caráter da axiologia dominante. A primeira parte é coroada com o título “Uma trajetória: da escravidão à marginalização. (De bom escravo a mau cidadão? Dilema axiológico de um problema social)”, e deixa claro o estudo detalhado dos valores sociais vigentes. (Procópio, 2017)

O livro foi escrito no embalo do surgimento dos movimentos negros na década de 1970, e se trata de um dos primeiros livros de análise sistemática da situação racial do Brasil em termos de *atualidade*. A análise sociológica imbricada à concretude histórica

---

<sup>81</sup> A junção da axiologia às relações de produção e forças produtivas se apresenta quando Moura faz uma conceituação final de “Formação econômico-social”, que para o autor é: “a) Um conjunto de relações sociais determinadas historicamente, em ligação com as forças produtivas da sociedade; todo o conjunto de estratificação social e suas formas de pensamento espontâneas mais as ideologias conscientemente elaboradas. Esses *valores* sociais, por seu turno, formam um conjunto contraditório dentro da *formação* mas, apesar de todas as divergências (ou por isto mesmo) constituem um todo. Este todo b) Tem como elemento constitutivo básico a conexão estrutural entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção. Estabelecido o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, pelo trabalho de mediação, as relações de produção correspondentes, tem-se um modelo, uma síntese do que entendemos por *formação econômico-social* cujas partes que a constituem c) não nascem, desenvolvem-se e desaparecem harmonicamente, mas de forma contraditória, sendo que muitos segmentos econômicos, culturais e sociais de um modo de produção penetram como pinças, no outro, sem que isso leve a que do ponto de vista global, o cientista social fique impedido de estabelecer, analisando as relações fundamentais e as forças produtivas que as geram, um tipo de *formação econômico-social*. Desta forma d) muitas vezes, ou melhor, na maioria das vezes o conceito de determinado tipo de formação não existe na sua pureza: relações antigas, concepções correspondentes a outro estágio persistem, exercem influência sem que isto invalide o fundamental que tipifica o modelo em confronto com os demais.” (Moura, 1978:65). Assim como o estudo dos valores contraditórios que compõem um todo, o conceito de formação social permite ao sociólogo estudar os resquícios culturais, econômicos e sociais de outras *formações econômico-sociais*, método presente nos estudos de Moura sobre as características fundamentais do capitalismo dependente no Brasil, que carrega em si as marcas da formação anterior, por exemplo o racismo enquanto *mecanismo* de funcionamento. É interessante ressaltar, como bem destaca Márcio Farias, que Moura não diferencia substancialmente os conceitos de Modo de Produção e Formação social. Segundo o autor, ao falar sobre as diferenças de Moura em relação a Caio Prado Jr. “Em suma, existe uma evidente contradição entre modo de produção e formação social. Nesse ponto, Clóvis Moura não oferece uma resolução mais amarrada. Aparentemente confunde essas categorias e não as utiliza com rigor.” (Farias, 2019, 96)

brasileira, se diferenciam das obras anteriores, ou puramente historiográficas (Rebeliões da Senzala), ou de metodologia sociológica abstrata (Sociologia Posta em Questão).

Do que se tratava, portanto, tal análise axiológica? É importante ressaltar novamente que os valores se imbricam, em Moura, às estruturas sociais, sendo estas determinantes em última instância daquelas. Não existe no autor qualquer análise que privilegie aspectos idealistas etéreos, descolados da realidade. Nesse sentido, para Moura:

Quanto se fala do negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão. (...) Precisamos tentar descobrir as causas sociais, econômicas e culturais que criaram este estereótipo, estereótipo que se repete não apenas em algumas áreas (...) mas se configura em julgamento quase geral em todas as regiões nas quais o negro entrou como escravo e, no momento, disputa com o branco e ou outras etnias o mercado de trabalho em nossa sociedade. (Moura, 2021, 24)

O autor logo demistifica a visão saudosista *atual* de que o negro era visto, à época da escravidão, como um bom escravo. Tratando essa concepção como uma deformação da história, dada sobretudo pelas tensões e condições das relações raciais e classistas no presente. (Moura, 2021; Procópio, 2017)

Tal idealização do passado não leva em consideração os dois tipos sociais essenciais que se formou entre a classe escravista no período colonial brasileiro, de valores diametralmente opostos:

O que se entenderia, no passado, por *bom escravo*? Seria aquele que, engastado no sistema escravista, produzia com o seu trabalho a riqueza econômica do Brasil, o fausto da classe senhorial, a prosperidade dos seus senhores, fazendo, assim, com que o escravismo conseguisse os elementos capazes de estabilizá-lo, quer no nível econômico, quer social. Bom seria o escravo que não protestava, aceitava o eito, o feitor, os castigos e as torturas; aceitava o seu *status* como sendo eterno e imutável. Seria a escrava que deixava de amamentar o seu filho para dar leite ao do senhor, numa atitude conformada que se perpetua no símbolo masoquista da Mãe Preta, símbolo que é apresentado como o do comportamento ideal do escravo. (...) Seria o negro cativo que tinha como unidade psicológica, plasmando a sua personalidade, os valores do senhor, a ótica do senhor e a ideologia global do senhor. Por isto mesmo, sujeitava-se, sem resistência à estrutura que o oprimia. Ou, ao contrário, se usarmos outro critério de julgamento, não seria *bom escravo* aquele que, sentindo a distância social que o separava do seu senhor, fugir para as matas, organizava-se em quilombos ou fazia insurreição nas cidades? Não seria bom aquele escravo que, embora esmagado pelo sistema que o alienava, tinha **elementos de análise** capazes de levá-lo a uma posição de negação, embora a nível de revolta meramente pessoal ou grupal, e, assim, criava as condições para que o escravismo pudesse ser **analisado criticamente**. (Moura, 2021:25-26, grifos nossos)

A longa citação se justifica na medida em que fica explícito nesse excerto o que estava implícito em *Sociologia posta em Questão*, a saber, o sistema de valores dominantes em um determinado modo de produção, seus antípodas, e em que medida a compreensão de mundo condiciona e está condicionado a eles. Aqui, Moura articula de maneira clara e distinta o sistema de valores como mediador da relação entre modo de

produção e consciência, se contrapondo a um mecanicismo, uma pura relação de causa e efeito, entre esses dois complexos. A *intencionalidade* e a *práxis* também está presente como articulador entre o sistema de valores antípodas e a análise crítica social.

Como nesta obra a história serve imediatamente para uma comparação fecunda com o presente, a análise em relação à situação atual vem logo em seguida:

É visto ainda como *mau cidadão* negro aquele que vive nas favelas, nos cotiços, nos comambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra. É exatamente aquele segmento aquele segmento descendente do escravo, hoje apenas negro livre, porém que não foi, ainda, incorporado, na sua grande maioria, a não ser formalmente, à sociedade civil atual, como cidadão. (Moura, 2021:26)

Os valores e a ideologia dominante encara esse estrato populacional como incapaz, por características próprias e não históricas, de se integrar à sociedade como cidadão pleno.<sup>82</sup> Nesse sentido, a sociologia acadêmica brasileira comete dois erros, por, assim como Moura denuncia em *Sociologia*, refletir os valores sociais dominantes. O primeiro é considerar de modo puramente formal, conforme o ordenamento jurídico, que a cidadania foi dada para esses estratos sociais após a abolição. A consequência desse pensamento abstrato, que desconsidera as características históricas e sociais, as contradições econômicas etc é a de que, se o negro não alcançaram os patamares sociais, econômicos e culturais dos brancos, a responsabilidade é quase que exclusivamente dele próprio. A segunda, também reflexa da realidade, é desconsiderar toda a *práxis* e dinamicidade histórica desse segmento, tanto no período escravista, como no atual. Não à toa o mote de que o negro era um “bom escravo”, visto que as rebeliões, quilombos, guerrilhas e boicotes, foram encaradas, pela sociologia acadêmica, como desvios ao padrão de comportamento normal do escravizado passivo e incorporado ideologicamente aos valores do senhor, e não como regra. (Procópio, 2017) Por isso:

(...) Os sociólogos brasileiros que estudam a escravidão elidem sistemática ou parcialmente do seu campo de análise, ao procurarem explicar as contradições que geraram as modificações registradas no período escravidão/trabalho livre, as lutas dos próprios escravos, como se elas não tivessem influído e pesado, dentro de parâmetros cognitivos estruturalmente limitados, mas socialmente muito mais relevante do que se pensa, no resultado do processo. (Moura, 2021:28)

Chamamos atenção para o termo “parâmetros cognitivos estruturalmente limitados” que o autor usa para falar sobre o tipo de consciência presente nos escravizados do período colonial. Parece contraditório, visto que em alguns trechos, Moura os coloca

---

<sup>82</sup> “A imagem abstrata que os estratos superiores que se julgam brancos têm do *negro* é reflexa dessa realidade social, econômica e cultural na qual ele se encontra imerso. Concluem daí que ele não tem condições para desfrutar a liberdade, pois dissipa-a na cachaça, no amor livre e na maconha. Para esses estratos, o negro, desde que conseguiu livrar-se do cativeiro vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco, que é visto como membro de uma raça mais inteligente, *limpo*, culto, que pauta o seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar.” (Moura, 2021:27)

como capazes de analisar criticamente a realidade e a situação a partir da intencionalidade de alterá-la. Tal contradição aparente também está presente em *Rebeliões da Senzala*<sup>83</sup>. Ela coaduna com as concepções de Moura, presentes em *Sociologia* e que também ressaltamos, conforme o qual é necessário um elemento intelectual “de fora” do processo estritamente econômico capaz de oferecer uma consciência plena, rigorosa e sistematicamente formulada, o que era impossível para os escravizados do período. Pela sua brutal reificação, o escravizado era apenas capaz de *intuir* a dinâmica social. Segundo Ana Paula Procópio:

Moura qualifica de escravo intuído os sujeitos que embora de modo fragmentado, possuíam uma noção de sua situação e projetavam em termos de diferença a relação entre eles e os senhores. Esse conhecimento totalmente articulado à realidade, segundo o autor tem a conotação que Georg Lukács dá ao termo intuição “a entrada brusca na consciência de um processo de reflexão até então subconsciente” (Procópio, 2017:136)

Em outro momento, Moura destaca

Esta impossibilidade do negro livre integrar-se a curto prazo deve-se em primeiro lugar, a que a escravidão, como sistema de produção, criava limitações estruturais que impedia o negro de ter interesse relevante pela mercadoria que produzia.(...). Isto o alienava de tal forma que o impedia de *ver-se* e elaborar **valores** de contestação globais e racionais ao sistema. Demonstrava, apenas, através de atitudes de rebeldia individuais ou grupais, sem objetivos definidos mais radicais, o descontentamento que o atingia. Definia-se, assim, em face da própria situação do escravo, um pensamento meramente fragmentário, que não lhe dava condições de romper o círculo que o prendia à estrutura, por não ter condições de elaborar um sistema ideológico capaz de desaliená-lo.(Moura, 2021:44, grifos nossos)

Essa incapacidade de elaborar um “sistema de valores de contestação globais” e um “sistema ideológico capaz de desaliená-lo” se diferencia, entretanto, substancialmente do “bom escravo” completamente passivo e sem práxis das elaborações academicistas, pois apesar dessa limitação, o escravizado rebelde, mesmo que de maneira fragmentária, através da práxis e da intencionalidade, essencial à derrocada do escravismo, negava o sistema de valores vigentes, intuindo daí uma hierarquização antípoda à axiologia do *status quo* desumanizante.

A contradição de “consciência” e “análise crítica” apresentada em alguns excertos, e a simultânea “fragmentação” e “incapacidade” de empreender sistemas ideológicos globais é apenas aparente nesses termos, pois mesmo não tendo plena consciência do

---

<sup>83</sup> Moura na introdução à segunda edição de *Rebeliões da Senzala* de 1972, escreve: “É verdade que o escravo, ao se rebelar contra a ordem que o subjuga, não possui elementos cognitivos capazes de fazê-lo um homem autoconsciente. Sua posição de membro de uma classe colocada como entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, incapaz de dominar técnicas mais avançadas do que as rudimentares do seu labor rotineiro, jungido a um regime de trabalho que o insular do processo dinâmico de modificações e aperfeiçoamento técnicos, não podia ter elementos ideológicos capazes de transformá-lo na classe que, através de suas lutas conseguiria o poder do Estado. A alienação que o envolvia deixava-o como peru no círculo de carvão [metáfora parecida foi utilizada para designar os sistemas ideológicos dos sociólogos acadêmicos. Tal papel estava destinado a outra classe social.” (Moura, 2020:60)

processo global, o escravizado sabia vagamente que contribuía com o desgaste do sistema, e no plano cognitivo estava a anos luz do escravo passivo, pois conseguia, ao se rebelar, compreender as contradições das estruturas sociais e dos valores vigentes. Essa formação crítica se apresenta, para o escravo rebelado, como condição de sua sobrevivência, pois precisava entender, ou intuir os processo repressivos, as suas leis fundamentais, a alienação em que vivia, para conseguir ser bem-sucedido em seus empreendimentos de rebelião, insurreição e fuga.<sup>84</sup>(Procópio, 2017) Toda essa atividade dos escravizados no período se depreende dos seus primeiros escritos sistemáticos em *Rebeliões da Senzala*. Segundo o próprio autor em um prefácio para a segunda edição do livro escrita em 1972:

Nosso trabalho procura estudar a participação do escravo como força dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico. A outra parte, do escravo como elemento dócil, masoquista, conservador do regime, termo passivo do processo social já foi por demais estudada. Há mesmo uma verdadeira *indústria* em tal sentido. Por tudo isto, procuramos ver o escravo, no presente livro, como negação de um sistema que, para afirmar-se em sua amplitude, tinha de estabelecer toda uma mecânica de sujeição” (Moura, 2020:62)

Muitos são os exemplos, por outro lado, da parcial consciência dos escravizados engendradas pela rebelião, pois

Os escravos não se deixaram dominar nas suas revoltas por simples paixões momentâneas que vinham à tona em movimentos inconsequentes, nas quais planejavam seus movimentos detalhadamente. Temos ainda a anotar que existiam rudimentos de uma hierarquia militar entre esses negros, embora fundamente mesclada — como não podia deixar de ser — à hierarquia religiosa. (Moura, 1981: 244)

---

<sup>84</sup> Em um texto de 1986, paradigmático, intitulado *Quilombos e a rebelião negra*, Moura parece se desvencilhar dessa concepção de consciência parcial para descrever alguns casos de revoltas dos escravizados. Ao narrar a ocupação na fazenda Santana, em 1789, na Bahia, pelos escravizados e a decorrente “greve” que durou quase dois anos, Moura descreve as reivindicações que os negros fizeram para poderem voltar ao trabalho. Salta aos olhos, em tal apontamento, o nível de consciência que tinha os escravizados em relação à sua situação global. A revolta, apesar de ter sido derrotada, foi restabelecida com outros critérios anos mais tarde, o que mostra, segundo Moura, um acúmulo de experiência política pelos escravizados. Segundo o autor: “Como vemos, o nível de consciência desses escravos é ininteligível se nos apoiarmos nos conceitos clássicos de escravismo e alienação total do *Instrumentum vocale* de acordo com teorias tradicionais. (...) De fato, esses cativos estavam dando um salto qualitativo no processo do conhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos, mas como cidadãos, reivindicando direitos idênticos aos trabalhadores assalariados atuais. Era, portanto, uma proposta de transformação do próprio conteúdo das relações de classe e da forma de apropriação da produção no processo de trabalho. Esta *ponte* estabelecida na consciência desses escravos com a sua situação estrutural é uma demonstração de que, em circunstâncias especiais, os velhos conceitos consagrados sobre as limitações do escravo no processo do conhecimento, muitos deles repetidos por simples mimetismo científico, não são suficientes para interpretar a realidade emergente.(Moura, 1986: 72-78). Cleber Santos Vieira (2018:372) ressalta essa passagem. Segundo ele: “Para Clóvis Moura, as reivindicações pautadas na rebelião negra na fazenda Santana, em Ilhéu, Bahia, 1789, na qual os rebelados paralisaram as atividades por dois anos e deixaram seus interesses por escrito, demonstravam elaboração intelectual e intervenção da população negra sobre o processo de organização e distribuição da produção, tempo de trabalho, usos de forças produtivas etc. Revelavam, pois, consciência da classe trabalhadora, esboço da transformação de uma consciência em si em direção a uma classe para si”. No entanto, esses eventos na história do escravismo parecem exceções à regra, e Moura parece não generalizar, ao longo de sua obra, essa consciência global para o elemento escravizado.

Muito se destaca, corretamente, do pioneirismo dessa obra, a saber *Rebeliões da Senzala* ao apresentar pela primeira vez o período colonial brasileiro como um período caracterizado pela luta de classes. Moura coloca este último aspecto como inclusive o motor da história durante a escravidão. O seu pioneirismo se dá sobretudo em oposição, em primeiro lugar à concepção acadêmica dominante, inclusive marxista, que encaravam o escravo como simples força produtiva ou tábula rasa, coadunando com a visão passiva do elemento escravizado ao longo da história. A outra, oriunda da esquerda não-acadêmica, ligadas ao comunismo do PCB que encaravam o passado colonial brasileiro como uma espécie de feudalismo *suis generis* que se desenrolou no período colonial. Tal interpretação era oriunda do dogmatismo etapista da influência estalinista que encarava, de modo esquemático e teleológico, a evolução de todas as sociedades com base em sucessão inexorável de *formações sociais* pré-determinadas. Tampouco nessa concepção a população escravizada aparecia como agente da própria história.

A esta última interpretação teleologizante Moura deu seu aval, como vimos, em sua concepção de *Formações econômico-sociais* em seu livro *Sociologia posta em questão*. Vimos, no entanto, como o livro oscila entre concepções originais e postulados formalistas e fossilizados da dogmática estalinista. Na segunda edição de *Rebeliões da Senzala*, de 1972, Moura se desvencilha parcialmente das concepções partidárias dominantes, e do seu esquematismo formalista, ao postular a luta de classes entre escravos e senhores como motor da história, singularmente apreendida dentro de seus próprios parâmetros concretos, fora do modelo de desenvolvimento *clássico* da Europa ocidental, inclusive negando completamente um feudalismo à brasileira, ainda presente na primeira edição (Malatian, 2021). Essa é uma contradição fundamental que encontramos em Moura, ou seja, um conflito entre os postulados teóricos stalinistas e sua verve materialista, que tende a considerar a história a partir de pressupostos concretos. Prova disso é que, apesar de não seguir à risca as sucessões clássicas, em *Rebeliões da Senzala* ainda existem resquícios teleológicos de sucessões de modo de produção.<sup>85</sup>

Moura teve que ser um dissidente teórico dentro do partido ao qual fazia parte. Se inspirou teoricamente em Caio Prado Júnior, também dissidente teórico da linha partidária, para esse empreendimento original (Farias, 2019). Teve de aceitar

---

<sup>85</sup> Na conclusão de *Rebeliões da Senzala*, em sua versão definitiva, Moura diz: “É verdade que, em determinado momento no processo de formação da nossa sociedade, a escravidão era inevitável. Isto, porém, não significa dizer que por compreendermos o fenômeno devemos nos esquecer de que a evolução de todas as sociedades se processa através de choques, de contradições, e que, à medida que essas contradições - dentro da sociedade escravista - se acentuam e que os escravos, através de movimentos de rebeldia de várias espécies, nela se inserem, contribuem juntamente com as contradições que advêm de outras causas e se processam em outras camadas, para que o regime de trabalho imperante seja substituído por outro. (Moura, 2021:394)

implicitamente a acepção de que o que se desenvolvia no Brasil era uma espécie de capitalismo também *suis generis* trazido pelos colonizadores, mas, como dito anteriormente, radicalizou a luta de classe no período como seu mestre não fez<sup>86</sup>. Nunca é demais ressaltar, como bem o faz Márcio Farias (2019, 66), que, na acepção da tríade modernista da historiografia brasileira, a saber, Caio Prado Jr. Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda: (...)No que diz respeito à compreensão das relações raciais, os três autores apresentam uma compreensão bem parecida: em todos temos a tese do amálgama das três raças” , apesar de que “Os três autores divergem em método e argumentação, de maneira que temos três intérpretes que discrepam sobre os meandros da história brasileira.”

Na acepção de Farias, no entanto, essa concepção harmônica não é inovação do modernismo, estando presente no pensamento social brasileiro desde o passado colonial até representantes do abolicionismo como Joaquim Nabuco. Segundo o autor:

O pensamento social brasileiro foi muito influenciado por esse ideário de relações raciais de caráter não antagônico, tal como na realidade estadunidense. Em alguma medida, o pensamento social brasileiro reforçou e adaptou esse constructo social. Mesmo autores comprometidos com a luta dos explorados e oprimidos, que tem nas populações indígenas e negras suas bases, foram coniventes com o comum ideal de povo brasileiro. (Farias, 2019:67)

Tal radicalização da história a contrapelo, para usar a expressão de Walter Benjamin, foi encontrada por Moura pelas condições históricas ao qual estava inserido e pelas quais tinha passado o Partido Comunista em suas formulações a respeito da questão negra, as diferentes posturas ao qual o partido teve em relação a esse estrato populacional, com seu desfecho coerente nos anos de 1940, ano da inserção de Moura nos quadros comunistas. Tal desenvolvimento já foi esboçado por nós acima.

A presença de Caio Prado Júnior ao longo do empreendimento teórico de Clóvis Moura vai se diluindo ao longo das suas obras, dando lugar a concepções originais

---

<sup>86</sup> “Caio Prado Jr. se propôs a ser um contraponto da leitura culturalista de Freyre, buscando empreender uma análise materialista da formação nacional, entendendo, portanto, as determinações históricas e econômicas do sentido da colonização em consequência de uma análise exclusivista dos costumes. No entanto, esse autor também dialogou com o ‘espírito de seu tempo’, em relação à compreensão das relações raciais e submeteu-se ao ‘amálgama das três raças’: (...) [aqui, citando Caio Prado Jr.]‘O caso negro é para o historiador mais simples. Uniformizado pela escravidão sem restrições que desde o início de sua afluência lhe foi imposta, e que ao contrário da do índio, nunca se contestou, ele entra nessa qualidade e só nela para a formação da população brasileira. Não surgiram problemas nas suas relações com os colonos brancos: nos dois séculos e meio que decorreram da introdução dos primeiros africanos até o momento que ora nos ocupa, a sua situação foi sempre a mesma. (...) (Prado Jr., 2000, p.101)’ As contradições nas teses de Prado Jr se dão pelas seguintes questões: em sua obra, o autor desvelou um passado que persistiu na modernidade, no entanto, subestimou o caráter persistente de relações de contradições e as diversas matrizes da nossa formação. Ou seja, o racismo, enquanto ideologia, também persistiu na maneira de incidir nas práticas institucionais e no cotidiano da população brasileira” (Farias, 2019, 70-71)

engendradas pelo autor em seu desenvolvimento intelectual.<sup>87</sup> O fato de que Moura em *Rebeliões da Senzala*, sobretudo em sua primeira edição de 1959, mais descreve do que empreende análises históricas e sociológicas não retira a originalidade radical do livro, paradigma para uma nova historiografia. Novamente, segundo Farias:

Minha hipótese é de que Clóvis Moura tem dois trunfos iniciais que o colocam como vanguarda da historiografia contemporânea da escravidão: o primeiro, no que diz respeito ao objeto de estudos e pesquisas, uma vez que já em *Rebeliões na Senzala* (sic) apresenta a tese de que o africano escravizado e seus descendentes foram sujeitos ativos na formação do Brasil. Nesse ponto, os estudos da década de 1980, marcados pela revisão da historiografia da escravidão e da classe trabalhadora, têm em Moura uma prévia bem elaborada que registra a ação política para além de um atavismo ou uma visão culturalista. Um segundo ponto que considero a produção de Moura *sui generis*, em relação à historiografia da escravidão contemporânea, é a sua compreensão metodológica. Moura antecipa em seus estudos sobre a escravidão no Brasil o conceito de *agência*, tão caro aos historiadores brasileiros da década de 1980, influenciados por Thompson. (Farias, 2019:79-80)<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> Marcio Farias fala desse desvencilhamento ao tematizar o problema da concepção moura de modo de produção: “Um exemplo é a categoria do modo de produção escravista e a polêmica em torno do sentido da colonização. A escravidão no Brasil foi uma relação social de produção ou um modo de produção específico? Nas primeiras obras, quando o autor ainda não manejava categorias de maneira mais consistente e o trabalho era mais descritivo, tal como na primeira edição de *Rebeliões na Senzala*, é possível perceber (...) certa ênfase orientada na compreensão das relações sociais de produção e na busca do sujeito político, quase que numa justaposição da dialética do senhor e do escravo na cena brasileira. A ênfase muda de sentido nas obras de maturidade, pois vê-se o modo de produção escravista como categoria utilizada para compreender o período colonial. Talvez já amparado pelas reflexões de Jacob Gorender em seu polêmico *Escravidão Colonial*, Moura tenha encontrado termos mais adequados as suas pesquisas. Ora, mas se existe um modo de produção com conexões internas que parte da compreensão de Brasil enquanto entreposto comercial que produz insumos diante da fase de expansão do capital, tal como a interpretação de Caio Prado Jr. (base primeira de Moura), se esvai. Em suma, existe uma evidente contradição entre as categorias modo de produção e formação social. Nesse ponto, Clóvis Moura não oferece uma resolução mais amarrada. Aparentemente confunde essas categorias e não as utiliza com rigor” (Farias, 2019:97). A respeito da não resolução em Moura das categorias de Modos de Produção e Formação Social, esboçamos alguns pontos acima. Essa não resolução nas obras iniciais, sobretudo em *Sociologia*, se deve à influência de Caio Prado Jr. em suas sistematizações. Do mesmo modo, Teresa Malatian afirma, sobre *Rebeliões da Senzala*: “Ao interpretar a configuração sistêmica global do modo de produção nessa sociedade, o pensamento de Moura ainda se debatia com a dificuldade teórica de conciliar escravidão e capitalismo comercial, mas afirmava a compatibilidade entre ambos na estrutura da sociedade colonial e a dicotomia entre senhores e escravos como o principal antagonismo.” (Malatian, 2021:113-114)

<sup>88</sup> Sobre essa questão, Teresa Malatian (2021, 297-298) apresenta um ponto polêmico, ressaltando já haver no Brasil a concepção segundo a qual no período colonial foi marcado por luta de classes entre senhores e escravos, destaca a autora: “Em balanço historiográfico sobre a escravidão brasileira, Rafael de Bivar Marquese (MARQUESE, 2013) desenvolve reflexão que pode auxiliar a deslindar esse emaranhado de louvores e críticas em torno da questão. Ao tematizar um longo período dos anos 1930 à década de 1970 ele apresenta uma área em que se poderia inscrever Moura, a dos estudos que associaram a escravidão ao capitalismo, interpretação em que em sua obra acabou por se fixar após algumas hesitações quanto à presença do feudalismo no Brasil, visíveis na primeira edição de *Rebeliões da Senzala*. O campo historiográfico marxista foi propício a esta leitura que seguiu os cânones da análise do modo de produção capitalista e da luta de classes como fator primordial de seu dinamismo. Se tomada por esse ângulo, a obra de Moura certamente não foi pioneira, pois havia sido precedida por outras que igualmente valorizaram o protagonismo negro rebelde no período da escravidão sob o prisma do materialismo histórico. De Aderbal Jurema (*Insurreições negras*, 1935) a Edison Carneiro (*O quilombo dos Palmares*, 1947) e outros mais, o tema vinha sendo pontualmente frequentado, mas o projeto ambicioso de Moura visou construir uma obra com temática nacional em abordagem ampla das lutas pela liberdade como fator dinâmico do sistema.”. Apesar de colocar a polêmica do pioneirismo de Moura, Malatian não nega que no autor existem pontos qualitativamente diferentes em relação aos seus precursores. Tal diferenciação se dá sobretudo por fatores históricos, como esboçamos acima ao falar sobre os empreendimentos teóricos dos comunistas dos anos 30, 40 e 50 em relação à população negra.

Nesse ponto, cabe aqui fazer alguns apontamentos sobre a *agência* do negro antecipada por Moura na historiografia brasileira. A primeira delas é de caráter histórico. Vimos que, durante muito tempo, os comunistas no Brasil, sobretudo através da mediação do PCB, trataram a questão negra de diferentes formas. Desde a negação de que essa questão existia, até resoluções programáticas das mais díspares, que, por sua vez, iam desde um separatismo dos negros em relação ao resto do Brasil, até a sua integração completa à sociedade brasileira.

De todo modo, a transição se deu de posições que postulavam uma total heteronomia do negro em relação à pauta partidária até a teorização de sua autonomia, concepções segundo as quais, *mutatis mutandis*, o partido que tinha de se atentar às questões econômicas, sociais e culturais dessa população e adaptá-las ao seu programa. Vemos essa segunda concepção em Édison Carneiro, com sua hipótese de separatismo da população negra na ocasião pós revolucionária, e em Moura, que postula a população negra como constituinte genético da formação social brasileira através de seu histórico ativo de luta de classes dinâmico-radical. (Farias, 2019)

Só podemos compreender o surgimento de tais intelectuais a partir das contradições institucionais aos quais estavam inseridos, sendo Moura o que melhor formulou teoricamente uma visão de mundo original sobre a questão negra, dentro do Partido Comunista. No entanto, se o partido tratou sobre essa questão, e necessitou de intelectuais dessa envergadura para elaborá-las, não foi, pelo menos de modo preponderante, por necessidades internas. Ressaltamos também o papel da Internacional Comunista, e da FNB como forças políticas que moveram o partido a dar *respostas* ao principal problema social brasileiro, até então parcialmente ocultado pelas lentes de seus dirigentes.

Essa dupla pressão externa ao partido se torna evidente na medida em que podemos constatar uma involução teórica nos quadros comunistas no que diz respeito à questão negra quando ambas as instituições têm seu fim. O combate, às vezes árduo, dos membros do PCB e de quase todas as suas dissidências em relação à priorização da pauta negra pelos movimentos que surgiram na década de 70, encarado na visão desses como um *desvio* da luta de classes fundamental entre proletariado e burguesia, salta aos olhos aos que pesquisam o assunto. Por sua vez, o movimento negro não era menos agressivo em relação à esquerda tradicional, fossilizada em seus esquemas teóricos tradicionais, como vimos acima em relação aos membros do MNU.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> Os trotskistas da convergência socialista que criaram e compuseram o MNU, se enquadram, nesse sentido, fora da esquerda tradicional ligada ao PCB e suas dissidências.

De qualquer forma, o intelectual Moura foi formado teoricamente em um momento distinto, e, através de sua autonomia como intelectual crítico, levou consigo o seu parâmetro analítico fundamental, a saber: os dilemas da população negra no Brasil como um problema fundamental, independentemente do partido ou dos partidos ao qual fez parte.

No entanto, esse desligamento do comunismo tradicional nunca foi completo, e aqui colocamos a segunda questão: em que medida a concepção de práxis é realmente *ativa* quando se tem como pano de fundo teórico uma visão necessitarista e teleológica do desenvolvimento histórico?

O pioneirismo de Moura (relativo, em vista dos outros autores) ao destacar a agência da população negra no Brasil desde o período da escravidão se deu, num primeiro momento, como ficou implícito na exposição do livro *A sociologia posta em questão*, em sua formulação segundo a qual a práxis deve estar inscrita no desenvolvimento histórico inexorável, da sucessão dos modos de produção. Ou seja, se é *ativo*, o é somente na medida em que contribui para a *aceleração* de um processo de linhas definidas, processo esse independente, portanto, da agência dos atores sociais.

Além do formalismo teleologizante vemos também em Moura, no livro *Sociologia*, uma concepção segundo a qual o operariado é uma classe revolucionária por mover a *essência* do modo de produção capitalista, por fazer parte do cerne do processo contraditório, assim como o escravizado fazia parte do cerne do escravismo.

Em *Sociologia posta em questão*, ao falar sobre as classes sociais fundamentais Moura escreve:

A simples aceitação, constatação e conceituação do processo de desenvolvimento da sociedade de forma contraditória não quer dizer que se tenha optado por aquela posição crítica que, a partir da análise da produção da mercadoria nos leva a compreender o antagonismo fundamental entre as classes fundamentais do modo de produção. Esta verificação é feita não apenas por questão de ser a classe operária oprimida ou pela sua situação de pobreza (neste caso o Lumpemproletariado seria a camada mais revolucionária da sociedade capitalista) mas pela contradição objetiva, concreta, no processo de produção da mercadoria. (Moura, 1978:34)

Desse modo, a classe operária é caracterizada como classe dinâmica exatamente pela sua posição na produção de mercadoria, central na reprodução social capitalista. Moura nega aqui qualquer análise que considere nível de pobreza ou marginalização como condição necessária ou possibilidade para a transformação da sociedade competitiva.

Evidentemente tal enquadramento não se apresenta de maneira esquemática e *fechada* nas obras de Moura, nem mesmo nos primeiros livros. Como já foi mencionado,

existe no autor uma contradição entre a concepção formalista, legatária do comunismo soviético, e uma tendência a materializar, em termos concretos, a realidade analisada<sup>90</sup>.

Moura se desvencilha dessa concepção formalista da história e concretiza a *agência* social em seu pleno conteúdo, em suas obras de maturidade, sobretudo as que são escritas na década de 70, sob influxo dos movimentos sociais negros de novo tipo que surgiam. Vemos nesse período um concomitante afastamento paulatino de Moura dos quadros partidários, podendo pautar uma maior autonomia intelectualmente. É importante ressaltar que esse afastamento nunca é completo, de tal forma que ainda em 1970, Moura ainda pode ser enquadrado como comunista, no sentido tradicional da palavra.

O afastamento da concepção formalista e teleológica se concretiza na medida em que observamos, nas elaborações do autor, o foco na análise da marginalização da população negra no Brasil, e a sua concomitante caracterização como grupo social dinâmico. Apesar da afirmação da classe operária como única que carrega um potencial revolucionário em *Sociologia Posta em Questão*, a análise concreta da realidade faz com que Moura se depare com a modernização incompleta no Brasil, e como tal fato faz com que a *integração* se apresente como elemento de *conformidade* e a *não integração* capaz de engendrar elementos valorativos revolucionários, antípodas à ideologia da classe dominante.

No entanto, isso só foi possível na medida em que o autor se afastava organizativamente e intelectualmente dos partidos ao qual estava ligado, mesmo que só do ponto de vista formal, que, se em um primeiro momento foram profícuos no engendramento dos problemas intelectuais do autor, se tornam um empecilho, pois todos afirmavam à priori a preponderância formalista de uma classe operária nos processos de transformações radicais internos, mesmo que a realidade brasileira o negasse.

Aqui se destaca a honestidade e sofisticação do autor que mesmo perante a realidade que a todo momento nega suas concepções pré-estabelecidas, tende a uma visão realista do processo histórico, negando qualquer *valorização* à priori na análise, e se livrando dos *ídola*, como pregava em seu livro *Sociologia Posta em questão*.

É certo que para essa guinada muito contribuiu o ressurgimento do movimento negro da década de 70, como já foi repetidamente ressaltado. Mas, mesmo com esse

---

<sup>90</sup> Tal fato se apresenta sobretudo no primeiro livro *Rebeliões da Senzala*. Vemos na primeira edição (1959), uma tentativa de enquadrar o período colonial, e a luta dos escravizados, em um feudalismo *suis generis*, conforme interpretação etapista vigente nas formulações teóricas dos comunistas brasileiros (Malatian, 2021). Já na segunda edição, Moura adapta sua interpretação conforme as formulações pradeanas de capitalismo comercial na colônia já amplamente referidas acima. De qualquer forma, o *modo de produção* parece nebuloso ao tratar desse período, no entanto, permanece a concepção segundo a qual os escravizados eram *ativos* na medida em que aceleravam a dissolução inexorável do sistema baseado na escravidão. Tal interpretação terá problemas maiores ao tratar do capitalismo, como veremos adiante.

fator, seria possível que, se menos cuidadoso e honesto, o autor construísse elementos teóricos que identificassem a classe operária brasileira com o estrato da população negra, estando esta, a partir daí, encarregada da revolução nos moldes do marxismo clássico. Deturpações da realidade piores já foram empreendidas por autores que preferem reafirmar seus preconceitos do que compreender a realidade.

No entanto, se Moura identifica o negro brasileiro, remanescente da escravidão, como marginal e não integrado, foi porque se ateve às dinâmicas estruturais (não poderia deixar de ser) da realidade brasileira, diferenciando, conforme sua própria aceção o que é essencial e acessório. É necessário compreender como o autor constrói tais apreensões para, a partir daí, identificar o papel que a população negra desempenha na transformação radical, e como, nessa *intencionalidade* revolucionária engendra valores próprios.

No entanto aqui entramos em uma questão que é insolúvel na obra de maturidade de Moura, a saber: como é possível para o estrato marginalizado, situação a qual se encontra a grande maioria da população negra, ter o potencial revolucionário objetivo se, na dinâmica essencial do modo de produção capitalista dependente que se erige após a escravidão, serve apenas como uma espécie qualitativamente distinta de *exército industrial de reserva*? De que modo tal situação pode engendrar ações revolucionárias, visto que é parte *inessencial* da reprodução social? A essas perguntas Moura não consegue formular respostas satisfatórias. O fato é que o autor, como veremos, a partir da análise da formação socio-histórica brasileira, reconhece implicitamente que os egressos da escravidão perdem seu estatuto de classe fundamental que tinham no escravismo.

É certo também que a concepção de marginalização de Moura para a população negra não é total. A proletarianização e a possibilidade de abertura de flancos nas classes médias também alcança esses estratos populacionais, apesar de que num grau inferior à marginalização. Tais casos aparecem, em Moura, como exceção à regra e à tendência geral. No entanto, são diversos escritos nos quais Moura ressalta a ocupação, pela população negra, dos piores postos da cadeia produtiva. Nesse último caso permanece uma espécie de marginalização parcial.

Em *Negro, de bom escravo a mau cidadão* (1978), como já referimos, Moura começa a esboçar o problema da marginalização da população negra na atualidade. O autor vai buscar as suas causas fundamentais, para explicar, desde um ponto de vista materialista a permanência do racismo em nossa sociedade. Elencaremos aqui alguns pontos principais

A primeira e mais importante foi a incapacidade do novo regime econômico que surgiu no pós-abolição de incorporar a mão de obra remanescente do período colonial, pois, “por ser ex-escravo considerado excedente no novo campo de oportunidades que se abria, não houve nenhuma política de readaptação, integração e assimilação dele ao sistema que se criava”.

Os motivos pelos quais não houve a readaptação, integração e assimilação da população ex-escravizada às novas condições se deve à substituição da mão de obra negra pela mão de obra imigrante, vinda dos países de superpopulação na Europa. Aqui se tem um duplo mecanismo que funcionaram internamente, o primeiro se tratava de “proteção a esses imigrantes, através de uma política dirigida e de planos integrativos, enquanto o ex-escravo era sistematicamente repellido daqueles setores mais dinâmicos da economia em desenvolvimento.”. De tal modo que

Ao tempo em que diminuía o número de escravos<sup>91</sup>, criava-se concomitantemente uma enorme população que não tinha acesso às fontes de trabalhos, isto porque, à medida que o negro deixava de ser escravo, deixava, também, na sua esmagadora maioria, de ter ocupação regular. O mais que podia conseguir era a faixa do subemprego, pois não havia, em consequência da defasagem entre a sua capacidade e as necessidades do novo tipo de trabalho e da ideologia de barragem que surgiu, possibilidades de absorvê-lo a curto prazo. (...) Essa grande população desocupada era exatamente aquela que estava saindo das senzalas e não tinha condições de se incorporar ao processo de trabalho novo. O número de desocupados, por isto, somava quase o dobro dos trabalhadores livres. Era, portanto, uma substituição a curto prazo que se estava fazendo no conjunto da economia brasileira não apenas nas suas relações de produção, mas do próprio trabalhador.(Moura, 2021:46-47)

O segundo mecanismo deriva da proposição de que o dinamismo econômico brasileiro não se processou numa capacidade de absorver os dois tipos de mão de obra, a imigrante e a ex-escrava. Isso causou um desequilíbrio, interrompendo a capacidade de um desenvolvimento orgânico do capitalismo no país conforme o crescimento vegetativo da população nacional. Já sabemos qual estrato populacional foi beneficiado, entre os dois disponíveis. Decorre daí que, para a população negra

O máximo que podiam fazer nessa conjuntura era desempenhar o papel de massa de pressão em processo de marginalização sobre os imigrantes trabalhadores, criando uma ameaça latente contra os mesmos, na medida em que eles procurassem levantar reivindicações mais *avançadas*. Substituição que evidentemente era impossível e ameaça que somente funcionava na medida em que os trabalhadores estrangeiros a aceitavam subjetivamente como força social de pressão.(Moura, 2021:49)

A análise de Moura não esquece de pautar as nuances regionais de tal processo descrito de maneira global. O autor se atenta ao fato de que o dinamismo da economia

---

<sup>91</sup> O número de escravizados diminuía, pois, devido à alforria e alguns outros mecanismos, “Menos de um milhão de escravos foi beneficiado com a chamada Lei Áurea. Para esclarecer melhor: em 1850 (ano da Lei Eusébio de Queiroz), a população escrava perfazia 31% da nossa população; em 1852, caiu para 15% e, finalmente, em 1887 não passava de 5% no conjunto da população brasileira.” (Moura, 2021, 46)

brasileira no fim do século XIX se localizava na região sudeste do país, e que as demais regiões, decadentes do ponto de vista econômico, não receberam o mesmo influxo de imigrantes europeu. De tal forma que

Naquelas zonas decadentes, a passagem do escravismo para o trabalho livre não se realizou através da injeção maciça do imigrante, como ocorreu em São Paulo, em decorrência da sua própria deterioração, e, também, não teve o ritmo tão rápido no seu desenvolvimento como aconteceu com a cultura do café. Pelo contrário. A estagnação quase absoluta determinou o ritmo de integração do ex-escravo na sua economia. Por isto, o negro da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, por participar de economia de baixo padrão, pode ir-se integrando dentro do ritmo quase inexistente de desenvolvimento nessa economia regional rústica(...) No entanto, convém notar, o fato de não haver o negro nas zonas de agricultura decadente se marginalizado na mesma proporção do paulista não significa que ele tenha conseguido, ao integra-se socialmente, padrões econômicos, sociais e culturais mais elevados do que os alcançados por aqueles que foram marginalizados em São Paulo. Eles conseguiram integra-se em uma *economia de miséria*, com índices de crescimento e diferenciação baixíssimos, quase inexistentes (Moura, 2021:52-53)

Em obras posteriores, Moura irá sofisticar suas análises a respeito das causas fundamentais de tal marginalização. Podemos dizer que as obras mais complexas do autor, no que diz respeito à descrição dos problemas sociais fulcrais da formação social brasileira, se encontra nos livros, já parcialmente analisado por nós, *A Dialética Radical do Brasil Negro*, de 1994, escrito depois de *Sociologia do Negro Brasileiro*, de 1988<sup>92</sup>. Neles, para além do quadro já analisado, Moura expõe detalhadamente alguns outros fatores que explicam a marginalização da população negra.

Para isso, Moura divide o já denominado “Modo de produção escravista” em dois momentos: *Escravidão Pleno e Escravidão Tardio*. O escravismo pleno que vai de meados do século XVI até 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, se define com os seguintes rasgos fundamentais:

- 1) Monopólio comercial da metrópole (1808).
- 2) produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial, salvo a produção de subsistência pouco relevante [...].
- 3) Tráfico de escravos da África de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação na Metrópole
- 4) Subordinação total da economia de tipo colonial à Metrópole e impossibilidade de uma acumulação interna de capitais em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo para o capitalismo não dependente.
- 5) Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade.
- 6) Legislação repressora contra os escravos, violenta e sem apelação.
- 7) Os escravos lutam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão. (Moura, 2014: 82-83)

---

<sup>92</sup> Em ambos os livros o autor apresenta a mesma linha de raciocínio no que diz respeito aos problemas que serão colocados em seguida, a saber: as mudanças estruturais nos diferentes *modos de produção* que possibilitaram, no presente, a marginalização da população negra no Brasil. Em *Dialética* a argumentação se desenvolve de maneira mais detalhada e matizada, de modo que, para esse problema específico, utilizaremos o livro de 1994.

A transição para o *escravismo tardio* vai se dar de maneira a articular o modo de produção escravista com o capitalismo dependente. Seus rasgos fundamentais, segundo o autor são:

- 1) Relações de produção escravistas diversificadas regionalmente de forma acentuada, localizadas na parte que dinamiza uma economia nova, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentrará de forma preponderante a população escrava.
- 2) Parcelas de trabalhadores livres predominando em algumas regiões, quer nas áreas decadentes, quer naquelas que decolaram com o café.
- 3) Concomitância de relações capitalistas (de um capitalismo já subordinado ao capital monopolista) e permanência de relações escravistas [...]
- 4) Subordinação, no nível de produção industrial, comunicações, transportes (estradas de ferro), portos, iluminação a gás, telefone etc. ao capital inglês; no nível das relações comerciais, subordinação ao mercado mundial e sua realização, internamente, em grande parte, por casas comerciais estrangeiras, o mesmo acontecendo no setor bancário e de exportações.
- 5) Urbanização e modernização sem mudanças nas relações de produção fundamentais.
- 6) Tráfico de escravos interprovincial substituindo o internacional. Aumento do seu preço em consequência.
- 7) Trabalhador livre importado desequilibrando a oferta de força de trabalho e desqualificando o nacional.
- 8) Empresas de trabalho escravo.[...]
- 9) Influência progressiva do capital monopolista (estrangeiro) nesse processo [...]. (Moura, 2014: 123-124)

O cruzamento de elementos capitalistas (de um capital Inglês cada vez mais monopolizado) com base em um modo de produção escravista se dá no *escravismo tardio* de modo acentuado. Segundo Moura, tal período, que vai de 1850 até 1889, é caracterizado por uma modernização dinamizada por capitais externos, que se funde em uma estrutura social arcaica (Moura, 2014).

A lei Eusébio de Queiroz golpeia o *escravismo pleno*, visto que impossibilita a renovação da mão de obra escravizada ao proibir o tráfico e a embarcação de navios negreiros na costa brasileira. Segundo Moura, foi a lei mais clara em seus objetivos transformadores, pois “esvaziou, assim, a dinâmica demográfica que sustentava a escravidão.”(Moura, 2014:127)

A efetividade no cumprimento da lei e a impossibilidade do prosseguimento “normal” do *escravismo* rearranjou as classes dominantes em termos de comportamentos, que passaram a valorizar uma sobrevivência dos escravizados, para além de qualquer limite imaginável no *escravismo pleno*, além de engendrar a possibilidade de reprodução dos escravizados internamente, sem precisar de renovação através do tráfico internacional. Uma série de leis protetoras dos escravizados surgiram com esse intento, além de que se intensificou o tráfico interprovincial de escravos das regiões de atraso econômico para as regiões de maior dinamicidade econômica, sobretudo o sudeste com o surto do café. (Moura, 2014)

Por outro lado, sabendo do fim iminente da escravidão, a classe senhorial buscava alterações pelas quais tornasse possível sua permanência como classe dominante nas novas configurações e transformações sociais inevitáveis. A Lei de Terras de 1850 impossibilitava os egressos da escravidão de terem qualquer possibilidade de ascensão na nova forma capitalista que estava se consolidando aos poucos, pois “com essa lei, os escravos beneficiados com a Abolição ficariam impedidos de exigir ou solicitar terras ao poder imperial como indenização conseguida ‘por direito’ durante a escravidão.” (Moura, 2014, 110). A mudança no regulamento para se conseguir terra no Brasil, que até 1850 era através de cartas de doações reais, passa, a partir de então, a ser através da compra, favorecendo o Estado brasileiro, do ponto de vista tributário, em seu intento de financiamento da emigração estrangeira para substituição da mão-de-obra.

O que se desejava, em última instância era, através dessa estratégia de *modernização*, conservar-se a grande propriedade, mas com o trabalhador livre importado, descartando-se, assim, definitivamente, a integração do trabalhador nacional, especialmente do ex-escravo negro, após a Abolição. (Moura, 2014:111)

No plano ideológico, as classes dominantes se pautavam, em grande medida, nas teorias eugenistas importadas dos países europeus. Buscava-se a todo custo o embranquecimento da população brasileira, por acreditar que o avanço de determinada nação é diretamente proporcional à pureza da raça branca. Aqui, nessas duas obras, aparece também a centralidade da substituição da mão de obra escravizada pela imigrante, mas a argumentação central que Moura dá a tal processo se altera, na medida em que coloca como seu principal fator, não a incapacidade do estado brasileiro de assimilar, reeducando esse estrato social, mas os interesses econômicos dos lucros auferidos no processo de imigração, em uma espécie de tráfico de mão de obra de novo tipo. Em *Dialética Radical do Brasil Negro*, Moura nega qualquer argumentação que coloque uma inferioridade qualitativa da mão de obra ex-escrava em relação à imigrante,

argumento esse ainda presente em *Negro, de bom escravo a mau cidadão*.<sup>93</sup>(Moura, 2014)

No intuito do branqueamento, tratou-se também, internamente, de eliminar o máximo possível o contingente populacional negro, seja marginalizando-o, seja enviando-o para o principal conflito bélico ao qual o país se envolveu no século XIX, a Guerra do Paraguai:

As elites brancas se preservaram, mandando para a linha de frente aquela população da qual elas queriam se descartar por motivos sociais e raciais: a *escória* (...). Neste episódio a ideologia do *branqueamento* funcionou de modo dinâmico, procurando reestruturar e ordenar etnicamente a nossa sociedade através de uma política seletiva e racista na qual os membros dessas elites *brancas* somente participavam do conflito (quando participavam) nos seus níveis deliberantes: postos de comando. Enquanto isto a plebe e os escravos negros formavam o grosso da tropa que iam matar ou morrer nos campos paraguaios (Moura, 2014:141)

A dialética da guerra, cujos interesses eram radicalmente diferentes dos escravizados, contribuiu, contraditoriamente, para a derrocada do próprio sistema escravista, pois os combatentes negros sobreviventes irão voltar muito mais conscientes, do ponto de vista global, a respeito dos problemas e contradições fundamentais da sociedade brasileira e a sociabilidade escravista.

A hierarquia baseada na disciplina militar tinha conotações diferentes daquela existente nas fazendas. E atingia tanto o negro que fora escravo, como o branco livre pobre também mobilizado. O seu nível de consciência era, portanto, muito mais abrangente do que aquele que poderia ter na senzala. (...) aqueles que seguiram para a frente de batalha voltaram com outra visão da escravidão. (Moura, 2014:145)

Outro fator que contribuiu para a derrocada do modo de produção escravista, em sua fase tardia, foi a situação econômica que o Brasil se encontrava ao final do processo de Guerra. A falência do estado brasileiro em decorrência do conflito, fez com que se tomassem dívidas cada vez maiores dos países estrangeiros de capitalismo monopolista,

---

<sup>93</sup> A influência, na obra de 1978 parece ter sido a de Florestan Fernandes que postula, já nas primeiras páginas de seu *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*: “A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.” (Fernandes, 2021:59), Marcio Farias, a respeito desse problema, destaca sobre Fernandes: “A tese da ‘anomia social’ que acometeu a população negra após a escravidão, efetivando assim sua degradação material e moral, foi contestada por uma série de estudos na década de 1980. Em alguma medida, ela reproduzia o pensamento racista no final do século XIX e início do XX” (Farias, 2019: 72). Para citar um exemplo de tal argumentação em *Negro, de bom escravo a mau cidadão*: “O negro brasileiro sem conscientização não conseguiu superar os elementos que o marginalizara, como também não conseguiu descartar-se de uma série de fatores inibidores que se transformaram em normas de comportamento suas, oriundas do *traumatismo da escravidão*, assimilado e conservado pelo negro livre.” (Moura, 2021:70)

e o exemplo mais marcante para Moura é a Inglaterra. Para além dos diversos empréstimos, tal país começou a dominar amplos setores econômicos internos, acentuando a dependência que se consolidava a passos largos.(Moura, 2014)

As classes dominantes brasileiras, nesse sentido, conseguiram tolerar o abolicionismo, na medida em que durante o século XIX, sobretudo os anos que vão de 1850 a 1889, fase do escravismo tardio, resolveram todos os problemas que poderiam ameaçar, a ela e sua aliada internacional monopolista inglesa, a sua situação de poder nas novas configurações sociais.

Da conjugação desses dois interesses, internos e externos - que muitas vezes entravam em choques conjunturais e tópicos - foi criada a política institucional que produziu a maneira como essa passagem se realizou. Daí ser a segunda fase do abolicionismo um movimento simpático a grandes grupos de interesses e poder agrário, especialmente em São Paulo. Os dois perigos estavam sob controle. O movimento imigrantista e a Lei da Terra, de um lado, bloqueavam as grandes sobras de mão de obra nacional e - o mais importante - bloqueavam preventivamente a posse da terra pela massa escrava que iria sair, mais dia menos dia, das senzalas. O surto imigrantista iria impedir, por outro lado, o acesso dessa massa ao trabalho em outras atividades, colocando-a como sobrança nesse processo. Os abolicionistas não viram isto, e dentro do liberalismo formal dominante, não perceberam como esse bloco de poder tradicional manobrava as soluções para esses dois problemas fundamentais ao posterior desenvolvimento do Brasil de acordo com os seus interesses. (Moura, 2014:148)

A análise das mudanças ideológicas da classe dominante, a saber, os senhores de escravos que estavam se transformando em fazendeiros de café, é muito matizada nessa obra de Moura, e o autor explica tais transformações se embasando na alteração das estruturas sociais, do escravismo pleno para o escravismo tardio. Os valores individualistas e competitivos tomam lugar dos valores senhoriais do período anterior, caracterizado sobretudo pela ética da solidariedade e a cooperação mútua em relação ao combate às rebeliões e fugas da classe escrava. Nesse sentido, se dá o

(...)fim da ética e dos valores senhoriais escravistas, quando os compromissos de classe eram respeitados com base em critérios rigidamente estabelecidos consuetudinariamente, e a sua substituição no escravismo tardio pela ética e os valores do capitalismo, processo que refletirá toda a modificação nas relações sociais, no processo de trabalho e na hegemonia de outros grupos e frações de poder que já podiam estabelecer um projeto e o seu correspondente discurso, mas, sobretudo, um comportamento que jamais seria aplicado pelos antigos senhores de engenho que tinham como palavra emenda um *fiio do bigode* e jamais aceitariam a ruptura desse pacto de classe centenário. (Moura, 2014:149)

Concomitantemente à mudança de valores das classes dominantes, há a admissão do abolicionismo em suas fileiras e a neutralização de todo o seu conteúdo radical. A classe escrava também estará submetida a esses estratos da classe dominante que guiará, a partir de então, o conteúdo e a forma do protesto escravo, a partir de uma própria hierarquização de valores.

Os políticos abolicionistas conseguiram a hegemonia na dinâmica da luta de classes e os escravos condicionam a sua ação a determinações desse grupo.

Alguns deles, como os *Caifases*, em São Paulo, o *Clube do Cupim*, em Pernambuco, e as *Bastilhas* de Carlos Lacerda, em Campos, na Província do Rio de Janeiro, tinham até um discurso radical, pois se propunham a libertar os escravos por todos os meios. E é aí que está a diferença. Na primeira fase da escravidão, até aproximadamente 1850, os escravos não eram libertados por outros grupos políticos porque eram o sujeito da ação histórica. Na segunda fase, esses grupos radicais são os detonadores e controladores nos níveis da ação, e os escravos são o objeto dessa ação política libertadora. (Moura, 2014:149)

Os escravizados, nesse sentido, eram impulsionados pelos abolicionistas, em uma espécie de resistência passiva, dirigida por outra classe social, além do que

Ele não será mais o quilombola ou o insurreto urbano ou das estradas do século XVIII e início do XIX, mas um agente social que via como perspectiva de futuro ser um assalariado. É verdade que o quilombola não tinha um projeto político elaborado e se contentava com o fato de negar a sua condição de escravo, enquanto os segundos já viam o trabalho livre com o qual conviviam como um objetivo a ser alcançado” (Moura, 2014, 150)

Essa mudança na atitude do escravizado se deve, como não poderia deixar de ser, a uma transformação na infraestrutura econômica pois, na medida em que se complexificava as cadeias produtivas, mudava-se, em consequência, a configuração da classe escrava, as frações de classe dominantes e os valores vigentes, e por isso, “os mecanismos de mediação impedia que os escravos assumissem a sua liderança [dos novos protestos sociais]”. (Moura, 2014:150)

Aqui vemos, novamente, a ênfase do papel do intelectual *de fora* para a formulação de concepções globais de hierarquia de valores para as transformações sociais conscientes. O fato dos escravizados projetarem um futuro de trabalho assalariado se deve sobretudo, à influência ideológica e da heteronomia em relação à *intencionalidade* dos abolicionistas.<sup>94</sup> Enquanto que, apesar de inconsciente e intuitivo, no *escravismo pleno*, o escravizado era protagonista de sua própria ação.

A grande novidade de *Dialética radical* e *Sociologia do Negro Brasileiro* é o autor ter delimitado as diferenças qualitativas e históricas do que ele, a partir de agora, chama de *escravismo*, não o tratando como um bloco indiferenciado, mas mostrando suas transformações sociais, políticas e econômicas ao longo do tempo, como consequência direta da ação e práxis dos atores sociais

No que diz respeito ao *escravismo pleno*, conteúdo de seu primeiro livro de 1959, Moura aprofunda as análises sociológicas já esboçadas em *Rebeliões da Senzala* e acrescenta algumas novas. Em ambos os livros aqui estudados, o elemento descritivo de *Rebeliões* dá lugar ao predomínio das explicações globais do processo, demonstrando, a

---

<sup>94</sup> Moura divide o movimento abolicionista em *radicais* e *moderados* em diversas ocasiões da totalidade de sua obra através de um matizamento complexo que envolve tática e estratégia das duas alas.

essa altura, um amadurecimento do autor no que diz respeito ao seu principal objeto de estudo

Além da dinamização, racionalização e unificação ideológica e organizacional dos aparelhos repressivos e da classe senhorial causados, sobretudo, pela rebelião escrava, e pela necessidade de se manter um equilíbrio social, há aqui a categorização de um modo de produção, que apesar de estar ligado com o mercado internacional, tem suas leis fundamentais determinados com uma relativa autonomia em relação a este. A complexidade é exposta dessa maneira:

(...) Seria ingênuo supor-se, no Brasil, um modo de produção que se autossatisfizesse na área de circulação e do consumo; fosse um escravismo patriarcal, fechado, e se regulasse apenas e tão-somente pelas relações estabelecidas internamente. Seria também ingênuo supor-se que esse escravismo, por estar ligado ao capitalismo mercantil das nações consumidoras dos seus produtos, tivesse internamente, regulando-o, as leis de mercado daquelas nações. O modo escravista de produção que se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver *com* e *para* o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista. Um era dependente do outro, e se completavam. Daí muitas confusões teóricas ao interpretar-se esse período, quando se procura estender as leis econômicas do capitalismo, especialmente do capitalismo mercantil à estrutura e à dinâmica da sociedade brasileira existente na época. (Moura, 2014:66)

Por outro lado, a delimitação do período de *escravismo tardio* se apresenta como sumamente importante para se entender o Brasil atual. Isso se deve ao fato de que a transformação do país para o modelo de *capitalismo dependente* se deu sem grandes mudanças das relações sociais, e o bloco no poder, juntamente com seus intelectuais orgânicos, permaneceram intactos, numa espécie de *revolução passiva*:

Querer ver, por isto, a Abolição como uma possível revolução democrático-burguesa no Brasil é no mínimo ingenuidade, pois nenhuma das reformas que essa revolução tem por objetivo executar foi feita com essa medida. Daí por que o problema da revolução burguesa no Brasil é um problema polêmico, especialmente porque muitos dos que a abordam tomam como paradigma as revoluções burguesas europeias como se tivéssemos de repeti-las aqui, na época do imperialismo e no contexto de uma sociedade que tinha até cem anos atrás como forma fundamental de trabalho a escravidão e as instituições correspondentes. A Abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. Substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais no Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra como os antigos senhores de escravos. (Moura, 2014:152)

Ao mesmo tempo em que o racismo é reestruturado, as elites brasileiras optam pela adoção da política de substituição da mão de obra escrava pela imigração de mão de obra europeia, com o claro objetivo de manter uma superpopulação relativa, um rebaixamento salarial dos integrados ao sistema, e o embranquecimento constante da população, endossado pelas teorias raciais da época (Moura, 2014)

Aqui nestas obras, vemos evoluções teóricas importantíssimas na obra de Moura, a primeira diz respeito à formulação explícita de uma concepção de “Modo de produção escravista” com seus *rasgos* e tendências explicitadas de maneira coerente e sistemática, abandonando a concepção confusa, ou legatária da interpretação pradeana de um capitalismo comercial brasileiro já nos tempos de colonização. A segunda diz respeito a uma incorporação explícita da chamada “teoria da dependência”, ou “teoria marxista da dependência” em suas formulações sociológicas sobre a modernização incompleta no país. (Farias, 2019)<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> Na década de 60 e 70 ficaram conhecidos alguns intelectuais que tentaram explicar o caráter do capitalismo no Brasil. Empreenderam uma análise sistemática através dos pressupostos ortodoxos da obra de Marx e desenvolveram o que ficou conhecido posteriormente como Teoria Marxista da Dependência (TMD). São eles, para citar alguns: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Após o golpe de 1964 no Brasil, esses personagens se exilam em diversos países da América Latina e têm um papel de difundir a TMD para grande parte da esquerda latino-americana. Através das categorias de Troca desigual, transferência de valor, Superexploração do trabalho etc., esses autores avançaram qualitativamente na análise da formação econômica e social no Brasil e na América Latina, e mudaram substancialmente a avaliação sobre o caráter da revolução socialista em amplos espectros da esquerda no continente. Florestan Fernandes, incorporou importantes elementos da TMD na terceira parte de seu *A Revolução Burguesa no Brasil*, trecho em que destrincha a análise do capitalismo dependente brasileiro e da revolução burguesa no Brasil em três capítulos, nos quais discorre sobre a natureza da concretização do desenvolvimento capitalista no Brasil, a sua conseqüente integração monopólica ao capital internacional, as classes fundamentais ligadas a todo esse processo, e finalmente o caráter político que se desenvolve na superestrutura que, para o autor, é necessariamente autocrático (Fernandes;2020). Florestan Fernandes submete toda a sua investigação histórica e sociológica em relação à análise da crise do capitalismo dependente brasileiro à época da escrita do livro. Ou seja, todo esse panorama investigativo serviria para dar conta da falta de forças da burguesia nativa de criar um âmbito autônomo de reprodução capitalista, e a necessidade, por parte desta, de dinamizar politicamente uma autocracia burguesa, que se consolida em 1964, dez anos antes da escrita do livro. Diferentemente de Clóvis Moura, que se pautava pela investigação dos problemas referentes à população negra no Brasil, e os resquícios da escravidão no capitalismo dependente. Fernandes buscava delinear as novas tendências engendradas pela penetração do capitalismo monopolista no Brasil, e as alternativas colocadas para a classe trabalhadora e os movimentos de seu tempo (Fernandes,2020; Moura, 2014). Para Florestan Fernandes, as fases da sociedade competitiva capitalista no Brasil, que dissolve o escravismo, pode ser caracterizada da seguinte forma: “Consideradas de uma perspectiva global, as três fases do desenvolvimento capitalista mencionadas na história moderna da sociedade brasileira podem ser descritas da seguinte maneira: a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista. A fase de eclosão do mercado capitalismo moderno é, na verdade, uma fase de transição neocolonial. Sua delimitação pode ir, grosso modo, da Abertura dos Portos até aos meados ou à sexta década do século XIX (tornando-se, como ponto de referência, as evidências históricas da crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista). A fase de formação e expansão do capitalismo competitivo se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. Ela compreende, pois, tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a primeira transição industrial verdadeiramente importante; e vai, grosso modo, da sexta década ou do último quartel do século XIX até a década de 1950, no século XX. A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à ‘Revolução de 1964’.”(Fernandes, 2020: 227-228) Desse ponto de vista, o capitalismo monopolista é algo contemporâneo para Florestan Fernandes, que só se caracteriza depois da consolidação de duas fases qualitativamente distintas engendradas anteriormente. Para Moura, como vimos, o capitalismo monopolista estava presente desde o escravismo tardio, e as mudanças históricas se delineiam para ele do ponto de vista quantitativo, ou seja, do nível de penetração e consolidação do capitalismo monopolista que já estava presente desde a transição.É importante aqui ressaltar alguns pontos em comum, ao falar sobre o processo de exclusão e de concentração de riqueza da transição já referida, Florestan Fernandes destaca: “Em tal contexto e em vista dos fins econômicos visados, a articulação [de diferentes modos de produção]

---

simplificou as coisas, na medida em que a existência de uma grande massa de excluídos (por causa da escravidão, da inatividade forçada e da pobreza geral) permitiu converter a urbanização em um processo ultrasseletivo e concorreu para estabelecer uma ligação indireta entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo comercial dentro do país. A articulação da economia urbano-comercial com um sistema de produção escravista deixou, assim, de ser uma desvantagem para a evolução do sistema econômico global. [...] Os grupos de baixa renda, que se incorporaram ao processo (e que vinham predominantemente do exterior) [no caso os imigrantes], buscavam as oportunidades que as cidades-chave abriam ao trabalho livre, dentro de um mundo escravista - especialmente no comércio, em ocupações artesanais e em vários tipos de serviços (inclusive públicos), todos em crescimento moderado, mas oferecendo perspectivas de mobilidade econômica e de ascensão social. Ao lado desses contingentes humanos, estavam os escravos, os forros e os vários tipos de libertos, que também sofriam forte atração por esse processo de urbanização de longa duração. [...] O liberto, por sua vez, encontrava na cidade chave, nas esferas das ocupações artesanais e dos serviços, muitas oportunidades de transição para o salário livre e de reclassificação social. Com frequência, só ele podia se ocupar de certos trabalhos, que eram rejeitados pelo artesão branco ou pelo branco pobre.” (Fernandes, 2020: 232-233) Seria, portanto, falso insinuar que a exclusão do grande contingente de egressos da escravidão e escravizados na transição do escravismo para o capitalismo não ocupa papel importante para a explicação que oferece Florestan Fernandes. De modo semelhante a Moura, só se pode explicar o caráter excludente do capitalismo no Brasil, se levarmos em conta o racismo que foi redefinido nessa nova fase histórica. Para Fernandes, assim como em Moura, o capitalismo brasileiro também teve seus dinamismos engendrados a partir de fora. Mas, como já foi dito anteriormente, esses mecanismos de dominação externa mudaram ao longo do tempo. Apesar das ditas alterações qualitativas, o que permanece, do ponto de vista de Florestan, é a chamada Dupla Articulação. Primeiro, uma articulação com o latifúndio, e segundo, uma articulação com o mercado externo, que, por falta de mecanismos internos de reprodução autônoma do capital, precisa intervir e controlar os mecanismos reprodutivos do metabolismo social do capital. É importante deixar claro a respeito da primeira articulação, que ela existiu por conta das impossibilidades da burguesia interna de extinguir com a classe senhorial, em parte porque a burguesia interna veio desta outra classe, em outra parte porque ela ofereceu os mecanismos de engendramento do mercado interno.(Fernandes;2020) (Moura; 2014).Desse ponto de vista, para Fernandes, um capitalismo que mantém o grande latifúndio cuja classe social permanece com mentalidades escravistas, é um capitalismo que articula internamente dinamismos com estruturas sociais arcaicas. (Fernandes;2020). A impossibilidade da burguesia interna engendrar por si só um dinamismo e diferenciação econômica, fez com que essa classe se articulasse através do Estado. O Estado passou a ser o *locus* político por qual todas as mudanças substantivas ocorrem, e depois da transição, o Estado passou a atender exclusivamente aos interesses burgueses associados, fazendo com que na fase monopolista, a hegemonia burguesa ficasse completamente comprometida pela incapacidade interna da burguesia de integrar as demais classes, formando uma sociedade civil diferente da nação. Em suma, Florestan pontua: “Esse é, em resumo, o ponto culminante e o fato central da evolução do “Brasil moderno”, cenário e produto da transformação capitalista. Ao concretizar-se, a revolução burguesa transcende seu modelo histórico não só porque está superado. Mas, ainda, porque os países capitalistas retardatários possuem certas peculiaridades e se defrontam com um novo tipo de capitalismo no plano mundial. A burguesia nunca é sempre a mesma, através da história. No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação (de origem colonial ou neocolonial) com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado (realidades posteriores à emancipação política e condicionante de nossa devastadora “revolução urbano-comercial”). No entanto, a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosivas, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (processo que, sem dúvida continuará, mesmo que encontre formas eficientes de dissimulação, como sucedeu com a dominação senhorial do Império) [ou seja, mesmo sob democracia se constitui uma autocracia]. Não só porque ainda não existe outra forma social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou de detê-la. Mas também porque ela não tem como conciliar o modelo neoimperialista de desenvolvimento capitalista que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática.” (Fernandes,2020, p. 223) Clóvis Moura e Florestan Fernandes diagnosticaram, a seu modo, partindo de pontos de vistas e problemáticas diferentes um tipo de economia que tem como sua força motriz principal a articulação de elementos modernos com elementos arcaicos, e que estruturas antigas são amplamente resignificadas para engendrar novos modos de dominação por uma burguesia que não foi capaz de completar seu ciclo hegemônico à maneira dos países centrais, e que por isso, tem suas formas de dinamismos calcado na dependência externa e na constante drenagem de recursos nacionais para o exterior. Tal problemática ainda perpassa os dias de hoje, o que ressalta a universalidade e a pertinência de ambos os autores para a análise da sociedade brasileira atual.(Fernandes, 2020; Moura, 2014). Em resumo, para nós a diferença fundamental em ambas as explicações derivam da localização temporal da penetração

As determinações da dependência se deve ao fato de que o Brasil, em suas características genéticas, produzia mercadorias direcionadas ao exterior, em uma drenagem de recursos que eliminava qualquer possibilidade de acumulação interna. Nesse sentido, as classes dominantes nativas, para, do ponto de vista econômico se dinamizar, tinha de necessariamente se aliar ao capital monopolista internacional, que, a partir daí desempenha um papel importantíssimo na modernização conservadora brasileira

Desta forma, insistimos, não houve a possibilidade de formar-se uma classe burguesa nacional nas condições de assumir o comando desse desenvolvimento, mas as suas capas médias - inclusive políticas- foram prestar serviços auxiliares aos grandes incorporadores estrangeiros, investidores e filiais de bancos ou empresas que se instalaram aqui, transformando-nos em um simples entreposto mercantil e bancário dos seus negócios. (Moura, 2014:87)

Nestas obras se percebe a burguesia nacional já ligada umbilicalmente ao setor monopolista internacional e a ela subordinada, diferentemente das elaborações presentes em *Sociologia Posta em Questão* em que a burguesia aparecia ainda não ideologicamente ligada ao capitalismo internacional, mas tentando, em vão e tragicamente, uma independência econômica através de uma teoria e práxis *desenvolvimentista*. O conteúdo formulado pela teoria da dependência pressupõe, em certo grau, essa afinidade ideológica e econômica dos setores dominantes internos aos externos. Se Moura não o formulou em *Sociologia Posta em Questão* é porque ainda não havia incorporado os elementos importantes da teoria da dependência em seu pensamento.

De tudo isso que falamos, deriva o *peneiramento*, no processo social, do elemento negro no Brasil atual, e o racismo, para o autor, não é percebido como resquícios do antigo regime, mas como um elemento funcional para o quadro social da realidade brasileira, de modernização incompleta e que joga às franjas grande parte de trabalhadores potenciais.

O livro *Negro, de bom escravo a mau cidadão*, é o que apresenta de forma extensa e intensiva os mecanismos valorativos de tais peneiramentos, como já exploramos em partes acima. Houve necessidade de partir para as outras obras como *Sociologia do Negro Brasileiro* e *Dialética Radical do Brasil Negro* para compreender a análise da infra-estrutura social desenvolvida e complexificada pelo autor ao longo de tais escritos, para assim entendermos os argumentos a respeito da marginalização que deles derivam.

---

do capital monopolista no país, enquanto Moura o coloca na transição do escravismo para o capitalismo, Fernandes faz uma análise mais matizada, com nuances que qualificam o capitalismo brasileiro em diversas fases antes de sua fase final monopolista, iniciada sobretudo a partir fim da Segunda Guerra mundial e concluído com o golpe militar de 1964.

A axiologia dominante se dá da seguinte forma:

No caso específico do negro brasileiro, que além de ter vindo da situação inicial de escravo, pertence a uma etnia que possui uma determinada *marca*, segundo os padrões *brancos*, o problema se agrava e surge, em consequência, uma série de barragens e razões justificatórias, capazes de impedir a sua ascensão social massiva. Desta forma, os valores etnocêntricos das classes dominantes representam uma redoma ideológica que tem como função impedir a mobilidade vertical dos seus estratos inferiores. (Moura, 2021:36)

Tal ideologia é funcional na medida em que dela necessita a reprodução normal da sociabilidade brasileira. Moura concretiza como tal mecanismo de valoração ideológica funciona na realidade concreta, elencando primeiro o *locus* de tal manifestação, e ulteriormente os desenvolvendo:

O preconceito de cor, que atua como elemento restritivo e ideologia de barragem das possibilidades do negro na sociedade brasileira, poderá ser constatado: A) - no comportamento rotineiro de grandes faixas da população branca, em todo o território nacional; b) nas relações inter e intrafamiliares; c) no critério seletivo para as escolhas de emprego ou ocupações; d) nos contatos formais entre elementos de etnias diversas; e) na filosofia de grupos, segmentos e instituições públicas ou privadas e f) na competição global entre as camadas que compõem as classes sociais etnicamente diversificadas da sociedade brasileira. (Moura, 2021:70)

Diante da concretude analítica Moura ressalta seu caráter muitas vezes inconsciente e difuso perante os atores sociais como um caráter essencial do racismo, na medida em que é necessário uma aparência de igualdade formal entre os cidadãos para que o ônus da marginalidade caia exclusivamente para a população de cor, e não nos mecanismos que reproduzem a desigualdade (Moura, 2021)

Essa latência difusa do racismo à brasileira se manifesta, em uma de suas formas, quando membros da população marginalizada tenta entrar no mercado de trabalho e disputar de igual para igual com aqueles economicamente integrados no sistema, “friccionando-o” e “não querendo mais aqueles empregos tradicionais que lhe eram impostas (...) [procurando] a mobilidade social vertical, reivindicando posições, cargos e vantagens que eram reservados aos brancos” (Moura, 2021, 82). Nessas ocasiões, as camadas já integrada, perante o medo de perder seus postos “através de um processo quase sempre inconsciente, procuram manipular mecanismos de defesa que os resguardem e protejam da ameaça latente que tais elementos representam” (Moura, 2021, 83), e o racismo é tal mecanismo de defesa.<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Vemos o caráter social estrutural e não essencialista do racismo nas sociedades modernas, através das óticas de Moura, quando o autor ressalta a possibilidade de outros grupos étnicos sofrerem do mesmo preconceito, quando postos em situações econômicas e sociais semelhantes. A mesma barragem socioeconômica e étnica fez com que surgisse um preconceito racial no sul do Brasil contra os poloneses. “Proseguindo suas pesquisas, Ianni constatou uma série de estereótipos contra o polonês radicado naquela área, que vem, de fato, igualá-lo, dentro da ótica da sociedade branca, ao negro, naqueles Estados do Brasil nos quais a escravidão africana ou afro-brasileira se desenvolveu.” (Moura, 2021:85)

Nesse sentido, apesar de seu caráter nem sempre evidente, os mecanismos de segregação se renovam conforme a particularidade das transformações estruturais brasileiras, e não são, como acreditam muitos, apenas resquícios do *antigo regime*.

No entanto, seu caráter difuso, fez com que se erigisse a ideologia, liberal em sua essência, de que existe uma igualdade, dada, sobretudo, pela miscigenação da população brasileira da qual decorre uma suposta igualdade de condições a todos os membros da sociedade. A essa compreensão, historicamente se chamou de *democracia racial*, e seu maior representante, segundo Moura, é Gilberto Freyre.

Moura trata de desmistificar tal compreensão da confluência racial, da qual resulta, na sociedade brasileira, um tipo racial específico, não mais negro nem branco, mas brasileiro, com suas indiossincrasias substancialmente distintas de outras civilizações. Aqui o exemplo mais paradigmático de comparação opositiva com o Brasil são os Estados Unidos. Ao falar sobre a suposta miscigenação, Moura destaca: “A miscigenação, dentro dos quadros da sociedade escravista, tão louvada por esses estudiosos, nada mais foi do que a mais desbragada exploração sexual da mulher escrava, no nosso caso particular da negra.” (Moura, 2021, 89)

Além da denúncia da exploração sexual da mulher negra durante a escravidão, Moura relativiza as proporções da tão postulada miscigenação, mostrando seus limites no quadro da sociedade escravista e na sociedade competitiva atual. Destaca que, na sociedade colonial, aqueles filhos de relacionamentos sexuais entre senhores e escravas se tornavam, por sua vez, escravizados, sendo quase impossível qualquer mobilidade vertical dos mestiços, em grande parte do escravismo. A permanência salta aos olhos na medida em que se erguem uma série de mecanismos de repressão ao cruzamento interétnico nos dias atuais.

A mulher negra era o instrumento, o objeto de uso do macho branco e quando se diz *trabalhar* inclui-se ir para a cama com o seu senhor. Assim como o escravo do eito era visto como *coisa*, a negra na cama era vista pelo senhor da mesma forma: objeto de uso. Daí surgiu o estereótipo da lubricidade, falta de pudor e vergonha, da luxúria e sensualidade exageradas da mulher negra que, por isto, servia apenas para o ato sexual. Terminada a escravidão esta racionalização foi reinterpretada, mas continuou funcionando na sociedade de modelo capitalista que a sucedeu. É que o sistema competitivo que veio depois exigiu a formação de uma ideologia de barragem capaz de impedir a ascensão de vastas camadas de ex-escravos que disputavam, embora em condições desfavoráveis, o mercado de trabalho. Desta maneira, a visão deformada, reificada da mulher negra, fruto da posição que ela ocupava no espaço social da sociedade competitiva, inseriu-se nos diversos grupos e estratos em fricção, perdurando até hoje. (Moura, 2021:93)

Sobre a situação do homem negro, Moura ressalta sua dificuldade ainda maior de engendrar um casamento interétnico, pois sobre ele recai as piores designações da hierarquia sistemática de valores dominantes:

Servindo apenas como *coisa*, mas sem ter sido concomitantemente objeto de uso sexual (...), contra ele se concentra a carga de barganha. Isto porque, conforme já dissemos, representando ele a antipropriedade, e, ao mesmo tempo, competindo mais agudamente, hoje em dia, com o branco na área econômica, simboliza, após a reelaboração das racionalizações escravistas no contexto competitivo, o povo negativo da sociedade, o subemprego, o desemprego, a pobreza, a criminalidade, o alcoolismo, a preguiça: em suma o *lunpenproletariat*. (Moura, 2021:93)

Aqui não cabe expor os diversos mecanismos pelos quais pode haver casamento interétnico, e como ele é reprimido em cada caso, como o fez intensivamente Moura no livro por nós agora comentado. De qualquer maneira, nos vale algumas passagens sintéticas que têm o poder de descrever a condição geral. Segundo o autor:

O problema do casamento desloca-se - no caso do interétnico - de um plano geral para outro específico e concreto e a sua realização refuncionaliza valores negativos subjacentes contra a etnia que possui a *marca* inferiorizadora. Evidentemente, essa reelaboração de valores não se dá num plano consciente. Há muitos elementos e atitudes inconscientes atuando intercruzadamente em cada fato específico, mas todos eles prendem-se ao feixe básico inicial que é a posição do negro visto globalmente através da imagem do escravo. (Moura, 2021:96)

Desnecessário é mencionar, no trecho supracitado, o tamanho do papel que os valores globais, que coincidem com o das classes e grupos dominantes, recebem em tal análise concreta e sintética da realidade brasileira.

Ainda a respeito da axiologia, Moura desnuda que, por trás da concepção de *Democracia Racial* existe ainda um ideal mais antigo de *branqueamento* populacional, propugnado explicitamente pelas elites brasileiras no final do século XIX e início do século XX, e depois.<sup>97</sup> Segundo Moura, como a miscigenação ampla praticamente não existe nos segmentos populacionais dominantes da sociedade brasileira, nem tampouco nas classes médias, grupos em que concentram o elemento branco

Não há, portanto, aquele branqueamento progressivo e automático das classes inferiores (...) fato que nos levaria à formação de uma sociedade branca no seu conjunto. O que há é uma ilusão de *branqueamento*, ideologia que as classes dominantes criaram e difundem a fim de verem cada vez mais afastada a hipótese de uma possível injeção negra nas suas linhagens e, por outro lado, tentarem negar que somos um país de negros e mestiços, com um passado que é muito mais africano do que "ocidental", mais negro do que branco e mais proletário do que aristocrático. (Moura, 2021:97)

Apesar disso tudo o elemento populacional negro diminui constantemente, fortalecendo a ilusão de que o branqueamento da população brasileira se dá através da miscigenação, miragem tão cara às elites dominantes. Aqui, Moura novamente é enfático:

(...) Mesmo levando-se em conta o fato de muito mulato ter passado por branco nos levantamentos da população brasileira, a diminuição do segmento negro e pardo somente poderá ser explicada se for levada em conta a maciça mortalidade

---

<sup>97</sup> A ideologia mitológica da 'democracia racial' é um complemento à do *branqueamento progressivo* pela miscigenação, criada pelos estratos privilegiados da atual estrutura, que não desejam que o elemento plebeu da nossa sociedade (no caso específico o negro e o mestiço de um cruzamento direto com ele) penetram no seu mundo friccionando valores estabelecidos, pondo em discussão princípios e carreando a parentela pobre para o seu espaço" (Moura, 2021:114)

dos seus membros em relação aos outros componentes da nossa população. O *branqueamento* da população brasileira, portanto, não se processa através de casamentos interétnicos, como apregoam os que difundem o mito da *democracia racial*. Pelo contrário. Ele surge exatamente do fato de os negros e mulatos pauperizados ficarem praticamente confinados à faixa da marginalidade, do subemprego e da miséria, o que acarreta, como consequência, altos níveis de mortalidade. Não é, portanto, um branqueamento feito através da miscigenação, mas da morte. (Moura, 2021:85)

### 3) Problemas em torno da subjetividade revolucionária

Diante dessa situação de marginalização que se autorreproduz, o negro se vê na necessidade de autoafirmação humana, que se engendra coletivamente na luta pela sobrevivência, e essa luta se dá de maneira separada e antípoda aos valores da sociedade global que o rejeita ideológica, social, cultural e economicamente. Tais tentativas se dão, segundo Moura, através do que o autor chama de *grupos sociais diferenciados* e *grupos sociais específicos*.

Quando nos referimos a um *grupo diferenciado* numa sociedade de classes, temos em vista uma unidade organizacional que, por um motivo ou uma constelação de motivos ou racionalizações, é diferenciado *por* outros que, no plano da interação, compõem a sociedade. Isto é: constitui um grupo que, por uma determinada *marca*, é visto pela sociedade competitiva dentro de uma óptica especial, de aceitação ou rejeição, através de padrões de valores, *mores* e representações dos estratos superiores dessa sociedade. Quando nos referimos a *grupos específicos*, estamos encarando a mesma realidade em outro nível de abordagem e em outra fase de desenvolvimento ideológico. Procuramos, com esse termo, designar, do ponto de vista interno do grupo, os padrões de comportamento criados a partir do momento em que os seus membros se sentem considerados e avaliados através da sua *marca* pela sociedade. Em outras palavras: o *grupo diferenciado* tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser *específico* na medida em que ele próprio sente essa diferença e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo *específico* ou mecanismos de integração na sociedade (Moura, 2019:148)

Moura lança mão de tais termos dada a impossibilidade de usar o termo classe social para os estratos negros da população brasileira, mas a semelhança de *classe-em-si* e *classe para-si* do Marx salta aos olhos, e é afirmada pelo autor.<sup>98</sup>

A axiologia se apresenta como elemento fundamental para a transformação dos grupos *diferenciados* em *específicos*, porque

---

<sup>98</sup> “Inicialmente, devemos dizer que, para chegarmos às categorias de grupos *específicos* e *diferenciados*, através dos quais desenvolveremos o nosso esquema metodológico, começaremos, no nível teórico, a manipular com dois termos da dialética materialista, derivados do conceito de classe social: os termos de classe *em si* e *para si*. (...) Essa dicotomização do conceito vem possibilitar a análise da classe desde a sua formação e emergência, quando ela é apenas objeto na estrutura social, até a fase mais plena da sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe e somente em confronto e fricção com outras que se comprimem no espaço social pode reconhecer-se como *específica*, isto é, com objetivos próprios e independentes. A partir do nível de reconhecer-se *específica*, ela cria valores parciais próprios que funcionam como mantenedores dessa especificidade e, ao mesmo tempo, elabora uma ideologia que a dinamiza do ponto de vista da sociedade abrangente.” (Moura, 2019:139-140)

É essa emergência de novos valores dentro do grupo que o faz passar de diferenciado (para a sociedade global) e específico, através de valores existentes, criados por ele no presente, ou aproveitados do passado, que passam a ser revalorizados como símbolos de autoafirmação grupal, com um significado especial. (Moura, 2019:149)

Há aqui sentido uma necessidade de reafirmar a dinamicidade, e o potencial contestatório ou até mesmo revolucionário desses setores, e aqui, como já mencionamos, existe um abandono parcial da ortodoxia de *Sociologia Posta em Questão* que preconizava o protagonismo inquestionável da classe operária. No entanto, se tratando do obra *Sociologia do negro brasileiro*, a qual passamos a tratar nesse momento, Moura deixa entender, ainda nessa obra de 1988, tais grupos *específicos* e *diferenciados* como satélites da *classe fundamental*

Assim como a classe fundamental em desenvolvimento cria uma ideologia abrangente e dinâmica, os demais segmentos ou grupos sociais que se encontram na mesma posição de antagonismo em relação à infraestrutura também criam valores com os quais se resguardam parcialmente do sistema tradicional que os oprime. (Moura, 2019:140)

Percebemos como Moura designa tais grupos como “demais segmentos ou grupos sociais”, portanto, mesmo que dinâmicos, heterônomos em relação à classe fundamental, quando se considera a luta de classes de um ponto de vista global. No entanto, sua dinamicidade se afirma na medida em que tais grupos, já *específicos*, erigem valores antípodas aos globais e dominantes. Já falamos aqui quanto Moura toma partido dos grupos sociais às margens, na medida em que estes, pela sua condição estrutural, invertem a axiologia vigente. Cabe acrescentar que essa inversão, que engendra uma nova ideologia a partir da autoconsciência de sua situação em relação à sociedade global competitiva, é apresentada, em Moura, como uma situação *ativa* em relação à situação de *grupo diferenciado*, esta por sua vez, *passiva*. No entanto, mesmo os grupos sociais *específicos* correm o risco de serem incorporados à ideologia dominante *branqueada*, e heterônomos em relação às valorizações dominantes, voltando assim a se tornarem apenas *diferenciados*.<sup>99</sup>(Moura, 2019)

Cabe destacar que nem todo grupo *específico* apresenta uma configuração, nas palavras de Moura, dinâmico/radical. Tais grupos surgem com a necessidade de não se cair na anomia social, que, quando seus elementos são deixados à própria sorte, se

---

<sup>99</sup> Moura esclarece sua resolução metodológica nos seguintes termos: “No esquema metodológico em exposição, o estudioso deverá ter a máxima cautela para não determinar antecipadamente onde se pode enquadrar um grupo ou segmento, mas deve, antes, recolher todo o material possível e disponível a fim de, em seguida fazer o levantamento sistemático dos elementos empíricos à sua disposição para - somente a partir daí- ver o grau de aproximação do mesmo com o modelo de um grupo *diferenciado* ou *específico*. Essa dicotomia metodológica poderá ser, por sua vez, subdividida de acordo com o grau de *especificidade* ou *diferenciação* de cada grupo em a. parcial; b. total.” (Moura, 2019:152)

apresenta como um perigo constante<sup>100</sup>. Se transmutam em grupos integracionistas que pretendem inclusive friccionar a sociedade de classes no intuito de ultrapassar as barragens e peneiramentos diversos que se impõem contra eles, mostrando sua humanidade perante os valores brancos, e quebrando estereótipos diversos. Tais podem, também, no confronto com a sociedade global, tomar o lado das demais classes sociais oprimidas e tomar um caráter revolucionário. Nas palavras de Moura:

Quando acontece esse momento de ruptura, processa-se uma mudança qualitativa nesses grupos ou em alguns dos seus elementos que passam a aceitar uma ideologia globalizadora dinâmico/radical na qual a problemática do negro já é vista como um componente da que existe para todas as classes e camadas oprimidas e/ou discriminadas, ou passam por um processo de regressão e voltam a ser apenas grupos diferenciados (Moura, 2019:155)

Em *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988) Moura parece lamentar o *branqueamento* de determinados grupos sociais *específicos* que, abandonando aspectos e elementos religiosos antípodos à sociedade racista, privilegiavam atos, ações, ideias, portanto valores, que coadunam com o *status quo*. Na medida em que orixás combativos, do qual o exemplo paradigmático é Exu, são substituídos por aqueles tipos religiosos conformistas, a *atividade* é substituída pela *passividade*.

Falando sobre a quimbanda como movimento de resistência a uma tendência conformista da umbanda, Moura ressalta:

A quimbanda surge no interior da umbanda como manifestação das contradições sociais, vem como elemento simbólico e compensador explosivo e se expande no interior dos centros umbandistas que se vão institucionalizando, que se vão *branqueando* progressivamente. A ambivalência de Bem e Mal se entrecruza e muitas vezes muda de significado diante de um fato concreto. Há uma reelaboração de valores, passando o que era mau a ser bom e vice-versa, reflexo da dualidade axiológica da sociedade abrangente. As camadas proletarizadas, ou marginalizadas, que precisam “fechar o corpo” ante a de um protetor também violento, capaz de imunizá-las das agressões exteriores e permitir-lhes a vitória sobre os seus poderosos inimigos (Moura, 2019:170)<sup>101</sup>

A enumeração dos diversos grupos sociais *específicos* é extensa em *Sociologia do Negro brasileiro*, e em quase todos existe uma tendência de *branqueamento*, na medida em que as dinâmicas sociais da sociedade competitiva vão se afirmando. Por isso:

---

<sup>100</sup> Moura nos dá um exemplo de reação a essa anomia social quando fala da ligação da medicina popular com a umbanda. Nas palavras do autor: “A medicina popular impregnada de elementos mágicos, tem o seu centro mais poderoso nos terreiros de umbanda, que substituem os médicos que faltam e ,ao mesmo tempo, exercem um papel de autoafirmação psicológica e cultural muito grande entre os seus adeptos. Isso explica a proliferação surpreendente dos centros de umbanda no Brasil, sendo, hoje, a religião popular mais difundida em todo o território nacional. Fazem o papel de consultório médio e psiquiátrico e ocupam o vácuo social que existe nesse particular. (Moura, 2019:162)

<sup>101</sup> Em outro momento, Moura ressalta: “Nas pesquisas feitas em macumbas cariocas, Georges Lapassade teve oportunidade de constatar que a quimbanda é praticada exatamente naqueles locais mais atingidos pela miséria e, por isso mesmo, perseguida pelas autoridades e pelo aparelho repressivo do sistema. É que a quimbanda ainda é o grande leque de rebeldia das religiões negras. Nela, através dos Exus, os segmentos marginalizados, expulsos do sistema de produção, procuram um combustível ideológico capaz de levá-los a sobreviver biológica e socialmente.” (Moura, 2019:171)

Há um intercruzamento de valores entre esses grupos negros e a sociedade *branca*, terminando, quase sempre, ou pela sua dissolução, ou por um processo de subordinação econômica, ideológica e cultural desses grupos aos estratos dominantes da sociedade. Acresce notar que, nesse processo, muitos membros dos grupos específicos em processo de desintegração ou *branqueamento* se destacam exigindo a manutenção dos antigos valores negros, travando-se uma luta intragrupal muitas vezes intensa. (Moura, 2019:177)

Outro exemplo de degradação marcante dos grupos sociais é o carnaval. Segundo Moura, antes do progressivo branqueamento desses grupos *específicos*:

Era o morro, a marginalidade, a miséria periférica e não vista pelo centro deliberante durante todo o ano, que vinha ocupar a área branca e decisória e a dominava simbolicamente, ocupava os seus espaços e impunha a sua presença. Todos aqueles que olhavam o negro do morro como desordeiro, viam-no organizado; os que o tinham como analfabeto e ignorante, ouviam e aceitavam os seus sambas-enredo. Finalmente, ele, através da organização que lhe custara sacrifício, dinheiro, tempo e paciência, dominava a metrópole. Por outro lado, as instituições ou órgãos que o oprimiam e/ou perseguiram no morro agora estavam ao seu serviço; a mesma polícia que prendia abria alas para que a escola desfilasse. O carnaval era, assim, sociologicamente, uma festa de integração, mas especialmente, de um ponto de vista mais analítico, um ato de autoafirmação negra. (Moura, 2019:181)

No entanto,

Desaparecido o conteúdo que lhes deu vitalidade, elas passaram por um processo de *branqueamento social e ideológico* não apenas em sua apresentação que descambou no colonialismo quantitativo e industrializado, manipulado pelo circuito capitalista, mas, também, nas próprias normas de conduta, nos objetivos dos seus organizadores, de grande número dos seus participantes e na sua própria sub-ideologia. (Moura, 2019:183)

Nesse sentido, “as escolas de samba foram transformadas em simples segmentos diferenciados, subalternizado a todos os esquemas e imposições institucionais, simples componentes do programa oficial do Rio de Janeiro.” (Moura, 2019, 185)

Apesar de todas as limitações descritas pelo autor, tais grupos diferenciados, em situações de ruptura e conflitos, portanto, de crise da sociedade competitiva, podem, ou seja, têm em si a possibilidade de se transmutarem em grupos dinâmico/radicais. A maior expressão de tais agrupamentos, na acepção de Moura é a *Quilombagem*.<sup>102</sup>

Muito ressaltamos sobre a atividade do escravizado no período escravista, e como Moura os descreve como protagonistas históricos. No entanto, é em *História do Negro Brasileiro* (1989) que há a designação dessas rebeliões como explicitamente “movimentos emancipacionistas” e é definido pelo autor nos seguintes termos

[...] um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem um caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isto, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes, de outro os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia. [...] Entendemos, portanto, por quilombagem uma constelação de

---

<sup>102</sup> Já em *Sociologia do Negro Brasileiro* (188), Moura designa as associações dos escravos como grupos específicos dentro do regime colonial. Portanto, o autor estende tal categorização para toda a história do Brasil.

movimentos de protesto do escravo, tendo como centro organizacional o quilombo, do qual partiam ou para ele convergiam e se aliaram às demais formas de rebeldia. (Moura, 1989: 22-23)

Ainda sobre Quilombagem, Clóvis destaca seu caráter universal no regime escravista ao afirmar que:

[...] É um movimento abrangente e radical. Nele se incluem não apenas negros fugitivos, mas também índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas. Era um cadinho de perseguidos pelo sistema colonial. Era no quilombo ou nas demais manifestações da quilombagem que essa população marginalizada se recompunha socialmente. (Moura, 1989:24-5)

Na Quilombagem, não só os negros se emancipavam na resistência ativa, mas todos os setores oprimidos pelo sistema colonial. Nesse sentido, os escravos, nas elaborações do autor, passam de satélites de outros movimentos, incapazes de agir politicamente por conta própria, para ser o receptor universal, a classe que carrega em si a possibilidade de emancipação de todos os demais grupos explorados.

No novo modo de produção capitalista dependente (consolidado a partir de uma mudança do bloco no poder em 1889), novos problemas são colocados e novos movimentos são engendrados. No livro *Brasil: Raízes do protesto negro* (1983), ao falar sobre o caráter do capitalismo dependente brasileiro já consolidado, Moura destaca:

Esse impasse histórico chegou, no momento atual, a uma situação crítica. [...] De um lado, sabemos que o capitalismo dependente tem possibilidades de manter-se durante muito tempo, quer mediante o agravamento da repressão, através de um aparelho de estado cada vez mais sofisticado e violento, e, também, através de uma estrutura política e administrativa subserviente, se não houver um movimento dinâmico/radical que o modifique. (Moura, 1983: 26)

Sobre tal movimento, nosso autor continua:

Do ponto de vista econômico, a descapitalização continua em ritmo cada vez maior, e, ao mesmo tempo, a desnacionalização da economia interna determina o desaparecimento quase completo, como componente de uma política independente, de uma burguesia nacional capaz de liderar a revolução brasileira. Somente a plebe rebelde, composta de negros, mulatos, curibocas, brancos pobres, caboclos, mamelucos e índios, além de outros tipos de cruzamentos poliétnicos que sempre lutaram no passado contra o escravismo e estão lutando, agora, contra o modelo de capitalismo dependente e o seu suporte (o imperialismo) podera fazê-la. [...] E o negro, pela sua condição de duplamente oprimido será chamado a ser um dos líderes desta revolução. (Moura, 1983: 27)

Desse ponto de vista, Moura parece dar uma continuidade à liderança negra ao processo dinâmico/radical, para os dias de hoje, em que elementos do racismo são reestruturados para engendrar o capitalismo dependente. Se no escravismo o quilombo era o centro que engendrava uma formação social antípoda ao modelo da casa-grande, nos dias atuais, somente através da liderança dos descendentes de escravizados é que

se pode contrapor radicalmente o capitalismo dependente, continuação direta, no caso do Brasil, do modo de produção escravista (Moura, 1983).

Aqui, através da Quilombagem, o *continuum* se estabelece. Moura não parece considerar relevante o fato de que a população marginalizada se encontra em uma situação oposta ao escravismo, quando era essencial ao andamento da engrenagem sistêmica. O enraizamento histórico de lutas importa muito mais do que a posição infra-estrutural dos agentes. Nessa medida o autor concretiza seu marxismo a partir da realidade social brasileira singular, na qual a modernização joga às franjas setores que, apesar disso, são *dinâmicos* em sua essência.

A ausência do estudo sistemático de uma classe operária brasileira em Moura é sintomático e demonstra como o autor passa a acreditar que a Revolução brasileira viria das *margens*. No entanto, não devemos generalizar essa formulação expressa no livro *Raízes do protesto negro* de 1983. O autor oscila entre a posição segundo a qual a população negra, “duplamente explorada” seria a líder de um processo revolucionário, e outra segundo a qual esse segmento seria apenas mais um dentro os diversos, sem designar a sua liderança explícita.

No livro *Dialética Radical do Brasil Negro* de 1994, uma de suas obra mais tardias, há uma diferenciação dos grupos negros em *letrados* e *plebeus*, como já foi expostos por nós acima, que fez com que o autor formulasse uma concepção original sobre a possibilidade de uma “posição dinâmico/radical”, que juntasse os dois universos através de uma colocação dialética do problema do negro no Brasil (Moura, 2014, 308).

A flexibilização teórica de Moura em relação ao protagonismo operário da revolução social, se deve, ao nosso ver, à influência positiva de algumas proposições de Mao-Tsé Tung, e sobretudo do que se convencionou chamar de maoísmo. O maoísmo, pela sua prática representou para a esquerda mundial, uma mudança paradigmática em relação aos agentes da revolução. O protagonismo do campesinato tomou lugar à classe operária, cara ao marxismo ortodoxo da Terceira Internacional, através da proposição de uma *guerra popular prolongada* que vai do campo à cidade.

Sobre a simpatia teórica de Moura a esse espectro político, derivado sobretudo à sua adesão partidária ao PCdoB em 1962, Oliveira relata, ao falar sobre a obra *Sociologia Posta em Questão*, de 1978:

(...) É importante destacar o significado da relação pensamento/ação na sociologia da práxis morana. Em primeiro lugar, como autor marxista, Clóvis Moura faz referência a diversos intelectuais ligados a esta corrente de pensamento: Marx, Lênin, Mao-Tse Tung e Gramsci. No entanto, o autor que maior influência exerce, sobre sua concepção de práxis é, sem dúvida, Mao Tse-tung (1893-1976).(...) É evidente, em nosso ponto de vista, que o contato com o pensamento de Mao-Tse Tung se deve a sua relação - mesmo discreta e distanciada - com o PCdoB. De

acordo com José Carlos Ruy, amigo de Clóvis nas lides do PCdoB, na década de 70, o autor “Tinha uma grande admiração por Mao Tse Tung principalmente pela atenção que o dirigente chinês dava ao problema camponês que, na ocasião, Clóvis considerava que era um dos principais também em nosso país. Além disso, sua admiração pelos chineses vinha da opção revolucionária tanto deles como do PCdoB, que confrontava a opção reformista da parcela comunista que havia permanecido no Partido Comunista Brasileira.” (Oliveira, 2013, 123)

A ênfase que Moura dá aos movimentos camponeses como Canudos, expresso sobretudo no livro *Sociologia Política da Guerra de Canudos* (Moura, 2000) aparece como uma reminiscência, às vezes um acúmulo de experiência oriundo das lutas quilombolas na época do escravismo. A ênfase em um Antônio Conselheiro como “Abolicionista da Plebe”, as suas pregações nas áreas de quilombo, e a adesão significativa de ex-escravos ao movimento de canudos, destacadas no livro, lançam luz a essa continuidade.

Todo esse conjunto contestatário lança luz às lutas do presente, aos movimentos de camponeses sem terra no engendramento coletivo de um novo tipo de sociedade no interior do capitalismo dependente, à semelhança do Quilombo dos Palmares à época do escravismo.

A luta dos camponeses brasileiros, ou melhor, a luta pela terra do homem que viva no campo, podem ser divididas historicamente em três módulos básicos a que de qualquer forma conseguem a articulação e desarticulação da estratificação social e da mudança social provocada. A primeira é a luta dos escravos formando quilombos, com uma economia e uma cultura paralelas, e durou até o fim da escravidão. O segundo módulo vem dos movimentos posteriores a Palmares e a Cabanagem no Pará até os movimentos de Canudos e Contestado. Neles, a massa camponesa procurava formar comunidades alternativas para subsistir paralelamente ao modelo de capitalismo no campo. Essas tentativas de um modelo alternativo à estrutura latifundiária, organizando os camponeses nesse tipo de comunidade vai de Canudos e comunidades do beato Lourenço ao Contestado e termina na experiência do território livre do Formoso, liderado por José Porfírio. Esses projetos criativos de um novo universo social, procuravam dinamizar internamente as comunidades, ordená-las socialmente, estratificá-las independentemente dos valores e do ordenamento de estratificação da sociedade maior. Em última instância, criaram um Poder paralelo ao da sociedade maior. No caso das Ligas Camponesas o fenômeno se processo dentro de uma dinâmica bem diferente. A sua situação é unir o direito dos homens do campo a uma força do Estado que obrigue a que esse direito já existente passe a ter função e fosse cumprido. Em outras palavras: tem um papel integrativo, isto é, ao invés de criar um direito alternativo, contestatário, o que elas querem é ser legitimadas social e juridicamente. (...) É que os movimentos anteriores às ligas criavam valores diferenciados à sociedade abrangente, enquanto as Ligas Camponesas procuravam criar ou fazer funcionar mecanismos que as integrassem no Direito tradicional da sociedade capitalista. Em resumo: os movimentos anteriores às ligas eram revolucionários e o das ligas camponesas eram um movimento reformista. (Moura, 2000:119-120)

Esta longa citação é de grande valor para nós na medida em que podemos constatar, no último livro publicado em vida de Moura, a ligação direta entre valores antípodas, contestatários e à potencialidade revolucionária em criações sociais *alternativas*, com economias e culturas *paralelas* não integradas à sociedade abrangente.

Enquanto que movimentos que buscam fazer valer os valores tradicionais, integradores aos padrões do *status quo* são encarados, na acepção do autor, como reformistas.

Os prognósticos para o movimento dos sem-terra no presente, e nele incluindo o MST, se derivam da possibilidade de não se cair no reformismo puro e simples, ou no “oportunismo sindicalista”. O movimento, segundo Moura, depurado desses elementos deterioradores, pode ser “capaz de unir e dinamizar os trabalhadores das cidades e do campo para iniciar uma nova etapa da sociedade brasileira em direção ao socialismo.”(Moura, 2000:120)

Desnecessário reafirmar o potencial dinâmico/radical que é engendrado nas *margens* da sociedade, e como ela se descola da concepção inicial de Moura, da qual o operariado seria o protagonista unívoco da revolução social rumo ao socialismo. (Moura, 2000)

Essa flexibilização em Moura deriva sobretudo da necessidade de se encontrar agentes sociais para as transformações radicais em um país cujo a modernização se deu de maneira incompleta, em um modelo de capitalismo dependente. Aqui, ao contrário do caminho clássico das revoluções dos países europeus, e mesmo se diferenciando dos exemplos de revoluções da segunda metade do século XX nos países de terceiro mundo, há de se encontrar alternativas ancoradas na realidade concreta brasileira. Para isso, é necessário uma rigorosidade teórica, uma construção epistemológica cuja hierarquia de valores esteja ancorada em uma *intencionalidade* dinâmico/radical por parte do intelectual. Nesse sentido, e apesar de suas contradições, Moura é um exemplo teórico coerente do que postulou.

A necessidade de reafirmar o dinamismo, contrasta, portanto, com a visão estática que a sociologia acadêmica têm desses estratos populacionais. Falamos de Gilberto Freyre parcialmente, mas a amálgama crítica de Moura é gigantesca. Segundo o autor, existe uma valorização subjacente, nesses estudiosos, de que o elemento negro é apenas *objeto*, analisados pelos *sujeitos* da elite intelectual refratária dos valores dominantes da sociedade global competitiva. A ligação desses intelectuais com os *intelectuais orgânicos* do escravismo, estudados por Moura em *As injustiças de Clio* salta aos olhos, na medida em que ocultam, tanto historicamente quanto *atualmente* a participação ativa dessa população na práxis social, nas dinâmicas culturais e econômicas, e finalmente na construção nacional.

Outro embate teórico que Moura tratou de travar ao longo de sua trajetória como teórico militante, já referido por nós, foi seu repúdio ao conceito de *Negritude* tal qual era propugnado pela intelectualidade negra brasileira, e que teve repercussões na

consolidação no movimento negro nas décadas de 1970 e 1980. As repercussões dos acontecimentos factuais já foram descritas por nós acima, de modo que o que nos interessa nesse momento é a posição teórica de Moura em relação a alguns aspectos centrais da *negritude*. Em seu embate com tal vertente “culturalista”, manifesta sobretudo nos congressos internacionais ao qual esteve presente, Moura critica a mobilização de elementos culturais, religiosos e estéticos africanos como motivos para engendrar uma consciência racial de novo tipo no Brasil. Em documento anônimo do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, organização idealizada e liderada por Moura, o autor deixa claro seu posicionamento perante essa questão:

Há necessidade de se começar a pesquisar e interpretar a situação do negro e de seus descendentes diretos no contexto da sociedade competitiva atual fugindo-se da posição culturalista que se prende fundamentalmente à análise do mundo religioso do negro, dos seus costumes originários, indumentária, cozinha, etc. Isto que já vinha da escola histórico-cultural está, no momento, levando a que jovens negros acreditem que esses padrões são fundamentais no processo e procurem se auto afirmar individualmente dentro daquilo que é meramente exterior e não exprime mais (ou muito pouco) nenhum valor que funcione como elemento capaz de libertar o negro da situação de marginalização e proletarização em que se encontra. (Cedem-Unesp apud Malatian, 2022:282)

Poderia-se depreender daí uma concepção de Moura segundo a qual a religião, e os demais elementos culturais são apenas *acessórios*, segundo sua acepção de *acessórios* expostos em *Sociologia Posta em Questão*. Isso é uma falsidade, visto que o autor sempre considerou a religiosidade um fator de resistência, desde que ela tivesse em seus elementos constitutivos valores antípodas à reprodução normal da sociedade alienada, e servisse como elemento de *sentido, visão de mundo* capaz de situar a população marginalizada perante seus dilemas no interior da sociedade global. Aqui, voltamos novamente aos *grupos específicos*. Em *Sociologia do Negro Brasileiro*, Moura ressalta:

Os *fatores de resistência* dos traços de cultura africanos condicionam-se, portanto, à necessidade de serem usados pelos negros brasileiros no intuito de se autopreservarem social e culturalmente. Somente dentro de uma sociedade na qual os padrões conflitantes se separa, não apenas no nível das classes em choque ou fricção, mas, também, por barreiras estabelecidas contra segmentos que comparecem em diversos estratos inferiorizados e discriminados por serem portadores de uma determinada *marca*, esses traços podem ser aproveitados. De outra forma, eles se teriam diluído por falta de funcionalidade na dinâmica social. As contradições internas inerentes à dinâmica de uma sociedade competitiva, com a particularidade de haver saído do regime escravista, determinam, em última instância, a preservação ou diluição dessa chamada *reminiscência africana*. (Moura, 2019:173)

A religião, no entanto, para o autor, apesar de toda sua importância funcional, organizativa e contestatória, não deixa de engendrar uma concepção parcial da realidade, mesmo que em determinados momentos crie conteúdos transformativos radicais. Aqui entra o elemento do Marxismo como elemento mais coerente, uma visão de mundo

sistemática em que a religião não tem espaço, e que é o instrumento intelectual de luta mais completo no intuito da transformação radical. Segundo o autor, ao falar sobre essa duplicidade, positiva e negativa do elemento religioso:

Essa dupla função deve-se, de um lado, à necessidade de essas camadas se organizarem para se autodefenderem, as de outro, às limitações estruturais de toda a ideologia religiosa incapaz de abrir caminho cognitivo até a perspectiva dinâmico/radical. (...) Esse impasse surge do próprio conteúdo limitado do fenômeno religioso que supre o homem de um sucedâneo ideológico capaz de fazer com que ele esqueça das suas necessidades concretas, materiais e sociais, e da viabilidade de solucioná-las objetivamente. Por essa razão, mesmo a quimbanda, com todo o seu potencial libertário e reivindicante, é limitada por essa contradição estrutural do pensamento religioso e suas manifestações, ficando com toda a carga dinâmica no nível do pensamento mágico e com sua força limitada às fronteiras do simbólico. (Moura, 2019:172-173)

Ora, a oposição engendrada pelas concepções radicais da quimbanda, por exemplo, têm uma abertura maior a uma visão transformadora da sociedade, visto que em todos os seus fenômenos negam os valores vigentes e tentam criar outros valores antípodas. Devemos entender o lamento de Moura ao branqueamento dos grupos *específicos*, e toda a descrição feita pelo autor dos elementos essenciais que movem cada associação desse tipo, como uma tentativa de traçar uma afinidade maior ou menor de tais grupos com uma concepção dinâmica/radical da sociedade. Evidente que grupos que não incorporam os valores dominantes estariam mais adeptos a se transmutarem em grupos radicais, através de uma *intencionalidade* transformadora em momentos estruturais de crise.

No entanto, a situação posta no período em que atuavam os movimentos negros na década de 1970 e 1980, e sobretudo no momento de seu diagnóstico das falhas de tais movimentos em *Dialética Radical do Brasil Negro* de 1994, era a da alienação da população brasileira, no sentido de que a grande massa não se atentava aos problemas da própria condição social/racial, e a diluição e *branqueamento* dos grupos específicos vinha acontecendo a passos largos, como denunciava Moura em seu apanhado histórico de *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988).

Perante tal problema, Moura propõe uma espécie práxis na qual o intelectual negro, oriundo das classes médias, consciente dos seus dilemas raciais na sociedade competitiva, deve considerar as diferenças culturais, econômicas e sociais que o separam do negro da *plebe*, através de uma posição *dialética*. Deve-se considerar, primeiro os elementos essenciais, que efetivamente tocam essa população em suas condições materiais e sociais, além de que deve-se levar em conta a alienação delas a respeito de sua própria cor de pele, pois muitos não tinham consciência da sua posição estrutural e

os peneiramentos que se erguem para si em uma sociedade de classes racista como a brasileira.

Aqui há uma necessidade, segundo o autor, de mudanças de paradigmas e de *intencionalidades* da intelectualidade negra e da massa plebeia. Dado que Moura nunca abandona a posição segundo a qual o elemento consciente deve vir “de fora” dos grupos sociais que têm a potencialidade revolucionária, a responsabilidade maior recai sobre os intelectuais, que ao invés de se colocarem em uma posição dinâmico radical, se atentam a elementos de autoafirmação individual através de um retorno mítico a uma África idealizada (Moura, 2013; Malatian, 2022)

Efetivamente o que se deu foi um distanciamento desses dois universos, em suas diferentes *intencionalidades*. Moura denuncia que, a *intencionalidade* implícita nos movimentos que surgiram na década de 1970, engendrados sobretudo pelos estratos da classe média negra, era a denúncia do racismo em vistas da integração de uma pequena elite negra ao mercado de trabalho.<sup>103</sup> Apesar da diferenciação estética apregoada por esses grupos, incorporavam valores do universo branco:

No universo *letrado*, os valores *brancos* de educação etiqueta, saber, lazer e outros são incorporados total ou parcialmente, pelos seus membros; o segundo, plebeu, rejeita os valores do universo *branco* como prática, não conscientemente (visão ideológica), mas por impossibilidade de projetá-lo e/ou atingi-lo mesmo como projeto utópico, porque não tem condições de sequer *pensá-lo* nem condições de elaborá-lo como projeto de vida social e/ou individual. (Moura, 2014:292)

Em seu intento de ascender socialmente, a intelectualidade negra denuncia a situação da massa *plebeia* de maneira puramente instrumental e abstrata, como um problema do negro em geral, mas não consideram essa mesma massa como um elemento *dinâmico* e transformador.

As estatísticas, os percentuais de negros preteridos nas diversificadas profissões, tudo isto é aproveitado para mostrar-se o peneiramento social, cultural, psicológico e étnico a que o negro - abstrato- está sujeito. Mas, por outro lado, esses estudiosos acadêmicos negros afastam-se das camadas plebeias e grupos marginais, nos quais esse preconceito diário e selvagem dá concretude ao dilema negro em São Paulo. (Moura, 2014:293-294)

A hierarquização social e de pauta denunciada por Moura no movimento negro da década de 70 e 80 parte desse abismo entre uma elite intelectual que intentava entrar no mercado de trabalho e que, mesmo às avessas, incorporava os valores da sociedade

---

<sup>103</sup> Os motivos para essas diferenciações entre os grupos sociais já foram por demais explicitados acima, mas para expor as palavras de Moura: “De um modo geral, podemos dizer que os espaços sociais do negro diminuíram muito durante a ditadura militar. Mas, ao dizermos isto, não queremos generalizar porque houve, concomitantemente, um processo de diferenciação com uma dinâmica de mobilidade social perceptível na camada *letrada*, na base do chamado *milagre brasileiro*. Se essa mobilidade conseguiu elevar alguns negros ou mesmo grupos do universo *letrado*, por outro lado, penalizou ainda mais o universo *plebeu*. (Moura, 2014:299)

branca, e outra marginalizada que, mesmo incorporando os valores da democracia racial, e alguns elementos racistas, a ela não interessa a manutenção do sistema vigente. As massas aqui, apresentam elementos ideológicos dinâmicos e conservadores, comuns ao caráter difuso do pensamento ao qual Gramsci caracteriza as massas, o que não tira seu potencial revolucionário.

Como vimos, Moura tentou, através da sua construção teórica, reformar ideologicamente ambos os segmentos sociais através de uma posição dialética e dinâmico/radical. O diagnóstico do próprio Moura é pessimista, e o autor atribui diversos fatores a tais fracassos parciais. Um deles é a mudança estrutural na qual a sociedade brasileira estava passando devido ao Milagre Econômico, que, através de sua dinâmica, aprofundava as desigualdades na sociedade brasileira através do modelo de capitalismo dependente e criava um abismo cultural e de horizontes entre tais grupos sociais distintos.

Os avanços que tais movimentos proporcionaram à sociedade brasileira são inegáveis no que diz respeito à consciência étnica, à valorização da cultura negra, do papel que ela desempenha na formação nacional e da atualidade da denúncia do racismo no Brasil. No entanto, o grupo social no qual Moura imputava a potencialidade de quebrar as cadeias do capitalismo dependente através de uma intencionalidade dinâmico/radical permaneceu inativo. Não podemos negar o diagnóstico de Hanchard quando descreve o processo de incorporação dessas pautas aos valores hegemônicos vigentes, retirando parcialmente seu potencial transformador.

## Conclusão

É a partir da obra tardia de Clóvis Moura que se pode fazer uma avaliação de toda a sua produção. O surgimento do MNU foi a oportunidade histórica adiada desde a maturidade intelectual do autor para influir na realidade a partir de seus pressupostos teóricos. Infelizmente tais pressupostos não foram aptos, dada a estrutura da sociabilidade do país à sua época, de engendrar um projeto concreto revolucionário, tendo a população negra como protagonista principal.

Se, de um lado, as concepções táticas de Moura para o movimento negro não se diferenciavam fundamentalmente dos grupos de esquerda que se desvincilhavam do comunismo tradicional e tentavam, a seus modos, incorporar as pautas do movimento negro em seus programas, como por exemplo, os já citados SINBA e Afro latino-américa, nenhum desses movimentos fundamentava as suas concepções através da análise de uma formação histórica brasileira como o fez Moura. Tais grupos repetiam o *modus operandi* da esquerda tradicional de importar teorias da última revolução vitoriosa (no caso do simba e as lutas pela independência africana), ou de cânones revolucionários ainda em vigência (o caso do trotskismo da seção afro-latino américa).

Não seria absurdo, dado o quadro analisado, imputar a Moura a qualidade de um intelectual que viu mais longe dentre todos esses arcabouços, portanto, alguém que detém o *máximo de consciência possível* nesse determinado período histórico, apesar de todas as suas limitações, e apesar do fracasso de seu projeto à época em que atuava.

O marxismo de Moura se apresenta a nós muito mais como uma metodologia, no sentido d'O *Marxismo Ortodoxo* de Lukács do que uma bricolagem ortodoxa das cartilhas de partidos leninistas e textos cânones. Não à toa toda a sua originalidade na interpretação do Brasil, dissidente das interpretações stalinistas de ambos os partidos do qual fez parte.

A obra de Moura se ancora, e sempre se ancorou em germe, desde *Rebeliões da Senzala*, na práxis concreta revolucionária da população negra brasileira no *agora*. Todo seu complexo arcabouço teórico deve ser compreendido sob essa luz.

As polêmicas com intelectuais acadêmicos se submetia a calibrar a visão para a realidade indiossincrática da formação socio-histórica do país, desviada pela miopia das lentes teóricas estrangeiras, daí seu nacionalismo teórico da década de 60 e início dos anos 70, que se desviou, parcialmente e durante um curto período de tempo, do tema da população negra pela falta de movimento negro para engendrar contradições novas a serem respondidas pela sua obra.

Assim como toda sua tentativa de ver a história do Brasil sob a luz dos conflitos sociais e de classe desde os primórdios da colonização. Se num primeiro momento, essa visão conflitiva como gênese da sociedade brasileira estará submetida à concepção pradeana de “capitalismo comercial”, na obra de maturidade desenvolverá com originalidade um novo ponto de vista a partir da chave do *modo de produção escravista, pleno e tardio*.

Toda a sociologia de *Palmares*, uma sociedade libertária no meio do inferno do escravismo colonial, se apresenta na obra do autor, como um vislumbre de possibilidades de reverter a situação atual brutal a qual passa os protagonistas da futura revolução. As Guerrilhas dos escravos insurretos, a dificuldade do sistema escravista de barrar a rebelião dos explorados, lançam luz às possibilidades de um projeto político revolucionário no presente, e ao pânico das classes dominantes atuais, tal qual no passado, de tais revoltas.

É interessante notar que em seu último livro publicado em vida, requerido pelo MST, livro que tratava sobre os 100 anos da guerra de Canudos, Moura desnuda naquele movimento as suas potencialidades revolucionárias, assim como lança luz no presente a possibilidade de ação política dos sem-terra, da luta camponesa e sua potencialidade de transformar a sociedade global de um ponto de vista dinâmico/radical.

Chega-se à conclusão de que Moura sempre se interessou, até o final da sua vida, por projetos societários que fossem engendrados pelas *margens*. Tal qual o Quilombo se apresentava como potencialidade de libertação, de uma nova sociedade frente à opressão desumana do escravismo, o movimento liderado por Antônio Conselheiro também se apresentava, em inícios do século 20, como uma espécie de quilombagem dos oprimidos social e racialmente. A população de trabalhadores rurais e camponeses, majoritariamente negra, lançam luz a uma nova possibilidade no presente, assim como a população marginalizada nas cidades.

Moura, enquanto um marxista que levou às últimas instâncias sua metodologia para analisar a realidade brasileira, se apresenta enquanto um autor dual. Sua fidelidade aos cânones do marxismo fez com que ele fosse fiel, em certa medida, a uma classe operária enquanto protagonista revolucionário, ao mesmo tempo em que, no fundo, quem se constituía enquanto tal em toda sua obra, eram aqueles marginalizados do mercado de trabalho. Tal dualismo, o impede de levar às últimas consequências a sua visão de mundo, que para se desenvolver ulteriormente, tinha que prescindir do proletariado institucionalizado e integrado ao sistema, e assumir, sem nenhum escrúpulo, o lado dos

relegados. É certo que o fez explicitamente em algumas obras, mas o marxismo tradicional como pano de fundo o impediu de tirar daí as consequências ulteriores.

O movimento negro no Brasil, também, do começo ao fim, buscava essa modernização através da integração, se não integralmente, pelo menos por parte da população negra brasileira privilegiada pela ascensão social. Seu horizonte, independentemente de roupagem fascistas ou socialistas, era a modernização brasileira e o desaparecimento dos supostos resquícios ideológicos do antigo regime, com a consequente implementação da igualdade racial. Como sabemos, o Brasil é um país de modernização incompleta, e não podia, pelas causas já aqui citadas, integrar essa população à cidadania, o que fez com que o horizonte real do movimento negro ficasse sempre incompleto

É certo, no entanto, que as potencialidades teóricas de Moura para os dias de hoje se expressam pelo fato de que a cidadania se tornou exceção e não *regra* no mundo inteiro. A marginalidade é condição universal e o seu potencial revolucionário pode ser encontrado *avant la lettre* em autores que viam nesse grupo social um potencial revolucionário.

## **Bibliografia**

ALBERTO, Paulina L.. Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

ANDRADE, José Maria V. Sem Candura nas palavras: Clóvis Moura e os dilemas intelectuais do antirracismo no Brasil. Fortaleza: 2019

ANDREWS, George Reid. Mobilização política negra no Brasil, 1975-1990. História: Questões & Debates, v. 63, n. 02, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46701>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

BAMBIRRA, Vania. O capitalismo dependente latino-americano. 4ª Edição. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F (1955). Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Anhembi.

CARNEIRO, Edison. Antologia do Negro Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2005.

CARNEIRO, Edison. O médico dos pobres. In: CARNEIRO, Édison & FERRAZ, Aydano do Couto (org.). O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, Édison. Religiões Negras/Negros Bantos. R.J, Civilização Brasileira, [1936/1937]1991.

CARNEIRO, Édison. Situação do negro no Brasil. In: Freyre, Gilberto[et al.] Novos Estudos Afro-Brasileiros. Recife, Massangana [1935] 1988.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. Crítica Marxista, nº24, 2007.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Raça, classe e revolução no Partido Comunista do Brasil (1922-1964). Política & Sociedade, Florianópolis, v.11, n.20, abril 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Scielo, v. 12, n. 23, 2017. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 05 de maio de 2023.

FANON, Frantz. As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1962.

FANON, Frantz. Em defesa da Revolução Africana. Portugal: Ed. Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

Farias, Márcio. Clóvis Moura e o Brasil. São Paulo: Dandara, 2019.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v.1 e 2.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 6° ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 6° Edição. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERREIRA, M.V. N. “Raça” e classe no pensamento social brasileiro: uma abordagem sobre a obra de Clóvis Moura . UFAL, 2013.

GOLDMANN, Lucien. Ciências humanas e filosofia. 10ª ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1986.

GORENDER, J. Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, 2. ed., São Paulo, Ática, 1987.

GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978. 6.ed. (definitiva), 1992. 2.imp., 2005.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 9° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GUERREIRO RAMOS, A. A Redução Sociológica. 2° ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1965.

GUERREIRO RAMOS, A. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. 2° ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

HANCHARD, Michel George. Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

IANNI, Octávio. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis – Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1960.

Kossling, Karin Sant'Anna. As Lutas Anti-racistas de Afro-descendentes sob Vigilância do DEOPS/SP (1964-1983). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

LUKÁCS, Georg. “Carta sobre o Stalinismo”, in Revista. Temas 1, Grijalbo, São Paulo, 1977.

MALATIAN, Teresa. Clóvis Moura: uma biografia [recurso eletrônico] / Teresa Malatian. – Teresina: EdUESPI, 2022.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. In: MARINI, R. M. América Latina, dependencia y globalización. [1972]. Buenos Aires: CLACSO-Prometeu, 2007.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2002.

MOURA, Clóvis. A grande insurreição dos escravos baianos. In.: Revista Brasiliense, n. 16, 1958.

MOURA, Clóvis. A Independência: fruto de lutas populares. In.: Notícias de Hoje, São Paulo, 1955.

MOURA, Clóvis. A situação do Brasil como nação soberana. In.: Revista Fundamentos, n. 40, São Paulo, 1955.

MOURA, Clóvis. A sociologia posta em questão. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MOURA, Clóvis. Âncora no Planalto. São Paulo: Editora Brasil, 1964.

MOURA, Clóvis. Argila da Memória. São Paulo: Editora Fulgor. MOURA, Clóvis. Espantalho de Feira. São Paulo: Editora Fulgor, 1962.

MOURA, Clóvis. As injustiças de Clio. O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MOURA, Clóvis. Brasil: Raízes do protesto negro. São Paulo: Editora Global, 1983.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.

MOURA, Clóvis. Euclides da Cunha e a realidade nacional. In.: Revista Fundamentos, n. 38, São Paulo, 1954.

MOURA, Clóvis. História do Negro Brasileiro. 2º Edição. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. III Congresso Brasileiro de Sociologia. In.: Revista Brasiliense, n.41, São Paulo, 1962.

MOURA, Clóvis. Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, 1964.

MOURA, Clóvis. No Cinquentenário de Os sertões. Revista Fundamentos, n. 28, São Paulo, 1952.

MOURA, Clóvis. Notas sobre o negro no sertão. In.: Revista Brasiliense, n.24, São Paulo, 1959.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. 5ª. Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6º ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. 2º ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MOURA, Clóvis: O negro: de bom escravo a mau cidadão?. 2º ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo. 2º ed. Rio de Janeiro: Fundação Palmares. 2002.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2009.

PEREIRA, Amilcar Araújo. “O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 269 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PRADO JR, Caio. Evolução Política do Brasil: colônia e império. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira entre 1934 e 1937. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia - BA, 2016

PROCÓPIO, Ana Paula. O contrário de “Casa Grande não é Senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. Rio de Janeiro: 2017.

RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África. Lisboa: Seara Nova, 1975.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. O intelectual "feiticeiro": Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. 2011. 228 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas - SP, 2011.

SANTOS, Márcio Henrique Casimiro Lopes Silva. Luta por reconhecimento ou luta por redistribuição? O MNU e os dilemas do antirracismo no Brasil contemporâneo. 197 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SOARES, Angelo Barroso Costa. Academia dos Rebeldes: Modernismo à Moda baiana. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural da UEFS. Feira de Santana.2005.

SOTERO, Edilza Correia. Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo [Versão revisada]. Tese de Doutorado em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2015.

Souza, Gustavo Orsolon de. “Rebeliões da Senzala”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro. 2013, 143 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2013.

TERTULIAN, Nicolas. Lukács e seus contemporâneos. Organização: Pedro Campos Araújo Corgozinho. São Paulo: Perspectiva, 2016.

VIEIRA, Cleber Santos. Clóvis Moura e a fundação do IBEA-Instituto de Estudos Africanistas. In: Revista da ABPN, v.09, n.21, 2017.